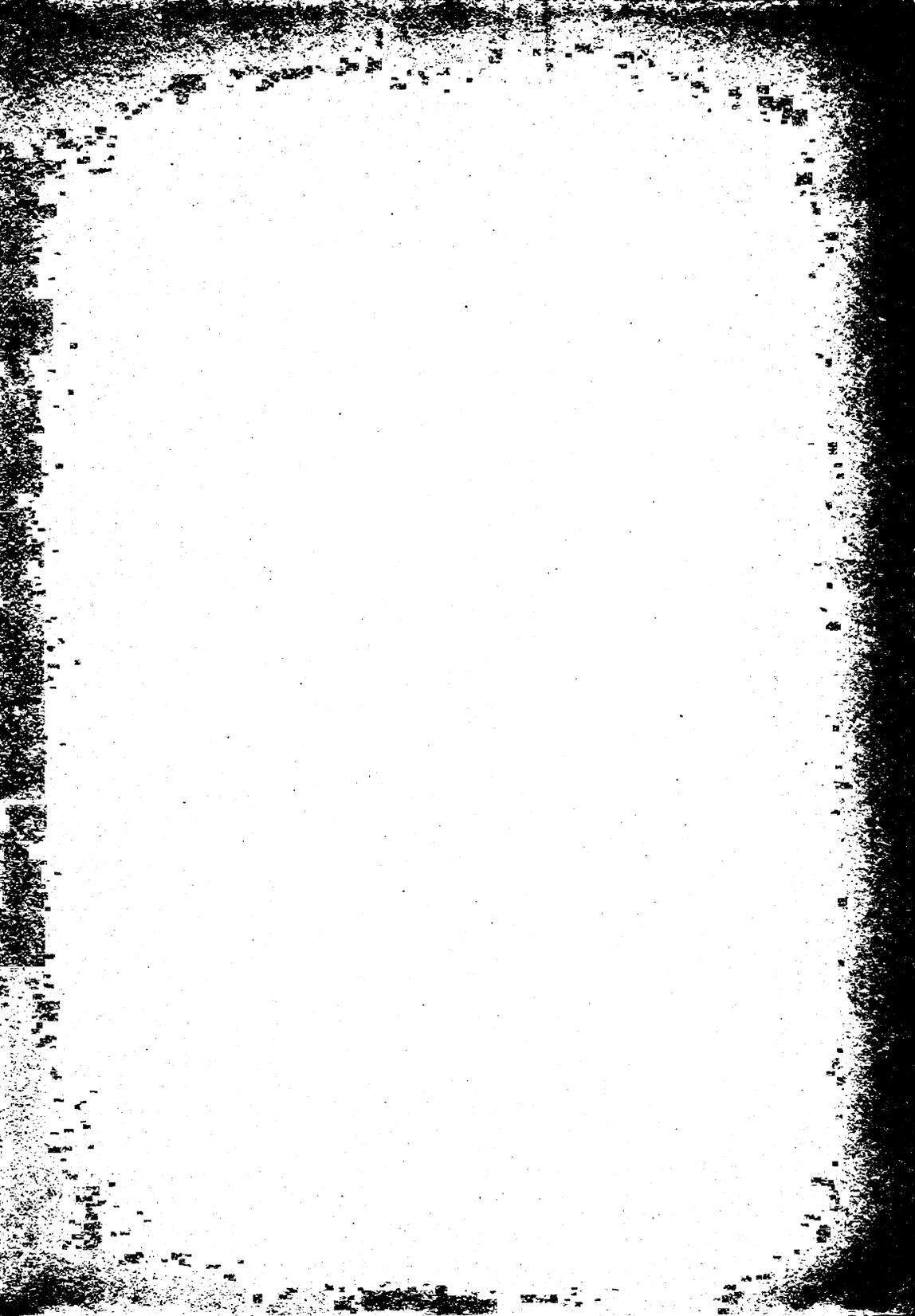
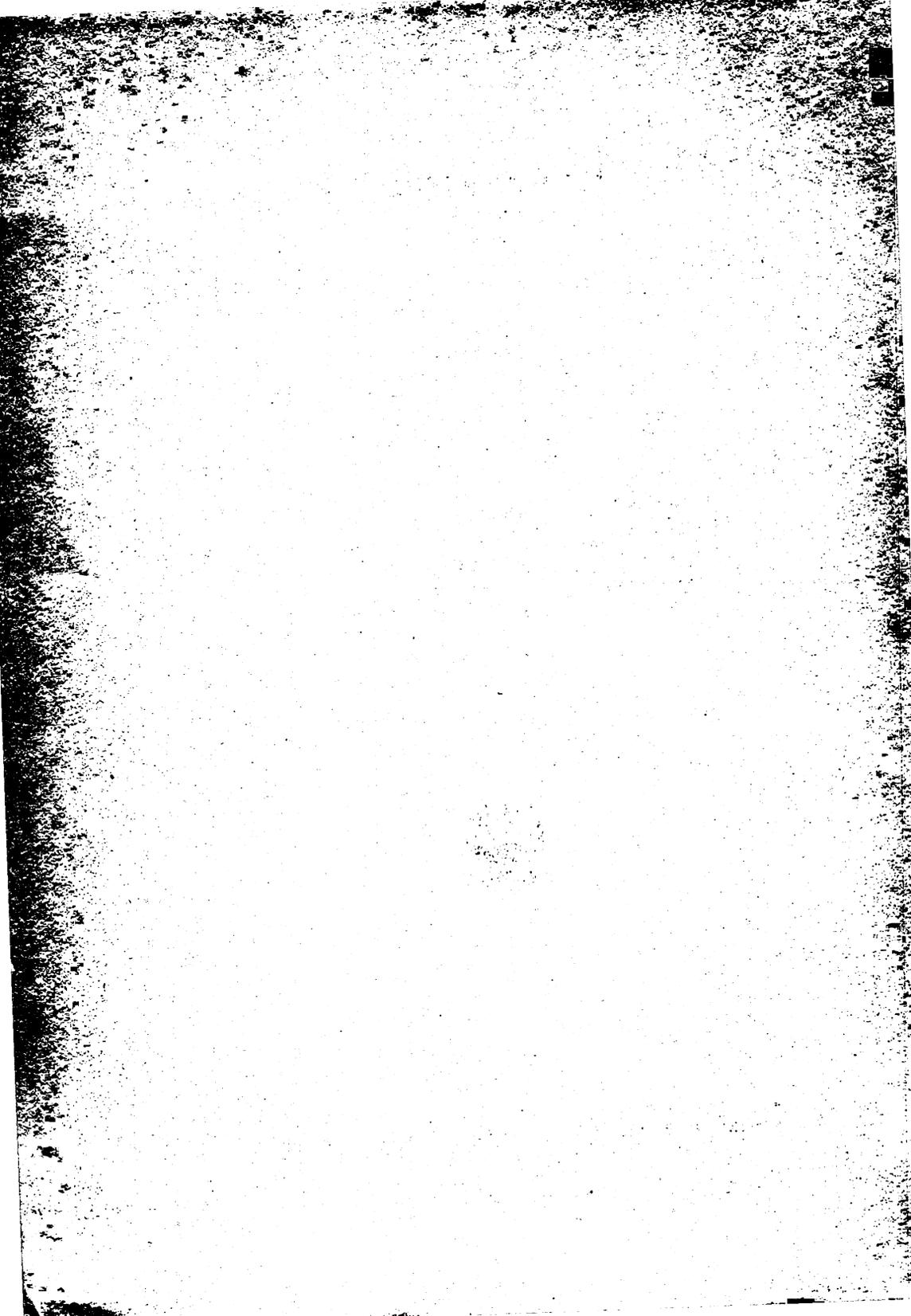
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1964

Seção de Publicações da Divisão de Documentação

RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1964

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR VASCO T. LEITÃO DA CUNHA, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Seção de Publicações da Divisão de Documentação

ÍNDICE

Págs.

Págs.

Excelentíssimo Senhor Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, *Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.*

Na forma do preceito do artigo 91 da Constituição Federal, cumpre-me submeter à alta consideração de Vossa Excelência o relatório das atividades do Ministério das Relações Exteriores durante o ano de 1964.

O atual Govêrno, nascido da Revolução restauradora de 31 de março de 1964, foi automàticamente reconhecido, e na maioria dos casos sem demora, pelos países com quem mantínhamos relações, com a única exceção da Venezuela, que as interrompeu. Um dos primeiros passos do Govêrno da Revolução foi verificar o curso sinuoso que, sob rótulos variados, desgarrava de nossa tradição diplomática e fugia dos princípios básicos de nossa formação histórica. Essa retificação consistiu em retomar a opção fundamental em favor do sistema democrático ocidental, sem que isso, como assinalou Vossa Excelência em seu discurso de 31 de julho do ano passado, signifique adesão prévia à política de qualquer das grandes potências mundiais.

A política externa da Revolução devota especial atenção à integração latino-americana e cuida de aprimorar, em tôdas as esferas, as relações com os demais países do continente, a que nos vinculam a geografia, herança histórico-cultural, bem como a identidade de aspirações e o sentimento de que temos um destino coletivo a partilhar. Dentro do sistema interamericano, o Govêrno brasileiro deseja manter rela-

ções especiais com os Estados Unidos da América em benefício do desenvolvimento do país, da estabilidade democrática do continente e da paz mundial. Ainda no plano continental há que assinalar o rompimento diplomático com o govêrno comunista de Cuba e a realização em Washington da 9.ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, onde o Brasil defendeu a necessidade do refôrço do mecanismo de segurança continental, por ocasião da aplicação de sanções ao atual regime cubano.

No terreno financeiro, o Govêrno atacou, de imediato, o problema da dívida externa que se encontrava pràticamente sem perspectivas de solução, dada a reação negativa dos credores, diante da incapacidade do regime anterior a 31 de março de apresentar um programa-série de soerguimento da economia brasileira. O Govêrno da Revolução procurou por etapas: a) a consolidação dos compromissos relativos a créditos de fornecedores com os países do nôvo Clube de Haia e b) o adiamento de compromissos relativos a créditos compensatórios de governos ou agências internacionais. Bem sucedido nesses esforços o Govêrno brasileiro restabeleceu ràpidamente o seu crédito no exterior, honrando compromissos assumidos por administrações anteriores, recentes e remotas.

Em Bogotá, de 20 de outubro a 11 de dezembro de 1964, reuniu-se a Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu em seu IV.º Período de Sessões Ordinárias. Aprovou-se ali a Resolução 100 e procedeu-se à assinatura da Lista Comum, com vistas à integração econômica e à liberalização comercial, dando assim um largo passo no desenvolvimento da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

Na XIX.ª Assembléia-Geral das Nações Unidas o Brasil propôs a revisão da Carta, a fim de permitir a criação

de uma fôrça de paz permanente das Nações Unidas, organização de tipo paramilitar, cuja necessidade se faz sentir de maneira cada vez mais premente no interêsse da paz mundial.

Na Organização dos Estados Americanos, por ocasião da Primeira Conferência Extraordinária Interamericana, sustentou o Brasil que os novos países que, no continente, acederam ou venham a aceder à independência, devem integrar aquêle organismo, a fim de ampliá-lo e reforçá-lo. O Brasil propôs também ao Conselho da OEA a convocação de uma Conferência Interamericana Extraordinária, destinada ao fortalecimento do sistema.

Acontecimentos auspiciosos em nossa vida internacional foram constituídos pelas visitas ao Brasil de três ilustres Chefes de Estado: o Presidente da República Federal Alemã, Doutor Heinrich Luebke, o Presidente da República do Senegal, Professor Leopold Senghor e o Presidente da República da França, General Charles de Gaulle. Essas visitas reforçaram os laços de compreensão e respeito existentes entre o Brasil e aquêles países amigos. Teve o povo brasileiro ocasião de externar, de forma calorosa, sua estima pelos eminentes estadistas de Nações a que se sente ligado pela mais sincera amizade e admiração.

Ainda nessa linha de aproximações internacionais, cabe destacar a visita oficial ao Brasil dos Ministros das Relações Exteriores da República Argentina, Doutor Miguel Angel Zavala Ortiz, e do Uruguai, Senhor Alejandro Zorrilla de San Martin. Além de consolidar nossas relações no âmbito bilateral, a presença dêsses destacados homens públicos serviu para reafirmar propósitos comuns de fortalecimento, no plano nacional, continental e mundial, dos princípios de paz e de liberdade, democracia, autodeterminação e soberania das nações, desenvolvimento econômico e progresso social dos povos.

No plano mundial, cumpriu o Govêrno o propósito, desde logo manifestado, de manter relações políticas, econômicas e culturais com todos os países, sem distinção de seus sistemas políticos.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito.

Brasília, janeiro de 1965.

Vasco T. Leitão da Cunha

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA SETENTRIONAL

RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Aspectos Gerais

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América em 1964 reflete mcom bastante ênfase as políticas internas dos dois países. Nos Estados Unidos da América, uma atmosfera pré-eleitoral impõe certas modificações na ação do Govêrno, enquanto que no Brasil, por outro lado, a eclosão do movimento de 31 de março facilita o diálogo entre os dois países, que passa a se desenrolar num clima de franca cordialidade.

O movimento brasileiro obtém ampla repercussão nos meios responsáveis da República além do Rio Grande, os quais, em geral, lhe são imediatamente favoráveis. A imprensa norte-americana recebe com satisfação o movimento vitorioso em abril, acolhendo-o com destacadas manchetes e deixando transparecer grande e generalizado sentimento de alívio pela solução dada à crise brasileira que representa com fidelidade a corrente predominante na opinião pública daquele país. Quanto ao Govêrno, o Presidente Johnson, após breve período de «quiet satisfaction», segundo um jornal local, telegrafa ao Presidente interino Ranieri Mazzili, doze horas depois de sua posse, transmitindo-lhe seus «warmest wishes» e sua manifestação de «our intensified cooperation».

Posteriormente, intensifica-se a confiança entre as autoridades das duas repúblicas, que entram em fase de franca colaboração. O Executivo brasileiro apoia abertamente a cooperação com os Estados Unidos da América, desde que vise à realização de suas aspirações comuns e aos interêsses básicos da preservação do sistema ocidental. A Administração norte-americana cita o Brasil, «fiel e valioso amigo

dos Estados Unidos da América, nas boas como nas más horas», como exemplo de «novos governos dispostos a se engajarem em programas sérios de desenvolvimento e reforma «na América Latina», e declara que «os Estados Unidos da América não podem voltar as costas aos generosos esforços do atual Govêrno brasileiro para implantar a ordem em meio ao caos criado por seu antecessor. Tudo o que se pode pedir é que aquêle Govêrno venha ao encontro dos nossos esforços, tomando as medidas de auto-ajuda.»

A reeleição do Presidente Johnson

A reeleição de Lyndon Baines Johnson à Presidência da República dos Estados Unidos da América, sua intenção de manter a mesma equipe de John Kennedy trabalhando por sua «Grande Sociedade» e a eleição do Senador Hubert Humphrey para o cargo de Vice-Presidente, em 3 de novembro último, indicam que o estreitamento das relações entre os dois países não sofrerá solução de continuidade. A simples presença de Johnson e Humphrey na Casa Branca corrobora êsse prognóstico: aquêle, dedicado à continuação da obra de seu antecessor, à qual pretende imprimir seu cunho pessoal, e êste, incansável defensor da «Aliança para o Progresso», para a qual preconiza um programa de reformas — em vias de execução pelo Govêrno brasileiro. aliás —, além de adepto da tese de que a América Latina desempenha papel fundamental no futuro dos Estados Unidos da América.

Uma conseqüência imediata da reeleição de Lyndon Johnson, no campo das relações bilaterais entre as duas nações, seria a ampliação do programa de ajuda dos Estados Unidos da América ao Brasil, graças ao aumento das dotações correspondentes à América Latina na votação da Lei de Assistência Externa para o exercício fiscal 1965/1966, de certa forma antecipada pelo próprio Chefe do Executivo norte-americano, na mensagem apresentada ao Congresso, em 18 de maio.

Relações econômico-financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos da América

As relações econômico-financeiras entre o Brasil e os Estados Unidos da América confirmam o estreitamento anteriormente registrado.

A conclusão de um acôrdo de empréstimo de US$ 50 milhões, em 23 de junho em Nova Iorque, concedidos pela Administração Johnson ao Govêrno Castello Branco, reinicia uma ajuda que havia sido interrompida em 1963. Êsse ajuste, juntamente com outro da mesma natureza no montante de US 150 milhões, concluído no Rio de Janeiro, em 14 do corrente, constituem um dos primeiros resultados positivos dessa fase das relações financeiras entre os dois países. Em meados do ano em curso, verifica-se a emenda ao «V Acôrdo do Trigo», assinado por representantes dos Governos dos Estados Unidos da América e do Brasil em 11 de setembro de 1963, dentro da PL-480 — Lei norte-americana que permite a exportação de sementes agrícolas e a utilização dos recursos gerados por essas exportações em condições excepcionais.

A Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso — COCAP —, representando o Govêrno brasileiro, e a «Agency for International Development» — «AID» — do Govêrno norte-americano concluem, de janeiro a outubro, quatorze ajustes, enumerados a seguir:

a) Acôrdo de Pagamento de empréstimo anterior, *assinado em* 16 *de abril*, com a participação da firma brasileira Crédito e Financiamento S.A. — COPEG —, cujos recursos se destinam a financiar indústrias pequenas e médias no Estado da Guanabara.

b) Convênio de Doação, com opção de empréstimo, *assinado em* 22 *de abril*, destinado a programa de educação no Estado da Guanabara.

c) Acôrdo *assinado em* 13 *de maio*, para a continuação do programa de erradicação da malária no Brasil.

d) Ajuste *assinado em* 22 *de maio*, sendo participante brasileiro a Companhia Siderúrgica Nacional.

e) Acôrdo *assinado em junho*, destinado à construção de rodovias no Nordeste brasileiro.

f) Dois convênios *assinados em junho* e *agôsto*, sendo participante brasileiro a companhia Centrais Elétricas Matogrossenses — CEMAT.

g) Acôrdo *assinado em agôsto*, cujos recursos serão aplicados no financiamento de importações de fertilizantes de procedência norte-americana, visando ao desenvolvimento da indústria brasileira de fertilizantes.

h) Ajuste *assinado em 4 de setembro*, sendo participante brasileiro o Ministério da Aeronáutica, destinado à instalação de equipamentos eletrônicos e elétricos em cinco aeroportos comerciais brasileiros.

i) Acôrdo *assinado em 20 de setembro*, cujos recursos se destinam à conclusão da Rodovia RS-13, denominada Estrada da Produção».

j) Acôrdo *assinado em 2 de outubro*, destinado à ampliação das linhas de transmissão de Furnas.

k) Ajuste *assinado em 7 de outubro*, com a participação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

l) Acôrdo *assinado em outubro*, destinado a fornecer recursos para a compra de equipamentos de construção e para a manutenção de rodovias no Nordeste brasileiro.

m) Ajuste *assinado em outubro*, sendo participante brasileiro o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER —.

Durante o ano em curso, o Escritório do Govêrno Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica — Escritório do Ponto IV —, assina, por sua vez, dezoito convênios com a «AID», destinados ao aprimoramento dos serviços e ao treinamento dos técnicos brasileiros.

A decisão de incluir uma série de convênios assinados diretamente entre os Estados das duas Federações no programa de ajuda externa dos Estados Unidos da América, acertada entre seus representantes em outubro último, é uma das novidades nas relações econômico-financeiras entre os dois países no período considerado. Encontram-se em fase adiantada as negociações para conclusão de vários ajustes dessa natureza.

As perspectivas das relações econômico-financeiras entre Brasil e Estados Unidos da América, em 1965, encontram-se bem definidas no comunicado conjunto expedido por suas autoridades, na assinatura do segundo acôrdo de empréstimo anteriormente citado, em 14 do corrente, no qual o Govêrno dos Estados Unidos da América anuncia que «está preparado para tornar disponíveis», dentro da Aliança para o Progresso, recursos públicos superiores a 430 milhões de dólares, durante 1965, «assim como fianças de 23 milhões de dólares para a construção de casas para trabalhadores, em apoio ao programa brasileiro de estabilização, desenvolvimento e reformas».

«Essas somas», prossegue o referido comunicado, «juntamente com a esperada provisão de recursos de instituições financeiras internacionais, os acôrdos já concluídos para o reescalonamento parcial da dívida externa do Brasil e os créditos e investimentos financeiros privados, estrangeiros, devem prover apoio exterior total, durante 1965, ao programa econômico do Brasil, no montante aproximado de 1 bilhão de dólares».

«Além disso», continua o comunicado conjunto, «o Govêrno norte-americano pôs em disponibilidade, ou está em vias de conceder, a seguinte assistência adicional ao Brasil em 1965:

a) A «AID» estará preparada para empenhar, em 1965, para projetos econômica e tècnicamente exeqüíveis nos campos da energia elétrica, da indústria, da agricultura, do transporte e das telecomunicações, assistência num montante de 100 milhões de dólares, dos quais 50 milhões estão dependentes de novas verbas, a serem aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos, para o exercício financeiro norte-americano de 1966. A «AID» trabalhará estreitamente com o Govêrno do Brasil para aumentar o volume de tais projetos econômica e tècnicamente exeqüíveis, neste e nos anos futuros.

b) A «AID» fornecerá assistência técnica durante êste ano em nível de, aproximadamente, 15 milhões de dólares, em setores como a agricultura e a educação.

c) A «AID» dispõe de 23 milhões de dólares, através de sistema de garantia de investimento, em favor de sindicatos operários no Brasil, dentro do programa de construção de casas para trabalhadores. Os projetos são patrocinados pelo Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre e utilizarão fundos da Federação Norte-Americana dos Trabalhadores/Congresso das Organizações Industriais (AFL/CIO).

d) O Tesouro dos Estados Unidos declarou estar pronto a participar de um acôrdo de câmbio com o Brasil, no montante de, aproximadamente, 50 milhões de dólares.

e) O Govêrno dos Estados Unidos estará preparado para negociar um nôvo acôrdo, no Título I da Lei 480, com o Brasil, em oportunidade próxima. Calcula-se que os embarques do trigo e outros produtos agrícolas para o Brasil,

durante 1965, segundo os acôrdos existentes e esperados, atingirão cêrca de 90 milhões de dólares.

f) Os embarques de produtos agrícolas, segundo os programas de Alimentos para a Paz, montarão a, pelo menos, 25 milhões de dólares.

g) O Banco de Exportação e Importação estará preparado para estudar financiamento de novos projetos em base seletiva.

h) O desafôgo resultante do reescalonamento, já acordado, dos débitos para com o Banco de Exportação e Importação, originàriamente vencíveis em 1965, é estimado em mais de 30 milhões de dólares».

Relações entre o Brasil e o Canadá

As relações entre o Brasil e o Canadá no campo econômico e financeiro mantêm-se em grande incremento.

Informações dessas atividades chegam regularmente à Secretaria de Estado e à Divisão da América Setentrional a cuja área está o Canadá submetido. Relatórios e levantamentos estatísticos comprovam o crescimento do nosso intercâmbio com aquêle país amigo.

Êsse desenvolvimento pode ser verificado pelo montante das exportações brasileiras, que, no primeiro semestre do ano em curso, alcançaram a cifra de CAN$ 18.800.000 (dezoito milhões e oitocentos mil dólares canadenses) contra ...... CAN$ 14.500.000 (quatorze milhões e quinhentos mil dólares canadenses), em igual período do ano passado, acusando um aumento de CAN$ 4.000.000 (quatro milhões de dólares canadenses).

O acréscimo verificado na nossa balança comercial com o Canadá, sempre crescente, não atingiu ainda a possibilidade dos dois países. Não resta dúvida que os potenciais canadense e brasileiro, se explorados convenientemente, muito contribuirão para a maior amplitude das relações comerciais dos dois países.

AMÉRICA CENTRAL

Consciente da opção básica de que decorre a fidelidade cultural e política do País ao sistema democrático ocidental, a diplomacia brasileira, em relação à América Central (região em que se compreendem, por extensão, o México, o Panamá e os países das Caraíbas), se condicionou, precìpuamente, pela coincidência geral dos interêsses nacionais com os da América Latina.

CUBA

Assim, procurou o Govêrno atuar decisivamente na preservação da paz no Continente Americano, clara e gravemente ameaçada pela existência do foco de tensão representado pelo atual Govêrno de Cuba. Cabe, portanto, ressaltar a destacada participação do Brasil na formulação das Resoluções adotadas na Nona Reunião de Consulta dos Chanceleres dos Estados Americanos, e assinalar que o Govêrno, já anteriormente, associando sua diplomacia com os objetivos definidos no plano interno, rompera, isoladamente, tôdas suas relações com o regime cubano, em decisão que por certo iria influir, de modo marcante, nas Resoluções da OEA.

Com efeito, no dia 13 de maio, o Encarregado de Negócios do Brasil em Havana comunicou à Chancelaria cubana que cessavam, naquela data, as relações diplomáticas e consulares entre os dois Governos, por não haver condições para o prosseguimento das mesmas. A decisão foi tomada pelo Govêrno brasileiro em inteira consonância com seu propósito de não admitir ação comunista no território nacional, propósito êsse coerente com a afirmação de respeito do Brasil à independência dos negócios internos dos países de todo o mundo e de exigência de igual respeito à nossa independência.

Ao identificar-se oficialmente como de tipo marxista-leninista, o Govêrno de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no Sistema Interamericano. O regime de Fidel Castro, longe de manifestar o menor interêsse em seu retôrno ao convívio das Nações livres da América, foi-se afastando cada vez mais dos países do Continente, aproveitando-se de tôdas as oportunidades para continuar a exportar suas doutrinas subversivas, através de intensa propaganda ideológica.

Com respeito, especìficamente, às relações entre o Brasil e Cuba, delas se vinha servindo o Govêrno de Fidel Castro, para acobertar as atividades de propaganda de seus agentes, em inequívoca demonstração de que, ao invés do diálogo regular pelos canais diplomáticos, optara por um inadmissível entendimento com grupos minoritários brasileiros, interessados num proselitismo incompatível com as tradicionais convicções cristãs e democráticas de nosso povo. Tal interferência em assuntos internos do Brasil não mais podia ser tolerada sem graves riscos para a ordem pública e sem ofensa aos verdadeiros sentimentos nacionais.

MÉXICO

A 1º de dezembro, tomou posse de seu cargo o nôvo Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Sua Excelência o Senhor Gustavo Diaz Ordaz. Desejoso de assegurar continuidade às tradicionais relações de amizade e cooperação com aquêle país irmão — formalmente normalizadas, após curto intervalo, desde o mês de junho — o Govêrno brasileiro deu particular relêvo à Missão Especial enviada às solenidades de posse, confiando a Chefia da mesma ao ilustre Marechal Nelson de Mello.

PANAMÁ — REPÚBLICA DOMINICANA — HAITI

Sempre atento aos altos objetivos de manutenção da paz nas Américas, o Govêrno brasileiro não deixou de acompanhar as eventuais questões surgidas entre as Nações do Continente, pronto, em todos os momentos, a oferecer sua mediação, como ocorreu na controvérsia entre a República Dominicana e o Haiti, bàsicamente solucionada pela intercessão da Comissão Especial da OEA, de que participou um Representante do Brasil.

É particularmente grato notar, ainda, a solução final dada pelo Govêrno do Haiti no caso dos asilados que se encontravam na Embaixada do Brasil em Pôrto Príncipe e que, no mês de novembro, receberam salvo-conduto para deixarem o país, beneficiando-se das disposições das Convenções Interamericanas que regem o instituto do asilo.

TRINIDAD-E-TOBAGO — JAMAICA

Um registro especial cumpre ser feito em relação à visita ao Brasil, no mês de novembro, do Doutor Patrick Solomon, Ministro dos Negócios Exteriores de Trinidad-e-Tobago, que viajou a diversos países da América do Sul, com o propósito de estreitar relações com os Governos do Continente.

GUATEMALA — EL SALVADOR — HONDURAS — NICARÁGUA — COSTA RICA

Os países de tôda a América Central têm uma identidade de objetivos real, em relação ao Brasil, no concernente aos anseios comuns de desenvolvimento econômico e, nesse campo, a ação da política externa brasileira se funde com a daquelas Nações, não apenas no âmbito da Aliança para o Progresso, senão também, por outro lado, na busca dos entendimentos internacionais para a estabilização dos preços de nossos produtos de exportação, conjugada com a criação de um mecanismo de financiamento compensatório. Integrante, outrossim, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, o Brasil está acompanhando com muito interêsse a experiência de integração econômica pela qual, paralelamente, a Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica visam à criação do Mercado Comum Centro-Americano e espera que ambas as organizações venham, no futuro, a convergir no sentido de um aperfeiçoamento da convivência econômica e da solidariedade interamericana.

AMÉRICA MERIDIONAL

Nos últimos anos vem-se acentuando marcadamente a preocupação do Govêrno brasileiro com a sua política continental, especialmente na parte que se refere aos países da América do Sul. Em 1964 o Itamaraty, sem descurar a atenção que sempre lhe mereceram os assuntos do Prata e dos países mediterrâneos, procurou voltar-se para os problemas dos países amazônicos, examinando iniciativas que permitam transformar em realidade os Acôrdos de Cooperação e Assistência Técnica, firmados em 1958 com a Colômbia, Equador e Peru.

A exigüidade de meios disponíveis não permitiu que tal programa tivesse o desenvolvimento que seria desejável. Entretanto, como será dado examinar posteriormente, várias providências puderam ser tomadas com relação ao assunto, e já existe plena consciência, não apenas no Itamaraty, mas em vários outros órgãos da administração brasileira, da necessidade urgente de desenvolver um programa que atente melhor para os problemas de caráter político, econômico e cultural com o Peru, Equador, a Colômbia e, eventualmente, as três Guianas e a Venezuela. Os resultados até agora obtidos são bastante animadores e a iniciativa brasileira tem recebido de todos os países interessados o mais franco e decidido apoio. O Itamaraty teve sempre muito presente a circunstância de que qualquer programa a ser realizado na América do Sul tem como problema essencial a necessidade de desenvolver vias de comunicação rodoviárias, fluviais, marítimas e aéreas. A tônica do trabalho realizado no setor da América Meridional foi buscar fórmulas que permitam a execução de projetos que visam à integração com os países amazônicos e abertura de caminhos para o Pacífico.

Alguns problemas surgiram imediatamente depois da revolução de abril, e mereceram particular atenção todos os

projetos cuja implementação por parte do Govêrno brasileiro tornasse bem clara a intenção de o nôvo Govêrno concentrar novamente os seus esforços no estreitamento das relações com os países — irmãos do Continente.

Foi assim que, não obstante a suspensão de relações com a Venezuela, conseqüente à incompreensão do Govêrno de Caracas no tocante à natureza do movimento de 1º de abril, o Brasil continuou a manter relações consulares com aquêle país, apoiou-o no problema de Cuba, manteve o mesmo nível de compras e em momento algum permitiu que a situação criada pela curiosa atitude do Govêrno venezuelano viesse impedir o diálogo entre os dois países nos Organismos Internacionais.

Com relação ao Chile, foi acompanhado com particular atenção o processo eleitoral, cujo resultado, tudo indica, deverá trazer benefícios para a tradicional boa amizade entre os dois países.

No que diz respeito ao Uruguai, o Brasil tem desenvolvido uma política de cooperação, demonstrada pelos vários projetos em andamento, e de respeito às normas jurídicas internacionais.

O Brasil manteve relações de estreita amizade com a Argentina, merecendo todo o destaque a visita do Chanceler Zavala Ortiz e a negociação do nôvo Acôrdo do Trigo. O Paraguai mereceu tôda a atenção do Govêrno brasileiro, que está empenhado em concluir brevemente as obras de cooperação ora em andamento naquele país. A Ponte Internacional Brasil-Paraguai, construída pelo Brasil sôbre o Rio Paraná, deverá ser inaugurada em março próximo, ocasião em que se deverão encontrar os Presidentes dos dois países. Nas relações brasileiro-bolivianas o fato mais importante, e que ilustra a compreensão e a amizade reinante entre os dois países, foi a negociação do Protocolo Adicional ao Tratado de 1938 sôbre Ligação Ferroviária, pelo qual se resolveu satisfatòriamente o problema da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. No que toca aos países amazônicos, como já foi salientado, o Govêrno brasileiro procurou intensificar sua ação junto ao Perú, ao Equador e à Colômbia, no sentido de coordenar um programa de ação integrado com aquêles países. Finalmente, o Itamaraty não descurou das Guianas, e, como primeiro passo para a ampliação de sua

presença na região, abriu um Consulado de Carreira em Paramaribo.

URUGUAI

Aproveitamento da Bacia da Lagoa Mirim

Em dezembro de 1961, por ocasião da visita do Presidente Haedo ao nosso país, o Brasil e o Uruguai resolveram concentrar esforços para o aproveitamento da bacia da Lagoa Mirim, constando dos planos a melhoria das condições de navegação, inclusive a ligação com o oceano e a exploração econômica das ricas terras circunjacentes sujeitas a inundações periodicas e deficiências de drenagem.

O Fundo Especial das Nações Unidas concordou em participar dos estudos, tendo, a 16 de janeiro do corrente ano, destinado aos trabalhos a quantia de US$ 1.543.700.00, que será aplicada por intermédio da FAO.

Em 30 de julho foi designado o General-de-Divisão João José Baptista Tubino para chefiar a Seção brasileira da dita Comissão, em substituição ao Senhor Joaquim Alfredo da Silva Tavares.

Em reunião realizada em setembro último em Montevidéu foi apresentado o nôvo texto do Regulamento da Comissão para pôr fim ao impasse criado com a adoção, em 1963, de nôvo Regulamento pelo Brasil, o qual não foi aceito pelo Uruguai. Discutiu-se também o Projeto de Notas complementares relativas ao programa conjunto brasileiro-uruguaio de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim Tal projeto já foi aprovado pelo Govêrno brasileiro, faltando apenas a palavra do Govêrno uruguaio.

Ponte Quaraí-Artigas

A construção dessa ponte internacional foi objeto de um Convênio assinado em 1947. Foram criadas Comissões de estudo e, posteriormente, a Comissão Mista construtora.

Em 1964 foi elaborado o anteprojeto de Regulamento da Comissão Mista e das normas por que se regerá a concorrência pública a ser aberta para a construção da Ponte, documento que se encontra em fase de estudos pelo Govêrno uruguaio.

Centro Desportivo e Cultural na Praça Internacional de Livramento e Rivera

Trata-se de iniciativa do Govêrno uruguaio, proposta ao então Presidente Goulart, quando visitou aquêle país, em abril do ano passado.

O assunto está sendo considerado pelos órgãos federais.

Ligação e ampliação dos aeroportos Livramento e Rivera

O Ministro de Obras Públicas do Uruguai procurou a Embaixada do Brasil em Montevidéu para propor a unificação dos aeroportos das duas cidades lindeiras e sua transformação em aeroporto internacional. O projeto está em estudos na Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica.

Visita do Chanceler Zorrilla de San Martín

Durante sua rápida visita ao Brasil (10 a 12 de setembro), o Chanceler uruguaio examinou com o seu colega brasileiro, além dos assuntos apontados acima, a questão do tráfego ferroviário e rodoviário entre os dois países, a atual situação da ALAC e o fortabelecimento da OEA.

Foi ainda considerada a situação dos asilados brasileiros, aos quais foi concedido asilo diplomático ou territorial, concordando ambos os Chanceleres em que os problemas levantados sejam resolvidos dentro das normas e princípios do direito internacional e da legislação interna de cada país.

ARGENTINA

Visita do Chanceler Zavala Ortiz

A visita do Chanceler Zavala Ortiz, em agôsto do corrente ano, constituiu-se num gesto simbólico da amizade e identidade de pontos-de-vista que vêm caracterizando as relações entre o Brasil e a Argentina. Valendo-se do ensejo, os dois Ministros de Estado reafirmaram em nome de seus respectivos países o propósito de incrementar por todos os meios as relações bilaterais nos campos político, econômico e cultural. Brasil e Argentina manifestaram ainda a de-

cisão de defender, nos planos nacional, continental e universal, a liberdade, a democracia, a autodeterminação, a soberania das nações e a independência e desenvolvimento econômico dos povos, bem como declararam que continuarão colaborando amplamente entre si e com todos os países do Continente na procura de fórmulas que contribuam para alcançar aquêles objetivos. Além disso, concordaram em desenvolver todos os esforços para promover e fortalecer a ALALC, tendo para tal fim sido considerada oportuna uma reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países-membros.

Acôrdo de Trigo

O comunicado distribuído à Imprensa, ao final da visita do Chanceler Zavala Ortiz, incluíra uma notícia a respeito das negociações para assinatura de nôvo acôrdo de trigo, em substituição ao acôrdo trienal, cuja vigência terminará em 30 de dezembro corrente. As negociações efetivamente iniciaram-se, no dia 13 de outubro último, em Buenos Aires, para onde se deslocou a Delegação brasileira, chefiada pelo Embaixador Arnaldo Vasconcellos. Os entendimentos encerraram-se em 7 de novembro, sendo formalizadas as decisões a 10 do mesmo mês, por troca de notas, que determinaram a compra e venda de trigo, no volume de 1.000.000 de toneladas métricas anuais, por três anos, ficando estabelecido no próprio Acôrdo o mecanismo adequado para o incremento daquele volume em 1965 e a sua revisão nos anos subseqüentes, segundo a evolução do comércio entre ambos os países.

Outros itens do intercâmbio comercial Brasil-Argentina

Nos primeiros dez meses do ano em curso, o balanço das transações correntes acusou as seguintes cifras:

Exportações brasileiras (FOB)	US$ 64.890.000.00
Exportações argentinas (CIF)	US$ 97.390.000.00

Entre os resultados das negociações sôbre trigo, incluem-se determinações relativas a outros produtos. Tal é o caso da juta e do material ferroviário, que serão objeto de medidas das autoridades argentinas a fim de competirem em condições equitativas no mercado argentino.

Acôrdo de extradição

Assinado em 15 de novembro de 1961, foi recentemente aprovado pelo Congresso Nacional. Logo após sua aprovação pelo Congresso argentino, serão trocados os instrumentos de ratificação.

Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita

Firmada na mesma data do precedente, foi aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 53, de 31 de agôsto do corrente ano. Ainda está sendo apreciada pelo Congresso argentino.

Convênio de Amizade e Consulta

Concluído em Uruguaiana, no dia 21 de abril de 1961. Aprovado pelo Decreto Legislativo nº 44, de 27 de agôsto último.

Juán Perón

Atendendo a solicitação do Govêrno argentino, o Govêrno brasileiro tomou tôdas as medidas necessárias para impedir o prosseguimento da viagem do ex-Presidente Juán Perón, que, acompanhado dos principais elementos do Partido Peronista, Vandor, Framini, Parodi e Jorge Antonio, pretendia chegar a Buenos Aires.

CHILE

Missão Especial à posse do Presidente do Chile

As eleições presidenciais do Chile tiveram lugar a 4 de setembro último, e nelas saiu vitorioso o candidato democrata-cristão, Eduardo Frei Montalva.

O Govêrno brasileiro enviou uma Missão Especial à posse do nôvo Presidenet, ocorrida a 3 de novembro. A referida Missão foi chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, e contou com a participação do Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora.

PARAGUAI

Rodovia Concepción-Ponta Porã

Item importante no programa de cooperação e assistência do Brasil ao Paraguai é o relativo à construção da Rodovia Concepción-Ponta Porã, sob direção técnica brasileira.

A conclusão desta rodovia está dependendo da construção do trecho compreendido entre Ponta Porã e o arroio Jaguari-Guazu, numa extensão de 77 quilômetros, assim como da ponte sôbre o rio Apa.

Complementarmente, caberia realizar a ligação da Rodovia 5 a Bela Vista.

A conclusão do trecho Ponta Porã-Arroio Jaguari-Guazu e a construção da ponte mencionada estavam orçadas em quatro bilhões de cruzeiros e demandariam abertura de crédito especial, já que não havia dotação orçamentária própria.

A Comissão Mista respectiva, sob chefia brasileira, está pleiteando, com o apoio do Brasil, um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Entrementes, dada a relevância do empreendimento para as relações com o vizinho país, estudam as autoridades brasileiras a possibilidade de enquadrá-lo em programa mais amplo de cooperação mútua, a iniciar-se com a inauguração da Ponte Internacional sôbre o rio Paraná em março de 1965.

Convênio do Comércio Fronteiriço

O Convênio de Comércio Fronteiriço Brasil-Paraguai foi denunciado pelo país vizinho em 9-9-63, sob a alegação de que era contrário ao Tratado de Montevidéu (ALALC), e em conseqüência, perdeu a vigência a partir de 6-9-64.

Embora denominado fronteiriço, equivalia pràticamente a verdadeiro acôrdo de comércio e pagamentos.

Pela circular nº 582, de 4-9-64, a FIBAN esclareceu que, finda a vigência do convênio, o comércio com o Paraguai passaria a fazer-se em moedas internacionais.

Conforme se previa, a denúncia paraguaia, além de afetar a capacidade competitiva, de sentido negativo, relacio-

nada com a desvalorização do cruzeiro, restringiu o comércio a moedas conversíveis, de disponibilidade limitada.

Cabe, nestas circunstâncias, com a possível urgência, o encontro de uma solução para o incremento do comércio mútuo no âmbito da ALALC.

BOLÍVIA

Estrada de Ferro Brasil-Bolívia

Com a assinatura em La Paz do Protocolo Adicional ao Tratado de 1938 sôbre Ligação Ferroviária com a Bolívia, em 23 de julho, o Brasil entregou à administração do Govêrno boliviano o trecho da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra situado em território boliviano e recebeu quitação do compromisso de construção daquela ferrovia, mediante adiantamento final de Cr$ 2.884.413.991,50, com que a Bolívia deverá oportunamente realizar as obras finais necessásais de 30 de agôsto de 1929, e pelo artigo III do Tratado dos trilhos e dormentes e conclusão de algumas pontes e pontilhões.

O referido Protocolo constitui o último ato que se relaciona com o Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, para dirimir a questão do Acre.

O compromisso assumido pelo Brasil no artigo VII do Tratado de Petrópolis havia sido modificado pelo artigo V do Tratado de 25 de dezembro de 1928, pelas Notas Reversais de 30 de agôsto de 1929, e pelo artigo III do Tratado sôbre Ligação Ferroviária de 25 de fevereiro de 1938, no sentido da aplicação da importância de um milhão de libras esterlinas-ouro na construção de uma linha férrea que, partindo de ponto conveniente escolhido entre Pôrto Esperança e Corumbá, fôsse terminar na cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Em vista, porém, da insuficiência da mencionada quantia, conforme cálculos técnicos, o Tratado de 1938 previa a obrigação brasileira de adiantar oportunamente a importância suplementar que se fizesse necessária à integral construção da estrada, que seria de propriedade boliviana.

Concluída a ferrovia, receberia o Brasil da Bolívia as quantias adiantadas e juros respectivos, em vinte prestações

anuais, ou menor prazo a critério boliviano, em libras esterlinas-ouro.

Esta cláusula-ouro, do artigo IV do Tratado de 1938, mantida sob outra forma na Nota Reversal nº 3 de 17 de janeiro de 1952, elevaria, contudo, demasiadamente, a dívida boliviana, tanto com relação ao valor da ferrovia e dos adiantamentos totais brasileiros, como com a capacidade financeira daquele país, motivo por que foi suprimida nas negociações, tanto mais razoàvelmente quanto o Brasil mesmo já a havia repudiado nas obrigações internacionais.

Ao passo que se arbitrou a dívida boliviana em têrmos mais ajustados ao real valor da estrada e compatíveis com a conjuntura econômica e financeira prevalecente no curso de construção da estrada, tratou-se igualmente de assegurar os interêsses brasileiros contra a desvalorização do cruzeiro, fazendo-se a consolidação em dólares dos Estados Unidos da América, ao câmbio de Cr$ 1.230, vigente em 31 de dezembro de 1963.

Quando saldado o débito boliviano, terá a ferrovia finalmente custado ao vizinho país US$ 11,803,197,09, total dos adiantamentos brasileiros, acrescidos dos juros de 3,5% a. a., previstos no Tratado Ferroviário de 1938.

Dos pagamentos feitos pelo Brasil a quantia de ...... US$ 8.225,00, desembolsada até 1944, não constitui dívida boliviana, por corresponder à obrigação do Govêrno brasileiro de aplicar um milhão de libras esterlinas-ouro na construção da ferrovia, última remanescente, com efeito, de compromissos derivados do Tratado de Petrópolis.

Ao negociar a entrega da ferrovia, não deixaram os representantes brasileiros de ter presente a importância geopolítica da região por ela servida e a conveniência de continuar o Brasil a contribuir para o desenvolvimento da área.

Dada, com efeito, esta coordenação e a relevância de ordem econômica, para o Brasil, do progresso social e econômico das regiões orientais bolivianas, convieram os negociadores brasileiros, à base de estudos prévios, em aplicar pelo período de vinte anos, findo o prazo de carência ajustado para início do reembôlso, os pagamentos efetuados pela Bolívia no montante anual de US$ 913.764.22, na constituição de um Fundo de Desenvolvimento para financiamento de es-

tudos e projetos que visem ao fomento da região e que, conseqüentemente, sirvam ao aumento de rentabilidade da ferrovia.

Esta iniciativa é de grande significação para a política continental do Brasil e pode ser considerada como nôvo ponto de partida para a mesma.

Por proposta de iniciativa do Brasil foi considerada extinta, a partir de 31 de dezembro de 1963, a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, tendo ficado, em conseqüência, sem aplicação, a dotação orçamentária respectiva do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Comércio Brasil-Bolívia

Em nota reversal assinada juntamente com o Protocolo, acordou-se convocar, dentro de 120 dias, as Comissões Mistas Permanentes previstas no Convênio Comercial de 29 de março de 1958, conforme procedimento previsto no respectivo art. X, parágrafo único, com o propósito de consecução de um incremento no intercâmbio comercial entre os dois países, o que parece viável pela complementariedade de economias.

Os acontecimentos supervenientes na Bolívia retardaram esta providência.

Asilados bolivianos

Quando dos recentes acontecimentos no vizinho país que culminaram na deposição do Presidente Paz Estensoro, entraram no Brasil várias centenas de refugiados e guerrilheiros bolivianos, algumas dezenas dos quais pediram asilo político.

As autoridades militares brasileiras da fronteira atuaram com grande precisão e eficiência no acolhimento e encaminhamento dos mesmos, fornecendo-lhes acomodações, alimentação e cuidados médicos e submeteram prontamente a êste Ministério os pedidos de asilo.

O Govêrno brasileiro foi fiel na emergência aos princípios humanitários tradicionais que o inspiram e ao povo brasileiro.

Esteve por outro lado atento às demandas do Govêrno boliviano relacionadas com a penetração e atuação de elementos rebeldes em território nacional e as considerou estritamente à luz de compromissos assumidos nas convenções internacionais competentes, a saber, a de Havana, de 1928, de Montevidéu, de 1933, e de Caracas, de 1954.

COLÔMBIA

Via Interoceânica Brasil-Colômbia

Não subsistem mais dúvidas quanto à imperiosa necessidade de aproximar-se o Brasil cada vez mais dos seus vizinhos amazônicos. Nessa ordem de idéias, o Itamaraty voltou, no ano de 1964, sua atenção para êsses países, iniciando estudos relativos à efetivação do Convênio de Bases de Cooperação Econômica, assinado em Bogotá, em 1958.

Parte importante dêsses estudos é a abertura de vias de comunicação entre os dois países, tendo-se elaborado o projeto de uma via entre o Pôrto de Tumaco ou de Sanquianga, ambos no litoral colombiano do Pacífico, e o Pôrto de Manaus. A ligação seria feita por estrada de rodagem, do Pacífico até Puerto Asis, sôbre o rio Putumayo (Içа na toponímia brasileira) e daí por êste afluente do Amazonas e pelo Solimões até Manaus.

O Engenheiro Philúvio de Cerqueira Rodrigues, do DNER, acompanhado de um diplomata, estêve na capital colombiana, onde conferenciaram com o Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e com técnicos da Comissão Geral Rodoviária da Colômbia sôbre as diversas iniciativas a serem tomadas para maior aproximação entre os dois países.

VENEZUELA

Posse do Presidente da República

No dia 11 de março tomou posse o nôvo Presidente da República venezuelana, Doutor Raul Leoni. O Brasil fêz-se representar nas cerimônias por missão especial, chefiada pelo Embaixador Aguinaldo Boulitreau Fragoso, então Secretário Geral.

Suspensão de relações

A Venezuela, dentro da chamada «Doutrina Bettancourt», decidiu, no dia 18 de abril, suspender relações diplomáticas com o Brasil. O Govêrno brasileiro concordou em conservar o Serviço Consular em Caracas, no desejo de evitar que brasileiros residentes naquele país ficassem sem proteção adequada e para não dificultar uma eventual normalização das relações entre os dois países. O intercâmbio comercial entre os dois países, pode-se dizer, não sofreu solução de continuidade.

PERU

Rodovia Brasil-Peru

O Convênio sôbre as Bases para Cooperação Econômica e Técnica, assinado em 1958, apresenta-se hoje como o instrumento básico para a aproximação entre o Brasil e o Peru, tanto sob o aspecto político quanto sob o aspecto comercial.

Dentro dessa finalidade geral inscrevem-se diversos objetivos intermediários, tais como: abertura recíproca de sucursais de bancos estatais, concessão de zonas francas em portos de ambos os países, conclusão de convênio sôbre turismo, construção de vias de comunicação.

Êste último objetivo vem sendo estudado pelos órgãos técnicos competentes coordenados pelo Itamaraty. Existe o projeto da rodovia Brasil-Peru, para cuja concretização falta construir o trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e entre esta última e Pucallpa através do chamado Boqueirão da Esperança na fronteira.

O Govêrno brasileiro enviou a Lima o Engenheiro Philúvio de Cerqueira Rodrigues, do DNER, acompanhado de um diplomata, a fim de assessorar a Embaixada do Brasil nos entendimentos com o Govêrno peruano a respeito, principalmente, do traçado da rodovia e da obtenção de recursos para a realização da obra.

Entrementes, o Govêrno peruano enviou ao Rio o Engenheiro Oscar Valdivia Avalos, Diretor Técnico do Instituto Nacional de Planejamento, que examinou a questão com os técnicos do DNER e percorreu a região do Acre por onde passará a estrada.

GUIANAS

Guiana Holandesa

A fim de reorganizar o Consulado Privativo em Paramaribo, foi designado para servir provisòriamente naquele pôsto o diplomata Danilo Adão Mair. Posteriormente, pelo Decreto número 54.581, de 26 de outubro do corrente ano, publicado no *Diário Oficial* de 29 do mesmo mês, o referido Consulado Privativo foi transformado em Consulado de Carreira.

Guiana Britânica

O Itamaraty acompanha com interêsse a evolução política daquele país, que acaba de dar importante passo com a realização de eleições e conseqüente mudança de Govêrno.

EQUADOR

Construção da Via Interoceânica

A efetiva aproximação política, comercial e cultural entre o Brasil e o Equador tem como condição a existência de meios de comunicação, que, no momento, restringem-se a linhas aéreas e irregulares rotas marítimas.

Surgiu, então, dentro do espírito do Convênio sôbre a Cooperação Econômica e Técnica, assinado em Quito, em 1958, o projeto da via interoceânica, que ligará o Pôrto de São Lourenço no Pacífico a Manaus, combinando a via rodoviária com a fluvial.

A Subcomissão Técnica de Transportes da Comissão Mista Brasil-Equador já concluiu os estudos preliminares da Via Interoceânica. Os estudos definitivos foram iniciados com o levantamento ecobatimétrico do leito do Rio Putumayo, realizado pelo Engenheiro Sílvio Lopes do Couto, membro da Subcomissão, por meio de uma lancha fluvial cedida pela Petrobrás.

O Govêrno brasileiro enviou a Quito o Engenheiro Philúvio de Cerqueira Rodrigues e um diplomata, a fim de assessorar a Embaixada do Brasil nos entendimentos com o Govêrno equatoriano relativos à obra em aprêço.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A participação do Brasil na Organização dos Estados Americanos caracterizou-se pela defesa intransigente dos postulados fundamentais da democracia representativa, ao mesmo tempo que procurou contribuir mais decididamente para o programa continental de desenvolvimento econômico encetado pela Aliança para o Progresso.

Com essa orientação, atuou de maneira inequívoca no sentido de reforçar os princípios básicos do Sistema Interamericano.

IX REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS AMERICANOS

No campo da segurança coletiva, o Sistema Interamericano foi atingido por uma agressão do atual Govêrno de Cuba contra a Venezuela, que, por fôrça do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, tornou-se uma agressão a todos os Estados americanos.

Em fins de novembro de 1963, o Govêrno da Venezuela deu conhecimento ao Conselho da OEA de haver descoberto um carregamento de armas de procedência cubana, em uma praia da Península de Paranaguá, costa venezuelana.

Com base nessa descoberta, acusou o atual Govêrno de Cuba pela prática de atos de intervenção e agressão que afetavam a integridade territorial e a soberania da Venezuela, assim como a vigência de suas instituições democráticas. Ao mesmo tempo, solicitou ao Conselho a convocação do Órgão de Consultas dos Estados Americanos, de conformidade com os Artigos 6º e 8º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

A 3 de dezembro de 1963, o Conselho da OEA resolveu convocar o Órgão de Consulta para tratar da denúncia da

Venezuela contra Cuba. Decidiu, ainda, constituir-se provisòriamente em Órgão de Consulta e designar uma Comissão de Investigação para apurar os fatos denunciados.

A Comissão de Investigação — composta pelos Delegados da Argentina, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América e Uruguai junto ao Conselho — examinou *in loco* o carregamento de armas.

O Relatório da Comissão de Investigação apresenta farta documentação acêrca das referidas armas, comprovando a sua procedência. Após fazer uma síntese da política de interferência de Cuba no Continente, caracteriza a responsabilidade do Govêrno dêsse país na colocação dos armamentos em território venezuelano como parte da persistente agressão contra a integridade territorial, a soberania política e a estabilidade das instituições democráticas da Venezuela.

O Conselho da OEA, a 26 de junho 1964, aprovou, por dezessete votos favoráveis (inclusive o do Brasil), a resolução convocatória da IX Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores para o dia 21 de julho do mesmo ano, na sede da OEA, em Washington.

Ao reunir-se a conferência, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil foi eleito por aclamação para Presidente da mesma, posição essa que muito contribuiu para a ação decidida da Delegação brasileira em favor da aplicação das medidas previstas no Tratado do Rio de Janeiro ao Govêrno comprovadamente agressor.

A IX Reunião de Consulta, em sua Ata Final, além de declarar que os atos praticados pelo Govêrno de Cuba constituíam agressão e intervenção, e condenar enèrgicamente aquêle Govêrno pela prática dos mesmos, resolveu aplicar, de acôrdo com os Artigos 6º e 8º do mencionado Tratado, as seguintes medidas:

a) não manutenção de relações diplomáticas e consulares com o atual Govêrno de Cuba;
b) suspensão do intercâmbio comercial; e
c) suspensão do transporte marítimo.

Tais medidas poderão ser suspensas mediante o voto de dois terços dos Estados-membros do Conselho, desde o momento em que o Govêrno de Cuba deixe de constituir um perigo para a segurança do Continente.

A IX Reunião de Consulta advertiu, ainda, o atual Govêrno cubano de que, caso persista na prática de atos semelhantes, os Estados-membros preservarão seus direitos essenciais de nações soberanas mediante a legítima defesa. Ademais, instou os Estados não-membros da Organização, animados dos mesmos ideais do sistema interamericano, a que examinassem a possibilidade de demonstrar sua solidariedade para o eficaz cumprimento de tais medidas.

A IX Reunião de Consulta aprovou ainda um projeto de resolução, apresentado pelo Brasil, que proclama a solidariedade de todos os povos do Continente para com o povo irmão de Cuba em sua sorte e em sua luta pela liberdade.

Aprovou, finalmente, uma resolução cujo projeto foi apresentado pela Argentina, em favor de um maior esfôrço — através da coordenação econômica regional e internacional — conducente à aceleração do desenvolvimento econômico e social.

Convocação do Órgão de Consulta a pedido do Govêrno do Panamá

A 9 de janeiro de 1964, o Govêrno do Panamá acusou os Estados Unidos da América de um ataque armado, não provocado, contra a população civil e o território panamenho, praticado pelas fôrças armadas norte-americanas estacionadas na Zona do Canal. Ao mesmo tempo, solicitou ao Conselho da OEA a convocação do Órgão de Consulta, nos têrmos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

A fim de tentativamente dirimir a controvérsia, tanto o Panamá quanto os Estados Unidos aceitaram a intervenção amistosa da Comissão Interamericana da Paz. Não havendo essa Comissão chegado a resultados concretos, o Govêrno do Panamá insistiu na convocação do Órgão de Consulta.

Reunido, o Conselho da OEA, atuando como Órgão provisória de Consulta, resolveu constituir uma Comissão Geral, a qual designou uma Delegação para iniciar entendimentos com os Govêrnos em conflito. Dessa Delegação participou o Representante do Brasil junto ao Conselho.

Finalmente, sob os bons ofícios da OEA, a controvérsia foi dirimida, havendo os dois países em causa resolvido

restabelecer suas relações diplomáticas e designar Embaixadores especiais com podêres suficientes para negociar a eliminação das causas do conflito.

I CONFERÊNCIA INTERAMERICANA EXTRAORDINÁRIA

A I Conferência Interamericana Extraordinária, convocada a pedido do Govêrno da Argentina, teve o mandato de decidir sôbre o processo de admissão de novos membros na OEA.

A questão do ingresso de novos membros na Organização estêve vinculada a um outro assunto controverso, qual seja, o dos territórios americanos ocupados por potências extracontinentais. Os países americanos que reivindicam a posse dêsses territórios não permitiriam fôsse adotado um processo amplo de admissão de novos Estados, que pudesse vir a facilitar o ingresso daqueles territórios da Organização, se porventura atingissem a independência política.

A I Conferência Interamericana Extraordinária, realizada em Washington de 16 a 18 de dezembro do corrente ano, adotou, para regular o ingresso de novos países na Organização, um documento que recebeu o nome de «Ata de Washington».

A Ata de Washington dispõe, como condição para admissão do nôvo Estado, além da aprovação de dois terços dos membros do Conselho, que o solicitante deva ser independente e estar localizado no Continente Americano, assinar e ratificar a Carta da OEA, bem como aceitar tôdas as condições inerentes à qualidade de membro da Organização, em especial as referentes à segurança coletiva.

Paralelamente, determina que o Conselho não tomará qualquer decisão sôbre um pedido de admissão apresentado por entidade política cujo território esteja sujeito a litígio ou reclamação por parte de um ou mais Estados americanos, enquanto não se houver pôsto fim à controvérsia mediante processo pacífico.

O Brasil, em solidariedade com as demais repúblicas do Continente, apoiou a Ata de Washington, apesar de julgá-la desnecessária, uma vez que a própria Carta da OEA já prevê o ingresso de novos Estados na Organização.

II CONFERÊNCIA INTERAMERICANA EXTRAORDINÁRIA

Há dez anos que a Conferência Interamericana — órgão de cúpula do Sistema, que deveria congregar-se de cinco em cinco anos — não se reúne, o que tem impedido que assuntos da mais alta importância sejam apreciados pelos Estados americanos.

Em face dessa situação e por iniciativa do Brasil, o Conselho da OEA aprovou, a 4 de Novembro de 1964, a convocação de uma Conferência Interamericana Extraordinária para estudar assuntos de fundamental importância e urgência para o fortalecimento do Sistema Interamericano. Ao mesmo tempo, o Brasil ofereceu para sede dessa conferência a cidade do Rio de Janeiro, que comemora o IV Centenário de sua fundação.

CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL (CIES) E COMITÊ INTERAMERICANO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO (CIAP)

O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que foi reorganizado em Punta del Este em 1961, encontra-se ainda em fase de estruturação, buscando, com isso, uma maior adequação às necessidades do desenvolvimento econômico e social da América Latina, sob a égide da Aliança para o Progresso. Durante 1964, experimentou novas modificações institucionais, especialmente no que se refere à Aliança.

Em novembro de 1963, durante suas Segundas Reuniões Anuais, o CIES criou o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), entidade que tem o caráter de comissão especial e permanente do CIES para representar multilateralmente a Aliança para o Progresso.

O CIAP efetuou três reuniões durante o ano. As duas primeiras concentraram-se na definição dos objetivos e na determinação de procedimentos e atribuições. Já a terceira reunião dedicou-se pròpriamente aos trabalhos de sua competência precípua, qual seja, a análise das necessidades de financiamento externo dos países latino-americanos, bem como a estimativa dos recursos financeiros internacionais necessários ao desenvolvimento do Continente.

No CIAP (composto de sete membros e um presidente), o Brasil está representado pelo Senhor Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, Embaixador Roberto de Oliveira Campos, eleito por unanimidade para representar também o Equador e o Haiti.

Dentre os trabalhos do CIAP, deve-se destacar o estudo e a eventual aprovação do Programa de Ação Econômica do Govêrno Revolucionário (1964-66), o qual foi submetido a uma subcomissão especialmente designada para êsse fim.

Realizaram-se em Lima, na primeira quinzena de dezembro de 1964, as Terceiras Reuniões Anuais Ordinárias do CIES.

Por essa ocasião, o CIES sofreu mais uma modificação institucional, através da criação de um Fundo Especial, cujo objetivo será o de financiar as atividades de assistência técnica da OEA, no âmbito da Aliança para o Progresso.

COMISSÃO ESPECIAL DE COORDENAÇÃO LATINO-AMERICANA (CECLA)

De 24 de fevereiro a 6 de março de 1964, reuniu-se a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), em Alta Gracia, Argentina, com o mandato de coordenar a política comercial dos países em desenvolvimento do Continente com vistas à Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento.

A CECLA produziu um documento que recebeu o nome de «Carta de Alta Gracia», repositório de todos aquêles aspectos comuns da política comercial dos países latino-americanos e seus postulados relativamente à reformulação das normas de comércio exterior, em favor do desenvolvimento econômico.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Dentre os assuntos relativos a essa Comissão, deve destacar-se a eleição, a 3 de julho 1964, do Doutor Carlos Alberto Dunshee de Abranches, candidato do Brasil, para integrá-la como membro durante quatro anos.

ASSUNTOS DA EUROPA OCIDENTAL E DA ÁFRICA

EUROPA OCIDENTAL

Não houve modificação substancial no quadro de nossas tradicionais relações com os países da Europa Ocidental. O Ministério das Relações Exteriores seguiu com a devida atenção, através da Divisão da Europa Ocidental, o curso da evolução político-econômica dêsses países, suas relações internacionais e, com especial destaque, os movimentos de integração que se processam naquela área. Sobretudo relevantes foram as negociações com os países membros do Clube de Haia, visando ao reescalonamento da dívida externa brasileira, as quais culminaram na assinatura da Ata de Paris, em 1º de julho, e na conclusão dos vários acôrdos bilaterais disciplinadores da execução daquele instrumento multilateral. Foi dada, por outro lado, especial atenção à solução dos problemas do contencioso com alguns dos países da área, sendo definitivamente resolvida a questão da restituição do acervo das antigas companhias de seguros alemãs e chegando-se a um acôrdo de princípio quanto ao resgate das obrigações das Companhias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas. Igualmente, no que se refere à implementação do Protocolo sôbre Cooperação Financeira firmado com a República Federal da Alemanha, procedeu-se à seleção e encaminhamento dos projetos pertinentes, tendo vindo ao Brasil, no mês de dezembro, a primeira missão econômica alemã encarregada do estudo dos mesmos projetos. Finalmente, muito contribuíram para um maior estreitamento de relações e estabelecimento de melhores têrmos de diálogo com o Brasil as visitas feitas pelos Presidentes da República Federal da Alemanha e da República Francesa, Doutor Heinrich Lübke e General Charles de Gaulle, respectivamente em maio e outubro.

A visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha ofereceu excelente oportunidade para uma proveitosa atualização de todos os assuntos de mútuo interêsse

para ambos os países, tal como indicado no Comunicado Conjunto Castello Branco — Lübke, de 15 de maio 1964.

Da mesma forma, a visita do General de Gaulle ao Brasil, de 13 a 16 de outubro, contribuiu para ressaltar o entendimento entre os dois países e sua boa vontade para solução das questões pendentes.

COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Dando execução ao Protocolo de Cooperação Financeira, firmado em Bonn, em 30 de novembro de 1963, foi feita a remessa ao govêrno alemão, já no corrente ano, de três relações de projetos, de marcado interêsse para o desenvolvimento de nossa economia, e para os quais se pleiteia financiamento, dentro do previsto empréstimo de duzentos milhões de marcos:

a) projetos de maior envergadura, selecionados pela Comissão Especial para execução do referido Protocolo . . .. DM 66 milhões
b) projeto de interêsse da SUDENE .... DM 102 milhões
c) projetos de pequena e média emprêsa, através do BNDE . ... DM 32 milhões

Em dezembro visitou o Brasil uma delegação de técnicos da entidade financiadora alemã, o Kreditanstalt für Wiederaufbau, que procede ao estudo final de alguns dos projetos encaminhados, como medida preliminar para a concessão de cada empréstimo solicitado.

Estímulo e proteção de investimentos alemães no Brasil

De 29 de junho a 24 de julho, uma Delegação Alemã manteve, no Itamaraty, negociações com uma Delegação brasileira, em que a DEOC se fêz representar, no sentido de ser atingido maior intercâmbio entre as duas economias, tendo em vista, especialmente, a contribuição trazida pelo investimento de capital privado ao desenvolvimento brasileiro. Houve troca, na ocasião, de minuciosas informações sôbre o regime jurídico que regula o assunto em cada país, devendo as mencionadas negociações ser retomadas o mais breve possível, tão pronto tenham as partes concluído o aprofundado exame que o tema requer.

Restituição de bens alemães

Foi dado andamento a vários assuntos, pendentes de solução há longos anos, e relativos a bens de alemães que, atingidos por legislação de guerra brasileira, se encontram agora em fase de restituição a seus antigos donos. Até o momento, só foi possível obter resultado final no caso das antigas companhias de seguro alemãs, cujo acervo foi mandado restituir pela Lei nº 4.403 de 14-IX-64. A solução dos demais depende de medidas burocráticas diversas, a serem tomadas por outros órgãos da Administração.

A visita ao Brasil do Presidente da República Federal da Alemanha ofereceu excelente oportunidade para uma proveitosa atualização de todos os assuntos de mútuo interêsse para ambos os países, tal como indicado no Comunicado Conjunto Castello Branco — Lübke, de 15 de maio de 1964.

Reunificação da Alemanha

Como tem sustentado em ocasiões anteriores, inclusive durante a já mencionada visita do Presidente Lübke, o Brasil mais uma vez, no discurso de abertura dos debates nas Nações Unidas, reiterou sua conhecida orientação relativamente ao problema da Alemanha dividida: ao defender o princípio da autodeterminação, o Brasil, manifestou o desejo de que àquele povo seja dado o direito de, mediante eleições livres em todo o seu território, reunificar as partes outrora constituintes do Estado Alemão.

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES PORTUGUÊSES NA ÍNDIA

Como nos anos anteriores, o Brasil protegeu os interêsses portuguêses na Índia, o que deu motivo à tramitação, através da Embaixada do Brasil em Nova Delhi, de volumoso expediente, relativo sobretudo à situação dos naturais dos antigos enclaves portuguêses de Damão, Goa e Diu, anexados em 1961 à União Indiana.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ESPANHA

Por sugestão do Govêrno espanhol, estiveram no Brasil dois funcionários, representando o Instituto Espanhol de Moeda Estrangeira e o Ministério do Comércio daquele

país, os quais, entre 16 e 24 de novembro, mantiveram conversações com diversas autoridades brasileiras a propósito do atual intercâmbio entre os dois países e das possibilidades de incrementá-lo. A tais conversações sucedeu a reunião, entre 25 a 27 do mesmo mês, do Grupo Misto Hispano-Brasileiro de Cooperação Industrial. Nessa oportunidade, estiveram em contacto direto cêrca de setenta elementos, brasileiros e espanhóis, dos diferentes setores da atividade industrial e comercial. O Comunicado Conjunto, emitido no dia 27 de novembro, dá conta dos trabalhos realizados e apresenta oportunas sugestões sôbre como incrementar a cooperação econômica entre Brasil e Espanha.

ACÔRDOS BILATERAIS DE CONSOLIDAÇÃO

Complementando os têrmos do acôrdo multilateral de consolidação, negociado na Europa com os países-membros do Clube de Haia pela Missão Sette Câmara, foram assinados, no Rio de Janeiro, acôrdos bilaterais de consolidação e refinanciamento de compromissos comerciais brasileiros, a prazo médio, com os seguintes países: Suíça, França, Grã-Bretanha, — República Federal da Alemanha e Itália. Finalmente, foi concluído um acôrdo bancário entre o Banco do Brasil e o «Nederlandsche Crediet Verzekering Maatschappi N.V.», formalizado por troca de notas com o Embaixador dos Países-Baixos.

ACÔRDOS DE COMÉRCIO E PAGAMENTOS

O Brasil manteve, em 1964, o regime bilateral de comércio e pagamentos com a Islândia, Dinamarca, Portugal e Grécia. O Acôrdo de Comércio e Pagamentos, de 9 de novembro de 1949, com Portugal, modificado em 1954, foi prorrogado trimestralmente. Também o Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 1960 com a Grécia foi prorrogado até 31 de janeiro de 1965. Com a Dinamarca, procedeu-se a uma troca de notas, em 25 de março, prevendo as relações entre os dois países no ano de ab-rogação de Ajuste de Pagamentos ora existente entre o Banco do Brasil e o Denmarks Nationalbank.

ÁFRICA

No ano de 1964 tornaram-se independentes dois novos Estados africanos, o Malawi (ex-Niassalândia) e a República de Zâmbia (ex-Rodésia do Norte); por outro lado, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida de Tanzânia. O número de Estados independentes na África subsaárica elevou-se, assim, para 30 (excluídos os 6 países da África árabe). No plano interafricano, fortaleceu-se a «Organização da Unidade Africana — OUA», criada em maio de 1963, com a escolha definitiva de Adis Abeba para sede do Secretariado dessa organização regional, da qual são membros todos os países independentes da África, com exceção da República da África do Sul.

A Divisão da África continuou, em 1964, a dar execução às diretrizes fixadas pelo Govêrno no sentido de dinamizar a política externa brasileira na África subsaárica, nos planos político-diplomático e econômico-comercial, muito embora a realização de uma política africana mais ativa se defronte com sérias dificuldades que resultam dos meios limitados, em verbas e pessoal, de que dispõe o Itamaraty. Procurou, no entanto, a Divisão da África, dentro das disponibilidades existentes, desenvolver as relações políticas do Brasil com a África subsaárica, bem como incrementar, pela divulgação de informações sôbre mercados, pelo estudo das possibilidades de transportes marítimos diretos e pelo preparo de uma Missão comercial aos principais países do continente, o intercâmbio comercial com aquela área, cujas potencialidades para as exportações brasileiras são consideráveis.

Foram os seguintes os principais assuntos tratados pela Divisão durante o ano decorrido:

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES

Não foi possível, devido à escassez de verbas e pessoal já mencionada, dar execução imediata aos planos de criação

e instalação de novas Missões diplomáticas no continente, o que deverá ser feito, no entanto, na primeira oportunidade.

A Embaixada em Bamaco (Máli), até então cumulativa com a em Acra, passou a ser cumulativa com nossa Representação diplomática em Dacar (Decreto nº 53.512, de 29 de janeiro de 1964, publicado no D.O. de 4-2-64), o que se justifica por estar o Máli mais ligado, nos planos político e econômico, ao Senegal, também ex-território da extinta «África Ocidental Francesa». Foi concedido «agrément» pelo Govêrno maliano ao Senhor Frederico de Chermont-Lisboa, Embaixador do Brasil em Dacar. A Divisão preparou instruções especiais para a nova Missão diplomática.

O Govêrno brasileiro reconheceu os novos Governos do Daomé, presidido pelo Senhor Sourou Migan Apithy (7/III), e do Congo-Brazzaville, presidido pelo Senhor Alphonse Massamba-Débat (7/VII).

O Brasil reconheceu, por outro lado, como novos Estados independentes, o Malawi (6/VII) e a República de Zâmbia (24/X) enviando, inclusive, Representantes especiais às festas comemorativas da independência.

O Embaixador José Oswaldo de Meira Penna apresentou credenciais como segundo Representante diplomático do Brasil na Nigéria (10/I). O Embaixador Chermont-Lisboa apresentou credenciais em Nuaqchote como primeiro Embaixador brasileiro na Mauritânia (6/VII), sendo a Embaixada naquela Capital cumulativa com a em Dacar. A Divisão elaborou, igualmente, instruções para a nova Embaixada brasileira na Mauritânia.

Apresentaram também credenciais os novos Embaixadores de Gana e do Senegal no Brasil, Senhores Prince Yao Boateng e Henri Pierre Arphang Senghor (julho). Foi concedido «agrément» ao Senhor Louis-Ingnacio Pinto, Primeiro Embaixador do Daomé no Brasil, cuja Missão diplomática funcionará com sede em Washington (junho).

Foi, finalmente, criado um Consulado Honorário do Brasil em Saint-Louis, antiga Capital do Senegal como território da ex- A.O.F., e designado o Senhor André Marie Chardon, de nacionalidade francesa, como Cônsul Honorário (11/IV).

MISSÕES ESPECIAIS

O Govêrno brasileiro enviou, na pessoa do Secretário João Frank da Costa, um observador para acompanhar, como nos anos anteriores, os trabalhos da VIª sessão da Comissão Econômica para a África, realizada em Adis Abeba, de 19 de fevereiro a 3 de março.

O Ministro João Gracie Lampreia, Chefe do Cerimonial, foi incumbido de representar o Brasil nas festas comemorativas da independência do Malawi (6/VII). O Embaixador em Argel, Senhor Roberto Luiz Assumpção de Araújo, representou o Govêrno brasileiro nas cerimônias de independência da República de Zâmbia (24/X). Ambos foram portadores de mensagens de felicitações do Senhor Presidente da República aos Chefes de Estado das novas nações. Prepararam, também, relatórios sôbre suas respectivas missões, de acôrdo com instruções elaborados pela Divisão.

VISITAS

Visitou o Brasil em caráter oficial, de 19 a 27 de setembro, o Presidente do Senegal, Senhor Léopold-Sédar Senghor, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senhor Doudou Thiam, do Chefe do Estado-Maior, Coronel Jean Alfred Diallo, e de várias outras personalidades dos meios políticos e artísticos do Senegal. O Chefe de Estado senegalês visitou as cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, São Paulo, bem como a central hidrelétrica de Furnas. A visita, a primeira ao Brasil de um Chefe de Estado das novas nações africanas, teve ampla repercussão, tanto no Brasil como na África. Durante a visita, foram assinados dois acôrdos, comercial e cultural, entre os dois países. O programa da visita foi elaborado, em colaboração, pela Divisão da África e pelo Cerimonial.

Estêve também no Brasil o Senhor Mamadou Diallo, Diretor do Centro de Estudos Zootécnicos de Dabra (Senegal), enviado pelo Govêrno senegalês para estudar o desenvolvimento e métodos da pecuária e indústrias de carnes do Brasil. Acompanhado por um técnico do Ministério da Agricultura, visitou, em outubro e novembro, os principais centros de produção animal nos Estados do Rio, São Paulo, Minas, Goiás e Pernambuco.

ACÔRDO COMERCIAL COM O SENEGAL

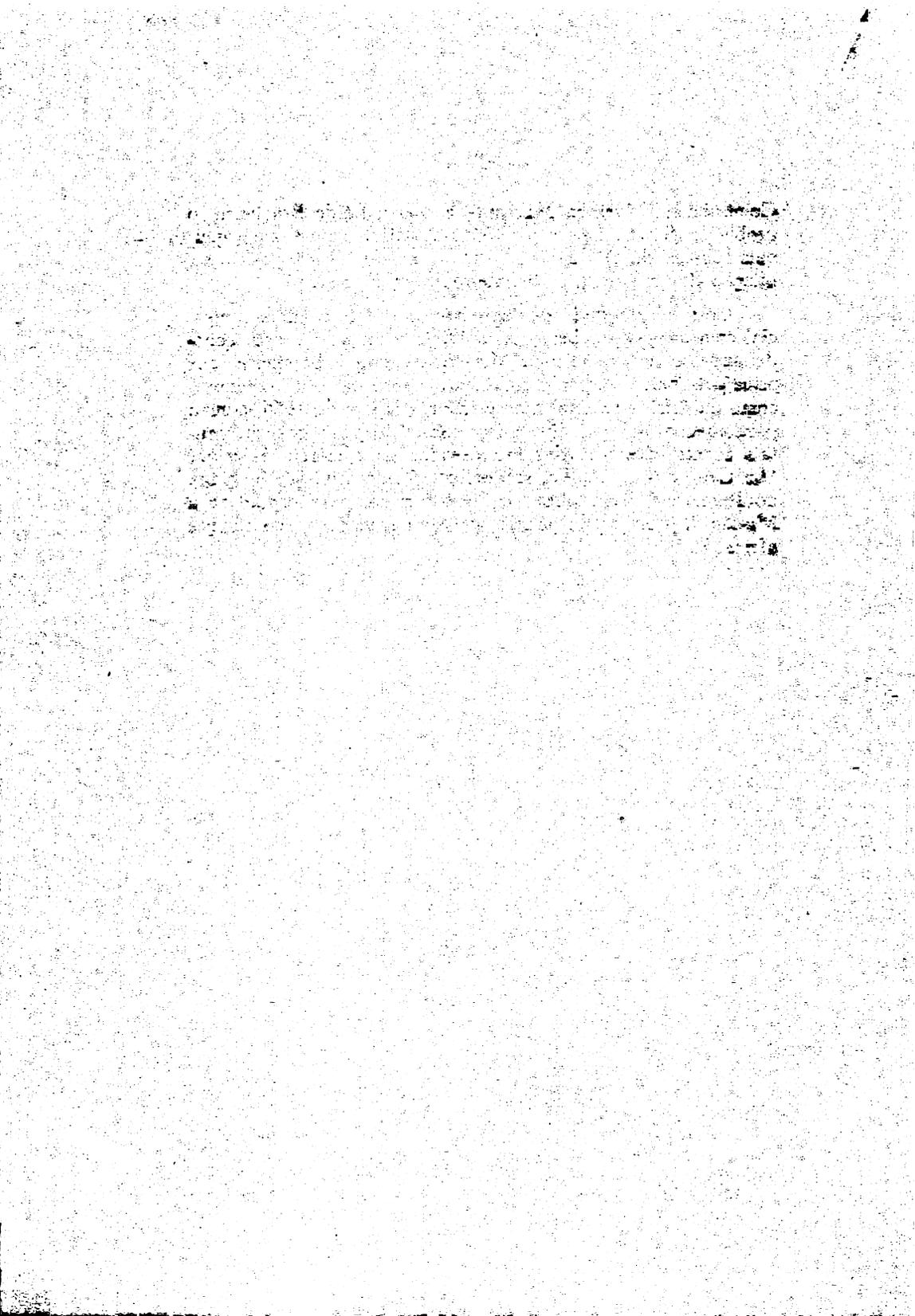
Foi assinado em Brasília um acôrdo comercial com o Senegal em 23 de setembro, durante a visita do Presidente Senghor. O referido acôrdo prevê o «tratamento mais favorável possível», em matéria aduaneira e na concessão de licenças de importação, entre as partes; os pagamentos serão efetuados em moeda conversível, sem especificação do montante das transações a serem realizadas. O acôrdo, preparado pela Divisão, é o primeiro do gênero a ser assinado com um país negro-africano.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

A Divisão atualizou e completou os levantamentos econômicos globais que vinha efetuando sôbre os mercados africanos, como clientes e como fornecedores do Brasil. Chegou-se, assim, à conclusão de que uma corrente contínua e regular de comércio, com fluxo de ida e de retôrno, poderá existir com os seguintes países africanos: Nigéria, África do Sul, Congo-Léopoldville, África centro-oriental anglófona (Quênia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Rodésia do Sul), Libéria, Senegal e Camarões, Províncias portuguêsas (Angola e Moçambique), bem como alguns outros, com menor fluxo de retôrno (Togo, Gabão, Etiópia, Gana, Serra Leoa, Guiné. Ruanda e Burúndi, Madagascar e Mauritânia). Os produtos exportáveis serão tanto primários (arroz, sisal. milho. mandioca, fumo em fôlhas, frutas, carnes enlatadas, chá, mentol, etc.), como manufaturados de tôda espécie. Os principais produtos importáveis dos países africanos são: petróleo, cobre, alumínio, borracha natural, zinco, amianto, chumbo, cassiterita, fosfatos de cálcio, carbonato de sódio, óleos vegetais e essenciais, ervilhas sêcas e lentilhas, goma-arábica, extratos curtientes, cravo-da-índia, baunilha, etc.... Haveria, por conseguinte, na África subsaárica, um mercado promissor de cêrca de 150 milhões de habitantes, com uma importação total de mais de 4 bilhões de dólares, para os produtos primários e manufaturados brasileiros.

Forneceram-se tôdas as informações disponíveis sôbre aquêles mercados às inúmeras firmas nacionais, interessadas em exportar para a África subsaárica, que procuraram a Divisão. Está-se tentando solucionar, em colaboração com a

Comissão de Marinha Mercante e com o Lóide Brasileiro, o problema dos transportes marítimos diretos para os principais portos da África ocidental, principal obstáculo à ampliação das exportações brasileiras para a área.

Com a finalidade de incrementar o intercâmbio comercial com a África subsaárica, a Divisão da África está coordenando o envio de uma Missão comercial brasileira aos principais países daquele continente, tanto da costa ocidental como da África oriental, nos primeiros meses de 1965, com a participação dos principais ministérios, órgãos governamentais e entidades privadas interessadas no comércio exterior. Um Grupo de Trabalho, sob orientação da Divisão, funciona no Itamaraty, desde meados de dezembro, para organizar a Missão, a primeira do gênero que será enviada ao continente africano.

ORIENTE PRÓXIMO

À Divisão do Oriente Próximo cabe atender a maior parte dos assuntos ligados às relações do Brasil com os seguintes países: Irã, Israel, Líbano, Síria, RAU, Tunísia, Argélia e Marrocos. Estão, portanto, a seu cargo as relações bilaterais com o mundo árabe (a Jordânia é coberta pela Embaixada em Beirute e o estabelecimento de Missões diplomáticas, cumulativas, no Iraque e na Líbia está em estudo) e mais dois países ligados, por motivos diversos, aos problemas árabes: Irã e Israel. Em 1964, Chipre foi adicionado à área, em bases experimentais.

No campo político, além de servir de elemento de ligação entre o Itamaraty e as Missões diplomáticas dos países da sua jurisdição, ocupa-se sobretudo a DOP em seguir e triar a massa de informações chegadas das Embaixadas brasileiras na área, levando ao conhecimento dos escalões mais elevados da Casa o que há de mais importante e, quando julgado útil, promovendo o cruzamento de comunicações entre as Representações brasileiras. Iniciativa digna de registro, no âmbito dessa ação informativa, foi a criação de um boletim mensal, que vem sendo distribuído, além de às Missões diplomáticas brasileiras na área, àquelas no resto do continente africano e nas principais capitais mundiais.

Ainda no campo político, acompanha a DOP com atenção a marcha de problemas maiores de sua área, quais o da Palestina e de Chipre, estando sempre apta a fornecer subsídios às Divisões mais diretamente interessadas na elaboração da posição brasileira, quando são os mesmos levados a instâncias internacionais. Um outro aspecto da ação política da DOP é o de promover e ajudar as trocas de visitas de diversos tipos, entre o Brasil e os países da área, como forma concreta de estreitamento de relações. A estada no Brasil, no mês de novembro, do Sr. Armed Belafrej, Minis-

tro Representante Pessoal do Rei de Marrocos, foi exemplo dêsse trabalho; de iniciativa da DOP foi também o convite ao Xá do Irã para visitar o Brasil, convite aceito em princípio, para 1965.

No terreno das relações comerciais com os países da área, além do encaminhamento de inúmeros assuntos de rotina, a DOP ocupou-se muito especialmente de assistir a PETROBRÁS e o Instituto Brasileiro do Café, em negociações com os Governos da Argélia e da RAU, tendentes a vendas de café brasileiro e compras de petróleo daquelas procedências. No tocante ao petróleo, ainda não foi possível, em 1964, efetivar as compras desejadas, por uma série de razões, entre as quais avultam dificuldades técnicas. Com relação ao café, foi concluída a venda pelo I.B.C., à Argélia, de uma partida de 180.000 sacas do produto, operação que colocou o Brasil em posição privilegiada, num mercado com capacidade de absorção calculada em 1 milhão de sacas, no ano de 1965.

No campo cultural, a ação da DOP é, sobretudo, a de fornecimento ao Departamento especializado da Secretaria de Estado, de subsídios e sugestões para programas de ação na área. As capitais que mais interêsse oferecem, nesse setor, são Tel-Aviv, Cairo e Argel, para as quais tem a DOP pedido a atenção do DCI, enfatizando a utilidade de elaborar-se um programa mínimo anual de difusão cultural brasileira, centralizado naquelas cidades.

ASSUNTOS DA EUROPA ORIENTAL E ÁSIA

EUROPA ORIENTAL

Durante o ano de 1964, como, de resto, nos anos imediatamente anteriores, a maior ênfase nas relações do Brasil com os países da Europa Oriental recaiu sôbre os assuntos econômicos e comerciais, sendo diminutas as relações políticas e culturais.

Para o referido exercício, tendo em vista a preocupação do Govêrno brasileiro no sentido de desenvolver cada vez mais nosso intercâmbio comercial com aquela área, fôra programada uma série de reuniões de comissões mistas bilaterais com vários países da mesma, no intuito de analisar as trocas comerciais, equacionar seus problemas e estabelecer planos para seu desenvolvimento futuro.

Para que dessas reuniões fôssem obtidos os melhores resultados possíveis, o COLESTE havia estabelecido, baseado na experiência já adquirida em seu primeiro ano de atividade, uma nova filosofia de ação, segundo a qual, nas relações comerciais com países de economia centralmente planificada, far-se-ia mister, da parte do Brasil, realizar, também, um mínimo de planejamento, principalmente no que diz respeito às importações de máquinas e equipamentos pelos órgãos governamentais brasileiros.

Tal orientação tinha por objetivo, outrossim, facilitar a utilização dos recursos de que dispõe o Brasil naquela área, constituídos pelas várias linhas de crédito a médio e longo prazo, num montante aproximado de quinhentos milhões de dólares de convênio.

Os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Brasil, em março, provocaram uma brusca interrupção no desenrolar daquele programa, não só por fôrça das alterações ocorridas nos vários setores administrativos do país, mas também em virtude da não-adoção imediata, por parte do nôvo Govêrno, de uma clara definição de sua política comercial com relação aos países do Leste europeu.

Daí por diante, as atividades da Divisão da Europa Oriental e do COLESTE limitaram-se, quase exclusivamente, a gestões visando à solução de alguns problemas comerciais pendentes. Em alguns casos, êsse trabalho foi levado a bom têrmo. Outros problemas continuam sendo objeto de exame.

Após o estabelecimento de uma firme orientação do Govêrno federal, plenamente favorável ao desenvolvimento do comércio com os países socialistas, o que foi feito pelo Senhor Presidente da República em seu discurso de 31 de julho, pronunciado no Instituto Rio-Branco, os dois órgãos dedicaram-se à concretização da nova política governamental, buscando a implementação dos instrumentos firmados anteriormente, divulgando entre as entidades nacionais as possibilidades comerciais do Leste europeu, assessorando-se em seus contactos com emprêsas daquela área e, enfim, procurando coordenar os vários órgãos interessados, para a realização de certas operações destinadas a dar base mais segura ao intercâmbio com alguns daqueles países.

TCHECO-ESLOVÁQUIA

No período de 20 de janeiro a 27 de fevereiro, reuniu-se em Praga, por convocação da Tcheco-Eslováquia, a 1.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Tcheco-Eslováquia, prevista no art. 14 do Acôrdo de Comércio e Pagamentos, firmado pelos dois países em 24 de junho de 1960.

Destinava-se a referida reunião a examinar a situação do intercâmbio mútuo e a sugerir medidas visando ao seu incremento, bem como a estudar a maneira mais racional de aproveitar a linha de crédito de 60 milhões de dólares, aberta ao Brasil pela Tcheco-Eslováquia.

A delegação brasileira, da qual participaram representantes de diversas entidades governamentais e paraestatais, foi chefiada pelo Embaixador Aluysio Guedes Regis Bittencourt, então Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia e Vice-Presidente do COLESTE. A chefia da secção tcheco-eslovaca coube ao Embaixador Josef Urban.

Durante a reunião, emprêsas de comércio exterior tcheco-eslovacas tiveram oportunidade de apresentar propostas de

fornecimento de equipamentos financiados a vários dos órgãos participantes da seção brasileira, tendo, outrossim, os representantes da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS) e da Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), firmado protocolos com a emprêsa TECHNOEXPORT.

Da reunião resultaram os seguintes instrumentos:

a) Ata Final;

b) Acôrdo, por troca de notas, para o estabelecimento das novas listas de mercadorias para o triênio 1964/1966;

c) Acôrdo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Tcheco-Eslováquia.

Presentemente, a implementação das sugestões contidas na referida Ata Final está sendo objeto de estudo por parte dos órgãos brasileiros interessados.

HUNGRIA

Em 23 de março instalou-se no Rio de Janeiro, por convocação do Govêrno húngaro, a 1.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, prevista pelo artigo 17 do Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, de 15 de maio de 1961, a qual deveria prolongar-se até o dia 10 do mês seguinte.

Destinava-se a reunião ao exame do desenvolvimento do comércio mútuo e ao estabelecimento de diretrizes para o seu incremento posterior. Pretendia a seção brasileira, ademais, pleitear das autoridades húngaras a quantificação da linha de crédito estabelecida em favor do Brasil, em têrmos gerais, no artigo 4º do referido Acôrdo. Seria firmado, outrossim. um Acôrdo de Cooperação Técnica, bem como estabelecidas novas listas de mercadorias que servissem de base ao intercâmbio nos anos seguintes.

A delegação húngara foi chefiada pelo Engenheiro Gyula Karádi, Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior, tendo a chefia da seção brasileira sido confiada ao Embaixador Aluysio Guedes Regis Bittencourt.

Concomitantemente, a Hungria fêz realizar em São Paulo, no Parque Ibirapuera, uma bem organizada exposição de seus produtos industriais exportáveis, inaugurada pelo Ministro Karádi no dia 20 de março.

Os sucessos políticos daquela época vieram, porém, interromper os trabalhos da Comissão Mista, tendo a delegação húngara retornado a seu país sem que se chegasse a qualquer resultado útil.

POLÔNIA

Preocupado com a situação do intercâmbio comercial brasilo-polonês, que se apresentava pràticamente estagnado e sem perspectivas de melhora imediata, o Govêrno da Polônia propôs-se a fornecer ao Brasil, em condições especialmente vantajosas, um montante de até 120.000 toneladas anuais de trilhos e acessórios, material que constitui, há muitos anos, um dos principais itens da pauta de exportação polonesa para o nosso país.

Tal proposta, que foi objeto de uma nota da Embaixada da Polônia no Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores, em 15 de setembro, tinha em mira dar às trocas entre os dois países uma base suficiente para lhe garantir desenvolvimento regular nos anos seguintes.

O COLESTE, em coordenação com os demais órgãos nacionais interessados na matéria, dedicou-se ao estudo da proposta, tendo o Grupo de Trabalho, organizado especìficamente para êsse fim, chegado à conclusão de que conviria ao Brasil importar, no triênio 1965/1967, sem nenhum prejuízo para a indústria nacional de similares, até 300.000 toneladas de trilhos e acessórios poloneses. Para tanto, foram os órgãos consumidores brasileiros autorizados a encetar negociações com os fornecedores da Polônia.

Pelo Decreto Legislativo nº 22, de 5 de agôsto, foi promulgado pelo Congresso Nacional o Acôrdo de Comércio e Pagamentos firmado entre o Brasil e a Polônia em 19 de março de 1960, tendo o mesmo entrado em vigor, definitivamente, em 15 de outubro de 1964.

Tendo sido, igualmente, promulgado pelo Congresso, pelo Decreto Legislativo nº 36, de 16 de dezembro de 1963,

o Acôrdo Cultural assinado pelos dois países em 19 de outubro de 1961, foram as respectivas cartas de ratificação trocadas em Varsóvia, em 5 de novembro do corrente ano.

UNIÃO SOVIÉTICA

O Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº 111, de 28 de novembro, promulgou o Acôrdo de Comércio e Pagamentos entre o Brasil e a União Soviética, firmado em 20 de abril 1963.

ÁSIA E OCEÂNIA

No decorrer do ano de 1964, a Divisão da Ásia e Oceânia sofreu uma completa reorganização em suas instalações, distribuição de serviço, circulação de exepedientes, arquivo de originais, arquivo por assunto e biblioteca.

Foram elaboradas, para cada um dos dez principais países da área, pastas de consulta compostas sob o seguinte esquema:

1. Dados básicos gerais.
2. Elementos geográficos e históricos.
3. Organização política e comércio exterior (inclusive organogramas e estatísticas).
4. Relatório das Missões comerciais trocadas com o país em aprêço.
5. Relação dos produtos exportáveis do país asiático.
6. Acôrdos em vigor com o Brasil.
7. Acôrdos com outros países.

Sôbre as oito principais Questões asiáticas elaboraram-se pormenorizadas cronologias históricas, que, além de distribuídas a cada uma das Missões diplomáticas e Repartições Consulares da área, foram encadernadas em trinta exemplares para as Chefias gerais do Itamaraty e as principais Missões, como elemento de consulta indispensável ao acompanhamento da evolução das referidas Questões, a saber:

1. Questão do Cachemir
2. Questão do Camboja
3. Questão da China
4. Questão da Coréia
5. Questão do Laos
6. Questão da Malásia
7. Questão do Tibé
8. Questão do Viet-Nam.

Estabeleceu-se o contrôle da remessa pontual dos Relatórios mensais e das «trocas de notas» por parte das Missões diplomáticas da área, assim como das informações intercambiadas diretamente entre aquelas Embaixadas, que passaram a registrar os expedientes recebidos e expedidos durante o mês, no final de cada Relatório mensal. O diálogo com os postos no exterior motivou a remessa do seguinte número de :

Telegramas: 42
Cartas-telegramas: 161
Cartas-telegramas-circulares: 4
Ofícios: 94
Documentos informativos: 30.

A fim de simplificar a burocracia e apressar a distribuição das informações recebidas das Missões diplomáticas e Consulados brasileiros na Ásia e Oceânia aos diversos órgãos interessados da Administração brasileira, tais informações passaram a ser enviadas apenas com um cartão impresso, com a indicação de seu índice e procedência, autenticado com o carimbo e rubrica da Divisão.

Os assuntos, porém, que exigiam considerações por parte da Divisão, continuaram a ser tratados com as demais repartições brasileiras através de ofícios, cartas e telegramas, os quais somaram 256 no decorrer do ano de 1964.

REDISTRIBUIÇÃO DE POSTOS NA ÁSIA E OCEÂNIA

A Divisão da Ásia e Oceaânia elaborou, outrossim, no decorrer do ano de 1964, um estudo pormenorizado sôbre a redistribuição dos postos na área geográfica de sua competência, o que mereceu atento exame e pareceres favoráveis por parte da Secretaria de Estado, mas não pôde ser pôsto ainda em prática por deficiência de recursos de administração no presente exercício. Nesse estudo, a DAO propunha passasse a ser a seguinte a distribuição dos postos:

Missões Chefiadas por Embaixadores:

Karachi
Nova Delhi
Bangkok

Jacarta
Camberra
Taipé
Tóquio

Missões Chefiadas por Encarregados de Negócios Residentes:

Colombo
Rangum (*)
Kuala Lumpur (*)
Phnom Penh (*)
Saigon (*)
Seul (*)

Consulados:

Kobe
Iocoama
Hong-Kong
Singapura (*)
Bombaim (*)
Sidney (*)

Sepros:

Tóquio
Hong-Kong (*)
Singapura (*)
Bombaim (*)
Sidney (*)

Dêsse projeto, apenas se concretizou o envio de um Encarregado de Negócios Residente para Seul e o comissionamento do Encarregado de Negócios do Brasil em Taipé na qualidade de Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, função que se achava vaga desde 1959. É de se esperar, porém, que o Ministério das Relações Exteriores venha a ser dotado, em curto prazo, de maiores recursos de pessoal e de material, a fim de que possa melhor se fazer representar no Continente asiático e na Oceânia, centros políticos de tensão e regiões de mercados novos, onde o Brasil

(*) Postos Novos.

hoje só possui cêrca de vinte diplomatas, distribuídos em nove Embaixadas e três Consulados.

Ainda durante o ano de 1964, o Embaixador do Brasil em Camberra apresentou credenciais em Wellington, onde o Brasil possui Missão diplomática cumulativa com a representação na Austrália.

VISITAS DE MISSÕES COMERCIAIS

Em 1964, o Brasil foi visitado por Missões comerciais da República da China (Formosa) e da Índia.

a) A primeira, chefiada pelo Governador do Banco Central e Presidente da Comissão de Câmbio e Comércio Exterior, chegou ao Rio de Janeiro a 21 de maio e seus integrantes se entrevistaram com o Senhor Presidente da República, com os Ministros de Estado das Relações Exteriores, Agricultura, Indústria e Comércio, Planejamento e com o Presidente do Banco do Brasil. Fizeram visitas de cortesia aos Governadores dos Estados da Guanabara e de São Paulo, aos Presidentes das duas Casas do Congresso e às Assembléias Legislativas dos dois Estados mencionados.

Durante os cinco dias em que permaneceu a Missão no Rio de Janeiro, foram seus membros recepcionados pela Fábrica Nacional de Motores, pela Companhia Vale do Rio Doce e realizaram duas sessões de trabalho no Itamaraty com a Delegação brasileira dirigida pelo Chefe da Divisão da Ásia e Oceânia, então Secretário Geral Adjunto, substituto, para Assuntos da Europa Oriental e Ásia.

A Missão Econômica e de Amizade da República da China comunicou à Delegação brasileira que seu Govêrno havia planejado importar do Brasil, nos próximos três anos US$25.000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares) em produtos agrícolas, principalmente arroz, feijão-soja e algodão. No ano de 1964, foram efetivamente realizadas operações no montante de cêrca de US$ 3.000,000.00 (três milhões de dólares), sobretudo compostas por algodão. As exportações não foram mais elevadas e diversificadas por escassez de excedentes exportáveis no Brasil e por inconveniências de preços.

A Missão chinesa informou, outrossim, que seu Govêrno havia decidido suprimir as limitações alfandegárias im-

postas ao café e ao cacau. O Itamaraty tem gestionado junto ao IBC no sentido de que procure conquistar êsse nôvo mercado, de 12 milhões de habitantes, que oferece grandes possibilidades ao Brasil, pois já está comprovada a aceitação do café pela população.

Paralelamente à visita da Missão Econômica e de Amizade, chegou ao Brasil, na mesma época, uma Missão agrícola chinesa, que também participou das reuniões de trabalho no Itamaraty e manteve entendimentos diretos com a Confederação Rural Brasileira.

Em São Paulo, a Missão da China visitou, além das autoridades já mencionadas, a Federação das Indústrias do Estado e a Fábrica Willys Overland.

b) No dia 7 de junho de 1964, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Comercial da Índia, primeira delegação oficial indiana em viagem à América Latina, com o propósito de estudar as possibilidades de expansão do intercâmbio comercial, verificar a conveniência de trocar representações comerciais permanentes, instalar serviços de informação e apreciar problemas relativos às conexões marítimas. A Missão veio chefiada pelo Senhor G. J. Malik, Diretor Regional do Ministério do Comércio Exterior da Índia, e integrada por quatro representantes do setor comercial privado indiano.

Foram, assim, retomadas as negociações iniciadas em Nova Delhi, em outubro de 1963, pelo Grupo técnico brasileiro, que visitou o Sul e o Sudeste da Ásia, com a finalidade de examinar as perspectivas de expansão do comércio entre o Brasil e aquelas regiões.

No Palácio Itamaraty, onde a Missão indiana foi recebida por um Grupo técnico brasileiro, o Senhor Malik expressou o interêsse de seu país em adquirir no Brasil dois cargueiros de 10.000 toneladas D.W., de importar castanhas de caju em bruto, um milhão e meio de toneladas de ferro-gusa, algodão de fibra longa e vários artigos industrializados, como tratores agrícolas, guindastes, balanças comerciais e industriais, máquinas para fiação e tecelagem, corantes e pigmentos semi-industrializados. A seguir, o Senhor Malik comunicou à Delegação brasileira que a Índia está em condições de exportar fábricas completas de amianto e fôlhas de cimento, adutoras e canos para alta pressão, o

que já foi levado ao conhecimento do Ministério da Indústria e Comércio. O Grupo brasileiro, por sua vez, transmitiu aos membros da Missão o interêsse com que criadores brasileiros acolheriam a importação de gado leiteiro de raças indianas, já tendo o Ministério das Relações Exteriores obtido a resposta do Govêrno da Índia, autorizando a exportação de animais de algumas das raças solicitadas e estendendo o convite e um funcionário habituado a promover a seleção do gado.

No decorrer da mesma reunião, foi debatida a questão do incremento das relações comerciais entre os dois países, cujos mercados justificam um intercâmbio muitíssimo superior ao atual, havendo ambas as partes manifestado a intenção de instalar uma representação comercial junto às respectivas Embaixadas. Reconheceu-se, ainda, a importância da participação em feiras e exposições que difundam algo da cultura e da economia de um país no outro, para o que foi sugerido que se concedessem facilidades mútuas. O Senhor Malik estendeu nessa ocasião ao Brasil o convite para participar da Feira de Bombaim, que será inaugurada em 1965.

Quanto ao problema do transporte marítimo, a Rio Grande Line indicou a possibilidade de aceitar uma chamada a portos indianos, sempre que o frete atingir os valôres mínimos de 15 a 20 mil dólares.

As duas delegações reconheceram, a seguir, a necessidade de uma cooperação no campo da assistência técnica, tendo concordado em facilitar o intercâmbio de especialistas em cooperação técnica que analisassem em quais setores da economia de cada um dos dois países essa assistência poderia ser mais útil e efetiva.

Em São Paulo, a Missão foi recebida pela Federação das Indústrias, cujos membros demonstraram interêsse, especialmente, na importação de equipamento para a industrialização do chá.

De parte do Brasil, não foi dado prosseguimento, por motivo de compressão de despesas, ao programa de envio de Missões Comerciais à Ásia, constante da Mensagem Presidencial ao Congresso em 1963 e que tivera início naquele mesmo ano.

REESCALONAMENTO DE DÍVIDAS COM O JAPÃO E AUMENTO DE CAPITAL DA USIMINAS

O Itamaraty não teve participação mais direta nas negociações que se desenrolaram em Tóquio, a não ser através da pessoa do Chefe da Delegação brasileira, indicado pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, indicação que recaiu sôbre o Encarregado de Negócios a.i. do Brasil em Tóquio, Ministro João Baptista Pinheiro. Contudo, primeiramente através da Divisão de Política Financeira e, a seguir, pela Divisão da Ásia e Oceânia, foi prestada tôda a colaboração aos trabalhos, naquilo que se referiu à transmissão de consultas e instruções, assim como às gestões governamentais que se fizeram necessárias no último momento e foram processadas pela Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia.

INCREMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS COM A AUSTRÁLIA

A Divisão da Ásia e Oceânia, convencida de que é a Austrália o mercado nôvo de sua área geográfica mais promissor, em futuro próximo, para o Brasil, procurou, durante o decorrer do ano de 1964, eliminar o principal entrave à expansão do intercâmbio brasileiro-australiano, qual seja a falta de transporte marítimo direto entre os dois padrões. Nesse esfôrço, a Secretaria de Estado contou com o eficiente apoio da Embaixada do Brasil em Camberra. O Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, presidiu, em setembro último, uma reunião em que estiveram representados os principais órgãos interessados da administração nacional, assim como transportadores, exportadores e importadores. Após os prolongados estudos que se seguiram, verificou-se que a maneira mais eficaz, a curto prazo, de estabelecer aquela conexão marítima, permitindo o escoamento normal dos principais produtos brasileiros de exportação com possibilidades de colocação naquele mercado, especialmente pinho e café, seria a importação regular pelo Brasil de pequenas partidas anuais de trigo australiano, que assegurasse o frete de retôrno às embarcações que viajassem do Brasil

para a Austrália. O assunto continua em andamento nos setores especializados da administração e espera-se alcançar uma solução satisfatória no ano próximo, quando deverá vir ao Brasil, a convite do Govêrno brasileiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, acompanhado de uma Delegação parlamentar de seu país. Por ocasião dessa visita, pretende-se assinar três acôrdos com aquêle Govêrno — sôbre Cooperação Técnica, Navegação e Assuntos Culturais.

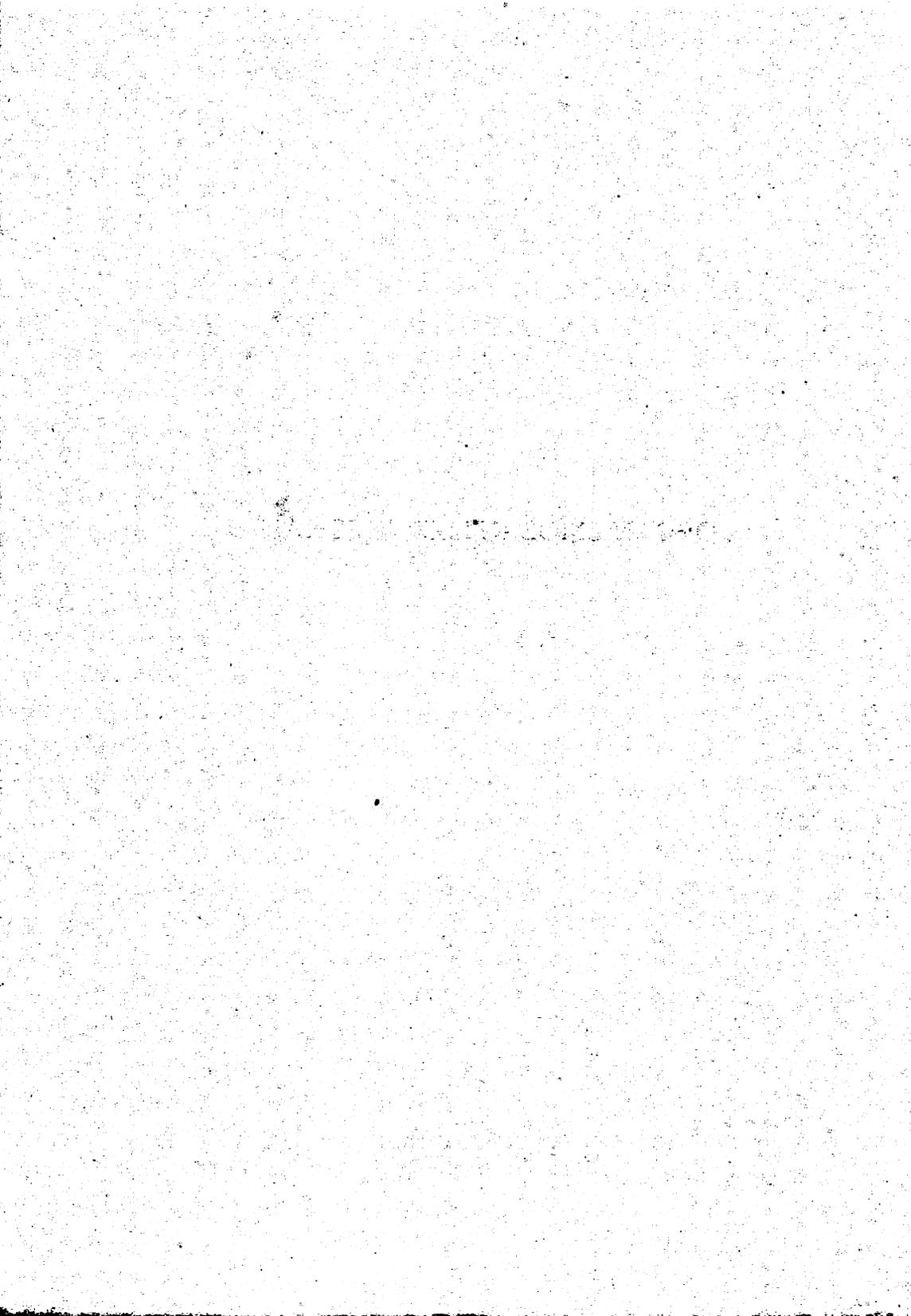
AJUDA AO VIET-NAM

O Govêrno da República do Viet-Nam pediu, em julho de 1964, através da Embaixada do Brasil em Bangkok, ao Govêrno brasileiro, lhe fôsse prestada ajuda na sua luta contra a infiltração comunista em seu território, apêlo ao qual o Govêrno brasileiro imediatamente correspondeu, solicitando à Cruz Vermelha Brasileira o envio de medicamentos e demais recursos a seu alcance à Cruz Vermelha Vietnamita.

ACÔRDOS COMERCIAIS COM A ÍNDIA E A TAILÂNDIA

Quando, em setembro de 1963, um Grupo técnico brasileiro visitou alguns países do Sul e Sudeste asiático submeteu aos respectivos Governos anteprojetos de Acôrdo comercial. Duas dessas iniciativas frutificaram e tiveram andamento no decorrer do ano de 1964 — as que se referiam à Índia e à Tailândia.

Os entendimentos com a Índia prosseguiram através da Embaixada daquele país no Brasil e da Divisão da Ásia e Oceânia do Itamaraty, enquanto que as negociações com a Tailândia se realizaram em Bangkok. A palavra final dos dois Governos asiáticos em aprêço foi apresentada, coincidentemente, no final do mês de setembro último, submetendo-a, então, o Itamaraty à apreciação dos demais órgãos interessados da Administração brasileira, que se fizeram ouvir em dezembro de 1964. Espera-se, assim, que será possível assinarem-se, nas primeiras semanas de 1965, Acôrdos Comerciais com a União Indiana e com a Tailândia, o que será um elemento mais de estímulo ao interâmbio brasileiro com os dois países.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

Durante o ano de 1964, o Brasil participou dos trabalhos de 26 órgãos das Nações Unidas, participação só inferior à dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido e da França e igual à da Índia. Na América Latina, o México participou de 18 órgãos e a Argentina de 9. Três brasileiros ocupam, a título pessoal, cargos de alta categoria nas Nações Unidas. São êles o Dr. Hernane Tavares de Sá, Subsecretário para Informações, o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, Representante especial do Secretário-Geral em Chipre e o General Paiva Chaves, Comandante da Fôrça de Emergência das Nações Unidas no Oriente Médio. Êsses fatos, mais do que quaisquer outros, dão bem a medida do prestígio que cerca o Brasil nas Nações Unidas e da contribuição que êle oferece à causa da paz e da segurança internacionais.

São os seguintes os órgãos das Nações Unidas a que pertenceu o Brasil em 1964:

I — *Órgãos políticos*

1. Conselho de Segurança.
2. Comitê do Desarmamento.
3. Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico.
4. Comitê dos 21 para estudar o financiamento das operações de paz.
5. Comitê de Medidas Coletivas.
6. Comitê criado pelo Conselho de Segurança para examinar os efeitos das sanções econômicas à África do Sul.

II — *Òrgãos econômicos*

1. Comissão de Produtos de Base.
2. Comissão de Desenvolvimento Industrial.
3. Comitê para o estabelecimento de um fundo de desenvolvimento de capital das Nações Unidas.
4. Grupo de trabalho *ad hoc* sôbre a questão de uma Declaração de Cooperação Econômica Internacional.
5. Grupo de trabalho inter-seccional da Comissão de Desenvolvimento Industrial.
6. Comissão de Estatística.

III — *Òrgãos científicos*

1. Comitê Consultivo sôbre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento Econômico.
2. Comitê Científico das Nações Unidas.
3. Comitê Científico para o estudo dos efeitos das radiações atômicas.

IV — *Órgãos de assistência técnica*

1. Conselho Diretor do Fundo Especial.
2. Comissão de Assistência Técnica.
3. Junta Executiva do FISI.
4. Comitê de Programas do FISI.
5. Comitê de Orçamento do FISI.

V — *Òrgãos técnicos e administrativos*

1. Comitê de Contribuições.
2. Comitê de Entorpecentes.
3. Junta de Inquérito e Conciliação das Nações Unidas.
4. Instituto das Nações Unidas de Pesquisa para o Desenvolvimento Social.
5. Comitê Preparatório do Ano Internacional dos Direitos Humanos.

VI — *Òrgãos jurídicos*

1. Comissão de Direito Internacional.

ASSEMBLÉIA GERAL

A XIX Sessão da Assembléia Geral só se reuniu a 1º de dezembro, iniciando-se então o debate geral. A 31 de dezembro, a sessão foi suspensa até 18 de janeiro de 1965, não se tendo portanto reunido em 1964 as comissões da Assembléia, razão pela qual a síntese da atuação da Delegação do Brasil à XIX sessão caberá ao próximo anuário.

CONSELHO DE SEGURANÇA

A Questão de Chipre

O Brasil adquiriu responsabilidade especial diante do problema de Chipre, em virtude de sua atuação no Conselho de Segurança e principalmente pelo fato de ter sido o autor e negociador das resoluções sôbre a questão cipriota.

Desde que o problema de Chipre foi submetido pela primeira vez ao Conselho de Segurança, a inalterável posição do Brasil tem sido a de procurar obter solução — quer a curto, quer a longo prazo — que pudesse ser aceita por tôdas as partes interessadas.

Esta posição nasceu da idéia de que uma solução durável para o problema cipriota não poderá ser encontrada sem que se conte com o sincero assentimento e integral colaboração das comunidades cipriotas, da Grécia e da Turquia, cujos laços com a população da ilha não podem ser esquecidos.

A questão foi levantada no Conselho de Segurança, a 27 de dezembro de 1963, quando o Govêrno cipriota apresentou queixa «contra atos do Govêrno turco que ameaçavam a independência e integridade territorial de seu país». A convocação se seguira a uma série de conflitos entre as comunidades grega e turca, que tiveram como causa imediata a intenção anunciada pelo Presidente Makarios de reformar a constituição cipriota à base de um referendo popular.

Diante do fracasso das conversações entre Makarios, de um lado, e Representantes dos Govêrnos britânico e americano, de outro lado, sôbre a possibilidade do envio a Chipre de uma fôrça para policiar a ilha e manter a paz entre as duas Comunidades, cabia ao Conselho de Segurança estabe-

lecer uma Fôrça de Manutenção da Paz, respondendo assim, aliás, ao desejo expresso de Makarios, que se recusava a aceitar qualquer fôrça que não tivesse pelo menos o endôsso das Nações Unidas.

A Delegação brasileira desempenhou importante papel nas conversações e negociações que levaram à redação de resolução que pudesse ser aceita pelas partes interessadas e finalmente adotada unânimemente pelo Conselho. Com efeito, ocupava o Brasil a Presidência do Conselho durante o mês de fevereiro, quando falharam os esforços que vinha desenvolvendo o Secretário-Geral. Coube, então, ao Presidente do Conselho prosseguir as negociações. O caminho que pareceu mais apropriado foi o de basear as negociações no esquema de uma iniciativa dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança. Formou-se um grupo negociador composto pelo Brasil, Bolívia, Costa do Marfim e Noruega, tendo a Tcheco-Eslováquia se afastado, por não concordar com a parte operativa do projeto que se estava preparando.

A resolução adotada pelo Conselho de Segurança a 4 de março notava que a situação em Chipre poderia ameaçar a paz e a segurança internacionais e tomava em consideração as posições assumidas pelas partes interessadas em relação ao Tratado de 1960. Notava igualmente as relevantes disposições da Carta das Nações Unidas em seu artigo 2º, parágrafo 4º — abstenção da ameaça ou do uso da fôrça contra a integridade territorial e a independência política de um Estado. Em sua parte operativa, a resolução concita os Estados-membros a se absterem de qualquer ato ou ameaça de ato que possa vir a piorar a situação em Chipre ou pôr em perigo a paz internacional, pede ao Govêrno de Chipre que tome as medidas para terminar a violência e o derramamento de sangue na ilha, exorta as comunidades a agirem com prudência, recomenda a criação de uma Fôrça da Paz e recomenda, igualmente, que a função da Fôrça seja a de manter a paz e a segurança internacionais, contribuir para a restauração da lei e da ordem, e que sua permanência na ilha seja por três meses. A resolução, por fim, recomendava ao Secretário-Geral que designasse um mediador, a fim de promover uma solução pacífica e um acôrdo negociado para o problema com que se defronta Chipre.

Posteriormente, a permanência da Fôrça em Chipre teve de ser prorrogada por mais três meses.

A 10 de setembro, o Secretário-Geral apresentou relatório ao Conselho, afirmando que, embora a Fôrça não tenha podido evitar completamente repetição de lutas, contribuiu substancialmente para que elas não se tornassem mais graves. O Secretário-Geral procurou, outrossim, conseguir do Conselho o endôsso, no caso de nova prorrogação do mandato da Fôrça, para os seguintes princípios: *a*) completa liberdade de movimento na ilha; *b*) autoridade para remover posições e instalações fortificadas, e tomar qualquer medida decorrente do cumprimento dessa obrigação; *c*) determinar o estabelecimento de zonas desmilitarizadas nas quais não se admitirá a presença de fôrças militares das duas partes.

As principais partes interessadas, contudo, não concordaram em aceitar todos os pontos propostos pelo Secretário-Geral. Coube então novamente ao Brasil prosseguir nos seus esforços para obter resolução que representasse progresso real e uma clarificação do mandato do Secretário-Geral.

Assim, introduziu-se, no texto, nôvo parágrafo operativo, em que se solicitou ao Secretário-Geral que mantivesse o Conselho de Segurança informado de como as partes interessadas estavam cumprindo as disposições da resolução adotada.

O restante da parte operativa reafirma as resoluções anteriores, concita os Estados-membros a cumpri-las e prorroga o período de estacionamento da Fôrça das Nações Unidas em Chipre por mais três meses.

Cabe acrescentar que, ao ser adotada pelo Conselho a resolução S/5985, acima descrita, o Secretário-Geral anunciou ter designado o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes para as funções de seu Representante Especial em Chipre.

No desenrolar das sucessivas reuniões, a Delegação brasileira procurou favorecer qualquer forma viável que possa vir a assegurar o restabelecimento da paz e coexistência entre as comunidades da ilha, respeitada a soberania de Chipre, bem como entre os outros Estados diretamente envolvidos, com vistas a criar-se ambiente favorável que propicie uma solução negociada e duradoura para o problema.

Cumpre acrescentar que os governos da Grécia, da Turquia e de Chipre pùblicamente agradeceram os esforços e a imparcialidade da atuação da delegação brasileira.

A Questão do Apartheid

De acôrdo com decisão anterior, o Conselho de Segurança retomou a 8 de junho de 1964 o exame da questão do *apartheid.* O representante do Marrocos referiu-se ao fato de que, no momento mesmo em que o Conselho de Segurança se reunia, vários líderes do movimento anti-*apartheid* estavam sendo julgados na África do Sul, no que se convencionou chamar «julgamento de Rivônia», sendo iminente a aprovação de sentenças de penas de morte e de prisão perpétua. Foi então proposto e aceito pelo Conselho que êste, antes de entrar no exame do problema do *apartheid,* se ocupasse do «julgamento de Rivônia».

Tendo discutido a questão, o Conselho aprovou a 9 de junho uma resolução em que urgia o Govêrno da República sul-africana a desistir da execução das pessoas sentenciadas à morte por atos resultantes de sua oposição à política de *apartheid;* a concluir imediatamente o julgamento em realização e a conceder anistia a tôdas as pessoas já encarceradas, internadas ou sujeitas a outras restrições em função de sua oposição à política de *apartheid,* particularmente aos réus do «julgamento de Rivônia». A resolução aprovada convida ainda todos os Estados a pressionarem o Govêrno da África do Sul no sentido de realização dos objetivos enumerados acima. Por fim, pedia ao Secretário-Geral que seguisse detidamente a implementação da Resolução, relatando posteriormente ao Conselho de Segurança sôbre os resultados obtidos.

A resolução foi aprovada por 7 votos a favor (Bolívia, China, Tcheco-Eslováquia, Costa do Marfim, Marrocos, Noruega e União Soviética), nenhum contra e 4 abstenções (Brasil, França, Reino Unido e Estados Unidos).

Discursando após a votação, o representante do Brasil explicou a posição do país. Disse que a abstenção não significava modificação da posição brasileira em matéria de *apartheid,* que só podia ser uma posição de condenação, especialmente tendo em vista que se trata de uma política que emana de uma doutrina e que é seguida por um poder estatal em violação flagrante da Carta das Nações Unidas. Embora simpatizando com a motivação da resolução aprovada, o Brasil decidira se abster por considerar que, estando o assunto *sub judice,* o Conselho deveria desistir de qualquer

ato que pudesse ser interpretado como uma intervenção indébita na administração da justiça de um Estado-membro da ONU.

Posteriormente, quando da consideração do mérito da questão do *apartheid*, o Delegado brasileiro reiterou a mais formal condenação do seu país à política racial da África do Sul, votando favoràvelmente projeto de resolução, que foi aprovado por 8 votos a favor, nenhum contra e três abstenções.

Questão do Viet-Nam

Incidente Camboja-Viet-Nam do Sul

O Govêrno da Camboja pediu uma reunião urgente do Conselho de Segurança, a 13 de maio de 1964, para tratar dos incidentes de fronteira ocorridos dias antes, quando unidades do exército do Viet-Nam do Sul teriam atravessado a fronteira cambojana, entrando em choque com fôrças locais.

Depois de sucessivas reuniões, a Costa do Marfim e o Marrocos apresentaram o projeto de resolução, pelo qual propunham que três dos membros da Conferência de Genebra fôssem enviados aos dois países litigantes, aos lugares mesmo aonde se produziram os últimos incidentes, a fim de examinar as medidas suscetíveis de evitar a repetição dos conflitos. Um relatório deveria ser apresentado ao Conselho de Segurança, num prazo de 45 dias.

O Conselho de Segurança aprovou por unanimidade o projeto de resolução da Costa do Marfim e Marrocos.

O Presidente do Conselho designou o Brasil, Costa do Marfim e Marrocos para fazerem parte do Comitê criado pela resolução aprovada no dia 4.

Foi designado pelo Ministro de Estado o Embaixador Pio Corrêa.

A Missão enviada pelo Conselho de Segurança a Camboja e Viet-Nam foi recebida no dia 7, pelo chefe do Govêrno vietnamita, General Khan, que lhe prometeu tôda a colaboração. Declarou o General Khan que a disputa entre o seu país e a Camboja deveria ser apreciada dentro do contexto geral asiático e que seu Govêrno estava pronto a tomar providências para que se pudesse chegar a uma me-

lhoria real das relações entre ambos os países. O Embaixador Sydi Baba, Presidente da Missão, declarou que o objetivo da mesma não era investigar incidentes passados, mas criar condições conducentes a evitá-los no futuro.

A Comissão de Investigação apresentou a 28 de julho de 1964 o relatório solicitado, do qual devem ser destacadas as seguintes recomendações: 1) Que o Conselho de Segurança decida a criação e o envio ao Camboja de um grupo de observadores das Nações Unidas e encarregue o Secretário-Geral da implementação desta decisão, em consultas com os Membros do Conselho de Segurança; 2) Que o Conselho de Segurança recomende aos Governos do Reino do Camboja e da República do Viet-Nam que tomem tôdas as medidas necessárias, de forma a permitir o restabelecimento das relações políticas rompidas em agôsto de 1963; 3) Que o Conselho de Segurança encarregue uma entidade internacional, de acôrdo com as duas partes interessadas, de facilitar um encontro preliminar entre os dois governos em vista do restabelecimento de relações entre os dois países e da retomada de negociações sôbre as questões contenciosas e, sobretudo, sôbre as referentes ao traçado e delimitação da fronteira comum; 4) Que o Conselho de Segurança tome ciência das garantias dadas à Missão pelo Govêrno da República do Viet-Nam de que as fôrças vietnamitas receberam instruções precisas para que tôdas as precauções sejam tomadas, de maneira a afastar rigorosamente qualquer risco de violação da fronteira; 5) Que o Conselho de Segurança tome ciência da declaração do Govêrno da República do Viet-Nam, segundo a qual, o Govêrno referido reconhece a neutralidade territorial do Reino do Camboja e se compromete a respeitá-la.

Incidente Viet-Nam do Norte-Estados Unidos
Incidentes do gôlfo de Tonkin

Reuniu-se o Conselho de Segurança a 8 de agôsto de 1964, a pedido do Govêrno americano, que considerou urgente a convocação do Conselho para estudar «a séria situação causada por ataques armados do regime de Hanói contra unidades da fôrça naval americana, em águas internacionais».

No correr da reunião, o Secretário Stevenson classificou a ação das lanchas torpedeiras do Viet-Nam do Norte como atos deliberados de agressão, e qualificou a reação norte-americana de «positive but limited action». Insistiu em assinalar que se tratava de ação única, com o objetivo de demonstrar que nenhum ataque do Viet-Nam contra as fôrças armadas norte-americanas afastaria os Estados Unidos do seu dever de ajudar os povos do sudeste da Ásia a preservar a sua independência e a sua forma democrática de govêrno. Asseverou ainda que o ataque à marinha norte-americana não constituiu ato isolado, mas fazia parte de longa e antiga série de atos de agressão, de sabotagem e de guerrilhas, nos quais se empenham os regimes de Hanói e de Pequim com o objetivo de subjugar os países da Ásia. Concluiu dizendo que, se os Tratados de Genebra fôssem executados de boa-fé por todos os signatários, a paz poderia ser restabelecida naquela região.

O delegado brasileiro declarou, posteriormente, que o Brasil partilhava da profunda preocupação do Govêrno americano ante o recurso à fôrça por parte do Viet-Nam do Norte, contrário aos princípios da Carta, fato que justificava a legítima defesa e que poderia colocar a ONU na obrigação de tomar medidas para a preservação da paz. O Delegado brasileiro manifestou também a esperança de que as autoridades do Viet-Nam modificassem a sua atitude e de que todos os governos se esforçassem no sentido de impedir o agravamento das tensões no Sudeste asiático.

Questão do Congo

Em dezembro, o Conselho de Segurança reuniu-se para debater novamente a questão do Congo tornada mais grave devido à operação empreendida por belgas e norte-americanos visando à salvação dos seus nacionais e dos nacionais de vários países europeus residentes na zona de conflito entre o Govêrno do Congo e os guerrilheiros operando em seu território.

Várias Delegações intervieram durante o debate da questão, tendo os representantes belgas e norte-americanos negado que a ação empreendida pelos seus países importasse em intervenção, jutificando-se por evidentes razões humanitárias.

A 16 de dezembro, falou o representante do Brasil, Embaixador José Sette Câmara Filho, expondo a posição do seu país.

O representante brasileiro condenou de maneira veemente as atrocidades cometidas pelos insurretos congoleses e que, amplamente divulgadas, inclusive mediante documentação fotográfica, jamais foram desmentidas ou negadas pelos responsáveis. O Brasil, assinalou, não podia deixar de reprovar tais ações, sendo insuspeito para fazê-lo, devido à posição coerentemente anticolonialista por êle adotada desde o comêço das Nações Unidas. O Brasil não podia também aceitar as alegações feitas por alguns países no sentido de que a ação militar de salvamento dos reféns constituía uma ameaça à paz ou revelava a existência de uma conspiração racista contra os povos de côr. A vocação de fraternidade racial do Brasil punha à vontade o Govêrno brasileiro para repudiar essas alegações.

O representante brasileiro reiterou a legalidade e a legitimidade do Govêrno central do Congo. Salientou que as atrocidades cometidas por insurretos constituíam um crime internacional e que a utilização de reféns civis e inocentes, pertencentes a partes que não estavam em conflito, representava uma violação do direito internacional. Finalizando, acentuou a importância de se explorarem todos os meios possíveis para se encontrar uma solução pacífica e eficaz para os problemas congoleses, apoiando a sugestão de se estabelecer uma comissão de investigação.

CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO

Membro do Comitê de Dezoito Nações sôbre o Desarmamento, o Brasil se fêz representar em ambas as sessões da Conferência do Desarmamento reunida em Genebra. Durante a primeira sessão, que se estendeu de 21 de janeiro a 28 de abril de 1964, o Brasil se fêz representar pelo Embaixador Josué de Castro até o dia 9 de abril e, a partir de então, de acôrdo com as instruções da Secretaria de Estado, pelo Primeiro Secretário Eduardo Moreira Hosannah. Durante a segunda sessão, que se realizou de 9 de junho a 17 de setembro, o Brasil se fêz representar pelo Chefe da Delegação em Genebra, Embaixador Antonio Corrêa do Lago.

Foi intensa a atuação do Brasil na Conferência do Desarmamento. A Delegação brasileira, com o intuito de abrir novos caminhos aos debates, retomou a idéia apresentada pela Delegação à XVIII sessão da Assembléia Geral e propôs a criação de um Fundo de Reconversão Industrial e Desenvolvimento, destinado a canalizar para o desenvolvimento econômico as poupanças realizadas em função de medidas desarmamentistas. A proposta brasileira foi objeto de um documento de trabalho preparado pela Delegação em que se preconizou fizesse o Comitê um apêlo a todos os países para efetuarem reduções (não fixadas) em seus respectivos orçamentos militares, destinando 20% das reduções à criação do Fundo mencionado.

Outra proposta apresentada pelo Brasil disse respeito à proibição dos testes subterrâneos desde que acima de uma determinada gama de quilotons, passíveis de detecção pelos sistemas nacionais de contrôle atualmente em uso. A proposta em aprêço foi apresentada à Conferência pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil na sessão de 24 de março de 1964, desenvolvendo assim uma idéia também por êle exposta durante o debate geral da XVIII sessão da Assembléia Geral.

Falando a 9 de junho na abertura do segundo período de sessões, o representante do Brasil, Embaixador Antônio Corrêa do Lago, fixou a posição do nôvo Govêrno revolucionário do Brasil com relação ao desarmamento. Insistiu na necessidade de a Conferência «passar das simples considerações de ordem geral ao exame de pontos concretos». Reiterou a importância da criação de órgãos técnicos para assessorar os trabalhos do Comitê. Propôs que não se relegasse a segundo plano o exame das medidas colaterais, mas que a consideração delas marchasse paralelamente às negociações sôbre o desarmamento. Pediu a proibição imediata das experiências nucleares subterrâneas que já são detectáveis pelos sistemas nacionais de verificação e contrôle. Referiu-se, por fim, ao problema da canalização para o desenvolvimento dos recursos a serem liberados pelo desarmamento.

O Brasil, juntamente com os outros países do chamado «grupo dos oito», foi signatário de um *memorandum* conjunto apresentado ao plenário da Conferência no qual as Delegações daqueles países, após assinalarem que o Tratado assinado em Moscou, em julho de 1963, proibindo as experiências

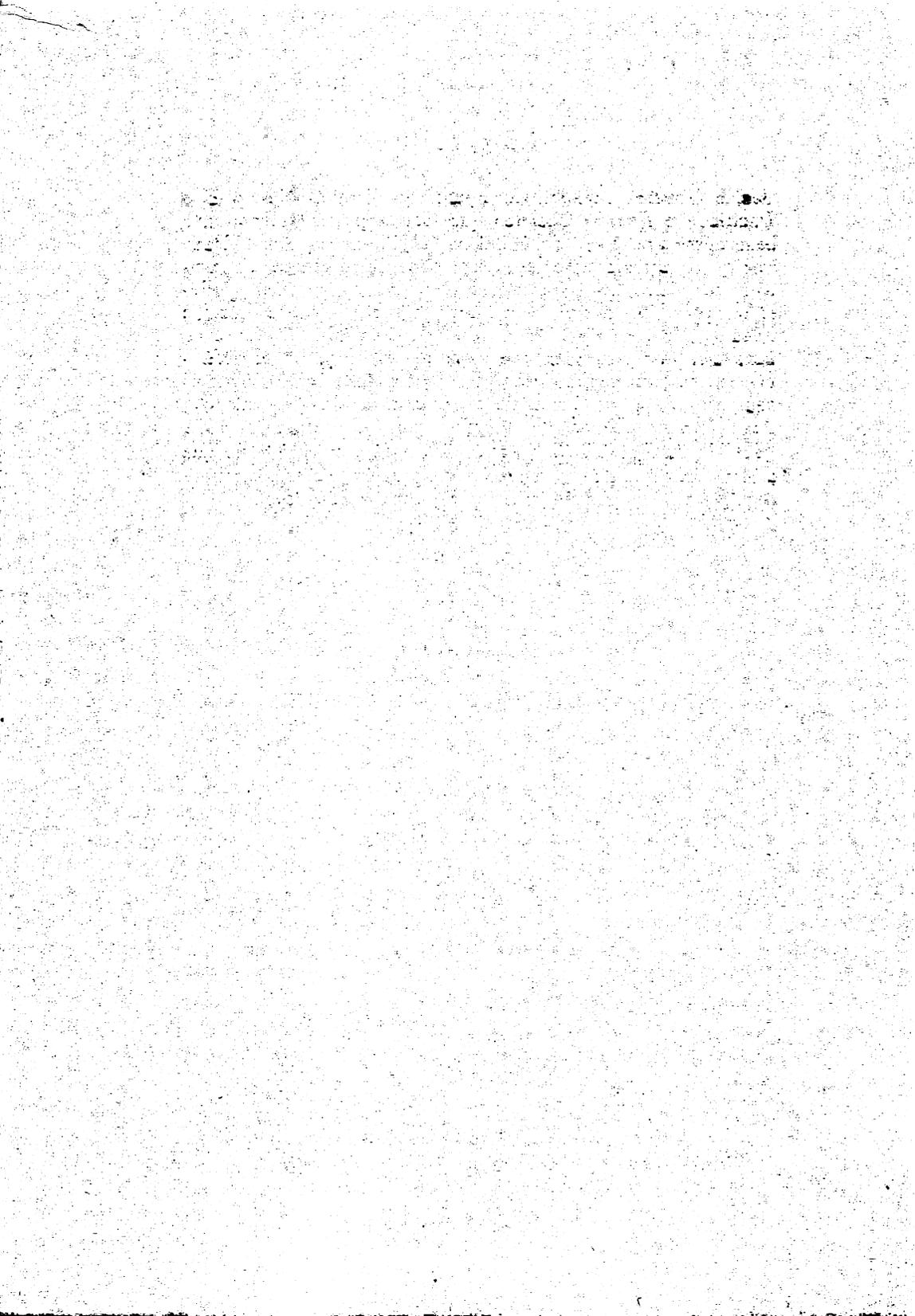
nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob as águas contribuiu para a melhoria das tensões internacionais e para a criação de um clima de maior confiança recíproca, saudaram o fato de mais de cem Estados já o haverem firmado. O *memorandum* em questão expressou, ademais, a esperança de que todos os Estados venham a subscrevê-lo. As Delegações componentes do «grupo dos oito» lamentaram que nenhum progresso se tivesse registrado no tocante à suspensão total das experiências nucleares, assinalando que a questão do contrôle dos testes subterrâneos não apresenta dificuldades insuperáveis. Urgiram assim as potências nucleares a tomar medidas imediatas visando à conclusão de um acôrdo de proibição dos testes subterrâneos.

Ao assinar o *memorandum* em aprêço, o representante brasileiro fêz constar do corpo do documento ressalva no sentido de esclarecer que, no entendimento da Delegação do Brasil, a expressão «Estados não-alinhados», usada no *memorandum* para designar os Estados signatários do mesmo, é empregada tão sòmente para fins dos trabalhos do Comitê dos 18 e com o sentido restrito de «países não pertencentes à OTAN ou ao Pacto de Varsóvia».

COMISSÃO PARA O USO PACÍFICO DO ESPAÇO CÓSMICO

No primeiro semestre de 1964, reuniram-se em Genebra os subcomitês legal e técnico-científico do Comitê do Espaço Cósmico. Em outubro, o subcomitê legal voltou a reunir-se, desta vez em Nova Iorque, para completar o exame da sua agenda. O Brasil se fêz representar em ambos os subcomitês.

Em fins de outubro, rueniu-se o Comitê do Espaço Cósmico em Nova Iorque com vistas a examinar os relatórios dos dois subcomitês. Falando a 3 de novembro, o Delegado brasileiro, Ministro Geraldo de Carvalho Silos, leu na sua intervenção o texto do *memorandum* circulado pelo Secretariado, a pedido do Govêrno brasileiro, e no qual se comunicava a instalação no Rio Grande do Norte de uma base de lançamento de foguetes-sonda, solicitando-se para ela o patrocínio das Nações Unidas. É o seguinte o texto do *memorandum* em questão: «Dando continuidade à Resolução 1802 (XVII) da Assembléia Geral, a respeito da utilização de instalações de lançamento de foguetes-sonda sob o equador geomagnético e com o patrocínio das Nações Uni-

das, o Govêrno brasileiro comunica ao Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico que instala presentemente uma base dêsse tipo perto de Natal, no Nordeste do Brasil. Uma vez que o equador geomagnético passe nesta região do território brasileiro, as informações recolhidas pela base poderiam apresentar o mais alto interêsse para todos os Estados Membros que se dedicam à pesquisa espacial. O Govêrno brasileiro informa, pois, que tenciona, tão logo as providências necessárias tenham sido tomadas, solicitar que a instalação em aprêço se beneficie do patrocínio da Organização das Nações Unidas, de acôrdo com a Resolução 1802 (XVII) da Assembléia Geral. Êle está convencido de que assim contribuirá a promover a cooperação internacional no domínio da exploração pacífica do espaço cósmico».

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

No decorrer de 1964, transitaram, pela Divisão de Organismos, Conferências e Assuntos Gerais (DOA), expedientes relativos a 126 reuniões internacionais, vinculadas a atividades das agências especializadas da ONU, de organismos intergovernamentais e de entidades não-governamentais. Êsse grande número de reuniões reflete a crescente expansão dos contactos internacionais e da diplomacia parlamentar para incrementar a cooperação das nações no tocante aos mais diversificados assuntos, sejam técnicos, científicos, econômicos ou culturais. Por outro lado, assinala também a necessidade de desenvolver, em contrapartida, a assessoria e a participação do Itamaraty nessas atividades a fim de que a nossa política em relação aos organismos multilaterais e nas conferências internacionais projete os reais interêsses do Brasil.

Estivemos representados em 72 das 126 reuniões aludidas, 18 das quais foram realizadas no Brasil.

Competem à DOA os assuntos relativos à participação permanente do Brasil em quatro agências especializadas da ONU, FAO, Organização Mundial de Saúde, Organização Meteorológica Mundial e Organização Internacional do Trabalho — e na Agência Internacional de Energia Atômica. No tocante aos demais organismos e conferências internacionais, inclusive não-governamentais, a Divisão se tem incumbido, *inter alia*, de: *a*) coordenação com os demais órgãos da administração; *b*) designação dos representantes do Brasil e preparação de instruções; *c*) contribuições financeiras do Brasil e *d*) candidaturas a postos eletivos e outras questões políticas.

Dentre as principais reuniões em 1964, abrangendo as quatro agências da ONU citadas, a AIEA e outros organis-

mos no âmbito da DOA, podem ser mencionadas as seguintes: XVII Assembléia da Organização Mundial de Saúde, em Genebra; 34ª Sessão do Conselho Executivo da OMS; Comitê Executivo da Organização Mundial de Meteorologia; 48.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a 158ª, 159ª e a 160ª Sessões do Conselho de Administração da O.I.T.; 27.ª Conferência Internacional de Instrução Pública; Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, no México; 3.ª Conferência Internacional sôbre Uso Pacífico da Energia Atômica, em Genebra; 8.ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena, simultâneamente com a reunião da Junta de Governadores da mesma Agência; 43ª Sessão do Conselho da FAO e 37ª Sessão do Comitê sôbre Problemas de Produtos de Base da FAO, Conferência Técnica de Telecomunicações da América do Sul, Venezuela; 12ª Conferência Geral de Pesos e Medidas, promovida pelo Escritório Internacional de Pesos e Medidas em Paris.

Entre as reuniões efetuadas no Brasil, cabe assinalar a 1.ª Semana Latino-Americana de Agricultura e Alimentação, no Rio de Janeiro; o Seminário sôbre Irradiação da Malária, em Poços de Caldas; Seminário Regional e 9.ª Reunião Florestal Latino-americana da FAO, em Curitiba; 1º Seminário Latino-americano de Tecnologia Alimentar, em Campinas, São Paulo.

No tocante às agências da ONU e à Agência Internacional de Energia Atômica, os relatórios setoriais em anexo descrevem as respectivas atividades em 1964, ressaltando a participação do Brasil. O empenho do Itamaraty tem sido o de obter o maior rendimento possível da cooperação dêsses organismos, em função dos nossos programas de desenvolvimento. As iniciativas do Brasil nesse campo se têm ampliado e, em relação ao ano de 1964, podem ser destacados alguns dêsses programas:

FAO: agente executora de projetos no Brasil, financiados parte pelo Fundo Especial da ONU e parte pelo Govêrno brasileiro, abrangendo investimentos de mais de 10 milhões de dólares;

Agência Internacional de Energia Atômica: treinamento de pessoal especializado, bôlsas, assistência técnica em geral e execução de projetos orçados em mais de 130 mil dólares;

Organização Mundial de Saúde: programas no montante aproximado de 900 mil dólares, sobretudo no combate à malária e abastecimento dágua a municípios brasileiros;

Organização Mundial de Meteorologia: além de bolsas, aprovação de projeto para a construção de um Centro Meteorológico em Brasília, estimado em 950 mil dólares;

Organização Internacional do Trabalho: programas de assistência técnica e elaboração de projeto, proposto pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, para a criação, em São Paulo, de um Instituto de Seguridade e Higiene do Trabalho, cujos custos estão avaliados em cêrca de 1 milhão de dólares.

Contribuições Financeiras do Brasil

No tocante às contribuições financeiras do Brasil para organismos internacionais, a DOA, com a cooperação da Delegação de Genebra, está procedendo a estudos visando a ajustá-las à nossa capacidade de pagamento e à escala percentual da ONU.

Na última reunião do Comitê Administrativo e de Orçamento da ONU, foi reduzida de 1,03 para 0,95 a escala percentual da contribuição do Brasil às Nações Unidas. Essa medida resultou numa economia aproximada de 100 mil dólares por ano, em nosso favor. Tomando como referência a quota de 0,95 da ONU, que é baseada nos dados do produto nacional brasileiro, sobretudo nos da renda *per capita*, várias agências especializadas da ONU acusam sensível desequilíbrio em nosso prejuízo, como se verifica dos seguintes dados:

União Internacional de Telecomunicações, 4,53 por cento; Organização Internacional do Trabalho, 1,34 por cento; FAO, 1,38 por cento; ICAO, 1,63 por cento; União Postal Universal, 2,63 por cento e Organização Mundial de Meteorologia, 1,31 por cento. O caso mais flagrante, no momento, é o da UIT, na qual nossa contribuição poderá ser reduzida de cêrca de 60 por cento, com uma economia anual de mais de 100 mil dólares. Uma vez que essas contribuições resultam de compromissos assumidos anteriormente pelo Brasil, a revisão das quotas terá de ser feita mediante negociações em cada órgão financeiro. Quanto à UIT, essa oportunidade se verificará por ocasião da assinatura, em

1965, da nova convenção dêsse organismo. Nas demais agências ou entidades intergovernamentais, a iniciativa será tomada na oportunidade prevista nos respectivos atos constitutivos, geralmente durante as assembléias gerais.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

O Brasil é membro-fundador da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, que é ao mesmo tempo o Escritório Regional e Comitê Regional daquela agência da ONU nas Américas. É Diretor-Geral da OMS o Dr. Marcolino Candau, eminente médico brasileiro, cuja atuação o Itamaraty tem prestigiado.

Em 1964, o Brasil participou das principais reuniões dos dois mencionados Organismos Internacionais, notadamente da XVII Assembléia Mundial de Saúde, realizada em Genebra, em março. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro da Saúde. Juntamente com 13 outras delegações o Brasil copatrocinou resolução pedindo a redução dos gastos militares e aplicação das economias daí decorrentes no combate às doenças e ao sub-desenvolvimento.

No decurso da XVII Assembléia foram votadas diversas resoluções, com o apoio do Brasil, entre as quais a relativa à admissão da Rodésia do Norte, Nassalândia, Malta e Katar. Pela Resolução WHA 17.14, foram estabelecidas as novas quotas de contribuições para 1965 e, pela Resolução 17.15, ficou estabelecido que o orçamento da OMS para 1965 será de US$38.360,000.

Mediante entendimentos com a DOA, o Ministério da Saúde decidiu criar, êste ano (Decreto nº 55.041, de 19 de novembro de 1964), a Comissão de Assuntos Internacionais (CAI), da qual participará um representante do Ministério das Relações Exteriores. A CAI tem por objetivo principal coordenar a preparação e execução de acôrdos ou ajustes referentes aos programas que tenham a participação técnica ou financeira de entidades internacionais.

No decorrer de 1964, vários médicos brasileiros foram inscritos nos Quadros de Técnicos da OMS. Na qualidade de especialistas, receberão regularmente do Secretariado da OMS tôdas as informações relativas aos respectivos campos profissionais.

A OMS, para a qual contribuímos êste ano com ..... US$ 322.550, desenvolveu considerável atuação no Brasil em 1964, tendo aplicado mais de US$ 880.225, em território nacional, em programas relativos a assistência técnica, combate à malária, abastecimento dágua a municípios, etc. Só no plano de erradicação da malária, o OPS dispendeu cêrca de 310 mil dólares.

Por decreto de maio último, o Dr. Theobaldo Viana, indicado pelo Ministro da Saúde, foi designado representante do Brasil no Conselho Executivo da OMS.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO)

O ano de 1964 foi dos mais profícuos em relação aos trabalhos da FAO. Com a indicação do Embaixador Antonio Corrêa do Lago para representar o Brasil no Conselho da FAO, a designação de um Representante residente em Roma e a reestruturação, no Ministério, da Comissão Nacional da FAO, ficou completo o quadro das relações Brasil-FAO, possibilitando assim uma dinamização das atividades da DOA no setor.

As duas mais importantes reuniões realizadas no ano de 1964 foram a 43.ª do Conselho Executivo e a 37.ª Sessão do Comitê de Produtos de Base.

O tema mais importante tratado durante a 37.ª Sessão do Comitê de Produtos de Base foi a repercussão que a Conferência da ONU sôbre Comércio e Desenvolvimento terá sôbre o método de trabalho e as futuras características do CCP. A Junta de Comércio e Desenvolvimento, a ser criada pela Conferência da ONU, com sua Comissão de Produtos, obrigará uma mudança de características do CCP, a menos que se quisesse criar uma inútil duplicação de organismos, prejudicial aos interêsses dos países em desenvolvimento.

O representante brasileiro, em sua intervenção, sistematizou de maneira bastante clara a natureza do problema e nossas sugestões quanto às futuras atividades do CCP e ofereceu idéias concretas para a apreciação dos demais países. O discurso serviu de ponto de partida aos comentários da maioria das delegações.

Os principais pontos defendidos são: *a*) necessidade de reajustar a estrutura e o método de trabalho do CCP logo após a criação do quadro institucional recomendado pela Conferência de Comércio e Desenvolvimento;

b) necessidade de estabelecer uma nítida divisão de trabalho entre a CCP e a proposta Comissão de Produtos filiada à Junta de Comércio e Desenvolvimento. Esta última contaria com tôda a fôrça executiva e trataria de todos os problemas de política comercial que envolvem decisão de governos; o CCP se situaria como órgão de natureza consultiva, concentrando seu trabalho nos aspectos técnicos e puramente econômicos dos problemas relativos aos produtos de base;

c) reativação dos Grupos de Estudo do CCP e ampliação de seu campo de análise, não se limitando apenas do comércio, mas adotando em «enfoque global», pela consideração de todos os aspectos do fenômeno econômico, desde a produção até o consumo final.

d) sugestão para a criação pelo CCP de um Subcomitê permanente destinado a determinar metas mínimas de produção de gêneros alimentícios.

e) procurar relações mais estreitas do CCP com o Fundo Especial e o BIRD; o CCP poderia preparar estudos, projetos e recomendações que facilitassem o trabalho dêsses dois organismos.

f) reiterou ainda o Brasil a proposta de que a FAO estabeleça um Grupo de Estudo sôbre a Banana.

Quanto à 43.ª reunião do Conselho da FAO, o delegado brasileiro fêz discurso resumindo os pontos principais defendidos pelo Brasil na reunião do CCP.

Foi unânimemente decidida a realização do Ano Internacional do Arroz em 1966. O Conselho manifestou-se pela conveniência da unificação dos Programas Ampliados de Assistência Técnica e do Fundo Especial, bem como pela necessidade de melhor seleção de Técnicos para a elaboração de projetos, a fim de assegurar maiores benefícios para os países receptores de assistência técnica.

Foi recomendada a prorrogação da Campanha Contra a Fome até o fim da chamada década do desenvolvimento de 1970. Foi notada a tendência de consolidar a Campanha em base mais permanente, de um lado pela revisão periódica de seu programa de ação, e de outro lado pela inclusão dos custos centrais de administração no orçamento regular da

FAO. Êste último ponto voltará a ser discutido na próxima reunião do Conselho. O Total de contribuições registrado até agora à Campanha, em quatro anos de existência, segundo relatório do Diretor Geral, eleva-se a duzentos e vinte e um milhões de dólares, provenientes, sobretudo, de contribuições voluntárias do setor privado.

O Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos relatou as atividades até aqui efetuadas e as dificuldades financeiras existentes para o custeio dos projetos, já que o Programa não conseguiu ainda obter o montante pretendido de 100 milhões de dólares em contribuições. Revelou ainda que a maioria dos projetos de desenvolvimento patrocinados pelo programa destina-se ao aproveitamento de mão de obra empregada ou mal utilizada, sendo os alimentos usados como pagamento parcial ou total dos trabalhadores.

A nova ênfase dada pelo Programa à mobilização da fôrça de trabalho desocupada coincide com a tendência da Campanha Contra a Fome, combinando recursos financeiros com excedentes agrícolas, idéia desenvolvida pelo Professor francês Gabriel Ardant. É a linha que promete ser a principal a ser adotada pela FAO nos próximos anos.

Quanto à pesca, o Diretor Geral explicou que pretende dividir a despesa de 2 milhões de dólares com a expansão da Divisão de Pesca, em três biênios, cabendo ao período 66/67 a quantia de 700 mil dólares. Foi deixada à XIII Conferência Geral, em 1965, a decisão sôbre a criação de um organismo especial para a pesca do atum. O representante brasileiro sugeriu que fôsse o mesmo estabelecido no Brasil, com sede no Recife.

Êstes foram os principais assuntos tratados na 43.ª Sessão do Conselho da FAO.

Participou ainda o Brasil, na FAO, de outras conferências, reuniões e simpósios, dentre os quais cabe ressaltar: a) V e VI Sessão do Programa Mundial de Alimentos; b) II Sessão da Comissão Conjunta FAO/WHO sôbre padrões Alimentares; c) Reunião *ad hoc* sôbre aspectos econômicos da Banana; d) Reunião da Comissão Internacional do Arroz.

O Brasil foi sede de duas importantes reuniões patrocinadas pela FAO: a IX Reunião Florestal Latino-Americana e o I Seminário Latino Americano de Tecnologia Alimentar, tendo ambas alcançado grande repercussão.

Nas reuniões da Comissão Nacional da FAO, os principais assuntos tratados foram: doação de US$ 5000 dólares em sementes para o reflorestamento das zonas devastadas pelo fogo na região sul do país; reestruturação da Comissão Nacional da Campanha Mundial Contra a Fome; bôlsas de estudo André Mayer; acôrdo de Cooperação FAO/BIRD; vários projetos a serem apresentados à FAO, ao Programa Mundial de Alimentos e à Campanha Mundial Contra a Fome, dos quais os mais importantes são: projeto em Mato Grosso relativo à «Racionalização da Produção de Alimentos»; projeto de formação de nutricionistas no Nordeste; e um auxílio no valor de US$484.000 concedido pelo Programa Mundial de Alimentos às vítimas das enchentes no Nordeste.

O Brasil contribuiu para a FAO no ano de 1964 com a quantia de US$ 243.461.000. A FAO é agente executiva, no Brasil, de projetos financiados pelo Fundo Especial da ONU, cujos custos atingem a mais de 10 milhões de dólares.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

O BRASIL, a exemplo da maioria dos países da ONU, é Membro da Organização Meteorológica Mundial, mas nossa participação nessa agência deixava muito a desejar no tocante à cooperação técnica e financeira que dela podemos obter. Impunha-se portanto a reformulação da presença do Brasil na OMM, política que foi adotada em 1964, mediante constante entendimento entre o Itamaraty, o Secretariado da Organização e o Serviço Nacional de Meteorologia.

Duas foram as diretivas estabelecidas: 1) restabelecimento da posição do Brasil, na Organização, a um nível compatível com os nossos interêsses e contribuições; 2) obtenção do máximo auxílio possível, por parte da Organização, quer financeiro, quer técnico.

Com respeito ao primeiro item, técnicos nacionais participaram de várias reuniões internacionais de meteorologia, tendo um meteorólogo brasileiro sido admitido no Secretariado da Organização, mediante gestões do Itamaraty.

O segundo item foi atendido: *a*) com a vinda ao Brasil do Diretor da Divisão Financeira da OMM, Dr. Partassa-

rathy, e do Presidente da Associação Regional III (América do Sul), Dr. Lúcio Fernandez, ambos a convite do Govêrno. Dessas visitas advieram resultados positivos, concretizados sobretudo na concessão de bôlsas de aperfeiçoamento a meteorologistas brasileiros, patrocinadas pelo Programa Ampliado de Assistência Técnica da ONU; *b*) com a aprovação, por parte de Grupo de Trabalho da OMM, da verba de aproximadamente US$ 900,000 que será aplicada na construção de um moderno Centro Meteorológico em Brasília. Êsse Centro constituirá, juntamente com dois outros a serem construídos em Nairobe e em Belbourne, uma moderna rêde de telecomunicações no Hemisfério Sul, e, em futuro próximo, manterá contato com os satélites fixos a serem lançados pelos Estados Unidos da América.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Os principais trabalhos do ano de 1964 disseram respeito à revisão do sistema de Salvaguardas, à fixação das normas relativas à responsabilidade civil por danos nucleares e à realização da III Conferência Internacional das Nações Unidas sôbre Utilização Pacífica de Energia Nuclear.

Conforme proposta apresentada pelo Brasil, foi constituído um Grupo de Trabalho destinado a elaborar nôvo sistema de salvaguardas da Agência.

O Grupo reuniu-se nos meses de maio e outubro, tendo preparado um projeto que será submetido à próxima reunião da Junta de Governadores, em fevereiro de 1965.

Os trabalhos do Comitê Permanente sôbre Responsabilidade Civil por danos nucleares, destinados a precisar certos pontos ainda não definitivos da Convenção de Viena sôbre Responsabilidade Civil, executaram-se de 13 a 17 de abril, em Viena. Foram discutidos principalmente os pontos referentes à aplicação territorial daquela Convenção, à criação de um Fundo Internacional de compensação, à determinação de tribunais competentes e às relações entre a Convenção de Viena e convenções regionais. É importante notar que o Brasil deverá assinar no próximo ano o texto daquela convenção, conforme solicitação da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Participou o Brasil da III Conferência Internacional das Nações Unidas sôbre Utilização Pacífica da Energia Nuclear, realizada em Genebra de 31 de agôsto a 9 de setembro de 1964. A Conferência, apesar de patrocinada pelas Nações Unidas, foi organizada sob a responsabilidade do Secretariado da AIEA em seus aspectos técnicos e científicos. O Brasil teve doze trabalhos selecionados pelo Secretariado Científico e foi representado pela seguinte delegação: Professor Luiz Cintra do Prado, Chefe da Delegação (Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear); Professor Carlos Chagas Filho, Professor Elysiário Tavora Filho, Professor Tharcísio Damy de Souza Santos, Professor Paulo Saraiva de Toledo, Delegados; Secretário Fernando Buarque Franco Netto, Secretário Hélio F. S. Bittencourt, Doutor H. Rhenold Franzen, Doutor Silvio Bruni Herdade, Professor Aldyr de Araújo Quadrado, Doutor Haroldo Tavares, Delegados Suplentes; Professor Hernani Alorim, Doutor Paulo Affonso de Cardoso, Doutor Clauer Trench de Freitas, Secretário Luiz Antonio Gagliardi, Doutor Witold Stefan Lapecki, Assessôres. Durante o correr da Conferência foram realizadas reuniões sôbre dessalinização da água do mar e perspectivas da utilização da energia de origem nuclear nos países em desenvolvimento.

O Brasil foi sede de um curso sôbre aplicação de radioisótopos na agricultura, realizado na Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba e participou do Simpósio sôbre aplicações analíticas de métodos radioisotópicos, realizado em Salzburgo, em outubro último.

Durante o ano de 1964, o Brasil foi reconduzido à Junta de Governadores da Agência na categoria Al, isto é, na qualidade de país indicado pela Junta de Governadores como o mais adiantado no campo de energia nuclear, na América Latina. Foi designado Governador, representando o Brasil, por decreto do Senhor Presidente da República, o Professor Luiz Cintra do Prado, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, em substituição ao Professor Marcello Damy de Souza Santos. Como delegados suplentes foram indicados os Secretários Fernando Buarque Franco Netto e Hélio F. S. Bittencourt. O Brasil é membro também do Comitê Administrativo e Orçamentário e do Comitê de Assistência Técnica.

Participou ainda o Brasil da VIII Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica. A delegação brasileira foi chefiada pelo Professor Luiz Cintra do Prado.

O Brasil contribuiu para o orçamento regular da Agência Internacional de Energia Atômica com US$ 66,690.00, e mais o equivalente em cruzeiros a US$ 19,000.00, como contribuição voluntária.

Dentro do Programa Regular da Agência foram aprovados três projetos brasileiros, para o ano de 1965, no valor de US$ 45,800, tendo ainda sido solicitados à Agência Internacional de Energia Atômica, no Programa Ampliado, peritos, bôlsas de estudo e equipamento, no montante de US$ 119,800, também para o ano de 1965.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Conferência Internacional do Trabalho — quadragésimo oitavo (48°) período de sessões.

De 17 de junho a 9 de julho de 1964, inclusive, decorreu, em Genebra, o quadragésimo oitavo (48º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho. Em conformidade com a estrutura da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil se faz representar na Conferência por uma delegação tripartida em Delegações Governamental, Patronal e Operária.

Constituíram-se na Conferência várias comissões. A Delegação Governamental do Brasil participou de dez delas, a saber: Comissão de Proposições, Comissão de Resoluções, Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações, Comissão de Segurança Social, Comissão de Política de Emprêgo, Comissão do Artigo Trinta e Cinco (35) da Constituição, Comissão do Projeto de Declaração sôbre o *Apartheid*, Comissão de Finanças, Comissão do Emprêgo de Adolescentes e Comissão da Higiene no Comércio e nos Escritórios. Foram os seguintes os resultados dos trabalhos efetuados pelas Comissões:

a) Adoção de três (3) instrumentos de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho;

b) adoção de uma resolução de emenda do Regimento Financeiro da Organização Internacional do Trabalho;

c) adoção do orçamento, para o ano de 1965, da Organização Internacional do Trabalho;

d) adoção de uma convenção e de uma recomendação sôbre as prestações devidas em caso de acidentes do trabalho e enfermidades profissionais;

e) adoção de uma convenção e de uma recomendação sôbre a política do emprêgo;

f) adoção de uma convenção e de uma recomendação sôbre a higiene no comércio e nos escritórios;

g) adoção não só de um projeto de recomendação sôbre o emprêgo das mulheres que têm responsabilidades familiares mas também de resolução sôbre a inscrição, na ordem do dia da reunião ordinária seguinte da Conferência Internacional do Trabalho, da questão objeto do referido projeto de recomendação;

h) adoção de uma declaração sôbre a política de *apartheid* praticada pela República da África do Sul;

i) adoção de uma resolução sôbre o refôrço da tripartição no seio da Organização Internacional do Trabalho;

j) adoção de uma resolução sôbre o nível de vida mínimo e sua adaptação ao nível de crescimento econômico;

k) adoção de uma resolução sôbre o Instituto Internacional de Estudos Sociais;

l) adoção de uma resolução sôbre a concepção dos métodos democráticos de programação e de planificação para o desenvolvimento econômico e social;

m) adoção de uma resolução sôbre a liberdade sindical;

n) adoção de uma resolução sôbre os programas de assistência técnica e as outras atividades exercidas na África e em outras regiões em desenvolvimento, pela Organização Internacional do Trabalho;

o) adoção de uma resolução sôbre o ano de cooperação internacional e o XX° aniversário da atividade da Organização das Nações Unidas;

p) adoção de uma resolução sôbre enfermidades profissionais;

q) adoção de uma resolução sôbre as atividades da Organização Internacional do Trabalho na esfera da política do emprêgo;

r) adoção de uma resolução sôbre as medidas internacionais destinadas a facilitar a realização dos objetivos da política do emprêgo»;

s) adoção de uma resolução sôbre as contribuições a serem pagas, no ano de 1965, à Caixa de Pensões do Pessoal da Organização Internacional do Trabalho;

t) adoção de uma resolução sôbre a inscrição, na ordem do dia da reunião ordinária seguinte da Conferência Internacional do Trabalho, da questão relativa ao emprêgo de menores no trabalho subterrâneo em minas de todo gênero.

u) adoção de uma resolução sôbre as trabalhadoras em um mundo em evolução;

v) adoção de uma resolução sôbre o progresso econômico e social das mulheres nos países em desenvolvimento;

w) adoção de uma resolução sôbre o emprêgo a tempo parcial e

x) adoção de uma resolução sôbre a proteção à maternidade.

O relatório apresentado à Conferência pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho foi consagrado ao exame dos problemas que a estrutura daquela Organização apresenta, e à proposta de medidas necessárias à adaptação de seus programas à evolução da conjuntura mundial. A respeito do referido relatório pronunciaram-se os delegados da maioria dos Estados representados na Conferência, inclusive o do Brasil, Ministro Arnaldo Lopes Sussekind, Chefe da Delegação Governamental brasileira ao quadragésimo oitavo (48°) período de sessões da Conferência.

A resposta dada pelo Senhor David A. Morse, Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, aos numero-

sos oradores que analisaram o relatório constitui indubitàvelmente um marco importante para a programação futura das atividades da Organização Internacional do Trabalho. Após examinar o atual momento político internacional e anunciar sua intenção de introduzir modificações substanciais nos serviços internos da Repartição Internacional do Trabalho, de modo a adaptá-los tão perfeitamente quanto possível às tarefas que lhes imporia o evolver da Organização Internacional do Trabalho, o Senhor David Morse delineou os três grandes setores em que, seguindo o consenso geral expresso pela Conferência em seu quadragésimo oitavo período de sessões, deverá ser programada a ação futura da Organização. À luta contra a pobreza devia caber a primazia nas atividades da Organização Internacional do Trabalho; em tal item cumpria enumerar, de maneira especial, a planificação da utilização da mão-de-obra, a criação de possibilidades de emprêgo e a formação profissional. Em segundo lugar, a Organização Internacional do Trabalho concentraria sua atenção em um conjunto de questões intimamente ligadas à concepção mesma da Organização: Relações profissionais, incentivo ao sindicalismo e desenvolvimento das instituições sociais; destarte, a Organização Internacional do Trabalho, de acôrdo com os princípios que a criaram, ocupar-se-ia não sòmente dos resultados da atividade econômica mas também e sobretudo da natureza do processo pelo qual os bens eram produzidos e repartidos. Finalmente, cumpriria à Organização Internacional do Trabalho tomar iniciativas no sentido de serem melhoradas as condições de vida e de trabalho, por meio de uma política positiva nos campos da saúde, da segurança, da estabilidade no emprêgo e da garantia de salários. Tais objetivos eram expostos em terceiro lugar pelo simples fato de as condições de vida e de trabalho serem em boa parte resultado da estrutura e do nível da produção e do grau de perfeição da organização sindical. Antes de concluir sua oração, e provàvelmente com o objetivo de responder às numerosas observações feitas por delegados patronais receosos de estar a tripartição sofrendo um processo progressivo de enfraquecimento, o Diretor Geral lembrou que a melhor forma de manter a estrutura fundamental da Organização consistia em apoiar decidida e eficazmente suas atividades. Finalmente, ao sintetizar a visão que se devia ter do futuro da Organização, o Diretor Geral declarou que «a O.I.T. não

é nem jamais foi um simples instrumento neutro, um meio técnico a serviço da ação internacional no domínio da política do trabalho».

À atmosfera de crise que existiria durante o quadragésimo sétimo (47º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho sucedeu êste ano um ambiente de relativa tranqüilidade. A decisão unilateral de a República da África do Sul afastar-se da Organização e a ação decisiva do Conselho de Administração a favor da adoção de medidas concretas contra a discriminação racial em matéria de emprêgo e profissão contribuíram para que se formasse, durante o quadragésimo oitavo (48º) período de sessões da Conferência, um clima de concórdia. As investidas contra a política portuguêsa na África constituíram na verdade a única nota polêmica durante um período que pôde, de outra forma, apresentar resultados positivos impressionantes, não apenas pelo valor das decisões tomadas mas também pelo apoio significativo qeu elas receberam.

Conselho de Administração

O Brasil participou das sessões regulares do Conselho de Administração, no qual os Embaixadores Josué Apolônio de Castro e Júlio Augusto Barbosa Carneiro exerceram sucessivamente a função de Representante do Govêrno brasileiro.

O centésimo qüinquagésimo oitavo (158º) período de sessões do Conselho decorreu de 13 a 17 de fevereiro de 1964, inclusive. Atuou, então, como Delegado do Govêrno do Brasil no referido Conselho o Embaixador Josué Apolônio de Castro e, como Delegado Suplente, o Secretário David Silveira da Mota Júnior. O Senhor Clodsmith Riani, então Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, participou, na qualidade de Membro Trabalhador Adjunto do Conselho, das reuniões então havidas. Não havia, à época, representante patronal brasileiro no Conselho.

O temário do período foi o seguinte: 1. Aprovação das Atas do Centésimo Qüinquagésimo Sétimo (157º) Período de Sessões do Conselho, 2. Relatório da Comissão Incumbida de Estudar Questões Relativas à República da África do

Sul. 3. Relatório Apresentado ao Conselho pelo Grupo de Trabalho incumbido de Estudos o Relatório sôbre o Estudo da Organização e da Estrutura da Repartição Internacional do Trabalho. 4. Relatório da Comissão de Orçamento e Administração. 5. Relatório elaborado ao cabo da Reunião de Peritos na qual se estudaram as Condições Sociais e Econômicas do Pessoal Docente dos Primeiro e Segundo Graus, 6. Relatório elaborado ao fim da Reunião de Peritos na qual se estudou a Aferição do Subemprêgo. 7. Relatório elaborado ao cabo da Reunião de Peritos na qual se estudaram as Condições de Trabalho e de Emprêgo do Pessoal da Administração Pública, 8. Relatório elaborado ao fim da Reunião Técnica Regional na qual se estudaram as características das Cooperativas a funcionarem na América Latina, 9. Composição e Ordem do Dia das Comissões e de Várias Reuniões, 10. Proposta de Estabelecimento de uma Comissão a ser Encarregada de examinar as Conseqüências Sociais do Colonialismo e de traçar Programas de Ação Tendentes a suscitar Desenvolvimento Social Acelerado nos Países que Recentemente se tornaram Independentes, 11. Instituto Internacional de Estudos Sociais, 12. Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico, 13. Centro Interamericano de Documentação e Pesquisa em Matéria de Formação Profissional, 14. Relatório apresentado ao Conselho pelo Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, 15. Programa das reuniões, 16. Designação de Representantes do Conselho de Administração junto a Vários Organismos e 17. Data e lugar do Centésimo Qüinquagésimo Nono (159º) Período de Sessões do Conselho de Administração.

Além dos itens inscritos na ordem do dia foram objeto de deliberações do Conselho dois outros tópicos, a saber, a utilização, para fins pacíficos, dos recursos liberados pelo desarmamento e a ordem do dia da Comissão de Programas de Atividades Práticas, do Conselho de Administração.

Por decreto de 5 de junho de 1964, publicado à página 4789 da parte I da seção I do *Diário Oficial* da União, do mesmo dia, o Presidente da República designou o Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro para exercer a função de Representante do Govêrno do Brasil no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho.

O centésimo qüinquagésimo nono (159º) período de sessões do Conselho se dividiu em duas partes, a primeira, de 11 a 13 de junho de 1964, inclusive, e a segunda no dia 10 de julho do mesmo ano. O Representante do Govêrno do Brasil participou de tôdas as reuniões não só do Plenário como também da Comissão de Liberdade Sindical, da Comissão das Comissões de Indústria e da Comissão das Atividades Práticas.

Da ordem do dia, além das questões de rotina administrativa, constavam o exame preliminar da agenda do qüinquagésimo (50º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho, a consideração do relatório elaborado ao cabo da reunião de peritos na qual se tratou do pêso máximo da carga a ser transportada por um só homem, o estudo do relatório elaborado ao fim da reunião de peritos na qual se examinaram as condições de trabalho e de emprêgo dos funcionários públicos, a apreciação de relatório elaborado, sôbre a aplicação das convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho, por peritos no assunto, o exame de relatório apresentado, a respeito da automação, ao Conselho, por Comissão de Peritos, a consideração do relatório elaborado pela Subcomissão de Atuários da Comissão de Peritos da Segurança Social, o estudo do relatório elaborado ao cabo da Reunião de Peritos na qual se estudaram a segurança e a higiene na agricultura, a apreciação do relatório elaborado ao fim do décimo segundo (12º) período de sessões da Comissão Consultiva Asiática, o exame dos relatórios da Comissão da Liberdade Sindical, a consideração de questões relativas ao Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico, o estudo dos relatórios apresentados ao Conselho pela Comissão das Organizações Internacionais, a apreciação dos relatórios apresentados pela Comissão das Comissões de Indústria, o exame dos relatórios apresentados pela Comissão dos Programas de Atividades Práticas, a consideração de propostas relativas à convocação de uma conferência técnica sôbre os problemas dos pescadores, o estudo da composição das diversas comissões do Conselho e da ordem do dia de suas respectivas reuniões e a apreciação da proposta de criação de uma Comissão Consultiva Interamericana.

Finalmente o Conselho procedeu à eleição de membros da Mesa Diretora que teria exercício nêle nos anos de 1964

e 1965. O Grupo Governamental do órgão apresentou a candidatura do canadense Senhor George Haythorne à Presidência da referida Mesa. Uma outra vaga foi preenchida pelo sueco Juiz Sture Petren, Presidente do Tribunal de Apelação do Distrito de Svea. A vaga decorrente da renúncia do Senhor Isaac Forster, então recentemente eleito juiz da Côrte Internacional de Justiça, foi deixada para ser preenchida mais tarde. Foi, outrossim, nomeado para a aludida Mesa Diretora um membro suplementar de nacionalidade iugoslava, o Senhor Joza Vilsan, membro da Côrte Permanente de Arbitragem e ex-Procurador Geral da Iugoslávia.

Por decreto de 15 de outubro de 1964, publicado na página 9444 da parte I da seção I do *Diário Oficial* da União. de 16 do mesmo mês, o Presidente da República concedeu dispensa, a pedido, ao Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro, da função de Representante do Govêrno do Brasil junto ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho.

Por decreto de 15, ainda do mesmo mês, publicado na pág. 9445 da parte I da seção I do *Diário Oficial* da União, de 16 de outubro de 1964, o Presidente da República designou o Senhor Lopo de Carvalho Coelho para exercer a referida função. Foi, porém, o Embaixador Júlio Barboza Carneiro quem representou o Brasil no centésimo sexagésimo (160º) período de sessões do Conselho, que se estendeu de 9 a 20 de novembro de 1964, pois só a 21 do mesmo mês foi o Senhor Lopo Coelho credenciado, pela Delegação do Brasil junto aos organismos internacionais sediados em Genebra, Representante do Brasil junto ao Conselho.

Em tal período de sessões, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho adotou várias resoluções de ordens administrativas, tendo aprovado os relatórios a êle apresentados por suas comissões, decidiu adiar o exame do pedido de Portugal de que fôsse constituída comissão destinada a investigar a existência e as eventuais características da discriminação racial nos territórios portuguêses situados na África, aprovou o temário do qüinquagésimo (50º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em 1966, renovou o mandato dos membros da Comissão de Peritos em Segurança Social, entre os quais se contava o brasileiro Senhor Moacyr

Velloso Cardoso de Oliveira, designou dois novos membros do Instituto Internacional de Estudos Sociais e renovou o mandato de integrantes daquele Instituto, do Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro e do membro egípcio. Constituiu também, um grupo de peritos que deverá estudar as condições de trabalho nos transportes urbanos e que foi convocado a reunir-se em maio de 1965. Entre os peritos figura o Senhor Afonso Teixeira Filho, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo. O Conselho ainda aprovou o relatório a êle apresentado, sôbre reclamações contra o Brasil a respeito de prisões de líderes sindicais, pela Comissão de Liberdade Sindical. No aludido relatório a Comissão de Liberdade Sindical informava o Conselho de Administração de que adiara para sua sessão seguinte o caso número 385, em que o Govêrno do Brasil era parte.

Ademais, o Conselho aprovou a agenda da oitava (8.ª) Conferência Regional dos Estados Americanos membros da Organização Internacional do Trabalho, tendo o Presidente do Conselho declarado que o Govêrno do Canadá sugerira que a referida Conferência se realizasse naquele país, possìvelmente, em Montreal. A pedido e em nome dos Representantes latino-americanos, o Embaixador Júlio Barboza Carneiro falou para agradecer e aceitar o oferecimento do Canadá, tendo ressaltado o agrado com que o Govêrno brasileiro via pela primeira vez uma Conferência Regional de Estados Americanos Membros da Organização Internacional do Trabalho realizar-se em território canadense.

Finalmente, foi aprovado o programa das reuniões a serem realizadas em 1965, tendo sido fixada na data de 1º de março o início do centésimo sexagésimo primeiro (161º) período de sessões do Conselho, devendo suas comissões reunir-se a partir de 11 de fevereiro. A Comissão da Liberdade Sindical, da qual participa como membro titular o Representante brasileiro, reunir-se-á dia 18 de fevereiro, a Comissão das Comissões da Indústria no dia 19 e a de Atividades Práticas no dia 24 do mesmo mês.

Ao ser encerrado o centésimo sexagésimo (160º) período de sessões do Conselho de Administração, o Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro apresentou suas despedidas àquele Conselho.

Conferências Regionais e Reuniões Técnicas

Em 1964, o Brasil designou representantes seus para participarem das seguintes reuniões patrocinadas pela Organização Internacional do Trabalho:

a) Reunião de Peritos em Automação, da Repartição Internacional do Trabalho — Genebra;

b) VII° Período de Sessões da Comissão de Construção, da Engenharia Civil e das Obras Públicas, da Organização Internacional do Trabalho — Genebra;

c) Reunião Técnica Tripartida sôbre a Indústria do Vestuário — Genebra;

d) XV.ª Assembléia Geral de Previdência Social — Washington;

e) Primeiro (1°) Seminário sôbre Formação Profissional, realizado no âmbito de ação do Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sôbre Formação Profissional — Rio de Janeiro —, e

f) Reunião da Comissão Técnica Diretora do Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação sôbre Formação Profissional — Rio de Janeiro.

Orçamento da Organização Internacional do Trabalho

O orçamento aprovado, para o ano de 1965, da Organização Internacional do Trabalho, eleva-se a dezoito milhões seiscentos e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e sete dólares (US$ 18.684,347.00). A contribuição do Brasil para a satisfação das despesas daquele Organismo Internacional será, em 1965, de duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro dólares (US$ 246,634.00) (1,32% do orçamento). No ano de 1964, tal contribuição foi de duzentos e dezenove mil seiscentos e dez dólares .... (US$ 219,610.00).

Comissão Permanente de Direito Social

Em estreita colaboração com a Secretaria Geral Adjunto para Organismos Internacionais, do Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Permanente de Direito Social, do Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência

Social se encarrega, por fôrça do disposto no artigo 7º do Decreto nº 51.860, de 22 de março de 1963, que «dispõe sôbre a Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social» não só, de proceder ao estudo técnico das questões inscritas na ordem do dia das conferências e reuniões patrocinadas pela Organização Internacional do Trabalho, mas também de elaborar pareceres e conclusões a respeito das aludidas questões e de propor ao Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social que determinadas pessoas integrem, preferencialmente, na qualidade de membros e em número não inferior à metade do das referidas questões técnicas, as Delegações governamentais do Brasil às Conferências Internacionais do Trabalho, de acôrdo com o disposto no artigo 3º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Para efeito de articulação da Comissão Permanente de Direito Social com a Secretaria Geral Adjunta para Organismos Internacionais, tal Secretaria Geral designa, em cumprimento ao que reza o artigo 4º do citado Decreto 51.860, de 22 de março de 1963, representante seu junto à Comissão.

Instalação, no Estado de São Paulo, do Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho.

Pelo telegrama número 346, de 22 de junho de 1964, o Embaixador Antonio Corrêa do Lago, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Genebra, informou, a pedido do Senhor Arnaldo Lopes Sussekind, Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social e Delegado do Govêrno do Brasil ao quadragésimo oitavo (48º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho, o Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, ,Ministro de Estado das Relações Exteriores, de que em reunião que o referido Ministro do Trabalho mantivera com o Diretor da Divisão de Segurança Industrial da Repartição Internacional do Trabalho e com o Assistente do aludido Diretor e da qual também participaram o signatário do telegrama e o Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro, ficara assentado que aquela Repartição apoiaria uma solicitação, a ser feita à Organização Internacional do Trabalho pelo Govêrno do Brasil, de que fôsse instalado, no Estado de São Paulo, o Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho, cuja criação era objeto de estudos então em vias de conclusão.

Pelo aviso GM/GB/nº 2.243, de 8 de setembro do mesmo ano, o Senhor Arnaldo Lopes Sussekind informou o Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha de que, por ocasião de sua estada em Genebra, quando do quadragésimo oitavo (48º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho tivera ocasião de iniciar, com o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, Doutor David A. Morse, entendimentos tendentes a fazer virem ao Brasil dois funcionários especializados daquela Repartição para, em contacto direto com as autoridades brasileiras competentes, agirem em matéria de higiene e segurança do Trabalho, orientarem um futuro pedido de assistência técnica a ser prestada ao Brasil pela Organização Internacional do Trabalho e a ser financiada pelo Fundo Especial da Organização das Nações Unidas. A referida assistência técnica visaria à criação, no Estado de São Paulo, de um Centro latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho. Concluía o Senhor Arnaldo Lopes Sussekind:

> «Em face da repercussão, altamente favorável ao nosso país, que a concretização dêsse projeto apresentaria, tenho a honra de solicitar a interferência dêsse Ministério através da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, junto aos Organismos Especializados das Nações Unidas, a fim de que se torne efetiva a vinda dos dois peritos em questão, pertencentes aos quadros da Repartição Internacional do Trabalho e sem ônus para o nosso país».

Pela carta-telegrama número 112, de 29 do mesmo mês, o Ministro de Estado das Relações Exteriores informou o Chefe da Delegação do Brasil em Genebra de que estava transmitindo à Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, sediada naquela cidade, a proposta, feita ao Itamaraty pelo Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, de criação, no Estado de São Paulo, de um Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho, para o qual a referida proposta solicitava a assistência técnica de peritos da Organização Internacional do Trabalho.

Com efeito, pela nota urgente CNAT/DOA/39/650.01 (04), de 1 de outubro do mesmo ano, a Diretora Executiva da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, do Ministé-

rio das Relações Exteriores, levou ao conhecimento do Representante Residente da Junta de Assistência Técnica e Diretor dos Programas do Fundo Especial da Organização das Nações Unidas, no Brasil, que, por ocasião de sua estada em Genebra, quando do quadragésimo oitavo (48º) período de sessões da Conferência Internacional do Trabalho, o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social iniciara com o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, Doutor David A. Morse, entendimentos tendentes a fazer virem ao Brasil dois funcionários especializados daquela Repartição para, em contacto direto com as autoridades brasileiras competentes para agir em matéria de higiene e segurança do trabalho, orientarem um futuro pedido de assistência técnica a ser prestada ao Brasil pela Organização Internacional do Trabalho e a ser financiada pelo Fundo Especial da Organização das Nações Unidas. A referida assistência técnica visaria à criação, no Estado de São Paulo, de um Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho. Rematava a Diretora Executiva da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos:

> «Nessas condições, e tendo em vista a repercussão altamente favorável que teria a concretização dêsse projeto, muito agradeceria a Vossa Senhoria o obséquio de suas providências junto à Organização Internacional do Trabalho e ao Fundo Especial no sentido de tornar efetiva a vinda de dois peritos da O.I.T., sem ônus para o Govêrno brasileiro».

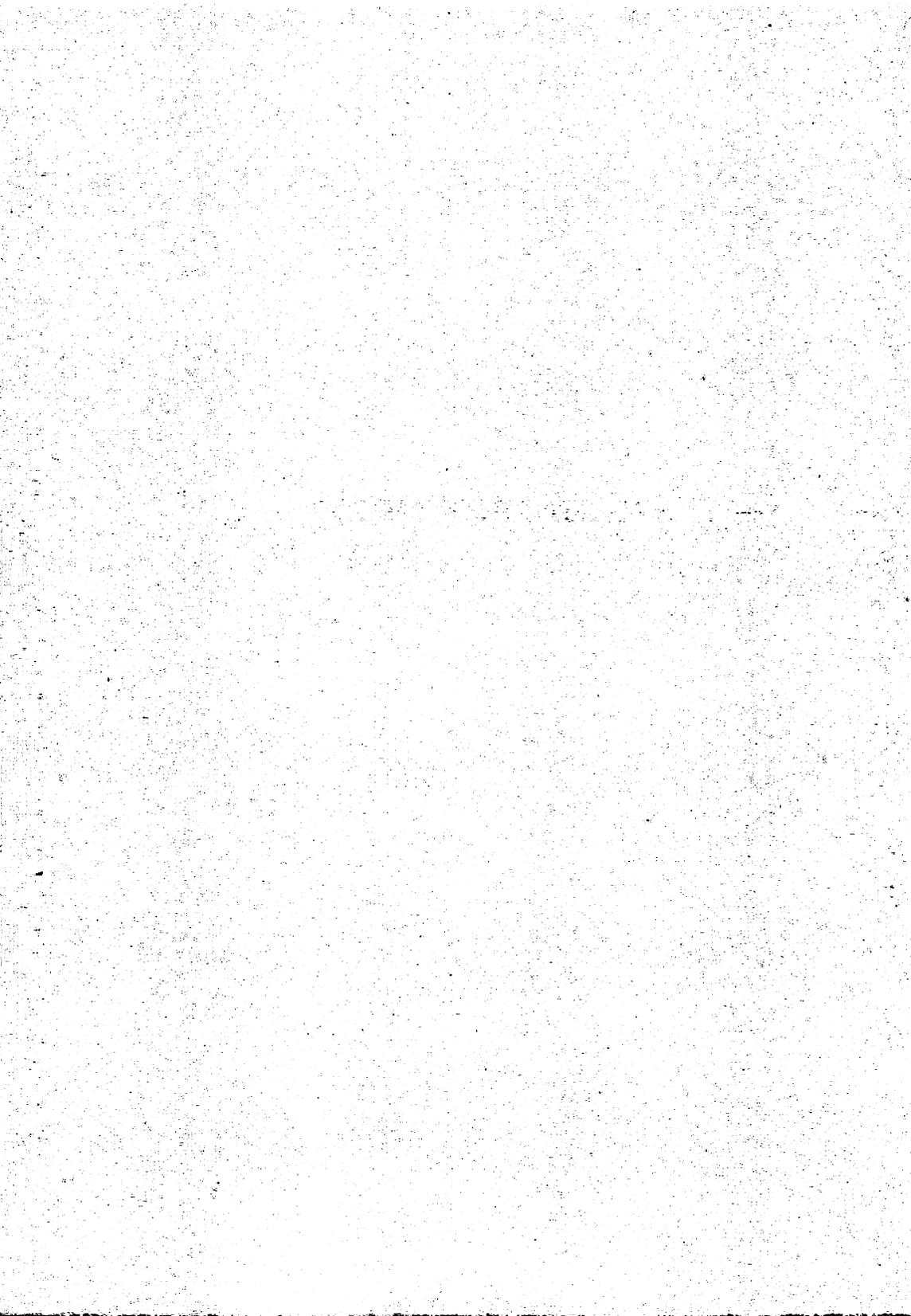
Pelo aviso verbal CNAT/DOA/58/640.4 (04), de 5 do mesmo mês, o Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Ministério Extraordinário para o Planejamento e a Coordenação Econômica que, em atendimento a solicitação feita ao Itamaraty pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, encaminhara à Junta de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas, no Rio de Janeiro, um pedido de vinda ao Brasil de dois peritos em higiene e segurança do trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, a fim de que os referidos peritos orientassem, em contacto direto com autori-

dades brasileiras, um futuro pedido de assistência técnica a ser prestada ao Brasil pela O.I.T. e a ser financiada pelo Fundo Especial das Nações Unidas. A aludida assistência técnica visaria à criação, no Estado de São Paulo, de um Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho.

Pela nota número 2048, de 3 de dezembro do mesmo ano, o Representante Residente da Junta de Assistência Técnica e Diretor dos Programas do Fundo Especial da Organização das Nações Unidas, no Brasil, informou a Diretora Executiva da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, do Ministério das Relações Exteriores, que aquela Organização se propunha financiar com recursos do referido Fundo Especial o envio do Senhor Cabrera, técnico da Repartição Internacional do Trabalho, ao Brasil, onde permaneceria durante duas semanas a fim de ajudar o Govêrno do Brasil na preparação da solicitação preliminar, a ser feita ao Fundo, de auxílio à instalação, no Estado de São Paulo, de um Centro Latino-americano de Higiene e Segurança do Trabalho. Esclarecia, outrossim, o Representante Residente da Junta de Assistência Técnica da Organização das Nações Unidas no Brasil:

> «Como o técnico em questão só estaria livre nas duas semanas que precedem a 19 de dezembro, muito apreciaria receber sua resposta urgente de que a CNAT concorda com a missão dêste perito».

Finalmente, por telegrama de 8 do mesmo mês, a Diretora Executiva, substituta, da Comissão Nacional de Assistência Técnica, da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos, informou o Representante Residente da Junta de Assistência Técnica e Diretor dos Programas do Fundo Especial da Organização das Nações Unidas, no Brasil, de que, então, o Ministério do Trabalho e Previdência Social não estava em condições de receber o Senhor Cabrera. Em conseqüência, seria conveniente manter o esquema acertado por autoridades brasileiras com o Senhor Blanchard, Subdiretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e, segundo o qual, dois técnicos viriam ao Brasil, em janeiro próximo, a fim de auxiliar o Govêrno brasileiro na preparação do projeto de criação do Centro Latino-Americano de Higiene e Segurança do Trabalho.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO

Analisados os resultados logrados pela ALALC, fortalece-se a convicção da irreversibilidade dêste movimento, iniciado para reformular as relações comerciais entre os países latino-americanos, em busca da meta final da integração econômica. Os frutos dêsse trabalho, em três anos de existência da Associação, apresentam-se significativos e bastante promissores, representando, já agora, uma transformação daquele panorama de desalento e estagnação que dominava as relações econômicas dentro da região, nos anos anteriores à ALALC. Cresceu e diversificou-se o comércio, expandiu-se geogràficamente a ALALC, dinamizou-se o setor empresarial e criaram-se condições para o início de um movimento de integração econômica.

Ao fim do terceiro ano de efetivo funcionamento da Associação já se pode avaliar em que medida os mecanismos de liberação comercial, previstos no Tratado de Montevidéu, influíram sôbre a evolução do intercâmbio regional. Dentro do processo de formação da Zona de Livre Comércio, já se acham incluídas nas Listas Nacionais dos países-membros cêrca de 9.000 concessões sôbre produtos de tôdas as classes, que abrangem uma extensa gama de produtos alimentícios, matérias primas essenciais, produtos químicos, maquinaria e manufaturas diversas.

Os resultados estatísticos registrados até o fim de 1963 assinalaram um incremento do comércio inter-regional da ordem de 44,3% com relação a 1961; com efeito, as exportações e importações intrazonais, somadas, atingiram naquele ano a cifra de US$ 951 milhões, evidenciando-se uma tendência à rápida recuperação dos níveis verificados antes de 1956. Os mesmos resultados, apurados até os oito primeiros meses de 1964, confirmam essa tendência, estimando-se

entre 65 e 70% o incremento acumulado até o fim do período, com relação a 1961. A Associação terá, assim, partindo de um intercâmbio no montante de 659 milhões de dólares em 1961, atingido a cifra aproximada de 1.100 milhões de dólares em 1964.

Com o funcionamento da ALALC, o Brasil aumentou acentuadamente o nível de seu comércio com a América Latina. De início as facilidades proporcionadas pela ALALC fizeram-se sentir sôbre o comércio importador brasileiro, que transferiu suas compras de matérias primas essenciais à produção industrial, de terceiros países para os mercados da Zona. As exportações brasileiras não cresceram porém no mesmo rítmo, dando lugar a um importante *deficit* na balança comercial do Brasil com os países da ALALC. Isso se deveu à própria natureza dos produtos de exportação do Brasil — bens manufaturados — cujas vendas dependiam de um trabalho prévio de promoção comercial de parte dos empresários nacionais e também de uma política de comércio exterior, capaz de criar facilidades e estímulos às exportações. No ano de 1964, mercê da nova política econômica estabelecida pelo Govêrno Revolucionário e das modificações introduzidas no sistema cambial brasileiro, as exportações para a ALALC tomaram um ritmo ascendente, reduzindo sensivelmente o *deficit* apresentado nos dois anos anteriores e introduzindo na pauta de exportação um grande número de produtos manufaturados.

A ALALC prosseguiu em 1964, terceiro ano de funcionamento da Associação, na execução das tarefas básicas que se propuseram as Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, quais sejam a execução do programa de liberação comercial e a formulação de uma política de integração econômica regional.

As atividades da Associação nesse sentido desdobraram-se em diversas reuniões, que podem ser grupadas da seguinte forma:

a) Reuniões setoriais;
b) Reuniões das Comissões Assessôras;
c) Reunião da Comissão Especial criada pela Resolução 75 (III) da Conferência.

Além das reuniões acima enumeradas, prosseguiram as Partes Contratantes na execução do Tratado de Montevidéu

através dos dois órgãos da Associação: a Conferência, reunida em Montevidéu, em seu II Período de Sessões Extraordinárias, para a negociação da Lista Comum prevista no artigo 7º do Tratado, e em Bogotá, em seu IV Período de Sessões Ordinárias; o Comitê Executivo Permanente, que se reuniu permanentemente em Montevidéu para executar programa de trabalho aprovado no Terceiro Período de Sessões da Conferência.

REUNIÕES SETORIAIS

Prosseguiu o programa de reuniões setoriais iniciado em 1963 com o propósito de estabelecer maior entrosamento entre os empresários zonais, de forma a permitir o equacionamento direto dos problemas dos diversos setores industriais diante dos objetivos da ALALC. Essas reuniões abrangeram os seguintes setores: papel e celulose, manufaturas de madeira, indústrias alimentícias, indústria do frio, material ferroviário, indústria química mecânica (máquinas-ferramentas, máquinas de escritório e maquinaria agrícola), borracha, indústria têxtil e maquinaria para construção. Com exceção da reunião da indústria do frio, os empresários brasileiros fizeram-se representar em todos os conclaves enumerados, que resultaram em profícua troca de informações entre os industriais zonais e em uma série de recomendações para a negociação de desgravações nos diversos setores envolvidos.

REUNIÕES DAS COMISSÕES ASSESSÔRAS

Reuniram-se em 1964, em Montevidéu, diversas Comissões Assessôras do Comitê Executivo Permanente, criadas de conformidade com a Resolução 41 (I) com o objetivo de assessorar o Comitê em assuntos técnicos relacionados com a execução do Tratado. Realizaram-se assim reuniões das Comissões de Transportes, de Desenvolvimento Industrial, de Assuntos Agropecuários, de Assuntos Monetários e de Assuntos Aduaneiros, cujos relatórios serviram de base aos trabalhos da Comissão Especial criada pela Resolução 75 (III).

REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

Criada pela Resolução 75 (III) da Conferência, a Comissão Especial de Peritos reuniu-se em Montevidéu, em

setembro de 1964, com objetivo de estabelecer as bases de um programa de coordenação das políticas econômicas dos países-membros dentro dos objetivos traçados pelo Tratado de Montevidéu. Na referida reunião procedeu-se à análise das medidas preliminares adotadas até então no sentido de se cumprir o disposto na Resolução 75 (III), considerando-se satisfatório o levantamento dos instrumentos de política aduaneira dos países-membros, realizado com o objetivo de uniformização das respectivas nomenclaturas e tarifas aduaneiras: assinale-se o fato de que dois países-membros, o Peru e o México, modificaram suas nomenclaturas aduaneiras, adotando a nomenclatura comum da ALALC (NABALALC).

Além disso, realizou a Comissão Especial importante trabalho de identificação objetiva dos obstáculos existentes à marcha do Tratado como instrumento de integração econômica, destacando-se dentre suas recomendações as relativas à adoção de medidas de caráter monetário, tais como a criação de um sistema de créditos recíprocos e de um mecanismo de consulta entre as instituições bancárias oficiais e privadas dos países-membros, bem como as relativas ao levantamento sistemático de setores industriais que apresentem maior possibilidade de integração a médio prazo.

REUNIÕES DA CONFERÊNCIA

A Conferência das Partes Contratantes reuniu-se por duas vêzes no decorrer de 1964. No seu II Período de Sessões Extraordinárias, a Conferência procedeu à negociação da primeira parte da Lista Comum, prevista no artigo 7º do Tratado como um dos mecanismos de execução do programa de formação da Zona de Livre Comércio no prazo de 12 anos. O projeto da Lista Comum elaborado e posteriormente aprovado pela Conferência já no seu IV Período de Sessões Ordinárias, em Bogotá, engloba 174 produtos que perfazem 25,4% do intercâmbio zonal verificado no primeiro triênio de funcionamento da Associação e que deverão, em caráter irrevogável, estar totalmente livres de gravames e restrições à importação, dentro dos próximos nove anos, em todos os países-membros. Cumpriu assim a Associação uma importante etapa no processo de liberação do intercâmbio, podendo prosseguir com maior segurança em seu trabalho de for-

mação da Zona de Livre Comércio e de integração econômica da região.

Em conseqüência das deliberações da Conferência de Bogotá, inicia-se, em 1965, uma nova etapa de vida para a ALALC, em seu largo caminho em busca da integração. Será o ano de fortalecimento político da Associação e de sua estrutura, mediante o estabelecimento de certos mecanismos indispensáveis à formulação de uma política de integração econômica regional. Deverão surgir, êste ano, uma série de Conselhos integrados pelos responsáveis, em cada país-membro, pela execução da política econômica em seus diversos aspectos: monetário e cambial, tarifário, desenvolvimento industrial, agrário e de transporte. Através do funcionamento dêsses Conselhos, em íntima ligação com as Comissões Assessôras e com o Comitê Executivo, será possível estabelecer um certo grau de coordenação das políticas econômicas de nossos países e a harmonização de instrumentos de política de comércio exterior que interessam ao processo gradual de integração econômica.

Resolveu também a Conferência convocar, para meados de 1965, uma Reunião de Chanceleres dos países-membros, com o objetivo de definir a extensão do apoio político que se deverá emprestar à Associação em seus altos desígnos de efetiva integração econômica regional.

Outros problemas de grande interêsse para a marcha dos trabalhos da Associação foram debatidos e equacionados em Bogotá. Dentre êsses, mereceu especial destaque a aprovação da Resolução 100 (IV), logo chamada de Resolução Magna. A Resolução 100 (IV), que derivou dos trabalhos da Comissão Especial, constitui a primeira tentativa realizada pela ALALC no sentido de definir uma política zonal de integração econômica. Abrange problemas da harmonização e coordenação da política econômica e comercial dos países-membros em seus diversos aspectos e estabeleceu um extenso programa de trabalho a ser executado pela Associação, com o concurso dos novos órgãos a serem criados. Esta Resolução evidencia um sentido construtivo alentador e denuncia, claramente, o início de uma nova fase da existência da ALALC, em que aos problemas de caráter comercial, que até então predominaram, se vem somar uma preocupação permanente com as questões ligadas diretamente à integração econômica latino-americana.

Entre outras medidas aprovadas, merece ainda destaque o nôvo regime a que estarão sujeitos os Ajustes de Complementação, previstos, inicialmente, como um dos instrumentos mais dinâmicos do Tratado. Não tiveram, por várias razões, um funcionamento regular até agora. Com a experiência adquirida, corrigiram alguns defeitos básicos do regulamento dêsses acôrdos. Com o nôvo regulamento aprovado em Bogotá, deverá criar-se um maior interêsse em tôrno da celebração dêsses Ajustes, que podem tornar-se um poderoso mecanismo de liberação comercial e integração setorial.

A ALALC saiu fortalecida da Conferência de Bogotá e pronta para engajar nos trabalhos ainda mais complexos da integração econômica, pois que em seus três anos de vida já amadureceu o suficiente para levar os Governos-membros a tomarem decisões indispensáveis ao início dessa tarefa, que absorverá nossas preocupações nos próximos anos.

PRODUTOS DE BASE

CAFÉ

Comportamento do Mercado

Nos três primeiros meses do ano o mercado internacional acusou forte tendência de alta principalmente por efeito das geadas no Paraná e da conseqüente redução da safra brasileira. O café Santos 4 atingiu cotação de 49.90 cents por libra-pêso no disponível em Nova York chegando a cotação a ultrapassar a do café mais caro, o colombiano.

A partir de março, ponto mais alto da curva anual de preços, iniciou-se um movimento de baixa para todos os cafés à exceção do MAMS que, com ligeiras oscilações, se manteve na faixa dos 49 cents.

Os meses de agôsto e setembro foram os momentos críticos já que, dada sobretudo a agressiva política de volume da Costa do Marfim, os preços dos robustas baixaram à zona dos 31 cts, com um diferencial por vêzes superior a 14 cts separando-os das cotações do Santos 4. A Costa do Marfim ultrapassou sua quota em 550 mil sacas, forçando os demais produtores africanos a baixarem seus preços de venda, originando um enfraquecimento generalizado do mercado. Tendo chegado, no entanto, a níveis próximos de seu preço-chão, resultante do preço de sustentação interna, os produtores africanos resolveram, a partir de outubro, iniciar uma política de defesa do mercado. Neste sentido, firmaram o Protocolo de Londres que dispõe sôbre preços mínimos e percentagens de retenção fixadas mensalmente de acôrdo com o comportamento do mercado.

A política de sustentação brasileira, o atraso na safra dos suaves, a perspectiva de greve nos portos norte-americanos, o efeito do maior consumo na temporada fria e o esfôr-

ço africano de retenção constituíram fatores de recuperação do mercado no último trimestre do ano, quando se verificou uma inflexão nas curvas descendentes de preços.

Após o mês de outubro, quando foi constatada grande firmeza no mercado, novamente reapareceram sinais de instabilidade devido à expectativa baixista do nível de quotas amplas e à existência de diferenciais demasiado amplos entre robustas e arábicas.

Ao encerrar-se o ano de 1964, os dados do mercado parecem indicar que se produzirá um sensível enfraquecimento de preços. Estima-se que haja um excedente de 4.3 milhões de sacas em relação às quotas reais (excluído o café-papel) dos quais 3.6 estariam na área do robustas.

Nestas condições de oferta e face ao nível de quotas desproporcional à demanda prevista, é lícito considerar as perspectivas do mercado pessimìsticamente.

Funcionamento do Acôrdo

A Organização Internacional do Café realizou oito sessões da Junta Executiva e três do Conselho.

Em fevereiro, sob intensa pressão dos consumidores, foram acrescentadas um milhão e trezentas mil sacas à quota anual e concedidas 948 mil sacas em «waivers» passando a oferta de 45.7 a 48.3. Em maio foi realizada uma distribuição de 725 mil sacas em «short-falls», isso é, trezentas mil sacas a mais do que fôra notificado pelos membros. Também, nesta oportunidade foi concedido nôvo «waiver» a El Salvador (200 mil sacas).

Ficou assim prevista uma oferta de 49 milhões de sacas.

A 5.ª sessão do Conselho teve lugar em agôsto. Nesta oportunidade foram fixadas as quotas anuais para 64/65. O Diretor Executivo apresentou uma estimativa da demanda de 48 milhões de sacas enquanto os consumidores defendiam níveis ainda superiores e o Brasil apresentara um cálculo de 45,5 milhões. A quota anual foi estipulada em 47.5, com duas distribuições suplementares de 500 mil sacas no 2º e 3º trimestre (resolução 52). Também nesta reunião foi criado o Comitê Mundial de Promoção do Café e ficaram estabelecidas as regras para a dedução de excessos das quotas anuais

(resolução 48) pelas quais as ultrapassagens trimestrais foram tratadas como excessos do 4º trimestre, aliviando assim o Brasil, que havia excedido a quota do 1º trimestre.

Em 1º de outubro, entrou em vigor pleno o regime de certificados de origem e reexportação cuja validade, entretanto, ainda é muito limitada em vista da não aprovação, pelo Congresso norte-americano, da legislação complementar que permitiria a implementação do Acôrdo no maior mercado consumidor mundial.

Na última reunião anual da Junta Executiva, que teve lugar em dezembro, em El Salvador ,foi decidido o cancelamento das distribuições suplementares de 1 milhão de sacas originalmente previsto na resolução 52. Com êste fato e com a decisão de não distribuir o equivalente aos descontos por excesso de quota, a oferta em quota para 1964/65 ficou em 47,3 milhões de sacas.

ALGODÃO

XXIII Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão

Realizou-se em maio e junho de 1964, em Francfort-sôbre-o-Meno, na República da Alemanha, a XXIII Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão.

Precederam à Sessão Plenária três reuniões, também realizadas sob os auspícios do C.C.I.A.:

a) Reunião do Comitê de Algodão de Fibra Longa e Extralonga;
b) Reunião do Comitê de Pesquisa e Novos Desenvolvimentos na Produção Algodoeira; e
c) Reunião Especial sôbre Promoção Algodoeira.

A característica predominante dos trabalhos da XXIII Sessão Plenária foi a análise da conjuntura algodoeira internacional a qual se delineava pessimista em virtude de desequilíbrio resultante de produção superior ao consumo mundial. Não se tratava, porém, de uma situação de superprodução, mas antes de um período, que se vem prolongando há vários anos, de subconsumo. Isso porque muito embora a tendência de aumento da produção em novas e tradicionais

áreas algodoeiras não apresentem variação significativa ao longo dos últimos anos, o mesmo não se verificou com a tendência do consumo, que, apesar de positiva, não o foi na medida necessária para que pudesse ser mantido o relativo equilíbrio entre a oferta e a procura existente nos anos-safra de 1962/1963.

Apontou-se como causa principal do subconsumo em aprêço a competição cada vez maior das fibras artificiais, para as quais o algodão vem perdendo terreno em vários setores de amplicação industrial.

A XXIII Sessão Plenária aprovou várias Resoluções de natureza precìpuamente administrativa, bem como uma Resolução sôbre a convocação de uma reunião de Técnicos para dar prosseguimento aos trabalhos de elaboração de medidas capazes de solucionar o problema da competição entre o algodão e as fibras sintéticas. Finalmente, foi também aprovada a «Declaração sôbre Política de Algodão», o mais importante documento do conclave.

Nessa Declaração, além de analisar a conjuntura mundial da fibra, a Sessão Plenária reconheceu ser mais realista a atual política norte-americana; ressaltou a importância não só econômica, mas também social, do algodão para os países subdesenvolvidos; expressou a convicção de que deveria ser continuada e fortalecida a cooperação internacional entre o C.C.I.A. e os diversos organismos internacionais pertinentes; e, finalmente, reconhecendo que o futuro do algodão depende, a curto e médio prazo, da expansão do consumo, e que era preciso melhorar o nível de vida das populações que dependem do algodão, o C.C.I.A. propôs que os Governos dos países-membros estudassem meios de solucionar êsses problemas no menor prazo possível, a fim de que pudessem ser discutidos em maior profundidade na próxima Sessão Plenária.

Reunião de Técnicos

Em atendimento à Resolução acima aludida, realizou-se em junho de 1964, em Bremen, na República Federal da Alemanha, a Reunião de Técnicos para elaborar métodos de se implementar, num âmbito multilateral, uma campanha de promoção algodoeira. Dessa Reunião participaram representantes do C.C.I.A., do «Cotton Council International»

(C.C.I.), do «International Federation of Cotton and Allied Textile Industries» (I.F.C.A.T.I.), dos Estados Unidos da América e de entidades de classe, isto é, da indústria têxtil e do comércio algodoeiros, de vários países da Europa Ocidental. O Brasil não se fêz representar.

Findos seus trabalhos, o Grupo de Técnicos submeteu à apreciação dos Governos Membros do C.C.I.A. o chamado «Plano de Bremen», documento em que se estruturava uma organização multilateral para administrar a promoção algodoeira e gerir o fundo de promoção a ser criado.

Reunião Especial de Promoção Algodoeira de Paris

A fim de debater o «Plano de Bremen», foi convocada para a última semana de novembro, em Paris, uma Reunião Especial de Promoção Algodoeira, sob os auspícios do C.C.I.A.

O Govêrno brasileiro, após examinar o assunto mediante a constituição de um Grupo de Trabalho informal no Ministério das Relações Exteriores, com a participação dos demais órgãos interessados e das entidades de classe, e considerando inaceitável o «Plano de Bremen», convocou, para três dias antes do início da aludida Reunião Especial, uma Reunião Informal dos Países Produtores de Algodão, em Paris.

Assim sendo, quando do início dos trabalhos da Reunião Especial, ficou decidido que os produtores não poderiam aceitar o «Plano de Bremen», mesmo modificado, como queriam alguns países consumidores.

Encerrando a Reunião Especial, foi aprovada Resolução relegando uma decisão final na matéria a uma nova Reunião Especial de Promoção Algodoeira, a ser convocada uma semana antes da XXIV Sessão Plenária do C.C.I.A., em Washington, em maio 1965. Entretanto, ficou decidido que, com base nas recomendações do Grupo de Produtores, constituído em Paris, realizar-se-ia uma reunião dos produtores americanos, possìvelmente no México, em março de 1965, para elaborar nôvo plano de promoção a se pautar nos seguintes pontos:

a) participação exclusivamente de produtores, representando pelo menos 2/3 da produção mun-

dial, na administração, na constituição e gerência do fundo;

b) o organismo a ser criado entraria em contato com entidades públicas ou privadas, na Europa Ocidental e no Japão, para a implementação da promoção algodoeira. Dessa forma, estabelecer-se-ia uma cooperação financeira por parte dos consumidores igual ou superior à dos produtores;

c) o organismo ficaria subordinado ao C.C.I.A.; e

d) as contribuições dos produtores ao fundo seriam baseadas na equivalência da US$ 1,00 por fardo norte-americano exportado para os países onde seria feita a promoção.

Uma vez elaborado no México, o nôvo plano de promoção deverá ser comunicado aos produtores afro-asiáticos e servir de documento de base para a Reunião Especial de Promoção Algodoeira a ser convocada em Washington.

CACAU

Com o impasse surgido nas negociações para um convênio mundial que incluísse produtores e consumidores — o que levou à suspensão da Conferência das Nações Unidas, em 1963 — o ano de 1964 caracterizou-se por intensos contatos entre os principais produtores de cacau, com vistas à conclusão de um acôrdo apenas de produtores.

Os debates sôbre o assunto partiram da sugestão, apresentada pelo Brasil aos demais produtores, ao final da referida Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de que se examinasse a possibilidade de negociar-se tal acôrdo com base em anteprojeto elaborado pela Delegação brasileira, e que obteve boa acolhida. A «Aliança dos Produtores de Cacau», em reunião realizada em Duala, Camarões, aprovou a idéia, e constituiu um Comitê Técnico incumbido de examinar o projeto brasileiro e prepará-lo para os debates de uma futura Conferência Negociadora.

O Comitê Técnico reuniu-se em Londres, de 11 a 21 de maio, e preparou o texto que foi negociado, aprovado e rubricado pelos países-membros da «Aliança» (Brasil-Camarões, Costa do Marfim, Nigéria, Gana, Togo), na referida Con-

ferência Negociadora, reunida em Lomé, Togo, de 20 a 25 de julho 1964.

No Rio de Janeiro, de 14 a 19 de setembro, realizou-se a Assembléia Geral da «Aliança dos Produtores de Cacau», quando foi assinado o documento rubricado em Lomé, que passou a constituir o «Acôrdo Internacional do Cacau». Nesta mesma reunião, foram tomadas decisões para implementação dos dispositivos do Acôrdo, que entrou em vigor em 1º de outubro. Estabeleceram-se quotas de exportação e fixou-se um «prêço de referência» para o cacau, nos têrmos do instrumento assinado. O texto do Acôrdo foi submetido à aprovação do Congresso Nacional pela Mensagem Presidencial nº 656, de 1964, encontrando-se em exame nas Comissões competentes.

Em decorrência da evolução do mercado cacaueiro, foram posteriormente convocadas duas reuniões extraordinárias da Junta do Acôrdo, realizadas em Lagos (3 a 5 de novembro) e Acra (25 e 26 de novembro), quando foram adotadas medidas adicionais de defesa dos preços do cacau.

A Divisão de Produtos de Base (DPB) centralizou e coordenou, com os órgãos governamentais competentes, e ouvidos os setores privados interessados, a elaboração das instruções transmitidas pelo Govêrno brasileiro a seus representantes nessas reuniões, tendo participado diretamente das delegações acreditadas às três últimas.

Além dessas, foram ainda realizadas em 1964:

a) quatro reuniões de «Chefes de Vendas», convocadas pela «Aliança dos Produtores de Cacau» (Lagos e Acra), às quais compareceram representantes diplomáticos lotados nas Missões brasileiras naquelas cidades;

b) reunião do Comitê de Estatística do Grupo de Estudos do Cacau, da FAO (Roma, 21 de outubro), à qual compareceu o representante-residente do Brasil junto à FAO.

MADEIRAS

Em 1964, tiveram maior importância no setor de madeiras, no que diz respeito às atividades da DPB, as negociações para exportação de pinho-do-paraná para a Argentina, tratadas dentro do contexto geral dos entendimentos que culminaram no «Acôrdo do Trigo», celebrado com aquêle

país (Buenos Aires, outubro-novembro). Assentaram-se — mantidas as condições regulamentares estabelecidas pelo Instituto Nacional do Pinho para o comércio brasileiro de madeiras — compromissos de exportações prováveis de 250 a 300 milhões de pés quadrados de pinho-do-paraná para a Argentina.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

A Divisão de Produtos de Base participou ativamente dos trabalhos preparatórios da posição brasileira na CNUCD, centralizando a parte referente a produtos primários, atribuídos à I Comissão daquela Conferência.

Das recomendações aprovadas, e incluídas em sua Ata Final, dizem respeito pròpriamente à DPB as de números A.II.1, A.II.2, A.II.3, A.II.4, A.II.5, A.II.6, A.II.7, A.II.8 e A.II.9, e, na parte referente a arranjos institucionais, a recomendação de criação de uma «Comissão de Convênios e Política de Produtos de Base» (CCPPB) que, subordinada à «Junta do Comércio e Desenvolvimento», supervisionará as medidas internacionais relacionadas com problemas de comércio de produtos de base.

Estas recomendações serão examinadas pela XIX Assembléia Geral das Nações Unidas,esperando-se sua aprovação sem discussões substantivas.

CEPAL

A CEPAL realizou em Santiago do Chile, de 9 a 13 de novembro, uma reunião de seu Comitê de Comércio, quando se estabeleceram diretrizes de ação a serem seguidas pelos países latino-americanos com vistas à implementação efetiva das supracitadas recomendações, tão logo sejam aprovadas pela Assembléia Geral da ONU.

A DPB, em colaboração com a DPC, elaborou a parte referente a comércio de produtos de base das instruções à Delegação brasileira que compareceu a Santiago. Tais instruções, bem como o documento aprovado pelo Comitê de Comércio, serviram para informar a posição das delegações brasileiras às Terceiras Reuniões do CIES, e à Assembléia Geral da ONU.

AÇÚCAR

XVII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar

A Divisão elaborou as instruções à Delegação brasileira à XVII reunião do Conselho Internacional do Açúcar, realizada em Londres, de 17 a 19 de junho.

A agenda apresentava os seguintes principais itens:

a) apreciação do relatório do Comitê de Estatística sôbre a previsão da produção e consumo mundiais do produto para o ano-calendário de 1964;

b) eleição do nôvo Diretor-Executivo;

c) recebimento do relatório final do Comitê Preparatório encarregado de estudar as bases e o arcabouço do nôvo Acôrdo Internacional do Açúcar.

A reunião terminou com os seguintes resultados:

a) aprovação do relatório do Comitê de Estatística, em que ficou evidenciado um *déficit* de 725.000 toneladas curtas de açúcar em relação ao consumo estimado para o ano-calendário de 1964, tendo a Delegação brasileira insistido pela divulgação dêsse dado;

b) adiamento da eleição do Diretor-Executivo para a próxima sessão do Conselho, prevista para novembro;

c) aprovação do relatório do Comitê Preparatório, que poderia ser, desde então, submetido à apreciação dos Governos-membros do Acôrdo, cujos comentários seriam recebidos pelo Conselho até 30 de setembro.

Sessão Preparatória à II Reunião das Autoridades Açucareiras dos Estados Membros da OEA

A Divisão preparou instruções à Delegação brasileira à Sessão Preparatória à II reunião das Autoridades Açucareiras dos Estados Membros da OEA, realizada em Washington, de 18 a 22 de junho.

XVIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar

A Divisão elabou instruções à XVIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, realizada em Londres, de 2 a 6 de novembro.

Da agenda constavam os seguintes principais pontos:

a) Eleição do Diretor-Executivo;

b) apreciação dos comentários dos Governos-membros do Acôrdo sôbre o relatório do Comitê Preparatório;

c) convocação de Conferência Negociadora do nôvo Acôrdo Internacional do Açucar.

A reunião terminou com os seguintes principais resultados:

a) eleição do Diretor-Executivo, cuja escolha recaiu no nome de representante inglês;

b) o Conselho resolveu, por sugestão da Delegação brasileira, manter o Comitê Preparatório, que ficou encarregado de elaborar o anteprojeto de Acôrdo a ser apresentado na próxima Sessão do Conselho, fixada, em pincípio, para abril de 1965.

TRIGO

Acôrdo Internacionl do Trigo

A Divisão elaborou instruções à Representação brasileira às 39.ª a 40.ª reuniões do Conselho Internacional do Trigo, realizadas em Londres, de 23 a 25 de junho e de 18 a 25 de novembro, respectivamente. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelas oito sessões do Comitê Executivo, realizadas em Londres, e cobrindo os anos/safras 63/64 e 64/65.

Emenda ao V Acôrdo sôbre Excedentes Agrícolas Brasil-Estados Unidos da América

a) A Divisão desenvolveu os trabalhos e os contatos necessários à Emenda de 15 de maio ao V Acôrdo sôbre Excedentes Agrícolas Brasil-Estados Unidos da América, assinado a 11 de setembro de 1963.

b) Pela referida Emenda, o valor total dos produtos a serem importados e das respectivas autorizações de trans-

porte elevou-se de US$ 94.400 milhões para US$ 187.500 milhões.

Acôrdo Trienal de Trigo Brasil-Argentina 1965/1967

a) A Divisão elaborou os trabalhos preparatórios e as instruções à Delegação brasileira que, nos meses de outubro/novembro, negociou, em Buenos Aires, o Acôrdo do Trigo Brasil-Argentina, para vigência nos anos de 1965, 66 e 67.

b) Pelo referido Acôrdo, o Brasil importará da República Argentina 1 milhão de toneladas de trigo nos anos-calendário, de 65, 66 e 67, quantidade que poderá ser revista com base no comportamento do intercâmbio comercial entre os dois países e a pedido de qualquer das Partes Contratantes.

BORRACHA

Em maio do corrente ano, realizou-se em Tóquio, a décima sétima reunião do Grupo Internacional de Estudos da Borracha, havendo as instruções da Delegação do Brasil sido elaboradas conforme as sugestões da Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

MINÉRIOS

A fim de subsidiar as Missões no Exterior com informações sôbre a posição do Brasil no mercado internacional de minérios, e tendo em vista um mais amplo entrosamento com os diferentes órgãos especializados do Govêrno, organizaram-se grupos informais de trabalho para o exame da conjuntura para o comércio de cada minério, havendo sido, no presente ano, elaboradas informações preliminares sôbre tungstênio e ferro.

Estão em fase inicial os trabalhos para exame da situação do mercado de estanho, devendo ser constituído, para tal fim, um grupo de trabalho do qual participarão técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, da Companhia Estanífera e do Banco do Brasil.

O Comércio de mica foi também examinado e debatido, em suas generalidades, com a Missão indiana que visitou o Brasil no mês de outubro.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante o ano de 1964, estiveram em execução, no Brasil, os seguintes projetos do Fundo Especial.

	US$ Fundo Especial	US$ Govêrno Brasileiro
1. Levantamento para determinar as possibilidades de irrigação da região do baixo médio S. Francisco	667,700	1,132,600
2. Escola Nacional de Florestas (Curitiba)	1,265,100	875,035
3. Pesquisa de sal-gema no Nordeste	569,850	372,200
4. Levantamento do potencial hidroelétrico de Minas Gerais	735,000	560,000
5. Levantamento do potencial hidroelétrico da região centro sul do Brasil	1,823,300	1,804,000
Estão em fase de preparação os Planos de Operação relativos seguintes projetos:		
6. Ensino de Tecnologia na Universidade de Brasília	1,172,300	9,853,000
7. Projeto Regional Brasil-Uruguai para o desenvolvimento da região da Lagoa Mirim. (1)	1,543,700	1,501,000
8. Instituto de Engenharia Sanitária Guanabara	467,700	1,158,000
	8,244,650	17,255,835
		8,244,650
		25,500,485

(1) Dos quais 750,500 contribuídos pelo Brasil.
« « 750,500 « « Uruguai.

Foi concluído no mês de dezembro o Plano de Operações relativo ao Centro de Pesquisas e Tecnologia Alimentar do Instituto Agronômico de Campinas; a contribuição do Fundo Especial soma a US$ 772.200.00, enquanto que a contrapartida do Govêrno brasileiro ascende .... US$2.160.349.00.

Em 1º de outubro de 1964, foi submetido formalmente, à consideração do Fundo Especial, um projeto relativo à Ampliação dos Estudos sôbre Eletrificação do Centro e do Sul do Brasil.

Atualmente, estão em estudos na Comissão Nacional de Assistência Técnica e em outros órgãos do Govêrno brasileiro os projetos a seguir relacionados:

a) Centro de Estudos dos Recursos Naturais da Região do Cerrado, na Universidade de Brasília;

b) Melhoria das condições de navegabilidade do Rio Paraguai e da Bacia do Prata;

c) Usina de Processamento de Recursos Minerais;

d) Melhoria dos Serviços Meteorológicos do Brasil;

e) Centro de Pesquisa, Treinamento e Demonstração para a Utilização Integral do Babaçu;

f) Desenvolvimento da Produtividade;

g) Instituto de Planejamento Educacional em Brasília;

h) Centro Latino-Americano de Higiene e Segurança do Trabalho; e

i) Desenvolvimento da Pesca.

Programa Ampliado de Assistência Técnica

Foram executados, normalmente os projetos relativos ao segundo ano, do biênio 1963-1964, do Programa Ampliado de Assistência Técnica. Estão sendo ultimadas providências no sentido de que sejam, integralmente, utilizados os fundos ainda disponíveis.

Durante o ano de 1964, foi ainda elaborado o Pedido Global do Govêrno brasileiro ao Programa Ampliado de Assistência Técnica relativo à 1965-1966. Os fundos, num

total de US$ 1.200.000, foram distribuídos da seguinte maneira:

ONU (DOAT)	US$211.200
FAO	541.600
OIT	58.400
AIEA	162.600
UNESCO	186.600
OMS	39.600
	US$1.200.000

As entidades brasileiras, cujos projetos foram aprovados, são as seguintes:

a) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
b) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
c) Comissão Nacional de Assistência Técnica;
d) Ministério da Agricultura;
e) Universidade de Santa Maria;
f) Superintendência do Desenvolvimento da Pesca;
g) Banco Nacional de Crédito Cooperativo;
h) Instituto Brasileiro do Café;
i) Universidade de Brasília;
j) Banco do Nordeste do Brasil;
k) Superintendência dos Serviços de Reabilitação Profissional da Previdência Social;
l) Comissão Nacional de Energia Nuclear;
m) Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; e
n) Comissão Intermunicipal do Contrôle da Poluição das Aguas e do Ar;

A elaboração do Pedido Global para 1965-1966 foi trabalho complexo que exigiu o exame de quase uma centena de projetos e a manutenção de correspondência contínua com grande número de órgãos governamentais.

ONU E AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Foi assinado a 29 de dezembro o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com as Nações Unidas e as Agências Especializadas, que vem substituir o acôrdo assinado em 1952.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

De acôrdo com as instruções recebidas, a Delegação brasileira às III Reuniões Anuais do CIES, realizadas em Lima de 27-XI a 12-XII-1964, conseguiu a aprovação dos projetos do Programa de Cooperação Técnica com sede no Brasil, a saber:

a) Projeto nº 77 — Centro Pan-americano de Febre Aftosa, com sede no Rio de Janeiro; contribuição da OEA para 1965: US$ 582.908;

b) Projeto nº 105 — Programa de Administração de Emprêsas, com sede em São Paulo, contribuição da OEA para 1965: US$ 156.412;

c) Projeto nº 209 — Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional — (CETREDE), com sede em Fortaleza; contribuição da OEA para 1965: US$ 274.494.

Graças aos esforços da Delegação do Brasil foi reincluído no Programa de Cooperação Técnica o Projeto nº 207 — Programa de Normas Regionais para a Integração Econômica, de interêsse para o país.

Foi igualmente aprovado pelo CIES, para financiamento pelo Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento, o projeto apresentado pela SUDENE, no valor de US$209.675.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Em 10 de agôsto de 1964, foi assinado, no Rio de Janeiro, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Embaixador da República Federal da Alemanha o Segundo Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica para a Promoção da Colonização Agrícola, na Cooperativa de Pindorama, no Estado de Alagoas.

Estão em estágio de preparação e negociação vários outros Convênios, notadamente os relativos ao: (a) Fomento das Atividades Agro-Pecuárias, por intermédio do Ministério da Agricultura; (b) Colégio Agrícola «Visconde da Graça»; (c) Escola Técnica de Pesca «Francisco Brochado da Rocha», no Estado do Rio Grande do Sul; Escola Técnica Tupy e Escola Agrícola e Profissional de Itapiranga, no Estado de Santa Catarina.

O Govêrno alemão envia peritos ao Brasil a fim de estudar a parte técnica do projeto relativo ao melhor aproveitamento do Vale do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, e de projetos, no campo de hidrologia, que serão, futuramente, executados em cooperação com a SUDENE.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Foram assinadas em 1964, pela Embaixada em Washington, 16 Autorizações de Transferência referentes a alimentos doados pelo Govêrno dos Estados Unidos da América dentro do Programa Alimentos para a Paz da Aliança para o Progresso.

As Autorizações de Transferência em aprêço referem-se aos seguintes programas:

a) Bahia — Programa de Emergência;

b) Ceará — Projetos de Produção Avícola e Leiteira;

c) R.G. do Sul — Projetos de Desenvolvimento da produção animal de Ijuí, Santa Rosa, Cidade de Deus e Pelotas;

d) Mato Grosso — Projetos das Colônias Agrícolas de Rio Ferro, Gleba Arinos e Cáceres;

e) Goiás — Projeto do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás;

f) Guanabara — Programa de Produção Agrícola da Secretaria de Agricultura;

g) Maranhão — Projeto da Cooperativa de Agricultores e Suinocultores;

h) Piauí — Projeto de Cooperativa para o Desenvolvimento Agropecuário e Industrial; e

i) Campanha Nacional de Merenda Escolar — Programa de merenda escolar em vários Estados.

Foi também efetivada pela Campanha Nacional de Merenda Escolar a compra de 5.000 toneladas de leite em pó, em contrapartida às doações do produto feita pelo Govêrno Americano, nos têrmos do Convênio firmado em 1962. O Govêrno brasileiro se comprometeu a comprar da quota de 1963, recebendo o produto comprado no ano passado, referente à quota de 1962.

PROGRAMAS DE EXECUÇÃO

Foram ainda assinados no corrente ano, com a USAID e dentro do mesmo programa de alimentos, três Convênios ou Programas de Execução, que regulam, através de projetos, a utilização dos alimentos recebidos.

Assinaram êsses Convênios:

a) O Govêrno do Estado do Paraná: Convênio referente às autorizações de transferência de alimentos dentro do programa de emergência;

b) O Estado do Rio Grande do Sul: Convênio referente aos Programas de Pelotas e Cidade de Deus.

c) O Estado de Mato Grosso: Convênio relativo ao programa da Colônia de Cáceres.

Em preparação:

Estado de Goiás: Convênio relativo ao Projeto de Colonização de Arraias.

FRANÇA

Foi remetido à Embaixada da França um projeto de acôrdo básico de cooperação técnica que visa à ordenação e planejamento da assistência técnica que aquêle país vem há vários anos prestando ao Brasil. O referido projeto foi elaborado pela DCET com base em acôrdos do mesmo tipo já firmados pelo Brasil e mereceu a devida aprovação da DAI. Durante a visita do General De Gaulle ao Brasil foi feita menção expressa no comunicado conjunto à próxima assinatura dêsse acôrdo entre os dois países.

A assistência técnica francesa compreendeu, em 1964, em resumo, as seguintes atividades:

> *a*) Estudo do Vale do Jaguaribe (SUDENE) iniciado em 1962, destina-se ao levantamento das possibilidades de desenvolvimento da Bacia do Jaguaribe e contou em 1964 com a assistência de 19 técnicos franceses:
>
> *b*) Economia e estatística (SUDENE) — assistência de julho 1963/abril 1964 de um técnico do Serviço de Cooperação Técnica francês;

c) Formação de engenheiros — 3 escolas brasileiras receberam a assistência técnica francesa: Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos (4 professôres franceses); Escola de Engenharia da Universidade de Pernambuco (1 professor francês de eletrônica); e Escola de Engenharia São Carlos, em São Paulo (vários professôres franceses visitantes);

d) Geologia e hidrologia — 2 escolas brasileiras receberam professores franceses: Escola de Geologia da Universidade do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre e a Escola de Geologia da Universidade de Pernambuco, Recife;

e) Centros de pesquisas — o Instituto de Pesquisas Hidráulicas de Pôrto Alegre recebeu dois peritos em hidráulica que participaram dos trabalhos do Centro de Pesquisas; o Departamento de Física da Universidade de São Paulo trabalhou em cooperação com a CNEN e o Commissariat à l'Enérgie Atomique da Universidade de Grenoble, num grupo de pesquisas sôbre física dos sólidos; a França enviou professôres e peritos e doou material de laboratório; o Observatório de São Paulo recebeu a colaboração de um astrônomo francês e dois astrônomos brasileiros receberam bôlsas de estudo no Observatório de Besançon de Paris e do Pic du Midi; o Departamento de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro recebeu 2 professôres franceses, para cursos de pós-graduação em radar e física-matemática; está em estudo um programa de cooperação em telecomunicações; no Instituto Oceanográfico da Universidade do Recife encontram-se dois peritos franceses desde 1962.

f) Desenvolvimento econômico:

1. Oleaginosos — O Instituto de Recherches des Huiles et Oléagineux mantém no Brasil uma missão encarregada de prestar assistência aos organismos brasileiros que se ocupam de pesquisas de oleaginosos tropicais; três peritos franceses trabalham no Instituto de

Óleos do Ministério da Agricultura, na SUDENE para o programa de melhoramentos dos conqueirais do Nordeste, e no programa do Instituto de Óleos e do Estado da Bahia;

2. Valorização do Cerrado — estão em andamento projetos de cooperação técnica francesa para a organização e funcionamento do Instituto Central de Geociência da Universidade de Brasília e de seu centro de aplicação: peritos franceses trabalharam na valorização de Goiás (4 peritos), nos problemas de criação de gado no Distrito Federal (3 peritos), e nas pesquisas hidrológicas da CIVAT (2 peritos);

g) Estágios na França — o Service de Coopération Technique do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França concedeu 50 bôlsas a técnicos e pesquisadores brasileiros nos campos das ciências médicas, ciências da terra e ciências sociais, ciências físicas e técnicas;

h) Formação profissional — no campo da mecânica, foi feito um acôrdo entre a Fédération Française des Industries Mécaniques e o SENAI de São Paulo em 1962 e desde aquela data está em funcionamento um centro de formação e aperfeiçoamento dos quadros das emprêsas do Estado de São Paulo; no campo da eletricidade, mais de uma dezena de sociedades e organizações produtoras e distribuidoras de energia elétrica receberam do Service de Coopération Technique dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros doações de conjuntos pedagógicos e um perito para a instalação do material;

i) Desenvolvimento das indústrias de base e infra-estrutura econômica. A cooperação francesa contribuiu para a organização da missão de peritos das sociedades de estudos SOFREMINES E SOFRERAIL que a Companhia Vale do Rio Doce havia solicitado para o estudo dos meios de incremento da produção e exportação de minério; as conclusões do estudo feito pela missão francesa

será entregue à Vale do Rio Doce em princípios de 1965.

j) Programa de estágios — O Brasil foi um dos países que mais se beneficiou dos estágios organizados pela França em 1964.

ISRAEL

A missão israelense no Nordeste, que iniciou seus trabalhos em 1962, preparou planos para os projetos com a SUDENE e participou ativamente em sua realização, no campo da agricultura, incluindo perfuração de poços e engenharia hidráulica para irrigação, orientação e organização cooperativista. A destacar são os seguintes projetos:

a) Fazenda de Petrolândia — o acôrdo entre a SUDENE e a Missão israelense visa a produzir sementes de milho híbrido em quantidade suficiente para as necessidades do Nordeste e o projeto está em pleno funcionamento desde junho de 1963 com técnicos israelenses e equipamento doado por Israel;

b) Plano para o aumento da produção em Petrolina — a Missão israelense já entregou ao Superintendente da SUDENE uma proposta para o planejamento da fazenda, que deverá começar a funcionar em outubro de 1965, produzindo sementes de milho híbrido, algodão, rícino, cebola, batatas e até trigo;

c) Produção e distribuição de sementes de sorgo híbrido — Israel doou as primeiras sementes para a produção de sorgo híbrido na fazenda de Petrolândia;

d) Procura de água e planificação de sua utilização. Um perito israelense em hidrologia sugeriu uma perfuração na região de Oeiras (Piauí), já efetuada com bons resultados permitindo a irrigação de 30 hectares de terrenos pertencentes à SUDENE; a Missão israelense preparou em 1964 um plano geral do equipamento (perfuração e irrigação) e sua instalação;

e) Aproveitamento das águas dos açudes e riachos no agreste, para irrigação por meio de aspersão: a Missão israelense elaborou um projeto para o aproveitamento da água no cultivo de legumes num município do agreste; o projeto visa a aumentar a renda dos agricultores locais;

f) Leva de gado, com produtos adicionais da produção de sementes — a Missão apresentou à SUDENE um projeto minucioso para a leva anual de 250 bois.

A Missão israelense está trabalhando também no Estado de Goiás, de acôrdo com memorando de entendimento firmado pelo Govêrno Estadual em 1963. A Missão ajudou a IDAGO — companhia de colonização do «combinado» e um plano geral de fornecimento de água potável e irrigação.

Está em negociação com a Embaixada de Israel o primeiro convênio complementar ao Acôrdo Básico de Assistência Técnica, relativo à utilização da energia atômica para fins pacíficos. O Projeto israelense já foi aprovado pela CNEN e a assinatura do convênio poderá efetuar-se em janeiro de 1965.

HOLANDA

Foi remetido à Embaixada da Holanda um projeto de Acôrdo Básico para a regularização da assistência que os Países Baixos já estão prestando ao Brasil e com vistas à sua ampliação. Aguarda-se um pronunciamento do Govêrno holandês sôbre o texto preparado pela DCET, já havendo sido manifestado em princípio o interêsse dos Países Baixos na assinatura do acôrdo em aprêço.

O Projeto de Recuperação e Conservação de Solos Tropicais, realizado sob o patrocínio da NOVIB está sob andamento nos terrenos da Cabeça do Veado, em Brasília, e interessa à Prefeitura do Distrito Federal.

O Instituto de Desenvolvimento Industrial de São Paulo solicitou a colaboração do «Research Institute of Management Service» de Delft.

Um técnico holandês em problemas de florestamento prestou assistência à Seção de Pesquisas Florestais da Divisão de Silvicultura do Ministério da Agricultura.

Teve o andamento desejado o projeto holandês em Campina Grande, de assistência à Associação de Assistência Sanitária e Social do Nordeste.

JAPÃO

Foi igualmente remetido à Embaixada do Japão o projeto de Acôrdo Básico no entendimento de que o Govêrno japonês está interessado em regular por acôrdo a assistência técnica que já está prestando ao Brasil.

Bolsistas brasileiros financiados pelo Govêrno japonês realizaram estudos no Japão nas seguintes especialidades: indústria pesqueira, energia elétrica, engenharia portuária e indústria de micro-ondas; já foi aceito o bolsista apresentado pela Rêde Ferroviária Nacional para o curso sôbre material rodante de estrada de ferro a ter início em janeiro de 1965. Foram ainda concedidas bôlsas em eletricidade e telecomunicações, energia hidrelétrica e cooperação agrícola.

A Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo recebeu dois técnicos japonêses e o Grupo de Planejamento da administração matogrossense, um técnico.

Está em funcionamento com a assistência de técnicos japonêses, o Centro de Treinamento de Técnicas Têxteis do Recife, cuja construção e instalação foram completados em 1964, inclusive com maquinaria doada pelo Japão.

DINAMARCA

A Embaixada da Dinamarca recebeu igualmente o projeto de Acôrdo Básico preparado pela DCET e demonstrou, em princípio, o interêsse do Govêrno dinamarquês em prestar substancial ajuda técnica ao Brasil.

Foi acordada a vinda de um técnico dinamarquês em laticínios para lecionar a matéria de sua especialidade na Escola de Laticínios Fernando Costa, em Pirassinunga, São Paulo.

O Govêrno dinamarquês organizou em cooperação com a ONU um curso sôbre promoção das exportações a ter início em princípios de 1965, no qual já está inscrito um bolsista brasileiro.

HUNGRIA

Durante a missão chefiada pelo SGAEAS ao leste europeu, foi entregue pela Delegação brasileira às autoridades húngaras em Budapeste um anteprojeto de acôrdo de cooperação técnica e científica, sendo que as negociações deveriam realizar-se no Rio de Janeiro, com a missão húngara que nos visitou em março de 1964. Os entendimentos não chegaram porém a ter início, devido à partida da missão húngara no princípio de abril.

VOLUNTÁRIOS DA PAZ

O Programa de assistência e cooperação, denominado «Voluntários da Paz», vem, desde algum tempo, ampliando suas atividades em Território brasileiro. A ação do mencionado programa está regulamentada pela nota dirigida pelo Itamaraty à Embaixada dos Estados Unidos da América, em 11 de novembro de 1961.

Durante todo o ano continuaram chegando ao Brasil novos elementos do Corpo de Voluntários da Paz, quer para dar prosseguimento a projetos já iniciados, quer para dar início a novos programas de cooperação e assistência. Até fins de novembro do corrente ano, encontravam-se no Brasil 298 Voluntários, assim distribuídos:

1. *Estado de Alagoas*
   Secretaria de Saúde e Assistência Social 36
2. *Estado do Espírito Santo*
   Serviço de Alimentação Escolar 45
3. *Estado da Guanabara*
   Secretaria de Saúde 43
4. *Estado de Mato Grosso*
   Secretarias de Saúde e Agricultura 68
5. *Estado da Paraíba*
   Secretaria de Saúde 35

6. *Estado de São Paulo*
   Eletrificação Rural 5

7. *Vale do São Francisco*
   Assistência Agrícola — Assistência Social — Alimentação-Enfermagem — Higiene 37
   (Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas).

8. *Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural* (ABCAR)
   (Estados de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina) 27

9. *Universidade de Brasília*
   Organização da Biblioteca 2
   Na mesma época havia 268 Voluntários em fase de treinamento e assim distribuídos:

10. *Nordeste.*
    Saúde e Assistência 130
    (Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba)

a) *Estado da Bahia*
   Saúde 60

b) *Estado de Mato Grosso*
   Saúde 30

c) *Associação Brasileira de Crédito e Assistência* Rural 27

d) *Universidade de Brasília* 3

e) *Universidades Diversas* 18

Já está planejada para o próximo ano a vinda de 100 Voluntários da Paz que irão exercer suas atividades no Nordeste em programas de Saúde e Assistência.

COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA

O ano de 1964 não trouxe qualquer mudança significativa nas relações efetivas entre o Brasil e a CEE, excetuando, talvez, o fato de que nossas reivindicações perante a Comunidade passaram a ser apresentadas em conjunto com as dos demais países latino-americanos.

De parte da Comunidade, caracterizou-se de forma nítida sua atitude de omissão com relação à política comercial *vis-à-vis* de terceiros países. O «programa de ação» para

a América Latina apresentado pela Comissão ao Conselho, em janeiro de 1963, continuou a não produzir qualquer resultado prático, conforme assinala o Senhor Edoardo Martino no relatório apresentado em outubro de 1964 à Comissão de Comércio Exterior do Parlamento. Além disso, o Memorando Latino-americano entregue ao Conselho em 31 de janeiro de 1964, e o Memorando complementar de 23 de julho do mesmo ano, não mereceram sequer resposta por parte da CEE, em que pese a interpelação feita em outubro pelos representantes de três países latino-americanos, designados para êsse fim ao Diretor Geral de Relações Exteriores e ao Diretor de Política Comercial da Comunidade. O referido Memorando complementar lembrava a necessidade de ser dada uma resposta ao primeiro Memorando, e sugeria o início de um segundo ciclo de contatos entre os representantes dos países da América Latina e da Comissão da CEE, para, de forma mais construtiva, analisar as relações entre as duas áreas à luz dos princípios da CNUCD. Embora admitissem a realização de um segundo ciclo de contatos, os altos funcionários acima referidos declararam-se contrários a uma política de acôrdos comerciais, não por razões jurídicas emanadas do Tratado de Roma, mas por não verem conteúdo para tais acôrdos.

Apesar dessa atitude, e de uma certa resistência do Conselho, deve-se assinalar a atitude positiva do Parlamento europeu, por ocasião do debate sôbre o Relatório Martino, em fins de novembro. Após ouvir a análise da visita da delegação de parlamentares à América Latina, em março de 1964, e as sugestões apresentadas pelo Senhor Martino no sentido de que se formule um nôvo programa de ação para a América Latina, o Parlamento aprovou unânimemente uma resolução pela qual convida a Comissão da CEE a reexaminar e estreitar suas relações com a América Latina à luz das sugestões formuladas no relatório em questão. A importância dêsse fato advém de que, embora o Parlamento europeu não tenha poder de decisão, seus pareceres e resoluções acarretam sensível pressão política nos meios comunitários. A êsse fato positivo pode-se acrescentar a declaração do Presidente do Parlamento, ao final da sessão de novembro de 1964, quando expressou sua convicção de que o segundo ciclo de contatos entre os Representantes da Comissão da CEE e os Chefes de Missão latino-americanos, a realizar-se

no decorrer de 1965, constituirá um capítulo vital e positivo na história das relações entre a CEE e a América Latina.

Êste foi, em linhas gerais, o panorama que se delineou desde o início de 1964, e cujos contornos precisos a Divisão de Política Comercial pôde enxergar graças a excelente e copioso trabalho de informação e análise realizado pela Missão do Brasil junto às Comunidades Européias. Durante todo o decorrer do ano de 1964, aquela Missão diplomática salientou a continuada e perigosa evolução do regime da associação da CEE, a requerer do Brasil a formulação de uma política definida. De fato, aquilo que, a princípio, constituía uma ameaça de discriminação contra nossos produtos em favor dos EAMA, passou a ser discriminação efetiva, como no caso das tarifas para o cacau, e começa a estender-se em área, visando a abranger também os países da África britânica (Nigéria, Quênia, Tanganica e Uganda).

Diante da importância da definição de uma política brasileira, esta Divisão iniciou, em abril de 1964, a elaboração de estudos que permitissem uma análise mais aprofundada do problema. Completados os estudos, a Divisão propôs, em Memorando de agôsto do mesmo ano, a criação do Grupo de Trabalho constituído de funcionários da própria DPC, da DPB, DEOC, DCET e DALALC. Iniciados os trabalhos do GT, verificou esta Divisão a necessidade de ser o mesmo formalizado por portaria ministerial, o que foi sugerido por Memorando de dezembro de 1964. Desta forma, o Grupo de Trabalho da CEE será dotado de maior grau de responsabilidade administrativa e estará apto a, uma vez terminado seu trabalho, submeter suas conclusões ao exame da Comissão de Comércio Exterior. Os trabalhos se encaminham, portanto, para a fixação de uma política racional na matéria, a tempo de instruir a Missão junto às Comunidades Européias para o segundo ciclo de contatos com os Representantes da CEE.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Dentro da esfera de competência da Divisão de Política Comercial, constituiu um evento de importância fundamental a realização da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, de 23 de março a 16 de junho de

1964, que congregou em Genebra 122 países. Pela preparação técnica que exigiu, pelo número de Governos nela representados, e pelo progresso que alcançou no tratamento dos problemas de comércio e desenvolvimento, a recente conferência de Genebra foi, sem dúvida, o mais importante conclave econômico promovido no seio das Nações Unidas, depois da Conferência de Comércio e Emprêgo realizada em 1948. Em relação à Carta de Havana, que foi então elaborada, as recomendações agora contidas na Ata Final do CNUCD marcam um avanço significativo para promover um ordenamento mais equitativo do comércio internacional em favor dos países de baixa renda *per capita* exportadores de produtos primários. Para a consecução dêsse objetivo de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social de grande parte da humanidade, os três meses de negociações de Genebra marcam, na verdade, uma etapa decisiva de um longo programa de ação diplomática que deverá merecer um esfôrço continuado.

A orientação do Brasil em relação à CNUCD sempre se pautou pelo entendimento de que a Conferência não obedecia a motivações passageiras ou aspirações transitórias, mas representava, em definitivo, o amadurecimento da consciência política internacional para o ideal da segurança econômica coletiva. Em Genebra, essa consciência se traduziu, em síntese, no reconhecimento de que a prosperidade é indivisível e de que o desenvolvimento das áreas atrasadas do mundo é uma responsabilidade da comunidade internacional, na proporção dos recursos e meios de ação de cada um de seus membros. Por isso mesmo, o comércio mundial deve constituir um instrumento para a aceleração e sustentação do processo de desenvolvimento dos países não-industrializados.

Antes da realização da CNUCD, o Brasil participou ativamente dos seus trabalhos preliminares, que já haviam sido iniciados em 1963 nas duas sessões do Comitê Preparatório da Conferência, e, em âmbito regional, no X Período de Sessões da CEPAL (Mar del Plata), e nas IIas. Reuniões Anuais do CIES (São Paulo). Em 1964, teve seqüência êsse esfôrço de preparação técnica e de coordenação política para a Conferência. A êsse respeito, o Brasil orientou-se pela tradicional prioridade da unidade dos países latino-americanos, e pela necessidade de os mesmos se apresentarem em Genebra com um corpo de aspirações coeso, que traduzisse

com fidelidade as necessidades da América Latina em matéria de comércio e desenvolvimento. Êsse objetivo foi conseguido numa primeira fase de negociações através da elaboração das Conclusões de Brasília, na Reunião de Técnicos Governamentais da América Latina em Política Comercial, promovida sob os auspícios da CEPAL, de 20 a 26 de janeiro de 1964. Posteriormente, documento técnico elaborado em Brasília mereceu a aprovação política dos 19 governos latino-americanos membros da OEA, na Reunião da Comissão Especial Coordenadora Latino-Americana (CECLA), que teve lugar em Alta Gracia, Argentina, de 24 de fevereiro a 7 de março de 1964. Assim, a Carta de Alta Gracia, que acrescentou às Conclusões de Brasília um endôsso político indispensável, consagrou num precedente histórico a unidade latino-americana em face a todos os problemas constantes da Agenda da Conferência de Genebra. Essa Agenda fôra aprovada, poucos dias antes, em sua forma provisória, na IIIª Sessão, do Comitê Preparatório, realizada em Nova York, de 3 a 14 de fevereiro de 1964.

Durante a CNUCD, o Brasil e os países latino-americanos — sempre fiéis à Carta de Alta Gracia — atuaram harmônicamente com as nações em desenvolvimento das outras áreas do mundo. Os países latino-americanos e afro-asiáticos revelaram uma inequívoca identidade de aspirações e foi, sem dúvida, graças à cordenação por êles alcançada, da qual resultou a formação do Grupo dos «75», que as difíceis negociações de Genebra puderam alcançar resultados objetivos. Êsses resultados, que devem ser avaliados mais no sentido de avanços conceituais do que pròpriamente de medidas concretas, estão consubstanciadas em mais de 60 recomendações contidas na Ata Final da Conferência, referentes não só aos problemas do comércio dos produtos de base, como também à diversificação das exportações dos países em desenvolvimento e às questões de financiamento e invisíveis. Além disso, a CNUCD recomendou à XIXª Sessão da Assembléia Geral a aprovação da Conferência periódica das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, incluindo a sua Junta executiva, para assegurar a continuidade do trabalho apenas iniciado em Genebra. Êsse mecanismo institucional, negociado como uma fórmula de compromisso nos últimos dias da CNUCD, constitui no entender dos países em desenvolvimento uma primeira etapa para a

criação de um organismo de comércio e desenvolvimento com caráter permanente e universal.

No encerramento do grande conclave, os «75» países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, assinaram uma Declaração Conjunta em que foi, mais uma vez, consagrada a sua unidade de ação e a necessidade de preservá-lo no futuro. A coordenação dos países latino-americanos, sedimentada em tôrno da Carta de Alta Gracia, constituiu sem dúvida um elemento catalizador para a articulação dos «75», através da atuação do chamado Grupo Informal Latino-Americano (GILA), emanado da reunião da CECLA. Em vista dêsse auspicioso precedente, os países latino-americanos voltaram, depois de Genebra, a reunir-se no IV° Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL, que teve lugar em Santiago do Chile de 9 a 13 de novembro de 1964. Foi feita então uma análise dos resultados da CNUCD, que propiciou a elaboração de uma plataforma de linhas de ação destinadas a implementação concreta das recomendações de Genebra. Com base nessas diretivas técnicas, os países latino-americanos puderam dar um passo definitivo para sua coordenação econômica nas IIIas. Reuniões Anuais do CIES, realizadas em Lima de 30 de novembro a 14 de dezembro de 1964. Foi então assinada a Declaração de Lima, no dia 9 de dezembro, através da qual os 19 países que firmaram a Carta de Alta Gracia resolveram institucionalizar a CECLA, como organismo permanente com caráter de fôro exclusivamente latino-americano, para coordenar e unir os interêsses de seus membros em questões específicas da CNUCD e quaisquer outros assuntos relativos ao comércio internacional e ao desenvolvimento econômico. Nêsse sentido, ainda na reunião de Lima, os representantes dos governos membros da CECLA, que acabava de ser criada, aprovaram uma Declaração Conjunta que salienta a necessidade de completar o trabalho de Genebra e, para tanto, consagra as linhas de ação acordadas em Santiago para orientar a atuação dos países latino-americanos na XIX.ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, na Junta de Comércio e Desenvolvimento. Dessa forma, a América Latina agirá harmônicamente na presente sessão da Assembléia Geral, quando se procederá à aprovação do relatório da CNUCD e do mecanismo institucional por ela recomendado,

onde vigorará o princípio do voto majoritário sujeito a procedimentos prévios de conciliação.

A institucionalização da CECLA, que dará continuidade à experiência do GILA em Genebra, e o nôvo mecanismo de comércio e desenvolvimento, que está sendo criado no seio das Nações Unidas, são portanto dois resultados mais importantes da CNUCD.

GATT

Durante 1964, o GATT realizou, além da XXI Sessão anual das PARTES CONTRATANTES, a II Sessão Especial, e deu início à Sexta Rodada de negociações comerciais, chamada rodada «Kennedy», após mais de um ano de difíceis e complexos trabalhos preparatórios. A intensidade incomum de atividades no seio do Acôrdo Geral durante o ano em aprêço se deveu, em parte, ao espírito de reformulação dos princípios e objetivos orientadores das relações econômicas internacionais, com o objetivo de promover a expansão do comércio e o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos, que levou à realização, de março a junho de 1964, da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD).

À Divisão de Política Comercial, durante êsse período, coube não só o preparo técnico de subsídios e instruções para as múltiplas reuniões no seio do Acôrdo Geral, mas também a coordenação dos trabalhos com os demais órgãos da Administração relacionados com assuntos do GATT e a manutenção de uma linha de ação coerente com a política comercial defendida pelo Brasil nos demais foros, inclusive na CNUCD.

A XXI Sessão das PARTES CONTRATANTES, realizada em Genebra de 24 de fevereiro a 20 de março de 1964

A XXI Sessão distinguiu-se das demais sessões anuais rotineiras do GATT por haver precedido imediatamente à Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, o que transformou a primeira num fôro para o debate preliminar da problemática do comércio e desenvolvi-

mento, principalmente nos pontos relativos às atividades do GATT. Os resultados da referida Sessão serviram, pois, de orientação para os trabalhos da CNUCD, que logo a seguiram, e representaram uma etapa importante na evolução estrutural e política do Acôrdo Geral dentro do espírito reformista mencionado.

A Divisão de Política Comercial, incumbida de preparar os estudos preliminares e as instruções para a Sessão, procurou ressaltar os aspectos citados acima, tendo em vista sua importância a longo prazo nas atividades do GATT. Através de constantes reuniões do Grupo do GATT, com representantes dos Ministérios da Fazenda e da Indústria e Comércio, assim como do Conselho de Política Aduaneira, da Confederação Nacional da Indústria e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, obteve a colaboração e o apoio dêsses órgãos, mantendo assim a mais estreita cooperação nos assuntos do Acôrdo Geral.

A II Sessão Especial das PARTES CONTRATANTES, realizada em Genebra de 17 a 26 de novembro de 1964

A II Sessão Especial foi convocada exclusivamente para apreciar e, se possível, aprovar o projeto de um nôvo capítulo sôbre comércio e desenvolvimento a ser inserido no Acôrdo Geral. Os trabalhos em tôrno da elaboração do mesmo, iniciados no Comitê de Estrutura Legal e Institucional do GATT em 1963, continuaram após a XXI Sessão em ritmo intensivo, havendo a Divisão de Política Comercial preparado as Instruções para o representante brasileiro no Comitê em aprêço. Vale assinalar, aliás, que a atuação brasileira no Comitê foi decisiva em tôdas as fases de elaboração do nôvo capítulo, principalmente na difícil e complexa fase derradeira, durante a II Sessão Especial.

No término da Sessão em aprêço foi aprovado pelas *Partes Contratantes* o documento L/2314 e corrigenda, para apreciação dos respectivos governos, o qual contém uma Parte IV, intitulada «Comércio e Desenvolvimento», a ser inserida no Acôrdo Geral, assim como projetos de instrumentos para sua aprovação e do mandato para o Comitê do Comércio e Desenvolvimento, a ser criado quando da aprovação formal da Parte IV. A aprovação dessa nova Parte

representa um importante primeiro passo na reforma da estrutura do GATT para melhor adequá-lo às necessidades urgentes do desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos.

AS NEGOCIAÇÕES «KENNEDY»

A Divisão de Política Comercial, que vem acompanhando desde o início os trabalhos preparatórios das negociações «Kennedy», dedicou-se ao levantamento de dados e informações necessários para balizar a decisão do Govêrno brasileiro quanto à sua eventual participação ou não nas negociações em aprêço. Nêsse sentido, promoveu a criação de um Grupo de Trabalho informal, com representantes dos Ministérios da Fazenda e Indústria e Comércio, CACEX, CNI e CNC, com o objetivo de proceder ao levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao comércio brasileiro destinados a fundamentar a posição do Brasil nas negociações. O Grupo contou, outrossim, com a colaboração do Serviço Técnico de Análise e Planejamento (STAP) do Ministério das Relações Exteriores para a execução de seus trabalhos.

A Divisão também coordenou as conversações com o Embaixador Michael Blumenthal, Sub-Chefe da Delegação dos Estados Unidos da América às negociações «Kennedy», quando de sua visita ao Brasil em agôsto de 1964.

Nessas condições, foi possível preparar um acervo técnico que, na hipótese de o Brasil participar efetivamente das negociações, servirá à Delegação negociadora em seus trabalhos. Além dos dados estatísticos, preparam-se estudos sôbre a rodada «Kennedy», e relatórios, tanto do Grupo de Trabalho informal quanto das conversações com o Embaixador Blumenthal. Com o início das negociações entre os países industrializados em 16 de novembro último, a Divisão de Política Comercial iniciou os trabalhos finais, em continuação aos já mencionados, a fim de concluir a preparação para o eventual ingresso do Brasil na rodada.

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS BRASILEIROS DE ALGODÃO

O contingenciamento atualmente existente no comércio internacional de tecidos de algodão vem, nos dois últimos

anos, causando prejuízos às exportações brasileiras dêsses produtos. Tal contingenciamento decorre da aplicação do Acôrdo a Longo Prazo sôbre o Comércio de Têxteis de Algodão, negociado sob os auspícios do GATT, e no qual se encontra o chamado «princípio da desorganização de mercados» através do qual o país importador pode restringir as exportações de seus fornecedores. Êsse princípio já foi invocado pelos Estados Unidos da América e pelo Reino Unido para restringir as crescentes exportações brasileiras de manufaturados de algodão, que representam ainda uma parcela bastante diminuta do total das importações dêsses produtos feitas por aquêles países. A orientação do Govêrno brasileiro a respeito dêsse contingenciamento tem sido a de procurar oferecer uma proteção imediata às nossas exportações, buscando ao mesmo tempo uma solução a longo prazo para o problema nos foros multilaterais competentes. O Brasil não é signatário do Acôrdo de Têxteis e não reconhece o princípio do «Market disruption», por considerá-lo contrário aos interêsses dos países em desenvolvimento e às finalidades do próprio Acôrdo Geral de Tarifas e de Comércio. O princípio em aprêço não constitui uma norma de validade internacional, que não pode ser encarado isoladamente, devendo ser examinado — no entender do Govêrno brasileiro — dentro da perspectiva global da expansão do intercâmbio mundial, pois as receitas adicionais dos países em desenvolvimento são necessàriamente aplicadas na compra de bens e equipamentos produzidos nos países industrializados. Conseqüentemente o Brasil tem-se recusado a aceitar a negociação de arranjos bilaterais para a limitação «voluntária» das exportações de tecidos brasileiros de algodão. Ao protestar junto aos Govêrnos dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra as restrições unilaterais que fixaram sôbre essas exportações, o Govêrno brasileiro reservou-se o direito de continuar protestando contra as mesmas no seio do GATT e na Conferência periódica das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

As atividades da DTC, em 1964, desenvolveram-se principalmente no campo dos transportes aéreos e marítimos. No setor de telecomunicações, não obstante os constantes entendimetos com o CONTEL, os trabalhos da Divisão foram prejudicados pela ausência de um representante do Itamaraty naquele órgão. Já as questões pertinentes aos transportes terrestres, ferroviário e rodoviário, foram tratadas de maneira complementar, por serem objeto de atividades localizadas de diversas Comissões Mistas, ligadas às Divisões da Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Americanos.

No setor de transportes aéreos, a DTC, a quem incumbe a representação permanente do Itamaraty na CERNAI, do Ministério da Aeronáutica, atuou em tôdas as decisões relativas à formulação e execução da política aerocomercial do país, integrou todos os GTs que funcionaram na referida Comissão e participou de tôdas as negociações internacionais a respeito, a saber::

a) Reunião de Consulta Brasil-Grã-Bretanha — as negociações chegaram a um impasse, diante da negativa brasileira de conceder quatro freqüências e mudança de equipamento à BOAC.

b) Reunião de Consulta Brasil-Espanha — as negociações foram suspensas, para que a «Panair do Brasil» examinasse uma proposta de «pool» da Ibéria, e serão retomadas em 1964.

c) Reunião de Consulta Brasil-Argentina — as negociações mais importantes do setor. Foi estabelecido um quadro de expansão conjunta dos transportadores dos dois países, tanto em relação ao mercado regional como nos mercados dos EUA e da Europa.

d) Reunião de Consulta Brasil-Líbano — diante da impossibilidade de se fazer um «pool» entre a «Panair» e a MEA, no trecho Monróvia-Beirute, foi mantida, no Quadro de Rotas brasileiro anexo ao Acôrdo entre os dois países, a escala em Dakar.

e) Negociações para um nôvo Acôrdo Aéreo Brasil-França — tendo o Brasil denunciado o Acôrdo Aéreo com a França, de 1947, foram iniciadas negociações para um nôvo Acôrdo, as quais continuarão em princípios de 1965.

No setor de transportes marítimos a DTC participou dos trabalhos do CCNE e coordenou as atividades do Comitê brasileiro da Comissão Assessôra de Transportes, da ALALC. Entre os trabalhos desenvolvidos na esfera do CCNE, podem ser destacados:

a) Reestruturação do CCNE, com vistas a tornar sua ação mais efetiva na formulação e execução da política nacional de transportes marítimos (não concluído).

b) Estudos e negociações sôbre o tráfego Brasil-Argentina, objetivando maior participação da bandeira brasileira e melhor atendimento às necessidades do intercâmbio comercial entre os dois países (Prosseguem os entendimentos com a parte argentina).

c) Implementação da cláusula de transporte marítimo do Acôrdo Comercial luso-brasileiro. (Foi mantido pelo Brasil o critério para liberação de carga para terceiras bandeiras).

d) Estudos sôbre a linha de longo curso para o Extremo Oriente, em especial sôbre a situação da «Navegação Riograndense S.A.», a qual estêve sob intervenção da CMM e, atualmente, acha-se funcionando regularmente.

e) Modificação do Acôrdo de «pool» Lloyd-Hamburg Sud, incluindo-se um têrmo aditivo, que modificou o quadro de portos.

f) Exame das linhas de longo curso para a costa-norte da Europa, com vistas à situação da emprêsa «Intercontinental» que teve cassada a con-

cessão para se beneficiar de carga governamental nos portos freqüentados pelo Lloyd Brasileiro.

g) Estudos sôbre o transporte de café para os Estados Unidos. Em decorrência do fracasso do «coffee-POOL» foi baixada a Instrução 2640 da CMM, para o objetivo de garantir a participação substancial da bandeira brasileira no transporte em aprêço.

h) Assessoramento ao Lloyd Brasileiro nas audiências públicas da «Federal Maritime Commission», em Washington, sôbre o acôrdo Lloyd-Moore McCormack.

i) Ação direta junto a armadores e conferências de fretes, para a obtenção de facilidades de transporte e a fixação de fretes em níveis que favoreçam as exportações brasileiras.

No setor de telecomunicações prosseguiram os estudos e entendimentos relativos à utilização conjunta de canais exclusivos de radiodifusão pelo Brasil e os países limítrofes, bem como em relação à posição do Brasil na próxima Assembléia Geral da UIT. Foram promovidos entendimentos para a conclusão de um acôrdo sôbre tráfego de terceiros, através de rádioamadores, com os EUA e estão em andamento as providências para que o Brasil venha a ingressar, como co-proprietário, no Comitê Interino do Sistema Mundial de Telecomunicações por Satélite.

CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

Na coordenação do Comitê brasileiro do CAT, da ALALC foi levada a efeito uma ação integradora e de assessoramento dos armadores brasileiros, membros da ALAMAR nas Assembléias Gerais daquela organização, em Montevidéu, em abril e, no Rio de Janeiro, em novembro do corrente ano. Outrossim, foi elaborado e aproveitado um Anteprojeto de Convênio de Transportes Marítimos da Área, o qual foi aprovado na Reunião do CAT em abril último. O Convênio, que estabelece reserva de carga do intercâmbio interzonal para as bandeiras da ALALC, será submetido à assinatura das Partes Contratantes no decorrer de 1965.

Coube, outrossim, à DTC o preparo da posição do Brasil no tocante ao item de Invisíveis, no qual se destacou o problema de transporte marítimo, na ação desenvolvida nas Reuniões de Brasília (CEPAL) e Alta Gracia, na Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas e na Reunião de Santiago (CEPAL).

A Assembléia Extraordinária da IMCO foi realizada em Londres, em setembro do ano em curso, especialmente para examinar proposta do Brasil de emenda à Convenção que criou a Organização em aprêço. A proposta brasileira, de modificação das normas para composição do Conselho da IMCO, foi aprovada.

Coube ainda à DTC dar cobertura às seguintes Conferências:

a) Conferência Administrativa Extraordinária de Rádiocomunicações, da UIT, em Genebra, janeiro-fevereiro, na qual foi reestruturado o quadro de freqüências do circuito móvel aeronáutico.

b) XV Congresso da UPU, realizado em Viena, de maio a julho, no qual foi aprovada a proposta brasileira relativa a taxas sôbre pacotes postais.

c) Reunião de Peritos em Transportes Aéreos da OEA, em Santiago, em agôsto.

PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL

A atividade desenvolvida pela Divisão de Propaganda e Expansão Comercial e pelos SEPROs, em cumprimento das diretrizes estabelecidas no Programa de Trabalho traçado para o ano de 1964, poderá ser sintetizada em alguns pontos básicos:

a) participação brasileira em feiras e exposições internacionais;

b) intensificação das correntes de comércio internacional do Brasil;

c) desenvolvimento de esquema de publicações e boletins, visando à divulgação de possibilidades da indústria e do comércio brasileiros no exterior, bem como estudos de mercados para a colocação de produtos brasileiros.

Uma das mais constantes indagações de que tem sido objeto o Serviço de Propaganda e Expansão Comercial é a que se refere à utilidade do Serviço em têrmos de quantias transacionadas como resultado direto de sua atividade. Parece, portanto, oportuno o ensejo para lembrar que a DIPROC e os SEPROs, como parte integrante do Ministério das Relações Exteriores, não concluem transações comerciais. Encaminham negócios, aproximam o exportador brasileiro do importador estrangeiro, fornecem amostras e cotações etc. Quando as transações estão em fase de conclusão, cessam sua ação de intermediários, deixando o campo à iniciativa privada.

Seria, assim, impossível o levantamento do volume financeiro dos negócios inicialmente propiciados pelo SEPROs e DIPROC. Evidentemente, quando há aumento de exportação em determinada rea, objeto de atuação dos SEPROs, a

parcela correspondente não pode ser tôda creditada a êsses órgãos, dada a existência de outros fatôres, dentre os quais o preço, a qualidade do produto e o trabalho dos próprios interessados. É justo, porém, que se lhes atribua uma parte substancial nas transações concluídas e nas correntes de intercâmbio incrementadas ou inauguradas.

Especial atenção e esforços têm sido dedicados ao trabalho comum da diversificação das exportações brasileiras e, se é impossível aferir essa atuação em cifras, poder-se-ão relacionar produtos cuja importação foi incrementada ou que foram mesmo introduzidos nos mercados externos como: vinhos do Rio Grande do Sul, bebidas e licores diversos, conservas, pescado, madeiras, chapas isolantes e acústicas, produtos siderúrgicos e manufaturados dos mais diversos tipos.

Incrementando as Resoluções aprovadas na I.ª Reunião de Coordenação dos SEPROs, realizada em 1963, no sentido da perfeita integração dos SEPROs na rêde de Missões e Repartições do Ministério das Relações Exteriores, a DIPROC vem procurando fazer com que sua ação se desenvolva dentro de um espírito de estreita cooperação com as Embaixadas e Consulados, bem como, naturalmente, as demais representações do Govêrno brasileiro, sediadas no mesmo país, evitando-se, assim, a duplicação de esforços e desperdícios de recursos.

Dentro das diretrizes da política governamental de incrementar o intercâmbio comercial com o exterior, a DIPROC vem procurando, no campo de sua competência e com os meios de que dispõe, desenvolver as atividades dos SEPROs acima descritas, promovendo a expansão das vendas dos produtos habituais de nossa pauta exportadora e efetuando o lançamento de produtos manufaturados com potencialidade de absorção pelo mercado mundial procurando ainda estimular o interêsse por produtos brasileiros em outros países.

Nesse sentido, continuaram a ser incrementados, tanto na DIPROC quanto nos SEPROs, os contatos pessoais com organizações privadas e órgãos governamentais, com vistas a uma estreita colaboração e assistência permanente em prol da melhoria dos níveis do intercâmbio comercial com o exterior.

FEIRAS E EXPOSIÇÕES

A par com os trabalhos de seleção dos certames, obtenção de material de exposição, providências de embarque, inventário, contrôle, coordenação das providências junto a entidades públcias e privadas, assistência aos SEPROs e Missões diplomáticas e pesquisas e seleção de certames a que será proveitoso o comparecimento do Brasil em 1965, um nôvo tipo de trabalho marcou êste ano as atividades da DIPROC: o envio de material para exposição permanente nos SEPROs, feito de maneira regular e atendendo às conveniências dos exportadores e das repartições, exibindo as amostras nos mercados interessados, seja a pedido dos SEPROs, seja atendendo a contatos das firmas em causa, nos mercados referidos.

Na parte de realização de feiras e exposições, iniciou-se a adoção de um critério geográfico, pelo qual, já no próximo ano, o país deverá participar de exposições em áreas ainda não cobertas pela propaganda comercial brasileira, sem contudo abandonar aquelas regiões onde a promoção dos produtos nacionais tem apresentado resultados satisfatórios.

Da participação brasileira em feiras e exposições internacionais em 1964, merecem maior atenção a exposição «Parceiros para o Progresso», de Berlim, onde a indústria nacional apresentou com grande êxito de público e de negócios as linhas mais representativas da sua produção, desde os artigos mais simples até os produtos da indústria automobilística, e a «Feira de Bogotá», onde foi construído o pavilhão permanente do Brasil, merecedor da «Medalha de Ouro» do certame, graças à sua alta qualidade arquitetônica, e cujos resultados, em têrmos comerciais, chegaram a surpreender as firmas que a ela compareceram.

Dentre os outros trabalhos da Divisão, avultam os preparativos iniciais para o comparecimento do Brasil à próxima «Feira Internacional de Lisboa» e à «Feira Internacional do Campo», em Madrid, além do levantamento do estado atual do pavilhão permanente brasileiro em Lima, onde deveremos participar da feira do ano entrante, e o levantamento dos dados necessários ao estudo da participação brasileira na «Exposição Internacional de 1967» em Montreal.

Além das já citadas, participou também o Brasil de outras exposições internacionais como a «Semana Verde de Berlim», a Feira «LEFA» de Hamburgo, a «Feira do Livro», de Frankfort e muitas outras, com a participação efetuada pelos SEPROs e coordenada pela DIPROC.

Acrescente-se, finalmente, o intenso trabalho de atendimento a firmas industriais e comerciais que, em vista das condições mais favoráveis à exportação, como reflexo da nova política econômica do país, têm procurado esta Divisão em ritmo muito mais acentuado que o dos anos anteriores, seja para informações comerciais ou para estudo de possibilidade de participação em exposições e feiras internacionais, ou, ainda, para entabularem contatos iniciais com importadores estrangeiros e fazerem seus produtos conhecidos nos mercados do exterior, por intermédio de exposições e mostras permanentes nos SEPROs.

POLÍTICA FINANCEIRA

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

A V.ª Assembléia Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento realizou-se na Cidade do Panamá em abril de 1964. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Doutor Luiz de Paula Figueira, Diretor-Executivo interino da SUMOC, na qualidade de Governador Suplente Temporário.

Além das questões administrativas e exames de relatórios rotineiramente tratados pela reunião anual, a V.ª Assembléia adotou, entre outras, as seguintes resoluções:

— aumentar de US$900 milhões os recursos do Fundo de Operações Especiais, cuja contribuição será efetivada em moedas dos países-membros. A quota brasileira neste aumento será o equivalente a US$33.402 mil;

— as operações do Fundo Fiduciário de Progresso Social, uma vez esgotados seus recursos atuais, serão atendidas pelo Fundo de Operações Especiais;

— aprovar as recomendações da Diretoria-Executiva relativas ao financiamento das exportações de produtos básicos e à dinamização do intercâmbio regional latino-americano;

— ampliar a capacidade operativa do Banco, através da captação de contribuições financeiras e técnicas de países não-membros;

— escolha de Assunção como sede da VIª Assembléia Anual a realizar-se em abril de 1965.

Reunião Anual Conjunta do Fundo Monetário Internacional e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

Entre os dias 7 e 11 de setembro, foi realizada em Tóquio a Décima-sétima Reunião Anual Conjunta dos Go-

vernadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro de Estado para os Negócios da Fazenda, Prof. Octávio Gouvêa de Bulhões, Governador brasileiro daqueles organismos.

O Itamaraty deu ampla cobertura à Delegação brasileira no período que antecedeu à reunião, especialmente coordenando as gestões junto a outros Governos latino-americanos, visando a obter o seu apoio para a reeleição do Diretor-Executivo brasileiro no Fundo. Desta forma, foi reeleito para exercer o cargo no próximo biênio o Sr. Maurício Chagas Bicalho pelos votos do Peru, Colômbia, República Dominicana, Haiti e Panamá, além dos nossos próprios.

O principal assunto versado na Reunião do Fundo Monetário Internacional, além das exposições que de praxe são feitas pelos Governadores de cada país-membro, foi o problema da liquidez internacional, e de sua adequação às necessidades de crescente intercâmbio comercial no mundo. A fórmula adotada na Reunião para encaminhar a solução do problema foi a adoção, pela Assembléia de Governadores, de uma recomendação ao Corpo de Diretores Executivos no sentido de ser efetuado um incremento em tôdas as quotas dos países-membros com um estudo paralelo de um incremento especial da quota de determinados países.

No tocante às reuniões do BIRD, o aspecto de maior relevância foi a aprovação pela Assembléia de Governadores, com o voto contrário da unanimidade dos países latino-americanos, das Filipinas e do Iraque, de recomendação ao Corpo de Diretores-Executivos, no sentido de ser examinada a conveniência e viabilidade de estabelecer um mecanismo institucional para o ajuste de disputas relativas aos investimentos internacionais.

REESCALONAMENTO DAS DÍVIDAS EXTERNAS

Durante o primeiro semestre do ano, desenvolveram-se as negociações para o reescalonamento das dívidas externas vincendas no biênio 1965/66, cujos montantes impunham pesados compromissos sôbre o balanço de pagamentos do país. As negociações foram concluídas em 1º de julho com a assinatura da Ata de Paris, na qual os representantes do

Brasil e dos principais credores (Austria, Bélgica, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Países-Baixos, República Federal da Alemanha, Reino Unido e Suiça) consignaram as condições e normas gerais da ajuda financeira que os governos dos referidos países estavam dispostos a prestar ao Brasil, aliviando assim o pêso de seu endividamento externo.

Os entendimentos consubstanciados na Ata de Paris constituíram uma evidente manifestação de recuperação de nosso crédito externo e um reconhecimento da seriedade e do acêrto do programa do Govêrno brasileiro. Os resultados das negociações multilaterais traduziram-se na assinatura dos acôrdos bilaterais entre o Brasil e seus credores, através dos quais o pagamento de 70% das dívidas comerciais, a curto e médio prazo, vincendas no biênio, da ordem de US$300 milhões, foi transferido para depois de 1966, em cinco prestações anuais.

ACÔRDOS DE FOMENTO E GARANTIA DE INVESTIMENTOS

a) República Federal da Alemanha.

De 29 de junho a 24 de julho de 1964, reuniram-se no no Rio de Janeiro as Delegações do Brasil e da República Federal da Alemanha com o objetivo de encetar negociações tendentes à conclusão de um Acôrdo sôbre Fomento e Proteção a Investimentos Privados. O início dessas negociações veio demonstrar o interêsse de ambos os Governos em aumentar ainda mais a contribuição que o investimento direto de capital privado representa para a diversificação industrial e o progresso econômico e social do Brasil.

As duas Delegações procederam, outrossim, a uma troca ampla de informações relativas ao regime jurídico que, nos dois paises, regula a aplicação e atividades do capital privado estrangeiro. Ficou entendido que tais informações, devido a sua natureza técnica, requerem exame mais aprofundado por ambas as partes, que determinarão a época em que as negociações poderiam ser continuadas.

b) Estados Unidos da América.

Idênticas negociações encontram-se em curso com o Govêrno norte-americano pela Delegação brasileira designada

para êsse fim. O Acôrdo de Garantia de Investimentos com os E.U.A. também tem por objetivo precípuo fomentar os investimentos privados, em consonância com a política da livre emprêsa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro, enunciada pelo Presidente da República em seu discurso de 31 de julho último.

ACÔRDO BRASIL-SUÉCIA PARA EVITAR A BITRIBUTAÇÃO DA RENDA E DO CAPITAL

No período de 15 a 26 de junho de 1964 realizaram-se, no Rio de Janeiro, negociações com o Govêrno da Suécia, tendentes à conclusão de um acôrdo para evitar a bitributação da renda e do capital. Estas negociações foram precedidas por contatos preliminares entre as autoridades suecas e brasileiras, que tiveram lugar, também no Rio de Janeiro, em fevereiro do corrente ano.

O texto do acôrdo foi rubricado pelos Chefes das duas Delegações e, no momento, está sendo examinado pelas autoridades competentes de Estocolmo. Releva assinalar que o acôrdo com a Suécia foi o primeiro no gênero negociado pelo Brasil, e que a êle se deverão seguir outros, pois pelo menos seis países já manifestaram sua intenção de concluir com o Brasil acôrdos dessa natureza.

AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL NO EXTERIOR

O Itamaraty preparou um estudo sôbre a rêde de agências do Banco do Brasil S/A no exterior, em que se descreve a situação das agências já instaladas, bem como o andamento das gestões em curso para a abertura de novas filiais. O referido trabalho assinala o caráter prioritário emprestado pelo Banco às futuras agências nas capitais e principais cidades latino-americanas.

Em estreita colaboração com o Banco do Brasil, o Itamaraty, através de suas embaixadas em Quito e Lima, tem procurado superar as dificuldades que impedem o bom êxito dos esforços brasileiros com vistas à instalação de filiais do Banco do Brasil nas mencionadas capitais. Quanto às outras capitais latino-americanas, onde o Banco ainda não conta com filial, a saber, México, Caracas e Bogotá, os estudos tendentes à concretização daqueles objetivos encontram-se ainda em fase de elaboração.

SERVIÇO TÉCNICO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO

No princípio do ano o STAP colaborou intensamente na preparação da *documentação técnica* para as seguintes reuniões internacionais:

— «Reunião de Expertos Gubernamentales de America Latina en Política Comercial», Brasília, janeiro 1964;
— III Sessão do Comitê Preparatório da CNUCD, New York, fevereiro de 1964;
— Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA), Alta Gracia, fevereiro-março 1964;
— Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD), Genebra, março-junho de 1964.

Em junho de 1964 foi concluído um estudo global sôbre «*O Comércio Exterior do Brasil*», abrangendo os seguintes tópicos: 1 — Situação atual (composição das exportações e das importações e distribuição regional nos últimos 6 anos - 1958 a 1963 —, a relação de trocas e os órgãos de contrôle de comércio exterior); 2 — Projeções (das necessidades de importação e de exportação, para manter uma taxa razoável de crescimento da economia): 3 — Expansão das exportações (influência sôbre a renda nacional, perspectivas setoriais regionais, escolha de produtos típicos) e 4 — Conclusões.

Em agôsto de 1964, logo depois que foi apresentado pelo Ministro do Planejamento o «Programa de Ação Econômica do Govêrno Revolucionário», o STAP apresentou uma análise minuciosa do mesmo, examinando: 1 — Filosofia do Programa de Ação; 2 — Algumas observações críticas; 3 — Implicações sôbre a política exterior; 4 — Atuação do Itamaraty; e 5 — Conclusões.

Em setembro de 1964 apresentou o STAP um estudo sôbre as «Perspectivas comerciais Brasil-Venezuela», incluindo 10 quadros e os seguintes capítulos: 1 — Comércio exterior da Venezuela; 2 — Importações brasileiras de petróleo; 3 — Importância recíproca do intercâmbio e 4 — Conclusões.

Outros estudos de menor importância foram preparados *ad hoc*, a pedido das várias Secretarias-Gerais Adjuntas. A partir de junho de 1964 foi desenvolvido um plano sistemático de correção da imagem do Brasil no exterior, tendo sido divulgados os seguintes artigos através das Missões e Repartições do Brasil no exterior:

— Situação brasileira/1

— Situação brasileira/2

— Situação brasileira/3

— Problemas brasileiros/1

— Problemas brasileiros/2

— Problemas brasileiros/3

— Problemas brasileiros/5

— Indústrias brasileiras/1.

ASSUNTOS CULTURAIS E DE INFORMAÇÕES

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

No cumprimento de suas finalidades específicas, a Divisão de Cooperação Intelectual, além do atendimento ao expediente normal de rotina, teve ampliadas suas responsabilidades e acrescidos os seus trabalhos no decorrer de 1964.

O expressivo desenvolvimento alcançado pelo Brasil nos campos científico, artístico e cultural, concorreu favoràvelmente para a intensificação do intercâmbio encetado em anos anteriores, estimulando a demanda de estudantes estrangeiros pelas universidades brasileiras, a realização de conferências, cursos e visitas de intelectuais brasileiros ao exterior, assim como de personalidades estrangeiras ao nosso país.

Êste alargamento de atribuições, envolvendo setores cada vez mais diversificados, motivou a transferência de responsabilidade dos assuntos relativos à UNESCO, anteriormente pertencente à DOA, para a Divisão de Cooperação Intelectual, que assim passou a ter uma vinculação mais estreita com aquêle organismo internacional.

A inauguração e entrega ao Govêrno paraguaio do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, inteiramente custeado pelo Itamaraty, constitui um fator da maior importância para a consolidação da posição adquirida pela cultura brasileira naquele país e uma contribuição valiosa para o aprimoramento da instrução pública no Paraguai.

Dentre os setores de atividades desenvolvidos pela Divisão de Cooperação Intelectual, vale ressaltar:

a) elaboração e negociação de acôrdos culturais com países estrangeiros; *b*) manutenção de centros culturais, cátedras e leitorados nos principais centros universitários do mundo; *c*) concessão de bôlsas-de-estudo a estrangeiros, e de auxílio financeiro para bolsistas brasileiros no exterior; *d*) manutenção de Encarregados de Assuntos Culturais junto

a várias Missões diplomáticas brasileiras; *e*) organização e promoção de conferências e visitas de professôres, cientistas e outras figuras de projeção intelectual no Brasil e no exterior.

ESTUDANTES-CONVÊNIO

A fim de regulamentar a execução dos acôrdos que prevêem o intercâmbio de estudantes, foi assinado, a exemplo de anos anteriores, um protocolo entre o Departamento Cultural e de Informações e a Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, que dispõe sôbre as condições de admissão de estudantes estrangeiros em Universidades brasileiras, com base em convênios culturais.

Em 1964, foi o seguinte o número de estudantes estrangeiros que se matricularam em universidades brasileiras, em virtude de acôrdos culturais:

País	Estudantes
Argentina	1
Bolívia	208
Chile	2
Colômbia	14
Costa Rica	2
Equador	15
Estados Unidos	1
Guatemala	5
Honduras	8
Nicaragua	46
Panamá	63
Paraguai	85
Peru	51
República Dominicana	43
Venezuela	21
Total	565

Em prosseguimento ao programa de cooperação com os novos países da África, foram matriculados 4 estudantes africanos em Escolas Superiores brasileiras.

O Itamaraty criou, ainda, um grupo de trabalho encarregado da elaboração da carteira de identidade de estudante-convênio, visando a regularizar a vida escolar dos estudantes beneficiários de convênios culturais.

CENTROS DE ESTUDOS BRASILEIROS

Com o propósito de promover o ensino intensivo da língua portuguêsa e de divulgar, em caráter sistemático, a civilização brasileira em seus diversos aspectos, o Brasil mantém diversos Centros de Estudos Brasileiros no exterior, localizados sobretudo em países latino-americanos. Êsses Centros têm a seu cargo a manutenção de cursos de língua portuguêsa, literatura brasileira, e a realização de conferências, exposições e cursos de estudos brasileiros.

São os seguintes os Centros de Estudos Brasileiros em funcionamento até o presente:

1. Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires;
2. Centro de Estudos Brasileiros em Rosário;
3. Missão Cultural Brasileira em Assunção;
4. Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em Montevidéu;
5. Centro Cultural Brasil-Bolívia em La Paz;
6. Centro de Estudos Brasileiros em Lima;
7. Centro Cultural Brasileiro em Valparaíso;
8. Centro de Cultura Brasileira em Quito;
9. Instituto Brasil-Estados Unidos, em Washington.

Êste último, embora já funcionasse em caráter experimental, foi definitivamente inaugurado em 1964, com melhores instalações, graças aos esforços e ao apoio financeiro da Divisão de Cooperação Intelectual, tornando possível, destarte, uma divulgação maior da cultura brasileira naquele país.

A Missão Cultural Brasileira em Assunção, além de suas tarefas normais, colabora com as autoridades locais em assuntos educativos, associando-se a diversos projetos e programas referentes à instrução pública no Paraguai.

Inauguração do Colégio Experimental Paraguai-Brasil

Depois de 11 anos de espera, foi inaugurado oficialmente a 7 de setembro do corrente ano o Colégio Experimental Paraguai-Brasil, pelo Senhor Flávio Lacerda, Ministro de Estado da Educação e Cultura.

A solenidade da inauguração contou com a presença, do lado paraguaio, do Presidente A. Stroessner, dos Ministros de Estado, autoridades e professôres; do lado brasileiro, a Comitiva era composta, entre outras pessoas, do Embaixador E. Dayrell de Lima, Chefe do Departamento Cultural e de Informações, Professôres Luiz de Mattos, Irene de Mello Carvalho e Albino Peixoto, Doutor Coimbra Bueno, Secretário A. C. Vasconcellos Gonçalves, Arquiteto Carmen Portinho, Deputado Levi Neves. Nessa oportunidade os Professôres Luiz de Mattos e Irene de Mello Carvalho dirigiram um seminário sôbre temas educacionais.

O prédio do Colégio abriga atualmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o seu colégio de aplicação, com 1500 alunos. É o maior e melhor estabelecimento de nível secundário de Assunção. Aí mantém a Divisão de Cooperação Intelectual um administrador escolar (Diretor técnico do Colégio).

Leitorados

O programa de leitorados, criado em 1960 pela Divisão de Cooperação Intelectual, constitui um dos instrumentos mais eficazes para a difusão da língua portuguêsa e da cultura brasileira no exterior.

Os leitorados de estudos brasileiros em universidades estrangeiras são regidos por profissionais de nível superior, instrutores, assistentes e mesmo catedráticos, enviados pela Divisão, mediante entendimentos com as universidades no exterior. Em 1964, 37 leitores brasileiros estiveram em exercício nos principais centros universitários do mundo, assim distribuídos: Alemanha (5), Áustria (1), França (12), Itália (3), Estados Unidos da América (14), Japão (3) e Peru (1).

Cátedras

Paralelamente ao programa de leitorados, a Divisão de Cooperação Intelectual tem procurado criar condições para o estabelecimento de cátedras de literatura brasileira e estudos brasileiros no exterior, ministradas por professôres universitários brasileiros. Atualmente, funcionam cátedras de literatura brasileira e estudos brasileiros nas seguintes universi-

dades: Colúmbia, New York, Georgetown (Washington), Sorbonne (Paris), Coimbra, Lisboa, Roma e Pisa, esta última criada recentemente, no decorrer do ano de 1964, graças aos esforços do Professor Murilo Mendes.

BÔLSAS-DE-ESTUDO A ESTUDANTES ESTRANGEIROS

Dando prosseguimento ao programa de intercâmbio cultural, a Divisão de Cooperação Intelectual concedeu diversas bôlsas-de-estudo a estudantes estrangeiros, para a realização de estágios, pesquisas e cursos de pós-graduação em estabelecimentos de ensino superior do Brasil. Além do custeio da permanência de 19 estudantes oriundos de novos países independentes da África, que aqui seguem cursos de formação desde 1962, a Divisão concedeu 50 bôlsas-de-estudo, assim distribuídas: Alemanha (5), Argentina (10), Canadá (1), Chile (7), França (1), Equador (2), Espanha (1), Grã-Bretanha (1), Haiti (2), India 1), Israel (1), Nicarágua (3), Nigéria (1), Paraguai (4), Peru (4), Portugal (3), Tcheco-Eslováquia (1), Uruguai (2).

Outrossim, foram concedidos auxílios financeiros a diversos intelectuais e professôres estrangeiros que vieram realizar pesquisas científicas e trabalhos sôbre artes, literatura, história e demais aspectos da cultura brasileira.

Vale ressaltar, ainda, o acôrdo entre a Divisão de Cooperação Intelectual e a Pró-Arte, mediante o qual tornou-se possível a vinda de 9 bolsistas de diversos países latino-americanos, para seguirem o curso de férias para músicos, que se realiza todos os anos em Teresópolis.

AUXÍLIO A BOLSISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Visando a proporcionar melhores condições aos estudantes brasileiros agraciados com bôlsas-de-estudo de pós-graduação no exterior· a Divisão vem mantendo o programa de auxílio financeiro a bolsistas, iniciado em 1954, por ocasião do cancelamento, pelo Banco do Brasil, da taxa especial de câmbio a estudantes. O auxílio de 50 dólares mensais é concedido, mediante julgamento, aos estudantes solteiros contemplados com bôlsas, cujo montante seja inferior a 200 dólares mensais.

Em 1964, a Comissão Educacional, constituída de representantes do Itamaraty e do Diretor Executivo da CAPES, após os trabalhos de seleção de candidatos, concedeu o referido auxílio a 485 bolsistas, no 1º semestre. No decorrer do 2º semestre, receberam o auxílio 403 bolsistas brasileiros no exterior.

ENCARREGADOS DE ASSUNTOS CULTURAIS

Tendo em vista permitir às Missões diplomáticas do Brasil uma participação mais ampla e constante nas atividades culturais dos países em que estão sediadas, a Divisão de Cooperação Intelectual tem procurado auxiliá-las mediante o aproveitamento de professôres e intelectuais que exercem as funções de Encarregados de Assuntos Culturais junto às respectivas Missões. A Divisão de Cooperação Intelectual mantém Encarregados de Assuntos Culturais em Lisboa, Paris, Roma, Lima, Montevidéu, Santiago, Lagos, Dakar, Manágua, Londres e México.

UNESCO

Por decisão superior, os assuntos relativos à UNESCO passaram para a órbita de ação da Divisão de Cooperação Intelectual. Nesse sentido, a Divisão procurou colaborar com o Senhor Pierre Henquet, chefe da Missão da UNESCO no Brasil, com o Senhor George Peters, Representante residente da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, com o IBECC, e com as entidades educacionais brasileiras vinculadas aos projetos educacionais da UNESCO.

Em março de 1964 realizou-se, em Brasília, a V Sessão do Projeto Maior da UNESCO para expansão e aprimoramento do ensino primário na América Latina, sob o patrocínio conjunto do Brasil e da Organização. Reuniram-se, durante três dias, sob a presidência do Professor Anisio Teixeira, professôres e técnicos em educação, provenientes de todos os países da América Latina, com o objetivo de examinar os progressos alcançados no domínio do ensino primário na América Latina, (com ênfase especial na execução do Projeto Maior), as atividades dos Estados-membros e da UNESCO, a avaliação do mencionado Projeto, o Centro Regional de Construções Escolares da América Latina, as

recomendações relativas à execução do Projeto Maior em sua fase final, e o programa e orçamento do Projeto para 1965-1966. Representou o Diretor-Geral da UNESCO, na reunião, o Sr. Gabriel Betancourt Mejia, Subdiretor-Geral para Educação. Em abril realizou-se, na sede da UNESCO, em Paris, uma reunião preparatória de peritos em hidrologia científica, com a particiapção de uma delegação brasileira, chefiada pelo engenheiro Newton Velloso Cordeiro. Foi estabelecido, durante a reunião, o programa definitivo do Decênio Internacional de Hidrologia. Como resultado, foi constituído no Brasil o Comitê Nacional de Hidrologia que funcionará, tendo em vista os objetivos do mencionado Decênio, programado pela UNESCO para 1965-1975.

Em dezembro, iniciou-se a bordo do navio oceanográfico brasileiro «Almirante Saldanha» um curso de pesquisas oceanográficas, dentro do programa de oceanografia da UNESCO (Comissão Oceanográfica Intergovernamental). O referido curso está sendo seguido por bolsistas de várias nacionalidades, trabalhando com equipamento fornecido pela UNESCO. No 2º semestre de 1964, foi designado Secretário Executivo do IBECC (Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura) o Sr. Isnard Garcia de Freitas, técnico em administração do DASP, com larga experiência em assuntos da UNESCO, em cujo Secretariado serviu durante sete anos. O Sr. Garcia de Freitas funcionará como elemento de ligação entre o Itamaraty e o IBECC.

Em julho foi organizado um Grupo de Trabalho incumbido de estudar a agenda da XIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, e de coordenar as conclusões a que haviam chegado os subgrupos encarregados do exame dos grandes temas da Conferência: Educação, Ciência e Tecnologia, Ciências Sociais.

A XIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO realizou-se na sede da Organização, em Paris, entre 20 de outubro e 20 de novembro. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Paulo E. de Berredo Carneiro, chefe da Delegação Permanente junto à Organização, que pronunciou o discurso de abertura da Conferência, na sua qualidade de Presidente da XII Sessão (1962).

A Conferência aprovou o teto orçamentário apresentado pelo Diretor-Geral para o biênio 1965-1966, no montante

equivalente a US$48.857.000 dólares. Nas eleições para o Conselho Executivo, foi eleito membro do referido Conselho o Embaixador Carneiro, com 108 de um total de 111 votos. O Brasil foi eleito membro do Comitê da Sede para o biênio 1965-1966. Foi, ainda, eleito membro do Conselho de Coordenação do Decênio Internacional de Hidrologia.

A Delegação brasileira atuou nas grandes comissões e comitês da Conferência e em várias subcomissões e grupos de trabalho criados para o estudo de pontos específicos.

No setor da educação, estudaram-se os grandes pontos relativos à Campanha Mundial de Alfabetização (em que foi manifestado o interêsse do Brasil em ser a sede de um centro-pilôto de educação de adultos), construções escolares, reformas de currículos e métodos de ensino, igualdade de acesso à educação para a compreensão internacional. No capítulo referente ao Programa Regional de Educação para a América Latina, o Delegado brasileiro sublinhou a atenção a ser dada à formação do professor primário. No tocante à transformação do Centro de Documentação Pedagógica de Havana em Centro Regional para tôda a América Latina, chegou-se, através de gestões oficiosas efetuadas na sede da Delegação brasileira, sob a presidência de seu chefe, a uma solução de conciliação que foi aprovada por unanimidade.

Dentro, ainda, da Comissão de Programa (à qual pertence o setor de Educação) participou a Delegação brasileira das reuniões referentes aos capítulos de: *a*) Ciências Sociais, com sede no Rio de Janeiro, havendo a Conferência decidido prolongar por mais dois anos o auxílio que lhe é concedido pela Organização; *b*) informação e intercâmbio: neste Setor discutiu-se a livre circulação de informação, desenvolvimento das comunicações especiais, desenvolvimento dos meios de informação e formação dos especialistas de informação, técnicas de informação para fins educacionais extra-escolares, informação pelo rádio e meios visuais, etc. A Delegação brasileira pronunciou-se em defesa do programa de bôlsas de viagem para a América Latina.

No setor de atividades culturais o Brasil participou dos dois Grupos de Trabalho que estudaram: *a*) um projeto de recomendação sôbre os meios de interditar e impedir a exportação, importação e transferência ilícitas de bens culturais e *b*) a oportunidade de elaborar uma regulamentação interna-

cional referente à salvaguarda de monumentos ameaçados por trabalhos públicos ou privados. A emenda brasileira relativa à realização de um colóquio nipo-brasileiro em 1965 foi aceita pelo Secretariado da Organização, havendo sido decidido que será reservada uma verba de 10.000 dólares para êsse fim. O Secretariado propôs à Delegação brasileira uma reunião de direitos autorais para os países da América Latina a ser realizada no Rio de Janeiro. Quanto à distribuição dos bônus da UNESCO, foi decidido que continuaria o sistema vigente até o momento. O Comitê Jurídico, para o qual o Brasil fôra eleito em 1962, considerou e decidiu os seguintes assuntos: aumento do número de seus membros, modificação das eleições para o Conselho Executivo por votação secreta; notificação das reuniões da Conferência Geral, data-limite para o depósito de emendas do projeto de programa que introduzem novas atividades ou determinam aumento importante dos créditos orçamentários; maioria necessária à aprovação de projetos de resolução de caráter orçamentário ou financeiro de importância; funções que incumbem ao Comitê jurídico; apresentação de informes periódicos no que se refere à luta contra a discriminação no domínio do ensino; propostas de modificação de classificação de conjunto das várias categorias de reuniões convocadas pela UNESCO.

Na Comissão Administrativa, por proposta do Chefe da Delegação brasileira, foi votada e aprovada uma moção, concedendo direito de voto ao Chile e à Bolívia, privados de votar por inadimplemento de suas contribuições financeiras à Organização.

Foram discutidos os seguintes temas:

I — Estudo do documento 13C/5 (Projeto de Programa e Orçamento) nos seguintes pontos:
Crítica geral de administração;
Administração geral;
Encargos comuns;
Serviços referentes a documentos e publicações.

II — Métodos de trabalho da Organização.

III — Classificação das Organizações Internacionais não-governamentais.

IV — Questões financeiras.

V — Métodos Administrativos, pessoal, seguro social.

VI — Sede da UNESCO.

ACÔRDOS CULTURAIS

Três acôrdos foram concluídos no ano de 1964. Em janeiro, os Governos brasileiro e paraguaio trocaram notas sôbre o funcionamento do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, em Assunção. Em setembro, por ocasião da visita do Presidente Senghor, foi assinado em Brasília um Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Senegal, o primeiro concluído com os novos países da África. Finalmente, em novembro, a Embaixada do Brasil em São José da Costa Rica assinou um Convênio de Intercâmbio Cultural com aquêle país.

Além dos instrumentos mencionados, encontram-se em base de negociações acôrdos com a Guatemala, El Salvador, Gana, India e Paquistão — êste prestes a ser firmado. Procede ainda a Divisão de Cooperação Intelectual a estudos visando a revisão e atualização dos acôrdos celebrados com a Grã-Bretanha (1947), França (1948) e Portugal (1948).

Foram aprovados pelo Congresso Nacional, no decorrer de 1964, os acôrdos culturais com a Itália (1958), Japão (1961), Espanha (1960), México (1960), Bélgica (1960) e Colômbia (1963). Após a troca dos instrumentos de retificação, verificada em Varsóvia, foi promulgado o Acôrdo assinado com a Polônia em 1961.

No tocante aos atos multilaterais, foram promulgados o Acôrdo que institui o Centro Latino-Americano de Física, firmado em 1962, e a Convenção relativa à Troca Internacional de Publicações, concluída em Paris, em 1958.

Cumpre mencionar ainda as reuniões realizadas em Buenos Aires, no mês de março e no Rio de Janeiro, em novembro, da Comissão Mista do Acôrdo Cultural Brasil-Argentina. Em ambas as ocasiões foram concertadas medidas para a plena execução do Acôrdo e traçados planos para o intercâmbio de estudantes, professôres, concessão de bôlsas-de-estudo e instalação, no Rio de Janeiro, de um Centro de Estudos Aregntinos, iniciativa esta reafirmada na Declaração conjunta assinada quando da visita ao Brasil do Chanceler Zavalla Ortiz.

DIFUSÃO CULTURAL

ARTES PLÁSTICAS

No ano de 1964 o Setor de Artes Plásticas da Divisão de Difusão Cultural realizou, entre individuais e coletivas, 129 exposições de pintura, escultura e gravura. Na América Latina, 48; na América do Norte e Canadá, 17; na Europa, 53; na Ásia 9, e no norte da África, 2.

Participamos dos seguintes certames internacionais em 1964:

XXXIIª Bienal, de Veneza (Prêmio Kracjberg)

III Bienal de Córdoba (Sul Americana — Prêmio Wega Neri)

IVª Bienal Internacional de Gravura em Tóquio

Iª Arte Gráfica Internacional em Montreal

IIº Festival de Caricatura em Montreal (Prêmio Millor Fernandes)

E vários certames de arte infantil internacional: Tóquio, Praga, (onde obtivemos o *Grande Prêmio da ONU*), Montreal, etc...

Muitas dessas exposições (29) não foram organizadas pela Divisão de Difusão Cultural, nem pelas Missões Dlplomáticas. Os convites foram feitos diretamente aos artistas pelas galerias e museus dos diferentes países, mas o Itamaraty prestou auxílio ao artista, não sòmente enviando o material de exposição, como fazendo o seguro e solicitando às Embaixadas e Consulados apoio aos expositores. Muitos artistas viajaram acompanhando suas obras. Críticos de arte e arquitetos, que organizaram exposições, acompanharam-nas, pronunciando conferências.

Muitos artistas brasileiros foram também solicitados a administrarem cursos e pronunciarem conferências no exterior: Fayga Ostrower e Roberto de Lamônica para cursos de gravura nos Estados Unidos; Roberto Burle Max foi convidado a pronunciar conferências sôbre arquitetura paisagística na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. É de se notar que sempre a Divisão de Difusão Cultural procurou dar todo o amparo aos artistas.

Convidamos também críticos de arte e professôres estrangeiros para proferir conferências no Brasil ou para seleção de obras para exposições. O professor Carel Weight, do «Royal College of Art», veio escolher a representação brasileira em Londres.

Além dessas atividades, a Divisão de Difusão Cultural teve muitas vêzes, a pedido dos Museus do Rio e São Paulo, de mandar vir exposições do exterior. Assim trouxemos, a pedido do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, a exposição «Phases». Pagamos transporte e seguro das exposições de Antônio Saura, Rose Brue e Millares para o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Pagamos o transporte da exposição Joseph Albers de Lima, a pedido do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Ajudamos também a vinda do pintor Cargalheiros que fez várias exposições no Brasil. Pagamos o transporte Santos-São Paulo da Exposição de Arquitetura Finlandeza. Como difusão cultural, ajudamos também os museus que são convidados a se fazerem representar no exterior, como sucedeu com a seleção do Museu de Arte Moderna, que enviou obras para a mostra, «Museus do Mundo» na Bienal de Veneza. Para a Bienal de Cordoba, enviamos uma exposição de «Alunos do Atelier de Gravura do Museu de Arte Moderna» e agora para Buenos Aires uma exposição «Forma e Espaço», II Salão de Arte da Fundação Construtiva de Concreto, organizada pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Além dêsse programa de difusão cultural, procuramos dar apoio às manifestações culturais das Embaixadas e Consulados estrangeiros, não só facilitando o desembaraço alfandegário, como também programando as exposições que nos enviam. No ano de 1964 foi enviada pelo Govêrno Mexicano uma grande mostra, «Arte Mexicana Contemporânea», e a Divisão de Difusão Cultural programou exposições no Museu de Arte Moderna do Rio, Museu de Arte Contem-

porânea de São Paulo, Museu de Arte de Salvador, Museu de Recife, Museu de Arte de Belo Horizonte e Museu de Arte de Pôrto Alegre. Uma exposição «Arqueologia» da Embaixada da Romênia também foi tôda ela programada pela Divisão de Difusão Cultural e a Exposição de Arte Negra do Senegal igualmente foi por ela organizada.

Finalmente o Setor de Artes Plásticas da Divisão de Difusão Cultural comprou ainda reproduções de quadros brasileiros e livros de arte brasileira para serem distribuídos às Missões Diplomáticas no exterior.

PUBLICAÇÕES

A atividade principal e mais constante do Setor de Publicações foi a distribuição de livros, revistas, folhetos, catálogos, mapas e outras publicações capazes de difundir a cultura brasileira ou constituir material informativo e de propaganda do Brasil entre a grande parte das Missões diplomáticas, Repartições consulares, Leitorados e outros organismos brasileiros sediados no exterior, bem como entre instituições estrangeiras interessadas em recebê-los.

Essa distribuição, objeto de remessas pràticamente cotidianas, foi feita, quer atendendo aos inúmeros pedidos endereçados a esta Divisão, quer em cumprimento de plano por ela elaborado. Para tanto, a Divisão de Difusão Cultural, dentro das possibilidades limitadas pela verba disponível, adquiriu um grande número de obras de variados gêneros e fêz assinaturas de revistas editadas no país.

Não foram poucas, por outro lado, as entidades brasileiras, governamentais e particulares, como o demonstra o número sempre crescente de ofícios e cartas da correspondência com elas mantida, que se beneficiaram dos serviços dêste Setor, dêle recebendo doações ou dêle se utilizando como intermediário entre elas e suas congêneres existentes em outros países.

Assim, o Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional puderam, por intermédio desta Divisão, efetuar a remessa de uma grande quantidade de publicações por êles editadas, não apenas a Missões diplomáticas, Repartições consulares e Leitorados brasileiros, mas também a outros organismos sediados no exterior, tais como Institutos Culturais, Universidades, etc.

Importantes exemplos de trabalho conjunto entre o Setor de Publicações e entidades particulares para a difusão da cultura brasileira no exterior foram a remessa de selos fornecidos pelo Clube Filatélico do Brasil, para a Exposição de Selos Esportivos e Livros Infantís, realizada no Japão por ocasião das Olimpíadas de Tóquio, e a remessa de livros feita pelos editôres brasileiros para várias exposições no exterior.

Nêste último caso, o Setor de Publicações promoveu o entendimento entre os expositores e efetuou a remessa das publicações, prestando assistência à embalagem dos livros e tomando as providências iniciais para a colocação de «stands», num profícuo entrosamento com a DIPROC, como aconteceu na «Feira Internacional do Livro», em Frankfurt, e na «I.ª Exposição Editorial do Continente Americano», realizada na cidade do México.

Outras pequenas exposições do livro brasileiro foram também promovidas por êste Setor, em diversos países, com a doação de apreciável quantidade de obras editadas no Brasil a Missões diplomáticas e Repartições consulares, entre as quais cumpre destacar as Embaixadas do Brasil em Washington e Tóquio, e o Consulado Geral do Brasil em Barcelona.

Cuidou, também, o Setor de Publicações da tradução de obras brasileiras no exterior, não só pela remessa de livros selecionados a editôres e tradutores interessados, como estabelecendo entendimento entre êles e os escritores e editôres nacionais, bem como auxiliando o pagamento ou adquirindo parte das edições. Digno de nota é o fato de haverem sido lançados, na Alemanha Ocidental, nos últimos meses de 1964, cêrca de um livro brasileiro traduzido por mês. Ao tradutor dêles, Senhor Curt Meyer-Clason, a Divisão de Difusão Cultural concedeu, durante todo o ano, um auxílio mensal em dólares que deverá ser mantido em 1965.

Por esta Divisão foi paga a tradução e a introdução do livro de poemas de Manuel Bandeira, que será lançado em Paris no começo do ano próximo, e adquirido grande número de exemplares de obras de escritores do Brasil, traduzidos nos Estados Unidos, França, Alemanha e outros países.

Ao que ficou dito é preciso acrescentar, ainda, a elaboração, pelo Setor, de uma lista completa de livros brasileiros

traduzidos e de livros sôbre o Brasil publicados no exterior, completando assim trabalho iniciado em fins de 1963 e a preparação de uma coletânea de contos brasileiros a ser publicada, no Cairo, em tradução para o árabe e o francês.

Para 1965, a Divisão de Difusão Cultural fêz um plano para dotar tôdas as Missões e Repartições Consulares de uma biblioteca mínima, em colaboração com o Serviço de Documentação. Serão efetuadas remessas mensais por assuntos, sendo cada livro acompanhado por uma ficha individual para ser incluída no fichário geral a ser fornecido, na primeira remessa, pela Biblioteca do Itamaraty.

TEATRO

Sendo o Setor de Teatro da DDC um setor ainda em desenvolvimento, pouco pôde ser feito no ano de 1964.

A atividade maior foi a de enviar às Missões Diplomáticas è Repartições Consulares textos de peças teatrais. Foram enviadas as publicações de: «As Mãos de Eurídice», de Pedro Bloch, «O Pagador de Promessas», de Dias Gomes, «A Rapôsa e as Uvas», de Guilherme de Figueiredo, «O Fantasminha Pluft» de Maria Clara Machado, e outras peças traduzidas em francês e inglês.

Foi também editado em inglês pelo «Brazilian American Cultural Institute» «O Pagador de Promessas» (Journey to Bahia) e «O Auto da Compadecida» (The Rogue's Trial) de Ariano Suassuna, publicado pela «University of California Press.» Chegaram ao nosso conhecimento notícias de numerosas representações dessas peças no exterior com êxito encorajador.

Quanto à participação do Brasil em Festivais Internacionais de Teatro ou o auxílio a grupos teatrais em «tournée» pelo exterior, a colaboração da Divisão de Difusão Cultural foi dificultada pela escassez das verbas.

Faz-se necessário que no ano vindouro seja atribuída ao Setor de Teatro uma dotação vultosa para que possamos possibilitar a ida de artistas ou grupos teatrais ao exterior, bem como atender aos inúmeros pedidos que nos chegam de nossas Embaixadas, no sentido de aumentar o envio de publicações e de traduções de peças. A colaboração do Serviço Nacional de Teatro, com o qual mantemos agora as melhores

relações, será, também, da maior importância para a divulgação do teatro brasileiro no exterior. Um programa de traduções e publicações das peças brasileiras mais representativas está em estudo.

SETOR AUDIO-VISUAL

Cinema

A participação oficial do cinema brasileiro em certames internacionais tem sido regulada pela Portaria nº 16, de 27 de maio de 1959, que constituiu a Comissão de Seleção de Filmes Brasileiros para os Festivais Internacionais de Cinema, presidida pelo Chefe do DCInf. Em 1964, foram os seguintes os filmes brasileiros por ela escolhidos e que obtiveram prêmios internacionais;

Em 1964:

«Menção Honrosa» — filme «Kuarupi», de Heinz Forthmann, produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, na V.ª Resenha Internacional de Filme Etnográfico e Sociológico (Festival dos Povos) de Florença.

«Taça Carlo Alberto Chiesa» — filme «Garrincha Alegria do Povo», de Joaquim Pedro de Andrade, como o melhor filme de televisão, no XXº Concurso Internacional de Cinematografia de Cortina d'Ampezzo.

«Prêmio OCIC» — filme «Vidas Sêcas» de Nelson Pereira dos Santos, no XVIIº Festival Internacional de Cinema em Cannes.

«Prêmio Filmes de Arte e de Ensaios» — filme «Vidas Sêcas», no Festival de Cannes.

«Melhor Filme para a Juventude» — filme «Vidas Sêcas, no Festival de Cannes.

«Náiade de Ouro» — filme «Deus e o Diabo na Terra do Sol», de Glauber Rocha, primeiro prêmio do IIIº Festival Internacional de Cinema Livre de Porretta Terme.

«Urso de Prata» — filme «Os Fuzis», de Ruy Guerra, no XIVº Festival Internacional de Cinema em Berlim.

«Menção Honrosa» — filme «História de Praia» de Fernando Amaral, no Iº Festival Internacional de Cinema Experimental e Documental de Córdoba (Argentina).

«Diploma de Mérito» — filme «Vidas Sêcas», no Festival Internacional de Cinema em Edimburgo.

«Cabeza de Palenque» — filme «Os Fuzis», na Resenha Internacional dos Festivais Cinematográficos em Acapulco.

Importa notar que os prêmios acima foram ganhos graças, sobretudo, ao auxílio em espécie proporcionado regularmente aos jovens cineastas brasileiros, pela Divisão de Difusão Cultural. Essa ajuda se manifestou na concessão de filmes-virgens para a realização de documentários e de considerável ajuda financeira para cobrir os custos totais de produção.

Sempre foi pobre a produção brasileira de filmes documentários de interêsse internacional. São as dificuldades de comercialização que geram as dificuldades de realização de flimes dêsse gênero. Além disso, os poucos existentes, muitas vêzes, não apresentam condições mínimas de informação e qualidade técnico-artística.

Assim, de acôrdo com autorização do Senhor Secretário Geral, a DDC iniciou um programa de realização de filmes curtos com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC. Atualmente, acham-se em andamento as produções dos filmes «O Ciclo de Ouro», em prêto e branco, a cargo do cineasta Gustavo Dahl, e «Aleijadinho», em côres, segundo o roteiro do Arquiteto Lúcio Costa, a cargo do cineasta David E. Neves.

De outra parte, a DDC cooperará na produção do «Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro», sob a direção de José Sanz; «Heitor dos Prazeres», de Antônio Carlos Fontoura; e de um filme sôbre o Rio de Janeiro, objetivando as comemorações do IVº Centenário da Cidade, a ser realizado em co-produção com o Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Ministério da Educação e Cultura.

Sobreleva ainda registrar que a DDC vem produzindo uma série de filmes documentários sôbre o Brasil, a cargo do

Cônsul Raul de Smandek. Trata-se de filmes de alta qualidade artesanal, em côres e em 16mm, a serem copiados em diversos idiomas, a fim de integrarem as filmotecas das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Em 1964, foram produzidos dois filmes sôbre artistas brasileiros «Bruno Giorgi» e «Augusto Rodrigues» — possuindo a DDC cinco cópias de cada em espanhol e cinco em inglês. Não olvidando a televisão, foram encomendados oito *video-tapes* sôbre música popular e erudita brasileira, já prontos, e que serão encaminhados a Nova York para serem copiados pelo sistema *Kinescope*, a fim de atenderem melhor às necessidades de nossas Representações no exterior.

Por fim, cabe deixar registrado que, atualmente, tôdas as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares se acham municiadas de cópias do filme documentário «Aquarela do Brasil», do Cônsul Smandek, com versões em português, francês, espanhol, inglês, russo, árabe, japonês, italiano e alemão.

Em 1964, foram realizadas, em Praga e Tóquio, duas Mostras do Cinema Brasileiro Moderno, com os filmes «O Pagador de Promessas», de Anselmo Duarte; «Assalto ao Trem Pagador», de Roberto Farias; «Pôrto das Caixas», de Paulo Cezar Sarraceni; «Ganga Zumba», de Carlos Diegues, «Vidas Sêcas», de Nelson Pereira dos Santos, e «Deus e o Diabo na Terra do Sol», de Glauber Rocha.

Os filmes «Barravento», de Glauber Rocha; «Couro de Gato» e «Garrincha Alegria do Povo», de Joaquim Pedro, de Andrade; e «Selva Trágica», de Roberto Farias, foram apresentados na Europa Ocidental e Socialista.

Televisão

O noticiário de TV nasceu da idéia de se levar às diversas Embaixadas no exterior, cada 15 dias, um pouco do que acontece no Brasil, focalizando-se, assim, não só manchetes atuais (visita de De Gaule, Feiras Industriais, etc.), como também pontos de atração turística (Igreja da Glória, Largo do Boticário, Salvador) ou artística (Aleijadinho, Escolinha de Arte de Augusto Rodrigues, Kracjberg), além de ter sempre um lance de football.

O noticiário, contrato nosso com a TV-Rio, vem acompanhado de texto explicativo em português — o que talvez diminua, em parte, o seu interêsse no exterior — que segue em duas vias, anexo ao filme, pela mala diplomática.

Inicialmente, as Embaixadas no México, Moscou, Ottawa, Santiago, Caracas, Montevidéu, Madrid, Lima, Lisboa, Bogotá, Belgrado, Jacarta recebiam o programa quinzenalmente, e pedidos nos fizeram enviá-lo, também, à Embaixada em Tóquio e El Salvador.

Mais recentemente, quando da mudança da chefia da Divisão, foi feita circular a essas Embaixadas sôbre a receptividade de nossa iniciativa e, apenas, 3 delas — Lima, México e El Salvador — até agora, responderam afirmativamente.

Isso nos obrigou a reformular o assunto, dado o alto custo do programa. Está sendo estudada a possibilidade de se aproveitarem os temas de interêsse permanente, que não tenham perdido a atualidade (arte, por exemplo), reunindo-os em dois ou três filmes. Outra alternativa seria a preparação de noticiários curtos, de um a dois minutos, sôbre assuntos de relevante interêsse internacional, que seriam remetidos com urgência para as Embaixadas no país interessado e colocados com previsível facilidade nas cadeias locais de televisão. Todo o programa de TV da DDC está sendo revisto para 1965, à luz dêsses fatos e possibilidades.

Finalmente, em combinação com o setor musical, foram elaborados sete programas de treze minutos, em «videotape», com «shows» de música popular brasileira e um com as «Cirandas», de Villa Lobos. Os programas em aprêço serão reproduzidos em «kinescope» para utilização nos canais europeus e como filmes comuns.

Fotografias e Diapositivos

Em 1964, o Setor áudio-visual, não possuindo verba que permitisse fôssem distribuídas coleções fotográficas a tôdas as Embaixadas e Repartições Consulares do Brasil no exterior, organizou arquivos fotográficos com coleções de quatrocentos (400) negativos sôbre o Brasil, que foram enviados às Embaixadas em: Beirute, Bonn, Buenos Aires, Caracas, Londres, México, Paris, Pretória, Santiago, Tóquio,

Washington, as quais, pela Circular nº 4.409 de setembro de 1962, ficaram encarregadas de atender solicitações provenientes de outras Missões situadas numa área determinada pela Divisão de Difusão Cultural, obedecendo a um critério de proximidade geográfica.

Dado seu alto custo, a coleção de «slides» contendo dez (10) pastas de variados assuntos sôbre o Brasil só pôde ser enviada às Embaixadas em: Assunção, Atenas, Beirute, Berna, Bonn, Bruxelas, Buenos Aires, Bogotá, Cairo, Caracas, Dacar, Jacarta, Lima, Lisboa, Londres, México, Montevidéu, Moscou, Paris, Praga, Quito, Roma, Santiago, Tóquio, Viena, Washington e às Repartições Consulares em: Los Angeles, Miami, Nova York.

Para 1965, estão sendo elaboradas 120 coleções de «slides», com cinco assuntos, para serem enviadas a tôdas as Missões e Consulados que ainda não possuem êste material. Do mesmo modo, 150 coleções de 300 fotografias, em microfilmes, estão sendo preparadas com o mesmo objetivo de dotar tôdas nossas Repartições no exterior de satisfatório material de divulgação.

MÚSICA

O Setor de Música da DDC durante o ano de 1964, depois de ser contemplado no Orçamento Federal, com uma dotação verbal (subconsignação 1.6.15.4), pôde incrementar suas atividades. Tais realizações, porém, pecaram por falta de um planejamento em que se pudesse prever a apresentação de intérpretes brasileiros no exterior, com a desejada antecedência. Cabe a ressalva de que era difícil prever exibições no exterior sem os indispensáveis recursos financeiros para cobertura da promoção da música e dos músicos do Brasil.

Não obstante as falhas, pôde a música brasileira, por variadas vias, ser levada às cidades mais longínquas, quer através da remessa de discos, partituras, músicas e fitas magnetônicas às Embaixadas e Consulados que diretamente promoveram a transmissão de programas pelo rádio e pela televisão locais, quer pela exibição de intérpretes em «tournées», conforme poder-se-á constatar da discriminação em anexo.

Foram remetidos 1913 discos às Missões Diplomáticas, Repartições consulares e Delegações brasileiras, e a universidades estrangeiras, entidades de ensino musical, institutos, autoridades de governos estrangeiros etc: 1.133 discos. Foram também distribuídos 31 instrumentos típicos brasileiros.

Os programas radiofônicos gravados em fitas magnéticas, organizados pela Rádio Ministério da Educação e Cultura em colaboração com o Setor de Música da DDC, foram suspensos porque aquela emissora esgotou sua programação de música brasileira. Contou, porém, o Setor de Música da DDC com a colaboração do Museu Villa-Lobos e a PRA-2, na gravação de 50 fitas magnéticas, fornecidas pelo Setor, valioso auxiliar na preparação das «tournées» dos artistas brasileiros.

Carece o Setor de aparelhagem eletrônica capaz de habilitá-lo a satisfazer as suas necessidades como a de copiar programas gravados em fitas magnéticas, ou mesmo a possibilidade de ouvi-los. Tal necessidade se faz sentir ainda mais, tendo em vista que a única organização com que conta o Setor, a Rádio Ministério da Educação, leva cêrca de três a quatro meses para regravar um programa.

A Divisão de Difusão Cultural auxiliou apresentações no exterior de compositores, regentes, solistas, conjuntos de instrumentistas, corais de música erudita e popular. Foram também realizados três documentários cinematográficos «Ballet do Brasil», em 33 mm, com a duração de 45 minutos, em «eastmancolor», com a finalidade de documentar, para divulgação no exterior, música, compositores, dança e coreografia brasileiras. O primeiro dêles foi selecionado na IV Resenha Internacional do Filme sôbre a Dança (Gênova-Nervi, 1964) e exibido em Praga e em Lisboa com sucesso.

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES

A Divisão de Informações, parte integrante do Departamento Cultural e de Informações, no cumprimento de suas atribuições, realizou as seguintes atividades em 1964:

I — *Informações Externas*

a) *Boletim Radiotelegráfico*: Resumo telegráfico dos acontecimentos da realidade brasileira, relacionando todos os dados essenciais à atualização de nossas Missões e Repartições no exterior. Transmitido por telex a Washington, Roma, Tóquio, Nações Unidas, e, por via telegráfica, através do Departamento de Correios e Telégrafos, para Paris, Lisboa, Copenhague, Buenos Aires e Bonn, donde se processa a redistribuição para as demais Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações brasileiras. Em 1964, foram transmitidos cêrca de 250 boletins, cada exemplar contendo de 800 a 1000 palavras.

b) *Boletim Informativo*: Estampa, na íntegra, documentos brasileiros da atualidade, entre os quais discursos, pronunciamentos, legislação, etc. Em 1964 foram compostos 247 boletins.

c) *Resumo de Imprensa*: Preparado, a partir de 1º de setembro, para a Embaixada em Washington e transmitido pelo «canal arrendado», constituiu, em fins de dezembro, um nôvo boletim distribuído, por mala diplomática aérea, a tôda representação brasileira no exterior.

d) *Panorama Econômico*: Trata-se de noticiário sôbre o momento econômico brasileiro, retirado da imprensa especializada. Sua distribuição semanal data do mês de dezembro.

e) *A Situação Política*: Conjunto de «flashes» da vida político-partidária brasileira, cuja expedição se faz também semanalmente desde dezembro.

f) *Flagrantes*: Boletim semanal, também criado em 1964, fornece uma visão do momento, do quotidiano brasileiro. É uma transposição do jornal, onde se reúnem aquelas notícias que não interessam aos demais boletins.

g) *Notas Políticas*: É um anexo ao «Boletim Informativo»; transcreve comentários de diversos jornais, e objetiva, diferentemente da «Situação Política», a mostrar as reações políticas dos principais setores da opinião pública do país. Distribuídas desde setembro do ano findo.

II — *Informações Internas*

a) *Boletim Diário* (*Bola do dia*): Trata especìficamente de assuntos administrativos do interêsse da Secretaria de Estado. Cêrca de 400 exemplares são diàriamente impressos, sendo distribuídos, na Secretaria, a tôda representação brasileira no exterior, e ao Gabinete em Brasília.

b) *Noticiário*: Das Missões diplomáticas, Repartições consulares, Delegações do Brasil e diferentes setores do Itamaraty é que procedem os elemento com que se compõe o «Noticiário». Em 1964, cêrca de 500 dêles foram encaminhados aos órgãos da imprensa brasileira.

c) *Setor de recortes de jornais*: Continuou em 1964 o serviço rotineiro dos anos anteriores.

d) *Setor de jornais e revistas*: Também não sofreu alteração em 1964.

e) «*Itamaraty*»: Em 1964, foram editados 12 números dêste Caderno, prosseguindo-se, assim, a publicação de documentos relativos à política e ao comércio exterior do Brasil.

f) *Setor de Credenciamento de jornalistas*: A Divisão de Informações recebeu em 1964 pedido de credenciamento para mais 30 jornalistas, crescendo para 116 o número de correspondentes acreditados

junto ao Ministério das Relações Exteriores. Por ocasião da visita do Presidente Lübke, da República Federal da Alemanha, em maio, foram credenciados mais de 300 jornalistas, entre nacionais e estrangeiros; para a do Presidente Senghor, do Senegal, o credenciamento chegou a 200. Para a do Presidente Charles De Gaulle, da França, 650 jornalistas, nacionais e estrangeiros.

A Divisão de Informações acompanha de perto os trabalhos dos correspondentes de jornais, revistas ou agências estrangeiras, facilitando-lhes o contato com as autoridades brasileiras.

g) Relações Públicas: Um programa especial foi organizado para a comitiva de jornalistas franceses que acompanhavam o Presidente De Gaulle, com excursão pelo Rio de Janeiro, jantar na Associação Brasileira de Imprensa e instalação de salas de imprensa nos Hotéis Nacional, Glória e Othon, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. Ainda em 1964, a Divisão de Informações recebeu, auxiliando e prestigiando, jornalistas de várias nacionalidades.

h) Multiplicação

Arquivo

Fotografia

Expedição

Êstes setores continuaram seus serviços rotineiros, sem alterações substanciais.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ORÇAMENTO

Dentro da atual organização do Itamaraty, a Divisão de Orçamento é responsável pela execução do orçamento anual do Ministério e pela elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Em 1964, em virtude da nova política econômico-financeira do Govêrno, o cumprimento dessa dupla tarefa asumiu aspectos diferentes dos observados em anos anteriores.

Com efeito, o orçamento de 1964 foi alvo de cortes e de alterações no sistema de pagamentos, e, desta maneira, cumprindo o Decreto 53.949, de junho de 64, a execução orçamentária operou-se ora atendendo a um plano de contenção de despesas de aproximadamente 29%, ora adaptando-se ao quadro de desembôlso mensal, que vem vigorando desde junho, devendo continuar até março do ano próximo.

Também o trâmite, no Congresso Nacional, da proposta orçamentária para o exercício de 1965 foi realizado sob novas normas, com a exigência de um orçamento sintético, ao lado do analítico, criado pela lei 4320, de março de 1964.

Tal exigência de dois orçamentos (sintético e analítico) resultou, na prática, numa maior autonomia ministerial, modificando-se os índices e rubricas das dotações, verbas, consignações e subconsignações.

Caberia, ainda, mencionar haver sido êste ano o primeiro após o desmembramento da antiga Divisão do Orçamento e Organização.

Sendo recente a separação das duas Divisões, o que se verificou em meados de 1963, a Divisão de Orçamento continuou a realizar trabalhos em conjunto com a Divisão de Organização. O programa de reestruturação dos SEPROs, efetuado em colaboração DO/Dorg, foi o mais importante dêsses trabalhos de cooperação, efetuados no ano que finda.

I — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1964

1. *Distribuição de créditos.*

Uma das primeiras providências a serem tomadas anualmente pela D.O. é a elaboração da tabela de distribuição e redistribuição de créditos à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, ao Tribunal de Contas da União, ao Tesouro Nacional e ao Departamento Federal de Compras.

Já se tornou uma prática habitual o preparo da tabela e sua imediata remessa ao Tribunal de Contas, tão logo o orçamento é votado e publicado no Diário Oficial. A D.O. visa com êste expediente obter a maior brevidade no exame da tabela por aquêle Tribunal, a fim de iniciar com presteza os pagamentos no exterior.

Em resumo foi a seguinte a tabela de distribuição para 1964:

Distribuição de Créditos

Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York	
Redistribuído	2.554.000.000
Distribuído	3.278.643.000
Em ser no Tribunal de Contas	2.761.665.000
Tesouro Nacional	1.878.698.000
Departamento Federal de Compras	98.150.000
Total	10.571.156.000

2. *Evolução de Despesa*

Aprovado o orçamento de 1964, o Ministério das Relações Exteriores dispôs de créditos que alçaram a .... Cr$ 10.571.156.000, o que significa 0,50% do orçamento da União, uma participação menor êste ano que no anterior, 0,62%.

Aos créditos orçamentários vieram somar-se .... Cr$ 3.147.076.920 de créditos especiais, e Cr$ 5.773.000 de créditos suplementares.

Os créditos suplementares representaram parcela mínima em confronto com os orçamentários, 0,05%. Já os créditos especiais foram de maior monta, 29%. Explica-se porém tal discrepância: um único crédito, o destinado à Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra e à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, por si só cobriu 91% do total dos créditos especiais, Cr$ 2.874.166.720. Tal importância, contudo, significa a liquidação final do compromisso brasileiro com a construção daquela estrada.

Créditos Especiais

Histórico	*Quantitativo*
Para o Seminário de Peritos Governamentais em Comércio Exterior da CEPAL	39.926.200,00
Destinada à Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, bem como aos compromissos pendentes da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	2.874.166.720,00
Para o 1º Centenário do nascimento de Lauro Müller	5.500.000,00
Para a visita do Presidente da República Federal da Alemanha	30.000.000,00
Para atender as despesas com o comparecimento do Episcopado Brasileiro ao Concílio Ecumênico Vaticano II	107.484.000,00
Para a visita do Presidente da República do Senegal	25.000.000,00
Para a visita do Presidente da República Francesa	65.000.000,00
Total	3.147.076.920,00

Crédito Suplementar

Subconsignação	Dotação	A Suplementar
1.5.04	8.000.000,00	5.773.000,00
Total	8.000.000,00	5.773.000,00

2. *Plano de Contenção de Despesa.*

Pelo ofício nº 1.472, de 23 de junho de 1964, o Contador Geral da República encaminhou ao Itamaraty as normas e plano de execução financeira do exercício de 1964, em obediência ao Decreto 53.949, de 5 de junho do mesmo ano. (Circular nº 17, 15-6-1964).

Programou-se, inicialmente, uma contenção de despesas que ascendeu a Cr$ 2.023.720.000, sendo Cr$ 735.590.000 no exterior e Cr$ 1.288.130.000 na Secretaria de Estado.

Posteriormente, solicitou-se a liberação de algumas verbas na Secretaria de Estado, num montante de .... Cr$ 379.000.000, imprescindíveis ao bom andamento dos serviços.

Em virtude dessas liberações, o total da contenção na Secretaria de Estado passou a ser de Cr$ 909.130.000 e a contenção global de Cr$ 1.644.720.000.

DESPESAS	DOTAÇÃO DISTRIBUÍDA	CONTENÇÃO	SALDO DISPONÍVEL
No País......................	4.697.813.000	900.130.000	3.788.683.000
No Exterior..................	5.873.343.000	735.590.000	5.137.753.000
TOTAL...............	10.751.156.000	1.644.720.000	8.926.436.000

O Departamento de Administração, no entanto, com o intuito de colaborar e não prejudicar a estrita economia adodata pelo Govêrno, procurou restringir ao máximo os gastos em outras dotações, apresentando-se saldos compensadores, que vêm representar uma contenção paralela.

Com base no artigo 46 do Código de Contabilidade da União, solicitaram-se ainda dois créditos de Cr$ 10.000.000. Um, na subconsignação 11.04 — «Diárias», importância, que, já se verificou, não será utilizada; outro, na subconsignação 1.1.01-11 — «Gratificação adicional por tempo de serviço», que deverá ser aplicada, uma vez que a Delegacia já realizou pagamentos além do valor da dotação orçamentária.

SUBCONSIGNAÇÃO	DOTAÇÃO	ART. 46 DO C.C.U.
1.1.04	28.000.000	(*) 10.000.000
1.1.01-11	2.101.384.000	10.000.000
TOTAL	2.129.384.000	20.000.000

(*) Não será utilizada.

II — ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA — 1965

A proposta Orçamentária original para 1965, apresentada pelo Ministério das Relações Exteriores, previa despesas no montante de Cr$ 16.657.205.000. Ao ser encaminhada ao Congresso Nacional foi aumentada no D.A.S.P. para Cr$ 18.126.946.000, sofrendo, pois, um acréscimo de aproximadamente 9%, motivado pela vigência da Lei 4345, de 26 de junho de 1964, que instituiu novos valôres de vencimentos para o funcionalismo público.

A aprovação dêste total pelo Congresso constituiu um aumento de 79% sôbre o orçamento do ano anterior.

A D.O., na elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, procurou fazê-lo de maneira a conseguir a melhor adequação entre o futuro orçamento e as necessidades reais do Ministério, levando principalmente em conta o disposto na Lei 3197/64, que o reformou.

Ao elaborar o orçamento analítico, segundo o disposto na Lei 4.320/60, procurou distribuir melhor as dotações, já

que o Orçamento Geral da União (sintético) é votado por total de elementos, como se pode verificar consultando-se a Lei 4.295, de 16 de dezembro de 1963.

Esta tarefa, realizada no presente mês de dezembro, foi efetuada após a D.O. ouvir as indicações dos demais órgãos da Administração, a fim de bem atender à nova técnica orçamentária.

Malgrado a novidade do orçamento analítico e as dificuldades no seu preparo, a D.O. conseguiu publicá-lo no Diário Oficial de 18 de dezembro, apenas dois dias após a publicação da Lei de Meios, que se deu a 16 do mesmo mês.

Com a mesma brevidade, em três dias, foram preparadas as tabelas de distribuição e redistribuição de créditos para 1965, sendo logo encaminhadas ao Tribunal de Contas para o respectivo registro.

Procedendo dessa maneira a D.O. não só conseguiu que os créditos do Ministério das Relações Exteriores ficassem em condições de serem utilizados logo no início do próximo exercício, mas também tornou o orçamento do Itamaraty imediatamente adaptável às normas que o Govêrno vier a estabelecer para a execução orçamentária de 65.

MOVIMENTO DA D.O.

Exposição de Motivos	20
Avisos ao Ministro da Fazenda	30
Ofícios:	
Tribunal de Contas	295
Despesa Pública	270
Departamento Federal de Compras	25
Contadoria Seccional do Ministério da Fazenda	180
Diversos	126
Telex	20
Telegramas	120
Cartas-telegramas	80
Cartas	50
Memorandos expedidos	160
Memorandos examinados na D. O.	733

EXPEDIENTE COM A CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS

EXPEDIENTES EXAMINADOS	N.º	CLASSIFICAÇÃO DE DESPESAS
Fôlhas de pagamentos	30	120
Faturas	518	1.554
Prestação de contas:		
Secretaria de Estado	52	156
Processos de exercícios findos	32	96

CONTRÔLE DE VERBAS

Fichas	*Nº de Fichas*
Secretaria de Estado	329
Exterior	280
Total	609

Saques escriturados 7.427
Empenhos 234
Diligências examinadas 112
Tabelas de Distribuição e Redistribuição (tôdas as verbas do Itamaraty) 5
Pedido com exceção no art. 46 C.C.U. 2
Plano de contenção de despesas, com estudo completo de tôdas as dotações do Itamaraty 2
Plano de execução financeira 2
Requisições de passagens 470
Processos acompanhados no M. F., D.D.D. e D.F.C. 140
Arquivamento de avisos, ofícios, carta-telegramas, cartas, telegramas, etc. feito na Divisão do Orçamento (cópia da Divisão) 8.200

MATERIAL

A Divisão do Material e Patrimônio manteve rigorosamente em dia, durante o ano de 1964, as tarefas que lhe competem, provendo com instalação, conservação e material de expediente os vários Departamentos e Divisões da Secretaria de Estado, as Missões Diplomáticas, as Delegações junto a Organismos Internacionais, Repartições Consulares, SEPROS, e Serviços de Seleção de Imigrantes no Exterior.

Assim, apesar de ter recursos disponíveis limitados, pela contenção geral de despesas do Serviço Público, a Divisão do Material conseguiu, dosando-os com aplicação meticulosamente estudada, instalar, no decurso do ano, até o dia 20 de dezembro, as Chancelarias das Embaixadas em Camberra e Bonn, da Delegação em Genebra, e Consulado em Boston; tiveram prosseguimento as instalações das Embaixadas em Moscou e Paris, e da Legação em Sófia. Foram levadas a efeito reformas de instalações nas Embaixadas em Lagos, São Salvador, Cairo, Bogotá, Assunção, Quito, Montevidéu, Lisboa, Roma e das residências da Embaixada em Lagos, da Delegação em Genebra e o Consulado em Hamburgo.

A Divisão do Material manteve-se atenta à qualidade e à rapidez de entrega do material de expediente, providenciado pela Casa Harrison & Sons, antiga e tradicional fornecedora do Ministério. Foram também enviadas, no decurso do ano, até 20 de dezembro, 83 máquinas de escrever, 126 máquinas trituradoras, 7 máquinas de calcular e 6 máquinas copiadoras às diversas repartições brasileiras no exterior.

Cuidou, ainda, a Divisão do Material, das instalações da Secretaria de Estado, no Palácio Itamaraty e no Gabinete em Brasília, empenhando-se, dentro das possibilidades dos recursos disponíveis, em proporcionar as condições mais favoráveis ao bom desempenho dos trabalhos funcionais, para

o que, além dos móveis de uso comum, até o dia 20 de dezembro foram fornecidos:

5 grampeadores automáticos
2 máquinas de franquear correspondência
2 máquinas para derreter lacre
3 máquinas para escrever em passaportes
12 máquinas de escrever manuais
4 máquinas de escrever elétricas.

Essas foram as principais atividades desenvolvidas pela Divisão do Material durante o ano de 1964.

A parte relativa ao Serviço de Conservação e Patrimônio segue em separado.

Apresenta-se a seguir um quadro estatístico dos trabalhos da Divisão do Material durante o período de 1º de janeiro a 20 de dezembro de 1964:

Exposição de motivos	14
Memorandos	365
Autorizações de saque	272
Requisições ao D. F. C.	379
Adiantamentos	4
(Além de 3 outros, pelo DA)	
Coletas de preços	29
Concorrências Públicas	1
Contratos assinados	1

Além dessas atividades, cumpre observar que a Divisão do Material está empreendendo o levantamento do inventário geral da Secretaria de Estado, serviço interrompido desde 1945, e a tomada de contas do Almoxarifado a partir de sua instalação, em 1953, cumprindo, assim, as exigências do Código de Contabilidade.

DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

No ano de 1964, foram incorporadas ao acervo da Biblioteca 750 obras em 830 volumes e 296 folhetos.

A Biblioteca destinou sua verba própria à aquisição quase que exclusiva de livros que versam sôbre política, economia e humanidades, abrindo exceção para as obras de ficção, premiadas pelas tradicionais organizações literárias.

Dando prosseguimento ao «*Plano de sistematização das bibliotecas no exterior*», iniciado em 1961, receberam bibliotecas básicas, devidamente catalogadas, classificadas e acompanhadas do respectivo catálogo-dicionário, de 1964, a Embaixada no Cairo e os Consulados de Lisboa e Luanda.

As bibliotecas já organizadas das Embaixadas em Acra, Argel, Lagos, Moscou, Sófia, Rabat, Túnis, Roma e Londres e nos Consulados de Lourenço Marques continuam a ser objeto de atenção por parte da Biblioteca do Itamaraty que, para mantê-los atualizados, lhes envia, constantemente, obras modernas, sempre acompanhadas de fichas a serem incluídas no respectivo catálogo-dicionário.

Como membro da «*Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal*» a Biblioteca do Itamaraty continua participando dos trabalhos daquela Comissão. Em 1964 foi realizada no Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro, a 18.ª Reunião.

Cêrca de 20 pessoas são diàriamente atendidas na *Sala de Consulta*. Inúmeros *empréstimos de livros* foram feitos a diversas entidades, especialmente ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e à Fundação Getúlio Vargas.

Biblioteca da ONU

Fazendo parte intrínseca da Biblioteca, a documentação da *Organização das Nações Unidas* vem sendo tratada, contudo, por funcionários exclusivos e em local especial, a fim de que possam ser atendidos com maior eficiência e ra-

pidez os pedidos de vista da mesma por parte dos setores encarregados dos assuntos daquela Organização.

Elaboram-se relações bibliográficas das publicações da ONU para distribuição na Secretaria de Estado e entre entidades e particulares interessados.

Movimento no ano de 1964

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS.	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS.
Assinaturas de procedência nacional	1	1	—	1	67	112
Assinaturas de procedência estrangeira	1	3	—	3	592	1.527
Compradas no Brasil	90	121	13	—	16	—
Compradas no estrangeiro	414	409	19	—	4	—
Doações de procedência nacional	182	189	86	3	253	149
Doações de procedência estrangeira	166	153	261	3	308	376
Permutas de procedência nacional	9	7	3	—	—	—
Permutas de procedência estrangeira	4	4	—	—	—	—
Soma do mês — ano	867	887	382	10	1.240	2.164
Transporte de mês anterior	—	—	—	—	—	—
SOMA	867	887	382	10	1.240	2.164
BAIXAS	117	57	86	15	254	379
TOTAL LÍQUIDO	750	830	296	5	986	1.785
ACERVO (vols. + folhetos)	—	1.126			2.771	

	DIAS ÚTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				ENCADERNADOS	EXTRAVIADOS	REQUISITADOS
Durante o mês	250	2.578	—	1.514	—	4.909
Transporte	—	—	—	—	—	—
TOTAL	250	2.578	—	1.514	—	4.909

ARQUIVO HISTÓRICO

Catalogação

O Arquivo Histórico acabou de editar o quinto Catálogo da documentação, sendo que quatro de correspondência oficial e um da correspondência particular do Barão do Rio Branco.

O Catálogo agora publicado se refere à Parte III — 33 — Comissões e Tribunais Mistos — a) Tráfico de Negros e Bloqueios (Comissão Mista Brasil — Grã-Bretanha e Outras Prêsas) — b) Guerra da Independência (Comissão Mista Brasil-Portugal). Durante o ano, foi feita a revisão e ampliação de mais um arquivo que deverá ser publicado, como os demais, a fim de ser facilitada a pesquisa de todos os historiadores brasileiros ou estrangeiros.

Informações Históricas

Foram prestadas as seguintes informações: sôbre Manoel Jacinto Ferreira da Cunha, para Pôrto Alegre — R.G. do Sul; José Bonifácio de Andrada e Silva, como cooperação do AH nas publicações do Centenário do Patriarca; General Mitre; Clemente José de Moura, referente a tempo de Serviço.

Microfilmes

Vários documentos foram microfilmados para a Biblioteca de Pôrto Alegre. Também para C.E.T.H.B., a fim de complementar as publicações dos Anais do Itamaraty e o Departamento de História da Faculdade de Filosofia do Paraná. Foram fornecidos ao Diretor do Arquivo Nacional e à Faculdade de Filosofia de São Paulo, num movimento dos mais vultosos dêstes últimos anos, e, ainda, para a Legação em Bruxelas.

Exposição

Forneceu o Arquivo Histórico material para uma exposição realizada em Washington para inauguração do ICBEU, relativa a documentos sôbre relações diplomáticas Brasil — Estados Unidos desde 1812 até 1914.

Pesquisadores Estrangeiros

Carlos Negri C. — Secretário da Embaixada do Chile; Arthur John Pryor — Universidade de Cardiff (Inglaterra); Lewis A. Tambs — Universidade da California (EUA); General Pierre Mondain (França).

Pesquisadores Nacionais Estranhos à Casa

Legação em Washington, período 1843-1858; Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. Comércio no Pôrto de Paranaguá (século XIX), mapas estatísticos nos Consulados e outras documentações. Documentos anteriores à Independência (Catálogo ed. 1957). Correspondência religiosa na Legação de Santa Fé e Arquivos Particulares do Visconde do Rio Branco e Barão de Penedo (1874-1875).

Pesquisadores da Casa

Foram consultados pelos diversos funcionários da Casa, em 1964, os seguintes Atos Internacionais com: Alemanha, Argentina, Bélgica, Chile, Colômbia, Espanha, E.U.A., Euratom, Grã-Bretanha, Hungria, Irã, Itália, Japão, Líbano, Portugal, Suíça, Tcheco-Eslováquia.

Correspondência: Legação da Bolívia, Legação no México, Legação em Buenos Aires e Santiago, Legação em Londres (Ilhas Malvinas): Atas Brasil — Bolívia, — Limites — Atas das Conferências Setores Uruguai, Argentina, Paraguai, Venezuela, Peru, Laudo Arbitral do Presidente Cleveland; Pareceres de Clovis Bevilacqua; Visita do Príncipe Henrique da Prússia; Visita do Rei Alberto da Bélgica. LESTE, DF, CJ, G, DA, DD, AEAF, DAM, C, etc...).

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

	Volumes
Armazém de Guarda	1.819
Casa Forte (Arq. das Emb. e Consulados)	723
Total	2.542

	Latas
Armazém de Guarda (doss. avulsos, aproximadamente 120 mil fls.)	2.174

	Unidades
Atos Internacionais (Acôrdos, Tratados, Unidades, Convenções, etc.)	943

Foram incorporados ao Arquivo Histórico, no ano de 1964, 40 atos internacionais.

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações editou, em 1964, as seguintes obras:

Ato Internacional nº 223.

Carta das Nações Unidas (reedição);

Ato Internacional nº 258.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (reedição);

Ato Internacional nº 437.

Protocolo para regulamentar o uso da papoula, a produção, o comércio por atacado, e o uso do ópio, assinado entre o Brasil e diversos países;

Anuário do Instituto Rio-Branco;

Lista Diplomática

meses de: janeiro/fevereiro; março/abril; maio/junho; julho/agôsto; setembro/outubro.

O IBECC e os estudos de folclore no Brasil — de Renato Almeida;

Regulamento do Instituto Rio-Branco;

Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores (1913 a 1934);

Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização

Discurso do Embaixador João Augusto de Araújo Castro;

Catálogo do Arquivo Histórico do Itamaraty — Parte III — 33;

II Colloquium Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e IV Centenário de São Paulo — de José Lavrador.

A Diplomacia da Revolução Brasileira.

Discurso do Presidente da República, General Humberto de Alencar Castello Branco, na cerimônia de formatura de diplomatas — Concurso Direto — de 1964;

Outras obras, já em fase final de revisão e, algumas, mesmo, de impressão, encontram-se ainda em andamento, na Imprensa Nacional:

Ato Internacional nº 15

Convenção de Direito Internacional Privado (reedição);

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — 1962, ns. 35/36 — janeiro/dezembro;

Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores — 1946 a 1951;

Estudos da História do Brasil;

O Arquivo das Índias e o Brasil;

Efemérides do Barão do Rio-Branco;

A Missão Pimenta Bueno;

I Volume — Introdução — e II Volume — Expedidos pela Secretaria de Estado;

Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro;

Também, pela Verba da Seção de Publicações, imprimiram-se os programas das visitas de Estadistas estrangeiros ao Brasil, no ano de 1964.

DEPÒSITO DE IMPRESSOS

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DIVERSAS		RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO		FOLHETOS
	Exemplares	Volumes	Exemplares	Volumes	Exemplares	Volumes	
Existentes até 31 de dezembro de 1963......	65.561	17.035	10.004	4.568	19.605	21.569	31.099
Entrados até 31 de dezembro de 1964.......	7.890	40					3.761
TOTAL até 31 de dezembro de 1964	73.451	17.075	10.004	4.568	19.605	21.569	62.860
Saídos até 31 de dezembro de 1964..........	7.615		95		78		16.900
Para Diversos............................	115	468	29		239		522
Para BIBLIOTECA.......................	4.523		27		31		10.613
Para outras Divisões......................	12.253	468	151		348		28.035
TOTAL até 31 de dezembro de 1964	61.198	17.607	9.853	4.568	19.257	21.569	34.825
SALDO EXISTENTE.............	—	—	—	—	—	—	—

MAPOTECA

Aquisições

Tendo sido destinada no Orçamento geral do Ministério uma dotação especial para o reaparelhamento da Mapoteca, pôde a Seção, no decorrer de 1964, providenciar a aquisição de mapas e atlas atualizados, gerais e temáticos. Antes, porém, foi organizada, em fichas, a relação dos serviços cartográficos oficiais e particulares e das firmas editôras de mapas de cada país, num total de 2.835 entidades, a fim de orientar e facilitar a seleção do material a ser adquirido.

As encomendas foram feitas, de preferência, na Inglaterra, Estados Unidos, França e Holanda — países de maior produção cartográfica —, além de outros onde a impressão de cartas é por igual avançada. Contudo, não recebeu ainda a Mapoteca a maioria das encomendas feitas, razão pela qual o saldo das aquisições apresenta-se mais baixo do que o de anos anteriores, tendo o aumento do acervo se processado quase que exclusivamente à custa de doações e de remessas oficiais.

Assim sendo, o registro das aquisições, no decorrer do ano de 1964, acusa os seguintes resultados:

— Mapas, cartas topográficas, plantas, etc.	313
— Atlas geográficos	4
— Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	156
Total	473

Classificação e Catalogação

Independente da catalogação normal dos novos espécimes incorporados ao acervo da Mapoteca, teve prosseguimento o trabalho de desenvolvimento e atualização da classificação Boggs-Lewis (áreas geográficas), adotada há anos para arranjo do material nas prateleiras e ordenação do fichário. Os verbetes, escritos na ordem alfabética dos nomes geográficos (seguidos da classificação numérica correspondente), e repetidos na seqüência numérica da classificação (seguidos do nome geográfico correspondente), deram um total de 8.200 fichas.

Consultas e Requisições

As consultas às coleções da Mapoteca têm aumentado nos últimos anos, principalmente depois da publicação de vários catálogos.

Com relação aos consulentes estranhos ao Ministério, as preferências recaíram sôbre os espécimes da cartografia antiga, hoje muito procurada como fonte de pesquisa e estudo com relação a trabalhos histórico-geográficos. Depois da criação das novas Divisões especializadas, segundo áreas geográficas, no Itamaraty, aumentou a procura de mapas e atlas dos países nelas incluídos, elevando-se conseqüentemente o número das consultas e empréstimos do material cartográfico moderno.

Com relação aos pedidos de mapas do Brasil, a Mapoteca remeteu para o Exterior 98 exemplares, os últimos restantes da edição de 1962. Igualmente, distribuiu, entre bibliotecas e arquivos, dentro e fora do Brasil, e entre professôres, estudiosos e especialistas, cêrca de 1.115 exemplares das três últimas publicações da Mapoteca: «Bibliografia Cartográfica — 1963», «A cartografia da Região Amazônica» e «Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil colonial...»

A divulgação dêsses trabalhos aumentou, por outro lado, os pedidos de fotocópias de mapas e plantas pertencentes ao acervo da Seção, especialmente por parte de algumas instituições culturais, entre as quais a Biblioteca Rio-Grandense, o Arquivo Público Mineiro e o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Trabalhos e Publicações

Tendo em vista o transcurso, no próximo ano, do 4º Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, preparou a Mapoteca, para publicação, o «Catálogo de plantas e mapas da cidade do Rio de Janeiro» onde estão relacionados e descritos 208 espécimes do seu acervo. A referida publicação será acompanhada dos índices toponímico, de família e de assuntos, o primeiro dos quais constante de uma relação de cêrca de 10.000 nomes e, o último, de aproximadamente 1.000 itens.

Com relação ao «Catálogo dos mapas e planos manuscritos referentes ao Brasil no século XVIII (1680-1822)», o trabalho de pesquisa em obras especializadas foi concluído no decorrer de 1964, tendo sido consultada uma bibliografia de 120 publicações e anotados cêrca de 4.000 documentos cartográficos pertencentes a nada menos que 60 bibliotecas e arquivos, dentro e fora do Brasil.

Aquisição de Móveis

Tendo em vista a necessidade de ampliar suas instalações, principalmente no tocante à aquisição de móveis de aço ou «mapotecas» (as últimas foram compradas há mais de vinte anos) adquiriu a Seção dois conjuntos com quinze gavetas cada um e seis estantes de aço para livros e atlas. Com essas aquisições, e tendo em vista a proporção do aumento anual do seu acervo, a Mapoteca disporá de espaço para acomodar o material que venha a ser adquirido nos próximos cinco anos.

QUADRO ESTATÍSTICO DO MOVIMEHTO "DA MAPOTECA" NOS MESES DE JANEIRO E DEZEMBRO DE 1964

ENTRADAS	MAPAS	ATLAS	OBRAS GERAIS
Compras nacionais	45	1	—
Compras estrangeiras	—	—	3
Doações nacionais	28	—	5
Doações estrangeiras	—	3	148
Permutas	—	—	—
Remessas Oficiais	240	—	—
TOTAIS DO ANO	313	4	156
Transporte	16.301	333	481
TOTAL GERAL	16.614	337	637
Baixas	—	—	—
Acervo	16.614	337	637

ESTATÍSTICA	DIAS ÚTEIS	CONSULTAS	REQUISIÇÕES	ENTELAMENTO	RESTAURAÇÃO	MICROFILMES FOTOGRAFIAS E FOTOSTÁTICAS
Durante o ano	259	238	1.213	15	—	56
Meses anteriores	—	—	—	—	—	—
TOTAIS	259	238	1.213	15	—	56

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Tendo sido criado pelo Decreto Presidencial em fins de 1963, o Serviço de Conservação do Patrimônio passou a administrar as oficinas já existentes e mais duas criadas pelo mesmo Decreto a saber: Encadernação e Lustrador.

Seguindo sempre métodos racionais de trabalho, conseguimos passar em várias oficinas da fase de conservação para um estágio elementar de industrialização. Neste aspecto se sobressai a Oficina de Carpintaria que fabrica rotineiramente mesas, estantes, etc.

A Oficina de Máquina de Escrever é quem recupera as máquinas, serviço que era feito sistemàticamente por firmas particulares, enquanto a Oficina de Refrigeração assumiu o contrôle de tôdas as instalações centrais de ar refrigerado.

A Oficina de Pintura funciona atualmente em regime de conserva sistemática, pintando as várias dependências da Secretaria de Estado.

Por necessidade de serviço, criamos, a título experimental, a Oficina de Máquinas e Motores Elétricos que tem funcionado satisfatòriamente.

O Serviço de Conservação do Patrimônio, no momento, supervisiona e fiscaliza a reforma geral das instalações elétricas da Secretaria de Estado, bem como as obras de instalação da Mimiografia e da Oficina de Encadernação e Entelamento.

Autorizados pelo Ministro de Estado, instalamos a Alfaiataria que, em um mês e meio, proporcionou ao Itamaraty uma economia de cêrca de (oitocentos e cinqüenta mil cruzeiros) — Cr$ 850.000 — além de permitir um atendimento rápido e eficiente de tôdas as necessidades dêste ano, para o que está aparelhada.

Em colaboração com a Divisão do Material, o Serviço de Conservação do Patrimônio vem fazendo o levantamento dos bens móveis da Secretaria de Estado.

Os elementos apurados pela Comissão de Inventário servirão de base para a confecção do cadastro que permitirá a conservação sistemática do mobiliário.

Antes do término do primeiro semestre do próximo ano, está o Serviço de Conservação do Patrimônio habilitado a dar informações imediatas sôbre os bens móveis da Secretaria de Estado, não só quanto à localização mas também quanto ao tipo.

Cogita-se em ampliar imediatamente êsse contrôle para tôdas as repartições do Itamaraty no exterior.

No que diz respeito ao patrimônio imobiliário da União que se encontra sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, vem o Serviço de Conservação do Patrimônio utilizando-se de verba própria para a conservação dos prédios que compõem a Secretaria de Estado e ainda os prédios que abrigam nossas representações no Exterior.

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO

Obedecendo a disposições regulamentares, os exames de admissão ao Instituto Rio-Branco sè processaram em duas etapas: o Exame de Seleção Prévia, efetuado concomitantemente, em Brasília, no Rio de Janeiro e nas capitais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e o Exame Vestibular, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Exame de Seleção Prévia

O Exame de Seleção Prévia, cujas inscrições mantiveram-se abertas de 16 de março a 15 de junho, realizou-se nos dias 15 e 16 de julho.

Constou de uma prova de Nível Mental e de provas de Português, Francês e Inglês, sob a orientação dos seguintes Professôres: Técnica de Educação — Ethel Bauzer Medeiros, para Nível Mental; Professor Hamilton Elia e Secretário João Clemente Baena Soares, para Português; Professôres Adrian Renault e Guy Brytygier, para Francês e Professôres F. G. Wood e Patrick James David Gardner Finn, para Inglês.

Inscreveram-se 375 candidatos, dos quais 37 foram dispensados da prestação do citado Exame, de acôrdo com a Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 1964, do Diretor do Instituto Rio-Branco. Dos candidatos restantes, compareceram às provas apenas 235, assim distribuídos pelas cidades onde prestaram exame:

Rio de Janeiro	165
Recife	6
São Paulo	30
Belo Horizonte	10

Pôrto Alegre	17
Salvador	6
Brasília	1

Foram aprovados 31 candidatos:

Rio de Janeiro	30
São Paulo	1

O Exame de Seleção Prévia nos Estados transcorreu normalmente, sendo os seguintes os funcionários que receberam a incumbência de dirigir as provas nas diversas capitais:

Belo Horizonte — Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva;

Pôrto Alegre — Secretário Felix Baptista de Faria;
São Paulo — Secretário Genaro Mucciolo;
Recife — Secretário Igor Tôrres Carrilho;
Salvador — Secretário Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães.

Exame Vestibular

As instruções e o programa para o Exame Vestibular obedeceram ao disposto no Edital de 13 de março de 1964, do Diretor do Instituto Rio-Branco e na Portaria Ministerial nº 117, de 13 de março do mesmo ano.

Inscreveram-se no Exame Vestibular, cujas provas intelectuais se realizaram de 9 de outubro a 17 de novembro, os 31 candidatos aprovados no Exame de Seleção Prévia de 1964 e 35 dispensados do citado exame, perfazendo ao todo 66 candidatos.

Dêsses, 3 desistiram do Exame, antes do início do Vestibular, 2 foram eliminados no exame físico realizado no Instituto de Seleção e Contrôle da Diretoria de Saúde do Ministério da Aeronáutica e 6 foram considerados inabilitados no exame psíquico realizado no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. Dos 6 últimos, 5 impetraram Mandado de Segurança, conseguindo, por fôrça da liminar concedida no referido Mandado, ser admitidos à prestação da prova de Português, à qual compareceram, portanto, 60 candidatos; 19 lograram aprovação final.

Quadro Demonstrativo do Comparecimento — Aprovações e Reprovações

	Entraram na prova	Reprovados	Aprovados
Português	60	4	56
Francês	56	5	51
Inglês	51	12	39
História do Brasil	39	8	31
Geografia	31	8	23
História Mundial Moderna	23	2	21
Noções Fundamentais de Direito	21	2	19

Integraram a Banca Examinadora do Exame Vestibular os seguintes Professôres:

Português — Professôres Manuel Cavalcanti Proença. Adriano da Gama Kury e Conselheiro Galba Samuel Santos;

Francês — Professôra Marcela Mortara e Professor Hubert Sarrazin;

Inglês — Professor F. G. Wood, Kenneth Payne e Paul Kranc;

História do Brasil — Professor Américo Jacobina Lacombe e Conselheiro Francisco de Assis Grieco;

Geografia — Professôra Haidine da Silva Barros e Professor Arthur Bernardes Weiss;

História Mundial Moderna — Professor Arthur Bernardes Weiss e Conselheiro Francisco de Assis Grieco;

Noções Fundamentais de Direito — Professôres Ebert Chamoun e Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcelos.

Os candidatos habilitados no Exame Vestibular classificaram-se na seguinte ordem:

Luiz Felipe de Seixas Corrêa;
Antônio Augusto Dayrell de Lima;
Miguel Darcy de Oliveira;
Carlos Alfredo Pinto da Silva;
Wanberto Hudson Ferreira;
Christiano Whitaker;
Orlando Galvêas Oliveira;
Oto Agripino Maia;
Ruy Alejandro Távora;

João Carlos Aguiar Gay;
Stélio Marcos Amarante;
Armando Sérgio Frazão;
Sérgio Luiz de Souza Tapajós;
Carlos Augusto Loureiro de Carvalho; (*)
Adhemar Gabriel Bahadian;
Affonso Emílio Massot;
Cláudio Cesar de Avellar;
Carlos Eduardo Paes de Carvalho;
Roberto Gaspary Tôrres.

FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Durante o ano letivo de 1964, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Sob o regime de dois anos letivos, êste teve início a 2 de março, havendo os exames finais terminado a 12 de dezembro.

1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Da turma do 1º ano fazem parte os seguintes alunos em número de 26:

Adolf Libert Westphalen;
Aida Rodrigues Gomes;
Antonio Carlos de Lima de Noronha;
Carlos Augusto Rego Santos Neves;
Clodoaldo Hugueney Filho;
Eduardo Hermanny;
Eurico de Freitas;
Gilberto Vergne Saboia;
João Godinho Barros;
João Gualberto Marques Porto Jr.;

(*) O candidato assinalado com *asterisco* foi chamado para as provas do Exame Vestibular por fôrça de liminar concedida em Mandado de Segurança.

João Paulo de Pimentel Brandão Sanchez;
Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro;
Jorge Clement Duvernoy;
Jorge Saltarelli Júnior;
Jório Salgado Gama Filho;
José Viegas Filho;
Milton Torres da Silva;
Paulo Dionísio de Vasconcelos;
Paulo Fernando Telles Ribeiro;
Reginaldo Andrade de Brito;
Rodrigo Menezes Amado;
Ruy Antonio Neves Pinheiro de Vasconcellos;
Sérgio Barbosa Serra;
Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad;
Sérgio Barcellos Telles;
Wilma Vilela Guerra.

Aos 25 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1963 e que compõem a turma do 1º ano, incorporou-se um aluno reprovado no Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo inicial da Carreira de Diplomata realizado em 1963, e que, de acôrdo com a legislação que regulou o referido Concurso de Provas, adquiriu o direito de inscrever-se no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Eis os Professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professôra Marlene de Castro Correia;

Francês — Professor André Selon;

Inglês — Professor Paul Kranc;

Economia I — Professor Antônio Barros de Castro;

Geografia Econômica e Política Mundial — Professor Arthur Bernardes Weiss;

História Diplomática do Brasil — Professor Manuel Maurício de Albuquerque;

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Flávio Bauer Novelli;

Direito Civil — Professor Ebert Chamoun.

2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

São os seguintes os alunos do 2º ano que terminaram o Curso a 9 de dezembro, por ordem de classificação:

Celso Luiz Nunes Amorim;
José Artur Denot Medeiros;
Sérgio de Souza Fontes Arruda;
Carlos Alberto Pessoa Pardellas;
Cecília Bidart Carneiro de Novaes;
José Renato Monteiro Vieira Braga;
Lauro Barbosa da Silva Moreira;
Francisco Soares Alvim Neto;
Gilda Maria Ramos Guimarães;
Ricardo Joppert;
Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra;
Ivan Oliveira Cannabrava;
Sérgio Luiz Gomes;
Guilherme Raymundo Barbedo Arroio.

A essa turma que se deveria compor de 13 alunos se incorporou um aluno reprovado no 2º ano do período letivo anterior, totalizando 14 alunos.

O 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estêve a cargo dos seguintes Professôres:

Português — Secretário José Maria Villar de Queiroz, substituído por motivo de fôrça maior pelo Secretário João Clemente Baena Soares;

Francês — Professor Adrian Renault;

Inglês — Professor Kenneth Payne;

Economia II — Professor Carlos Lessa substituído nos seus impedimentos e faltas pelo Professor Josef Barat;

Direito Internacional Público — Ministro Carlos Calero Rodrigues, substituído nos meados do ano, por motivo de fôrça maior, pelo Embaixador Hélio de Burgos Cabral;

Direito Internacional Privado — Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Direito Comercial — Professor Theóphilo de Azeredo Santos;

Relações Econômicas Internacionais — Professor Hélio Schlittler Silva, substituído nos meados do ano, por motivo de fôrça maior, pelo Professor Ézio Távora dos Santos, por sua vez substituído nos seus impedimentos e faltas pelo Professor Tarcísio Barbosa Arantes;

Prática Consular — Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva;

Prática Diplomática — Conselheiro Hélio Antonio Scarabôtolo;

Política Internacional — Secretário Sérgio Paulo Rouanet.

Conferências

O Instituto Rio-Branco promoveu uma série de palestras para os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, as quais foram confiadas aos conferencistas, adiante enumerados:

1. Professor Max Beloff — «A Evolução do Commonwealth Britânico».
2. Conselheiro Paulo Cabral de Mello — «ALALC».
3. Georges Peter — «Fundo Especial de Assistência Técnica».
4. Conselheiro Dário Moreira de Castro Alves — «Política externa soviética».
5. Embaixador Paz Soldan — «Evolução Política do Peru».
6. Embaixador Paz Soldan — «Evolução Constitucional do Peru».
7. Embaixador Paz Saldan — «Doutrina Peruana sôbre a Soberania do Mar».
8. Deputado inglês M. P. Mayhew — «Política Britânica».
9. Professor Luiz Garcia Arias — «As Novas Formas da Diplomacia».
10. Professor Luiz Garcia Arias — «As Novas Formas da Diplomacia».
11. Père Jean Ives Calvez, — S. J. — «Problemas de desenvolvimento. Experiência dos novos países africanos».
12. Don Gonzalo Fernandez de la Mora, Conselheiro de Embaixada do Ministério das Relações Exteriores da Espanha — «O reino de Espanha e sua estrutura constitucional».

13. Professor Uwe Kitzinger — «O Mercado Comum e sua repercussão no intercâmbio latino-americano». Patrocínio do Conselho Britânico.
14. Conferência de Mr. Walt W. Rostov, Conselheiro do Departamento de Estado e Presidente do Conselho do Planejamento Político.
15. Os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tiveram a oportunidade de assistir à conferência do Senhor Ministro de Estado, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, realizada na Escola Superior de Guerra.
16. Sr. Wolfgang Hirsch Weben, Sociólogo da Universidade Livre de Berlim — «O problema de Berlim».

Excursões

Como de hábito, o Instituto Rio-Branco realizou com os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, excursões a instalações industriais, instituições culturais, etc, tendo estado em visita à CACEX e à SUMOC onde foram acompanhados do Professor da Cadeira de Direito Comercial, Theophilo de Azeredo Santos, e às Usinas de Volta Redonda, cujas instalações foram minuciosamente percorridas, e despertaram entre os visitantes grande entusiasmo pelos trabalhos que ali se vêm realizando.

Cursos Especiais

O Instituto Rio-Branco promoveu, durante o ano de 1964, Cursos Especiais de Alemão, Russo, Português, Francês e Inglês destinados a funcionários da Casa. Tais cursos tiveram início a 2 de março e se prolongaram até fins de novembro, sob a docência dos seguintes Professôres: *Alemão* — Professor Hermann Turtur, substituído, em meados do ano, por motivo de fôrça maior, pelos Professôres Alexandre Franco e Helmut Liede; *Russo* — Professor Oleg Ouchkoff; *Português* — Professor Sérgio de Carvalho Pachá; *Francês* — Professôra Maria Cândida Penido Burnier e Professor Savas Karydakis; *Inglês* — Professor Stephen Birchall.

Solenidade de Formatura

No dia 31 de julho do corrente ano, em solenidade presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da Repúbli-

ca, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, realizou-se a formatura dos diplomandos que integraram a turma do Curso Especial correspondente à 3.ª fase do Concurso de Provas para o Cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado em 1963. Falaram na ocasião o Paraninfo da turma, Embaixador João Augusto de Araújo Castro, o orador da turma, Secretário Raphael Valentino Sobrinho e, finalizando a cerimônia, usou da palavra sua Excelência o Senhor Presidente da República, que ali traçou os rumos da política externa do seu Govêrno.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em 1964 foi publicado o nôvo Regulamento do Instituto Rio-Branco e o Anuário referente aos anos de 1961/62/63 organizado e revisto nesta seção. Devido a alguns contratempos, ainda não foi dado à estampa o 1º volume da obra de Jaime Cortesão: «História do Brasil nos Velhos Mapas» o qual, no entanto, se encontra pronto para impressão, dependendo apenas de algumas gravuras a serem incluídas no texto, se se recuperam do extravio em que se perderam no Departamento de Imprensa Nacional. Com o propósito de substituí-las temos feito pesquisas em diversas bibliotecas e arquivos de entidades culturais. Para melhor apresentação do volume, a capa, baseada em motivo alusivo à obra, foi encomendada ao desenhista do Ministério das Relações Exteriores. Entre outros trabalhos está sendo feito o da distribuição do Anuário recém-publicado e do último tomo da obra: «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid», publicado em fins do ano passado. A seção atendeu ainda a pedidos de obras anteriormente editadas, sendo que o movimento geral de distribuição atingiu a um total de 1.220 volumes.

BIBLIOTECA

Em 1948, sob a orientação do Ministro Raul Bopp, então Chefe da Secretaria, foi iniciada a organização de uma Biblioteca para o Instituto Rio-Branco, com a finalidade de atender às necessidades dos candidatos que se preparam para os exames vestibulares ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, e a proporcionar aos alunos do mesmo Curso, bem como aos dos Cursos de Aperfeiçoamento, de Extensão

e Especiais, livros e revistas que correspondam ao currículo escolar.

Com a média de quatrocentas aquisições anuais, possui hoje a Biblioteca do Instituto um acervo bibliográfico de 6.720 volumes, adquiridos por meio de compra e doações.

Especializada em Ciências Sociais, as obras mais consultadas pelos alunos do Curso de Perparação à Carreira de Diplomata referem-se à Economia, à Ciência Política e ao Direito, sendo idiomas dominantes em sua coleção o português, o inglês, o francês e o espanhol.

O leitor tem na Biblioteca do Instituto Rio-Branco livre acesso às estantes, sistema êste considerado ideal, especialmente para a biblioteca escolar ou universitária, que deve ser essencialmente uma «biblioteca aberta». Em seu auxílio conta o leitor com um Catálogo-Dicionário, em que as fichas são dispostas alfabèticamente pelo nome do autor, título do livro, assunto, título de série e demais entradas secundárias. Além do Catálogo-Dicionário, possui a Biblioteca um Catálogo Topográfico, para uso exclusivo do bibliotecário, no qual as fichas são dispostas segundo a ordem que os livros ocupam nas estantes; um Catálogo-Inventário para registro de entradas e baixas de publicações na Biblioteca; um fichário Kardex para periódicos.

Aos candidatos ao Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata é facilitada a leitura na própria sede da Biblioteca, enquanto que aos professôres e alunos dos cursos regulares é permitida a retirada de livros e periódicos para leitura a domicílio. Excepcionalmente emprestam-se livros a estudiosos estranhos ao Instituto Rio-Branco, quando as obras requeridas não são encontradas nas bibliotecas públicas locais.

A Biblioteca adota para seus impressos as normas de catalogação da Biblioteca Apostólica Vaticana e o Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey (adaptado nas classes de Direito, Geografia do Brasil e História do Brasil). Faz empréstimos entre bibliotecas.

Desde 1956 a Biblioteca passou a colaborar com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, o qual conta entre seus objetivos principais a uniformização dos trabalhos de catalogação e classificação nas bibliotecas do país,

e a organização de um Catálogo Coletivo Nacional. Adota o sistema de ficha única.

Foi o seguinte o movimento de fichas entre as duas Instituições no corrente ano:

— Remetidas ao SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação): 388 fichas.
— Remetidas ao Catálogo Coletivo de Livros: 279 fichas.
— Recebidas do SIC: 603 fichas impressas (179 principais e 424 secundárias).

No que se refere a aquisições, a Biblioteca foi acrescida, em 1964, de 408 obras, entre compras e doações. Cumpre destacar entre os doadores os diplomatas Marcio Rêgo Monteiro e Ronaldo Costa, que ofereceram à Biblioteca do Instituto Rio-Branco grande número de obras de suas coleções particulares, dentre as quais valiosos trabalhos sôbre Economia, Direito, Sociologia, Filosofia e Ciência.

O movimento de empréstimos somou 2.553 retiradas (1.933 livros e folhetos e 626 periódicos) para leitura a domicílio, dos quais ainda se encontram em circulação 123 obras.

À oficina de encadernação foram remetidos 450 volumes.

A permuta de publicações foi feita com entidades culturais do país e do exterior, especialmente bibliotecas universitárias.

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

DIVISÃO CONSULAR

A Divisão Consular pautou suas atividades durante o ano de 1964 visando ao objetivo primordial de conferir ao serviço consular brasileiro o maior grau possível de nacionalidade, eficiência e rapidez.

REPRESSÃO AO CONTRABANDO ENTRE O BRASIL E O SURINAM

A ocorrência de desaparecimento de navios de cabotagem transportando café destinado ao consumo interno, bem como vários outros indícios de contrabando de café realizado no pôrto de Paramaribo, levou o Instituto Brasileiro do Café a constituir uma Delegação, que teria a cobertura do Ministério das Relações Exteriores, a fim de revestir-se de cunho diplomático, encarregada de promover gestões junto ao govêrno do Surinam. Tal Delegação se compôs do Conselheiro Ruy B. de Miranda e Silva, Chefe da DCn, do Doutor Luís Lebre Pereira das Neves, Procurador do IBC, e do Coronel Milton Campello Nogueira, membro da Comissão de Repressão às Fraudes e Contrabandos daquela autarquia. Posteriormente, em reunião com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, decidiu-se que a Delegação deveria completar seu trabalho na Haia, com a assistência de nosso Embaixador junto ao govêrno dos Países Baixos.

A Delegação brasileira chegou a Paramaribo em 29 de março de 1964. Em conferência com três Ministros de Estado do Surinam, sublinhou-se desde logo a gravidade da situação configurada pelo contrabando em tela, perfeitamente distinto do simples comércio ilícito como o que se verifica, de vez em vez, em pequenos barcos transitando entre o Pará e a Guiana Holandesa. No caso sob investigação, ao contrário, longe de uma simples infração, efetua-se manobra criminosa, constituindo roubo de café de propriedade do IBC, entidade governamental que, para cumprir suas funções de distribuidora do produto destinado ao consumo interno, enviava, por navios de linhas domésticas de cabotagem, café de

um para outro ponto do Brasil. Ressaltou-se, outrossim, às autoridades do Surinam, que Paramaribo era apenas o lugar de operação, onde agentes locais, comerciantes estabelecidos, adquiriam o café dos vendedores brasileiros para fazer seu transbordo para outros navios, encaminhando-o à Europa e aos Estados Unidos.

Dentre as medidas que propôs à cooperação eventual do govêrno do Surinam, a Delegação solicitou uma alteração de base no sistema vigente de formalidades portuárias, em Paramaribo e nos demais portos do país, estabelecendo-se plena investigação dos navios que os demandassem, examinando-se a legitimidade de sua carga, a autenticidade de seu registro, seu rol de equipagem, manifestos, etc. Na ocasião, deixou-se claro que Paramaribo era o pôrto escolhido para a realização do contrabando precisamente devido ao regime demasiado brando de suas regulamentações portuárias, muitas vêzes satisfeitas através de meras declarações verbais do Capitão do navio, sem confirmação posterior de sua veracidade.

Cumprida sua missão no Surinam, partiu a Delegação para a Haia, onde passou a contar com a cooperação do Embaixador Jayme Sloan Chermont, e onde se entrevistou com o Ministro Permanente do Surinam junto ao govêrno da Holanda, Senhor S. D. Emanuels, a quem foi entregue um «Aide-mémoire» sôbre o assunto. A Delegação estendeu ainda sua visita a Hamburgo, com o objetivo de instruir o Escritório do IBC naquela cidade a respeito das «démarches» até então desempenhadas. Encerrou depois disso a sua passagem pela Europa — dado que a resposta do govêrno holandês às solicitações brasileiras seria regularmente comunicada, por meio da nossa Missão diplomática naquele país, ao Ministério das Relações Exteriores — não sem antes fornecer à imprensa da Haia e de Amsterdam informações valiosas, sobretudo porque, ao condenarem o comércio escuso de café, nossos delegados frisaram o fato de que, através dêle, é enviado para fora do Brasil café de qualidade inferior, comprometendo com isso o bom nome do produto nacional.

De volta ao Brasil, a Delegação, em relatório ao Presidente do IBC, teve oportunidade de fazer algumas recomendações, entre as quais:

a) inflexível observância de deliberação do IBC, no sentido de só entregar café à Companhia

Nacional de Navegação Costeira, evitando-se as emprêsas privadas de cabotagem;

b) imediata designação de titular para assumir a Chefia do Consulado Privativo do Brasil em Paramaribo;

c) consecução da cooperação dos governos dos estados do Norte, pondo-se seus respectivos judiciários em ação efetiva contra agentes de contrabando, e nomeando o IBC representantes de real confiança para a região;

d) obtenção da assistência da Marinha de Guerra, mediante patrulhamento rigoroso da costa setentrional;

e) nomeação de um grupo de Trabalho para rever tôda a legislação vigente sôbre contrabando e crimes contra a economia nacional, uma vez que as lacunas da nossa legislação, aliadas ao emperramento de nossa aparelhagem policial e judiciária, animam sobremodo os ladrões da rubiácea a prosseguir na pilhagem.

Em obediência à segunda das supracitadas recomendações, foi designado para chefiar o Consulado Privativo em Paramaribo o Secretário Danilo Adão Mayr, que assumiu o pôsto em 29 de junho de 1964. O nôvo Cônsul em Paramaribo desenvolveu imediatamente intensa atividade, passando a informar, sem esmorecimento, a Secretaria de Estado da ocorrência de contrabando efetuado por embarcações provenientes do Maranhão, do Pará e do Amapá e transbordado, ora em Paramaribo, ora em Caiena; de contrabando, por via terrestre a aérea, entre as Guianas Inglêsa e Francesa e o Pará e o Amapá; e, ainda, de contrabando, por via terrestre e aérea, entre a Guiana Inglêsa e o Território do Rio Branco, obstado, em dada oportunidade, pela própria ação do Consulado em Paramaribo, que conseguiu sustar o embarque de passageiros suspeitos para o Brasil.

Êsse comércio ilegal tinha por objeto, a maioria das vêzes, milhares e milhares de sacos de café; não obstante, além da preciosa rubiácea, também eram contrabandeados, para fora do Brasil, gado, borracha amazônica, pimenta, maconha e até armas. Inversamente, entravam, por contrabando, no país, partidas de «whisky», de cigarros e de aparelhos portáteis de rádio.

As numerosas e minuciosas comunicações do Consula-Consulado Privativo em Paramaribo permitem constatar a múltipla ação daquela Repartição consular, especialmente no que toca a:

> *a*) contrôle de entrada no pôrto de Paramaribo de embarcações carregadas com contrabando;
>
> *b*) Identificação dos agentes de contrabando no Surinam;
>
> *c*) identificação dos elementos de ligação no Brasil, de nacionalidade brasileira ou simples residentes, sobretudo no Norte;
>
> *d*) contrôle das viagens dos contrabandistas;
>
> *e*) contatos do Consulado com as autoridades estaduais, em especial as de Belém;
>
> *f*) comunicados à Interpol;
>
> *g*) recusa de visto de entrada no Brasil a contrabandistas.

De maneira geral, a intensidade do contrabando na região variou significativamente após o início da atuação do Consulado, chefiado pelo Secretário Mayr. Se bem tenha havido influência de motivos externos — como o estado de sensível perturbação em que os contrabandistas ficaram quando se constituiu no Brasil um govêrno devotado ao combate rigoroso da corrupção — nada parece ter dificultado tanto a freqüência do tráfico ilegítimo em Paramaribo quanto a incansável atitude repressiva que o Consulado brasileiro exerceu a partir de meados dêste ano. Os obstáculos levantados contra o prosseguimento regular do contrabando foram tais, que muitas foram as embarcações que passaram a evitar aquêle pôrto, pela primeira vez tornado desfavorável a transbordos proibidos pela lei. Em tais condições, não admira tenha sido o Cônsul Mayr alvo de insistente e perigoso «cêrco» por parte dos interêsses lesados por sua disposição de reprimir, a todo custo, o contrabando de produtos brasileiros no Surinam. Nem há como recusar ao Cônsul Danilo Adão Mayr, o justíssimo elogio que sua exemplar conduta, à frente daquela trabalhosa Repartição consular, inevitàvelmente suscitará em todos os que virem na prática do serviço público, antes de tudo, a melhor maneira de defender os interêsses econômicos do Brasil.

Com o propósito de encaminhar o teor das várias, constantes e minuciosas comunicações enviadas de Paramaribo pelo nosso Consulado Privativo, a Divisão Consular elaborou expedientes dirigidos pelo Departamento Consular e de Imigração a numerosos órgãos da administração pública, entre os quais se podem citar o Serviço Nacional de Informações, o Departamento Federal de Segurança Pública, o Serviço Federal de Prevenção e Repressão às Infrações contra a Fazenda Nacional, a Diretoria-Geral de Portos e Costas do Ministério da Marinha, a Diretoria de Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda, e, naturalmente, o Instituto Brasileiro do Café e o Setor de Repressão à Fraude dessa mesma entidade.

LISTA DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

A última Lista do Corpo Consular Estrangeiro datava de 31 de maio de 1963, impressa na Oficina Gráfica do SEPRO da Embaixada do Brasil em Roma.

A partir de abril de 1964, a Divisão Consular solicitou às Missões diplomáticas estrangeiras, no Rio de Janeiro, a relação dos Consulados e respectivos funcionários, com os endereços das Repartições Consulares no Brasil, a fim de atualizar a Lista elaborada em 1963.

A Lista do Corpo Consular Estrangeiro de 1964 foi impressa em máquina «off-set», em papel apergaminhado, na Seção de Multiplicação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Atualizada até outubro de 1964, com 93 (noventa e três) fôlhas, manteve a divisão em três partes, como a anterior. A primeira, com relação, por Estados, de todos os Consulados estrangeiros no território nacional, com seus respectivos titulares e funcionários consulares. A segunda, com os endereços das Repartições Consulares Estrangeiras. A terceira, com os nomes dos Ministros de Estado, do Chefe do Departamento Consular e de Imigração, do Chefe da Divisão Consular e respectivos funcionários da Divisão.

Será distribuída a tôdas as Missões e Consulados estrangeiros no Brasil, aos Ministérios, Govêrnos Estaduais, Alfândegas, Casa Civil e Militar da Presidência da República, ao Congresso Nacional e outras entidades oficiais e particulares que a solicitarem.

PROJETO DE LEI INSTITUINDO A VOTAÇÃO NO EXTERIOR

A Divisão Consular submeteu à consideração do Departamento Consular e de Imigração algumas emendas ao texto do Projeto de Lei nº 1.498-A/1960, que institui o voto dos brasileiros no exterior, visando a multiplicar o número de mesas receptoras admitido pelo Projeto, no qual sòmente os Consulados-Gerais disporiam dessas mesas. Com isso se pretendeu evitar o deslocamento, às vêzes penoso, de muitos eleitores, procurando facilitar ao máximo o cumprimento do dever cívico dos nossos patrícios no exterior.

JURISDIÇÃO DOS CÔNSULES HONORÁRIOS

Visando a uniformizar a extensão da jurisdição dos cônsules honorários designados pelas nações estrangeiras para o Brasil, a DCn elaborou, fundada na autorização expressa no parágrafo 2º do Artigo 9º da Convenção de Viena sôbre Relações Consulares, de 1963, e no exemplo de outros Estados, como a República Federal da Alemanha, o seguinte projeto de regulamentação:

a) nomeação de Cônsul-Geral Honorário: só será reconhecido se a sua jurisdição abranger, pelo menos, 3 (três) estados da Federação;

b) nomeação de Cônsul Honorário: só será reconhecida se a sua jurisdição abranger, pelo menos, 1 (um) estado da Federação;

c) Jurisdição de Vice-Cônsul Honorário: terá por âmbito 1 (um) município.

A DCn pretendeu com êsse esquema conferir maior regularidade à designação dos Cônsules Honorários, impedindo-se, ao mesmo tempo, qualquer desproporção exagerada entre o seu número e o de Cônsules de Carreira.

RELAÇÃO DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ENCARREGADAS DO SERVIÇO CONSULAR E REPARTIÇÕES CONSULARES BRASILEIRAS

Desde há muito se verificava a falta de uma publicação com a relação completa das Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior, acompanhada da legislação que lhes determinou a abertura, as transformações e, em certos casos, o fechamento.

Tendo em vista essa lacuna, foi elaborada pela DCn uma relação do gênero, dividida em duas partes:

I — Missões diplomáticas (relação por países e relação por ordem alfabética);

II — Repartições consulares (idem).

Para a impressão do folheto que contém a supracitada relação, foram solicitados os préstimos da moderna tipografia de que dispõe a Embaixada do Brasil em Roma, onde já se imprimiram, com apurado senso gráfico, trabalhos equivalentes.

CARTAS PATENTES

Em 1964, receberam seus diplomas, as seguintes autoridades:

José Dácio Afonso Miranda, Cônsul Adjunto em Buenos Aires — 30-6-64.

Beata Vetori, Cônsul-Geral em Dusseldorf — 22-1-64.

Adolf Hagin, Cônsul Honorário em Trier — 30-6-64.

José Coelho Monteiro, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em La Paz — 2-1-64.

Benigno Valda Garcia, Cônsul Honorário em Sucre — 30-6-64.

Vitor José Silveira, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Bogotá — 2-1-64.

Hermes Paixão e Silva, Vice-Cônsul interino em Bogotá — 11-5-64.

Sérgio Seabra de Noronha, Cônsul em Baltimore — 2-1-64.

Rinaldo de Carvalho e Silva, Cônsul em Miami — 2-1-64.

Alcindo Carlos Guanabara, Cônsul em Chicago — 19-2-64.

Paulo Braz Pinto da Silva, Cônsul-Geral de São Francisco — 19-2-64.

Celeste Dezon Costa Hasslocher, Cônsul Adjunto em São Francisco — 19-2-64.

Hugo Pedroso Vergueiro, Vice-Cônsul interino em Houston — 2-3-64.

João Josetti Júnior, Vice-Cônsul Honorário em Chester — 11-5-64.

Maxime Reynald, Vice-Cônsul interino em São Francisco — 11-6-64.

Sérgio Seabra de Noronha, Cônsul em Baltimore — 30-6-64.

Nuno Álvaro Guilherme d'Oliveira, Vice-Cônsul em Nova York — 30-6-64.

Vespasiano Roque de Freitas, Vice-Cônsul interino em Barcelona — 2-3-64.

Enrique Soriano Aznar, Vice-Cônsul Honorário em Valência — 11-5-64.

Fernando Silva Alves, Vice-Cônsul em Barcelona — 30-6-64.

José Júlio C .Pereira de Moraes, Cônsul-Geral em Vigo — 30-6-64.

Bernardo de Azevedo Brito, Cônsul em Sevilha — 30-6-64.

Vicente Soriano Grau, Cônsul Honorário em Valência — 30-6-64.

Francisco Borja Baptista de Magalhães, Cônsul-Geral em Hong-Kong — 2-1-64.

Francisco Borja Baptista de Magalhães, Cônsul-Geral em Hong-Kong, com jurisdição sôbre as Filipinas — 2-1-64.

Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, Cônsul Adjunto em Londres — 2-1-64.

John Cameron Henderson, Vice-Cônsul Honorário em Glasgow — 11-5-64.

Orminda Donatilla Pacheco, Vice-Cônsul interino em Athenas — 24-7-64.

J. T. Thadhani, Cônsul Honorário em Madras — 2-1-64.

Roberto de Salvo Coimbra, Vice-Cônsul em Milão — 2-1-64.

Arnaldo Vieira de Melo, Cônsul em Nápoles — 2-1-64.

Lyonesse Sônia Vignoles Bonini, Vice-Cônsul interino em Trieste — 2-3-64.

Armindo Branco Mendes Cadaxa, Cônsul em Florença — 30-6-64.

Pietro La Barbera, Cônsul Honorário em Palermo — 30-6-64.

Luiz Emery Trindade, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada em Budapeste — 2-1-64.

José Augusto de Macedo Soares, Cônsul-Geral em Zurique — 2-1-64.

José Augusto de Macedo Soares, Cônsul-Geral em Zurique, com jurisdição sôbre o Principiado de Liechtenstein — 2-1-64.

Fritz Roy Montagne Veith, Vice-Cônsul Honorário em Singapura — 24-7-64.

Sérgio Maurício Corrêa do Lago, Cônsul em Luanda — 30-6-64.

Paulino Dornelles de Freitas, Cônsul em Funchal — 30-6-64.

José Constâncio Austregésilo de Athaide, Cônsul Adjunto em Assunção — 30-6-64.

Alberto Raposo Lopes, Cônsul-Geral em Assunção — 30-6-64.

Celso Rios Villar, Vice-Cônsul interino em Lima — 3-3-64.

Zilah Mafra Peixoto, Cônsul-Geral em Zurique — 30-6-64.

Zilah Mafra Peixoto, Cônsul-Geral em Zurique, com jurisdição sôbre o Principado de Liechtenstein — 30-6-64.

Pedro Fernando Polzin, Cônsul em Gotemburgo — 2-1-64.

Arsen V. Cesar, Vice-Cônsul Honorário em Istambul — 11-5-64.

Ickyta Teksel, Cônsul Honorário em Istambul — 22-1 de 1964.

Ramon Ibañez Zarzoso, Vice-Cônsul interino em Tanger — 2-3-64.

Rodolfo Cocchini, Vice-Cônsul interino em Âncara — 2-3-64.

Sérgio Martins Thompson Flores, Cônsul Adjunto em Montevidéu — 22-1-64.

José Nogueira Pinto Machado, Cônsul Privativo em Rio Branco — 2-1-64.

Jorge d'Escragnole Taunay, Cônsul-Geral em Montevidéu — 2-1-64.

Isaura Maria Parente de Mello, Cônsul Adjunto em Montevidéu — 30-6-64.

Gillian Augusta Gigne, Vice-Cônsul interino em Capetown — 11-5-64.

Gillian Augusta Vigne, Vice-Cônsul interino em Capetown, com jurisdição sôbre as Filipinas — 11-5-64.

CONCESSÃO DE EXEQUATUR E DE RECONHECIMENTO PROVISÓRIO

A concessão de *exequatur*, é um dos setores mais movimentados da Divisão Consular. Cada expediente é examinado de acôrdo com o Decreto-lei nº 4.391, de 18 de junho de 1942, que criou as regras de admissão de agentes consulares estrangeiros no Brasil e suas relações com as autoridades brasileiras, com a Lei 818, de 18 de setembro de 1949, que dispõe sôbre a nacionalidade, e, ainda com a Circular nº 2.834 de 4 de janeiro de 1958.

A Divisão Consular mantém um fichário de todos os funcionários estrangeiros que exercem funções em nosso país.

Os governos estaduais são sempre consultados sôbre a concessão de *exequatur* e informados, pela Divisão Consular, das modificações ocorridas com a remoção, exoneração e nomeação dos Cônsules.

Exequatur

O Govêrno brasileiro concedeu, no ano de 1964, o *exequatur* à nomeação das seguintes autoridades consulares:

Juan J. A. Uruburu, Vice-Cônsul da Argentina em São Paulo — 20-1-64.

Federico Vicente Caride, Cônsul Adjunto da Argentina em Santos — 20-1-64.

José M. Parodi Gantilo, Cônsul-Geral da Argentina em São Paulo — 30-6-64.

Marcelo M. Zuviria, Vice-Cônsul da Argentina em Recife — 30-6-64.

José M. Bosch, Cônsul Honorário da Costa Rica em Recife — 3-11-64.

Irma Ivette Ramirez Villalobos, Cônsul Honorário da Costa Rica em Petrópolis — 3-11-64.

Dacre Patterson Cole, Cônsul do Canadá em Brasília — 3-6-64.

Chang Hwa Moon, Vice-Cônsul da Coréia no Rio de Janeiro — 20-1-64.

Juan Jaumandreu Sabria, Cônsul Honorário da República Dominicana em Brasília — 3-11-64.

Adhemar Maia de Aguiar, Vice-Cônsul Honorário da Dinamarca em São Luiz — 3-11-64.

John Allen Brettell, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Curitiba — 20-1-64.

James H. McGillivray, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 20-1-64.

Richard G. McCloskey, Cônsul dos Estados Unidos da América em Salvador — 20-1-64.

Calvin M. Smith, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 20-1-64.

Edward Rowell, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em Recife — 20-1-64.

Evelyn R. Hessler, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 20-1-64.

John Mason Jr. — Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 20-1-64.

Katherine Lee Kemp, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 19-2-64.

Adolph H. Eisner, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belém — 19-2-64.

Niles W. Bond, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo — 30-6-64.

Richard E. Ginnold, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 30-6-64.

Richard A. Godfrey, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 30-6-64.

Gil M. Saudade, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 30-6-64.

Roy T. Davis, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 30-6-64.

Herbert Okun, Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte — 30-6-64.

Arthur P. Frizzell, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 30-6-64.

Richard D. Scarfo, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte — 3-11-64.

Fred W. Dickens Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 3-11-64.

Fred Exton Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 3-11-64.

Helen Biggane, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 3-11-64.

Vicent Rotundo, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belém — 3-11-64.

John W. Hennessy, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Salvador — 3-11-64.

Eloy Ibanez, Cônsul da Espanha em Pôrto Alegre — 30-1-64.

Marcel Morin, Cônsul-Geral da França em Recife — 20-1-64.

José Luiz de Assis, Agente Consular da França em João Pessoa — 24-7-64.

Teresa Marie Cullis, Cônsul da Grã-Bretanha em São Paulo — 20-1-64.

Wilfrid W. A. Danton, Vice-Cônsul Honorário da Grã-Bretanha em Manaus — 11-5-64.

Leonidas Vrailas, Vice-Cônsul da Grécia em São Paulo — 3-11-64.

Francisco de Souza Brasil, Cônsul Honorário da Nicarágua no Rio de Janeiro — 30-6-64.

Javier Enrique Mendez Valdés, Cônsul Honorário do Panamá em Rio Grande, RGS — 3-11-64.

Rudolf Goldbeck, Cônsul Honorário do Paraguai em Porto Alegre — 2-1-64.

Oscar Barrios Arce, Cônsul-Geral do Paraguai no Rio de Janeiro — 2-1-64.

Ricardo Brugada Doldán, Cônsul-Geral do Paraguai em São Paulo — 19-2-64.

Miguel Oscar de Vasconcellos Carmona, Cônsul de Portugal em Pôrto Alegre — 20-1-64.

José Manuel Borges Gama C. da Silva, Cônsul Adjunto de Portugal em São Paulo — 3-11-64.

Augusto Rua Pinto Guedes, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em São Paulo — 11-5-64.

Manoel Joaquim Falcão, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Nova Friburgo — 11-5-64.

Joaquim da Silva Coelho, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Araçatuba — 11-5-64.

Arlindo B. da Cunha, Vice-Cônsul Honorário de Portugal no Rio de Janeiro — 11-5-64.

Francisco d'Assis Pantoja, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Itajubá — 24-7-64.

Elias Bitar, Cônsul Honorário da Síria em Curitiba — 20-1-64.

Antonio C. Montero, Cônsul do Uruguai em São Paulo — 20-1-64.

Oscar Silveira Sena, Cônsul do Uruguai em Pôrto Alegre — 20-1-64.

Agustin Ortega, Cônsul do Uruguai em Santos — 20-1-64.

Luís Pedro Irigoyen, Cônsul do Uruguai em Pôrto Alegre — 19-2-64.

Carlos A. Ghiringhelli, Cônsul do Uruguai em Pôrto Alegre — 19-2-64.

Jorge Fernandes Riet, Vice-Cônsul Honorário do Uruguai em Pôrto Alegre — 30-6-64.

José Diaz Manzanarez, Cônsul da Venezuela no Rio de Janeiro — 20-1-64.

Stephen S. F. Chen, Encarregado do Serviço Consular da Embaixada da China no Rio de Janeiro — 24-7-64.

Michele Loss, Agente Consular da Itália em Botucatu — 2-3-64.

Guiseppe Liberali, Agente Consular da Itália em São João da Boa Vista — 2-3-64.

Padre Pedro Tidei, Agente Consular da Itália em São Luiz — 2-3-64.

Bruno Lessio, Agente Consular da Itália em Maringá — 2-3-64.

Michael Hugh Sieyes, Cônsul Honorário da Irlanda no Rio de Janeiro — 11-5-64.

James Buchi, Vice-Cônsul Honorário da Suíça em Belo Horizonte — 24-7-64.

Josef Mares, Vice-Cônsul da Tcheco-Eslováquia em São Paulo — 11-5-64.

Reconhecimento Provisório

Foi concedido, pelo Govêrno brasileiro, o reconhecimento provisório às seguintes autoridades consulares:

Gerhard Weiz, Cônsul-Geral da Alemanha em São Paulo — 29-6-64.

Klaus Praller, Vice-Cônsul da Alemanha em Pôrto Alegre — 16-7-64.

Hans Heuseler, Cônsul da Alemanha em Recife — 24-8-64.

Hermann Munz, Cônsul da Alemanha em Pôrto Alegre 24-8-64.

Ahmed El Said Gad-Elhak, Cônsul-Geral da República Árabe Unida em São Paulo — 25-5-64.

Almad A. Hammouda, Cônsul da República Árabe Unida em São Paulo — 6-10-64.

Marcelo Enrique Aita Sandoval, Cônsul-Geral da Argentina no Rio de Janeiro — 12-3-64.

Adolfo Miguel Suarez Ortiz, Cônsul da Argentina em Salvador — 14-9-64.

Marcelo Antonio Pacheco, Cônsul da Argentina em Vitória — 5-10-64.

Jorge Diego Avellaneda, Cônsul da Argentina em Curitiba — 3-11-64.

Victor Antonio Garcia Peralta, Cônsul da Argentina em Pôrto Alegre — 1-12-64.

Rodney Bruce Hodgson, Cônsul da Austrália no Rio de Janeiro — 14-2-64.

Erwin Rainer-Harbach, Cônsul Honorário da Áustria em Curitiba — 10-6-64.

Karl Blazekovic, Vice-Cônsul Honorário da Áustria em Santos — 20-11-64.

Hugo Cardenas Mallea, Cônsul-Geral da Bolívia em São Paulo — 25-2-64.

Amilcar Monte Rey Cusicanqui, Cônsul Honorário da Bolívia em Manaus — 5-10-64.

Joseph Martial Quellette, Cônsul do Canadá em São Paulo — 7-12-64.

Laurent Paul Tardif, Cônsul do Canadá em Brasília — 7-12-64.

Eugenio Ovalle Devoto, Cônsul-Geral do Chile em São Paulo — 21-5-64.

Stephen S. F. Chen, Encarregado do Serviço Consular da China no Rio de Janeiro — 5-2-64.

Juan Martinez Villa, Cônsul-Geral da Colômbia em São Paulo — 14-9-64.

Suk Heung Yoon, Cônsul da Coréia no Rio de Janeiro — 28-2-64.

José M. Borsch, Cônsul Honorário da Costa Rica em Recife — 4-5-64.

Adhemar Maia de Aguiar, Vice-Cônsul Honorário da Dinamarca em São Luiz — 23-4-64.

Luiz de Viñals y de Font, Cônsul-Geral da Espanha em São Paulo — 3-8-64.

José Simons Filho, Vice-Cônsul Honorário da Espanha em Maceió — 21-9-64.

Niles W. Bond, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo — 14-1-64.

Helen Biggane, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 29-1-64.

Robert J. Ryan, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 6-2-64.

Hugh C. MacDougall, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 19-2-64.

Fred Exton Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 6-3-64.

Fred W. Dickens Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 12-3-64.

John Keppel, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 16-3-64.

Robert B. Elwood, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 16-3-64.

Sylvais R. Lope, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 16-3-64.

John Gordon Mein, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 16-3-64.

Norman M. Bouton, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 3-4-64.

David H. Barnhart, Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre — 16-4-64.

Lewis P. Achen, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 27-4-64.

Robert L. Fambrini, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte.

Leonard Whistler, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre — 11-5-64.

Robert B. Elwood, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 3-6-64.

Lee C. Mestres, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 9-6-64.

Hugh C. MacDougall, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 9-6-64.

Datus C. Proper, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 9-6-64.

Alfred V. Bourner, Cônsul dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro — 29-6-64.

Donald K. Kanes, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 23-7-64.

Stephen F. Creane, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 3-8-64.

John R. Challiner, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte — 3-8-64.

W. Douglas McLain Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em Curitiba — 9-9-64.

William L. Wight Jr., Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo — 3-11-64.

Paul M. Hooper, Vice-Cônsul Honorário dos Estados Unidos da América em Brasília — 3-11-64.

John R. Bartelt, Cônsul dos Estados Unidos da América em Belém — 13-11-64.

Edward B. Maguire, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife — 13-11-64.

Frank J. Haendler, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo — 13-11-64.

André Stell, Vice-Cônsul da França no Rio de Janeiro — 6-3-64.

Claude Gagoud, Vice-Cônsul da França em Brasília — 11-9-64.

Jacques Carcanagues, Vice-Cônsul da França em São Paulo — 3-11-64.

Wilfrid Walter Arthur Denton, Vice-Cônsul Honorário da Grã-Bretanha em Manaus — 10-1-64.

Kenard James Clissold, Vice-Cônsul da Grã-Bretanha em Pôrto Alegre — 16-7-64.

Kaare Ringseth, Cônsul-Geral Honorário da Islândia no Rio de Janeiro — 16-10-64.

Raffaele Leonetti, Vice-Cônsul da Itália em São Paulo — 3-8-64.

Ettore Grande, Cônsul da Itália em Recife — 9-9-64.

Carlo Alberto Perege, Cônsul da Itália em Belo Horizonte — 21-9-64.

Marcello Minnini, Cônsul-Geral da Itália em São Paulo — 5-10-64.

Giovanni Simonini, Cônsul Honorário da Itália em Brasília — 17-11-64.

Armando Rota, Cônsul-Geral da Itália em Curitiba — 1-12-64.

Tadayuki Uchino, Vice-Cônsul do Japão em Belém — 15-5-64.

Akira Suyama, Vice-Cônsul do Japão em São Paulo — 2-7-64.

Takeo Kabata, Vice-Cônsul do Japão em São Paulo — 13-7-64.

Shiro Kondo, Cônsul-Geral do Japão em Pôrto Alegre — 14-8-64.

Seizo Takashima, Cônsul do Japão em São Paulo — 10-11-64.

Shizuya Kato, Vice-Cônsul do Japão em Belém — 11-11-64.

Olav Gran, Cônsul Honorário da Noruega em Salvador — 2-7-64.

John Truman, Cônsul Honorário da Noruega em Recife — 2-7-64.

Jan Willem Van de Meene, Cônsul Honorário dos Países Países Baixos em Blumenau — 23-4-64.

Tjark Asueer Meurs, Cônsul-Geral dos Países Baixos em São Paulo — 27-4-64.

Josaphat Macêdo, Cônsul Honorário dos Países Baixos em Belo Horizonte — 20-9-64.

Javier Enrique Mendéz Valdés, Cônsul do Panamá em Rio Grande, RGS — 12-3-64.

Hermínio Jorge Mitre, Vice-Cônsul Honorário do Panamá no Rio de Janeiro — 13-7-64.

Manuel Duarte Galli, Cônsul do Paraguai em Foz do Iguaçu — 11-8-64.

Carlos Perez Canepa, Cônsul-Geral do Peru em São Paulo — 15-7-64.

Julio Palomino Rojas, Cônsul do Peru em Manaus — 9-9-64.

Jacob Paulo Levy Benoliel, Cônsul Honorário do Peru em Manaus — 9-9-64.

Enrique Arévalo Alvarado Zanartu, Cônsul do Peru em Benjamin Constant — 3-11-64.

Augusto Rua Pinto Guedes, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em São Paulo — 10-1-64.

Manuel Joaquim Falcão, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Nova Friburgo — 10-1-64.

José Manuel Borges Gama Cornélio da Silva, Cônsul Adjunto de Portugal em São Paulo — 5-2-64.

Antonio Ferreira Alves, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Maceió — 19-2-64.

Manuel Joaquim Lopes de Sá Machado, Cônsul de Portugal em Salvador — 30-3-64.

Francisco d'Assis Pantoja, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Itajubá — 23-4-64.

Rodrigo Ricardo Coimbra, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Parnaíba — 2-7-64.

José Maria Lira de Brito e Cunha, Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Pôrto Alegre — 2-7-64.

James Alexander Chapman, Cônsul-Geral Honorário da República da África do Sul em São Paulo — 14-10-64.

Roberto Paulino, Encarregado do Serviço Consular da República Dominicana no Rio de Janeiro — 26-2-64.

Rashi Kabbanid, Cônsul da República Árabe da Síria em São Paulo — 4-5-64.

Marçal Hourcade, Cônsul do Uruguai em Santana do Livramento — 3-1-64.

Noemi Faccioli de Rodriguez, Cônsul do Uruguai em Uruguaiana — 4-5-64.

Walter Astraldi, Cônsul Adjunto do Uruguai em Pôrto Alegre — 14-8-64.

Ulises Trujillo Cariñana, Cônsul Honorário do Uruguai em Paranaguá — 9-9-64.

Alberto Pérez Perazzo, Cônsul-Geral da Venezuela em São Paulo — 6-2-64.

Genaro Cisneros, Cônsul da Venezuela em Recife — 27-8-64.

DESIGNAÇÃO DE VICE-CÔNSULES INTERINOS

A Divisão Consular, atenta à necessidade dos serviços nos Consulados e Missões Diplomáticas encarregadas de Serviço Consular, bem como às solicitações formuladas pelos respectivos titulares e ao mérito dos candidatos, providenciou a designação dos seguintes Vice-Cônsules interinos:

Mário Cunha da Costa — *Paris* — 2-1-64.
Guy René Dorizon — *Paris* — 2-1-64.
Branca Luiza Rondon — *Berlim* — 10-1-64.
Hermes da Silva Paixão — *Bogotá* — 10-1-64.
Maximo Reynald — *S. Francisco* — 9-3-64.
Antonio Manuel B. da Câmara — *Funchal* — 5-8-64.
Severino Ramos Guedes — *Casablanca* — 5-11-64.

CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE REPRESENTAÇÕES CONSULARES BRASILEIRAS

A criação do Consulado-Geral em *Assunção*, pelo Decreto nº 53.524, de 4 de fevereiro do corrente ano, justifica-se por razões de natureza econômica e política. De uma parte, com a inauguração da ponte sôbre o Rio Paraná, houve um aumento considerável dos transportes e comunicações entre o Brasil e o Paraguai.

De outro lado, a ALALC se tem desenvolvido de forma promissora, podendo-se esperar que o intercâmbio entre os países da América Latina, no caso presente entre o Brasil e o Paraguai, aumentará firme e progressivamente. E, em tais condições, sòmente um Consulado-Geral poderia dar um atendimento adequado às transações comerciais que estão sendo realizadas.

Tornou-se imperiosa a criação de uma Repartição Consular honorária em *Saint Louis*, pois essa cidade, que foi a capital do Senegal até sua independência, é o segundo pôrto do país, além de ser considerada, depois de Dacar, um dos mais importantes centros de irradiação noticiosa para todo o Continente Africano. (Decreto nº 53.910 de 11 de maio de 1964).

Por sugestão da Embaixada em Belgrado, foi criado pelo Decreto nº 54.490, de 15 de outubro do ano em curso, o Consulado em *Rijeka*, baseando-se nas razões que se seguem:

1. o progressivo desenvolvimento do pôrto de Rijeka, com a ampliação de sua aparelhagem e o funcionamento como zona franca, ocasionando a abertura de consulados de países interessados no comércio com a Iugoslávia, Europa Central e Oriental;

2. diversos consulados, ora situados em Zagreb, estão se transferindo para Rijeka;

3. o crescente desenvolvimento do intercâmbio entre o Brasil e a Iugoslávia deverá aumentar ainda mais com a entrada em operação do pôrto de minério de Bakar;

4. a cidade de Zagreb tem limitada capacidade de alojamento, que está sendo insuficiente com a afluência dos consulados.

Com a extinção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e a criação da Superintendência para a Reforma Agrária, foi transferido para os Consulados Brasileiros o encargo da seleção dos imigrantes para o Brasil.

Nessas condições, o Consulado em *Vigo* tornou-se um ponto importante de concentração de imigrantes, justificando-se, portanto, a elevação à categoria de Consulado-Geral, pelo Decreto nº 53.525, de 4 de fevereiro do ano em curso.

A extinção do Consulado honorário em Horta, pelo Decreto nº 53.659, de 4 de março de 1964, foi motivada pelas razões seguintes:

1. a insignificante renda consular, que, no ano de 1963, foi apenas de US$ 28.00 (vinte e oito dólares);
2. a impontualidade na remessa da guia mensal de renda consular, como também dos mapas trimestrais de emolumentos e estampilhas;
3. o afastamento do Cônsul Honorário Medeiros Correia, licenciado para tratamento de saúde por tempo ilimitado.

Pelo Decreto nº 53.657, de 4 de março do ano em curso, foi extinto o Consulado Honorário em Nice. Tal medida justificou-se pela insignificante renda consular e o pedido de exoneração que o Cônsul Honorário encaminhou à Secretaria de Estado.

DESIGNAÇÃO DE CÔNSULES E VICE-CÔNSULES HONORÁRIOS DO BRASIL

A indicação dos Cônsules e Vice-Cônsules Honorários obedece a um critério rigoroso, de acôrdo com o disposto nos artigos 16 e seguintes, do Decreto nº 23.776, de 30 de setembro de 1947, que aprovou o Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil.

A nomeação dos servidores consulares é proposta, com informações precisas sôbre o candidato, especificando-se-lhe a nacionalidade, idade, estado civil, habilitações e profissão.

No decorrer do ano de 1964, foram designadas as seguintes autoridades consulares:

1. Vicente Soriano Grau, Cônsul Honorário em Valência, Espanha — Decreto de 10 de março de 1964.

2. Pietro la Barbera, Cônsul Honorário em Palermo, Itália — Decreto de 16 de março de 1964.

3. André Marie Chardon, Cônsul Honorário em Saint Louis, Senegal — Decreto de 11 de maio de 1964.

4. Eduardo Eyzaguirre Ovalle, Cônsul Honorário em San Antonio, Chile — Decreto de 11 de setembro de 1964.

5. Arsen V. Gesar, Vice-Cônsul Honorário em Istambul, Turquia — Portaria de 10 de janeiro de 1964.

6. João Josetti Júnior, Vice-Cônsul Honorário em Chester, EUA — Portaria de 12 de fevereiro de 1964.

7. Enrique Soriano Aznar, Vice-Cônsul Honorário em Valência, Espanha — Portaria de 3 de março de 1964.

8. Gerard Bernheim, Vice-Cônsul Honorário em Estrasburgo, França — Portaria de 12 de maio de 1964.

JURISDIÇÃO CONSULAR E SUBORDINAÇÃO

A Divisão Consular continua estudando os problemas relacionados com a jurisdição consular, fixada pela Portaria de 16 de maio de 1962, uma vez que modificações se impõem por situações surgidas no decorrer de instalação, transformação e extinção de Repartições Consulares.

Neste setor, foram tomadas providências no sentido de complementar as disposições existentes.

—A Portaria de 3 de março de 1964, publicada no *Diário Oficial* de 13 do mesmo mês, altera as jurisdições do Consulado em Francfort/Meno e do Consulado-Geral de Dusseldorf e determina a jurisdição e subordinação do Consulado honorário em Trier.

— A jurisdição do Consulado-Geral em Assunção foi determinada pela Portaria de 5 de maio de 1964, publicada no *Diário Oficial* de 12 do mesmo mês.

— As jurisdições dos Consulados-Gerais em Lisboa e no Pôrto foram alteradas pela Portaria de 21 de maio de 1964, publicada no *Diário Oficial* de 26 do citado mês.

— Os Consulados honorários em Kuala Lumpur e em Cingapura, conforme Portaria de 5 de outubro de 1964, publicada no *Diário Oficial* de 8 do mesmo mês, ficaram subordinados à Embaixada do Brasil em Bangkok.

CRIAÇÃO DE REPARTIÇÕES CONSULARES ESTRANGEIRAS

O Govêrno Italiano, no sentido de incrementar as relações de amizade já existentes entre os dois países, propôs a abertura de uma Agência consular em Santo André e de um Consulado de carreira em Brasília. Já foram consultados os Senhores Governador do Estado de São Paulo e Prefeito do Distrito Federal, sôbre a instalação das referidas Repartições consulares.

Na cidade de Manaus, dois novos Consulados estão sendo instalados. Um, honorário, da República Federal Alemã e o outro, de carreira, do Japão, o qual deverá entrar em funcionamento a partir de janeiro de 1965.

A Embaixada da Espanha solicitou à Secretaria de Estado autorização para abrir um Vice-Consulado honorário em Brasília. As providências já foram tomadas, devendo a referida Repartição consular entrar em funcionamento em breve.

Em Pôrto Alegre, foi reaberto o Consulado honorário da Noruega, que se encontrava fechado desde 31 de dezembro de 1961. Está em pleno funcionamento, tendo como titular o Senhor Peter Douglas Craston Woodhead.

PROTEÇÃO A NACIONAIS NO EXTERIOR E REPATRIAÇÃO

A Secretaria de Estado atendeu, através da Divisão Consular, a um grande número de pedidos de proteção a brasileiros no exterior. Entre êsses, destacamos, pela repercussão da Imprensa, três (3) casos.

O do cidadão brasileiro Sérgio Batista, condenado, em Lisboa, por atividades terroristas contra o Govêrno de Portugal, crime passível de pena de morte e prisão perpétua.

Foi contratado para defender os interêsses do mencionado cidadão, pelo Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, o Doutor Eduardo Fernandes, que conseguiu fôsse a pena, imposta pela 1.ª Instância do Tribunal Plenário, comutada para a pena mínima, isto é, 5 anos de prisão, sentença essa confirmada pelo Supremo Tribunal da Justiça de Portugal.

A Embaixada do Brasil em Lisboa, após várias gestões junto ao Govêrno Português, conseguiu a comutação da pena, a qual foi substituída pela expulsão de Portugal.

O segundo caso foi o das duas brasileiras, Elizabeth de Toledo Piza (menor) e Cléa de Oliveira Peixoto, contratadas pelo escritório do Senhor Eli Hirs, em São Paulo, com filial no Rio de Janeiro, para trabalharem como domésticas nos Estados Unidos da América.

Os contratos não foram cumpridos pela parte contratante ficando, pois, as duas brasileiras sem qualquer recurso, tendo, então, recorrido aos Consulados do Brasil em Boston e Filadélfia, respectivamente. Após terem sido devidamente investigados ambos os casos, Elizabeth de Toledo Piza e Cléa de Oliveira Peixoto foram repatriadas para o Brasil, tendo os Consulados em Boston e Filadélfia remetido à Secretaria de Estado ofícios apresentando queixa contra o contratante, Senhor Eli Hirs, encontrando-se, presentemente, o assunto entregue ao Departamento Federal de Segurança Pública, a fim de que novos casos sejam evitados.

O terceiro caso foi o dos 12 brasileiros, menores, Osni e Manfredo Kaestner, João Carlos Miller, José Antonio Berkenebrock, Eduardo Sérgio de Almeida Broering, Sérgio Nuernberg, Francisco Luiz Philippi, Zeno Hobold, Otto Ortmeyer Filho, Mateus Hoepers, José Antonio Eyng e Jens Jensen, que receberam da Alemanha uma Bôlsa de Aprendizado Industrial, em Frankfurt, não tendo porém, sido cumprido o estipulado pelo Govêrno alemão, ficando, assim, os bolsistas brasileiros totalmente desamparados e sem recursos.

O Consulado do Brasil em Frankfurt, ao ser procurado pelos mencionados brasileiros e tendo tomado conhecimento do estado em que se encontravam, aprestou-se a auxiliá-los, embarcando-os, em seguida, para o Brasil pelo vôo nº 35 da Panair do Brasil.

Contudo, na maioria dos casos, esta proteção a brasileiros no exterior consiste, simplesmente, nas repatriações de nacionais desvalidos.

De janeiro a novembro de 1964, foram repatriados 180 (cento e oitenta) brasileiros. Um critério rigoroso foi adotado pela Divisão Consular, com o objetivo de se evitarem gastos desnecessários, em vista de abusos ou burlas à boa fé do Estado.

Quanto à repatriação dos brasileiros que se encontram na União Soviética, desejosos de voltar ao Brasil, foi cuidadosamente estudada pela Divisão Consular. A grande

maioria dêsses candidatos possuem, também, a nacionalidade soviética, o que causa um conflito de princípios jurídicos a respeito da dupla nacionalidade. Êste aspecto da questão foi devidamente estudado pela Divisão Consular e pelo Serviço Consular da nossa Embaixada em Moscou que, após longos debates com a Chancelaria Soviética, obteve permissão para o regresso ao Brasil, em 1964, de 36 (trinta e seis) brasileiros, que se encontravam na União Soviética.

PARADEIRO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores enviou ao Departamento Federal de Segurança Pública e Secretarias Estaduais de Segurança Pública um total de 42 (quarenta e dois) pedidos de informações sôbre paradeiros de cidadãos que se encontram em território nacional.

EXPEDIENTES ENVIADOS À INTERPOL

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores enviou à Interpol 8 (oito) ofícios prestando informações sôbre nacionais acusados de fraudes e outros delitos, no exterior.

ATOS NOTARIAIS

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores enviou ao Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores 275 ofícios, assim discriminados:

a) Registros de nascimento: 139 ofícios.
b) Registros de casamento: 15 ofícios.
c) Registros de óbito: 15 ofícios.
d) Pedidos de informação: 6 ofícios.

SERVIÇO MILITAR

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores enviou à Diretoria do Serviço Militar do Ministério da Guerra 220 ofícios, assim discriminados:

a) Alistamentos militares: 75 ofícios.
b) Certificados de reservistas (entrega e solicita) 7 ofícios.

c) Adiamentos de incorporação: 95 ofícios.
d) Adiamentos de incorporação (remessa de relação) 19 ofícios.
e) Situação militar: 12 ofícios.
f) Serviço Militar Brasileiro: 3 ofícios.
g) Baixa de alistamento: 1 ofício.
h) Remessa de fichas de Alistamento Militar: 4 ofícios.
i) Remessa do plano geral de convocação para o Serviço Militar em 1964: 4 ofícios.

PRODUTOS QUÍMICOS, ARMAS E MUNIÇÕES

Em 1964 diminuiu o movimento sôbre importação de produtos químicos, armas e munições.

O índice de importação de produtos químicos que foi sempre maior que o de armas e munições, durante o ano de 1964, foi menor.

Expedientes sôbre o assunto:

1. Produtos Químicos:
   30 bilhetes-verbais
   7 cartas-telegramas
   8 telegramas

2. Armas e Munições:
   40 bilhetes-verbais
   6 cartas-telegramas
   2 telegramas

Salitre do Chile

Foram encaminhados 12 ofícios ao Ministério da Guerra comunicando embarques de salitre do Chile para o Brasil.

RENDA CONSULAR

Verificou-se, no ano de 1964, sensível diminuição da Renda Consular.

Em 1963, até o mês de outubro, inclusive, a renda alcançou o total de US$ 6.504.951.00, enquanto êste ano, no mesmo período de tempo, alcançou sòmente o total de US$ 5,931.417.00.

CARTEIRAS DE IDENTIDADE PARA CÔNSULES ESTRANGEIROS

Foram concedidas, até 15 de dezembro de 1964, 133 carteiras de identidade para Cônsules estrangeiros, as quais foram remetidas às seguintes autoridades consulares:

Gert Weiz, Cônsul-Geral da Alemanha em São Paulo.

Gertrud Weiz, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Klaus Praller, Vice-Cônsul da Alemanha em Pôrto Alegre.

Victor Garcia Peralta, Cônsul da Argentina em Pôrto Alegre.

Susana Luzuriaga de Garcia Peralta, espôsa do Cônsul em Pôrto Alegre.

Jorge Diego Avellaneda, Cônsul da Argentina em Curitiba.

Mercedes Sanchez Carranza de Avellaneda, espôsa do Cônsul em Curitiba.

Adolfo Suarez Ortiz, Cônsul da Argentina em Salvador.

Martha Suarez Ortiz, espôsa do Cônsul em Salvador.

Guillermo Maria Lucchetti, Vice-Cônsul da Argentina no Rio de Janeiro.

Marcelo Antonio Pacheco, Cônsul da Argentina em Vitória.

Elvira O. de Stoppello, espôsa do Senhor Miguel Angel Stopello, Vice-Cônsul da Argentina em Salvador.

Marta E. Videla de Caride, espôsa do Senhor Frederico V. Caride, Cônsul da Argentina em Santos.

José Maria Parodi Cantilo, Cônsul-Geral da Argentina em São Paulo.

Isabel Quesada Alzaga de Parodi Cantilo, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Gabriela Parodi Cantilo, filha do Cônsul-Geral em São Paulo.

Marcelo Enrique Aita Sandoval, Cônsul-Geral da Argentina no Rio de Janeiro.

Erwin Rainer Harbach, Cônsul-Honorário da Áustria em Curitiba.

Ellen Rainer Harbach, espôsa do Cônsul-Honorário em Curitiba.

Jean François Trine, Cônsul-Geral da Bélgica em São Paulo.

Hugo Cardenas Malles, Cônsul-Geral da Bolívia em São Paulo.

Joseph Cartial Quellette, Cônsul do Canadá em São Paulo.

Anita Quellette, espôsa do Cônsul em São Paulo.

Eugenio Ovalle Devoto, Cônsul-Geral do Chile em São Paulo.

Luiz Becerra, Chanceler da Colômbia em S. Paulo.

Luis de Viñals y de Font, Cônsul-Geral da Espanha em São Paulo.

Irene Gomes de Viñals, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

José Luís de Viñals y Gomes, filho do Cônsul-Geral em São Paulo.

Niles W. Bond, Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Julia Folson Bond, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Ellen Dudley Bond, filha do Cônsul-Geral em São Paulo.

Nancy Kenneth Bond, filha do Cônsul-Geral em São Paulo.

Hellen Biggane, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Mary E. Biggane, mãe da Senhora Hellen Biggane, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Hugh C. Mac Dougall, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife.

Fred Exton Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife.

David H. Barnhart, Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre.

Helen E. Barnhart, espôsa do Cônsul em Pôrto Alegre.

Lewis P. Achen, Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Hannah M. Achen, espôsa do Cônsul em São Paulo.

Robert L. Fambrini, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte.

Carole C. Fambrini, espôsa do Vice-Cônsul em Belo Horizonte.

Frederick William Dickens Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Josephine Beatrice Dickens, espôsa do Cônsul em São Paulo.

Leonard Whistler, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Pôrto Alegre.

Kathryn K. Whistler, espôsa do Cônsul em Pôrto Alegre.

Donald K. Kanes, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Shirley S. Kanes, espôsa do Vice-Cônsul em São Paulo.

John R. Challinor, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Belo Horizonte.

Mary R. Challinor, espôsa do Vice-Cônsul em Belo Horizonte.

Stephen F. Creane, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife.

Katharine Z. Creane, espôsa do Vice-Cônsul em Recife.

W. Douglas McLain Jr., Cônsul dos Estados Unidos da América em Curitiba.

Shirley A. McLain, espôsa do Cônsul em Curitiba.

Lee G. Mestress, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife.

William Leeds Wight Jr., Cônsul-Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Joanne Messinger Wight, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Paul M. Hooper, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em Brasília.

John R. Bartelt, Cônsul dos Estados Unidos da América em Belém.

Ernestine Bartelt, espôsa do Cônsul em Belém.

Frank J. Haendler, Vice-Cônsul dos Estados Unidos da América em São Paulo.

Patricia Haendler, espôsa do Vice-Cônsul em São Paulo.

Edward B. Maguire, Cônsul dos Estados Unidos da América em Recife.

Mary Jane Maguire, espôsa do Cônsul em Recife.

Jarl Birger Jarne, Cônsul Honorário da Finlândia no Rio de Janeiro.

Claude Gagourd, Vice-Cônsul da França em Brasília.

Jacques Carcanagues, Vice-Cônsul da França em São Paulo.

Marcel Morin, Cônsul-Geral da França em Recife.

André Stell, Vice-Cônsul da França no Rio de Janeiro.

Monique Stell, espôsa do Vice-Cônsul no Rio de Janeiro.

Geneviève Pierrestiger, espôsa do Senhor Louis Pierrestiger, Vice-Cônsul da França no Rio de Janeiro.

Maria Antonietta Dubeux Murphy, espôsa do Senhor Thomas Nelville Murphy, Vice-Cônsul da Grã-Bretanha em Recife.

Nicholas Anthony Peter Wellington, filho do Senhor R. A. Wellington, Cônsul da Grã-Bretanha em Recife.

Leônidas Jean Vrailas, Vice-Cônsul da Grécia em São Paulo.

Ariane Leônidas Vraila, espôsa do Vice-Cônsul em São Paulo.

Salomón Eleazar Muñoz R., Cônsul-Honorário de Honduras no Rio de Janeiro.

Tadayuki Uchino, Vice-Cônsul do Japão em Belém.

Sei Uchino, espôsa do Vice-Cônsul em Belém.

Akira Suyama, Vice-Cônsul do Japão em São Paulo.

Takeo Wawabata, Vice-Cônsul do Japão em S. Paulo.

Shiro Kondo, Cônsul-Geral do Japão em Pôrto Alegre.

Mitsuko Kondo, espôsa do Cônsul-Geral em Pôrto Alegre.

Seizo Takashima, Cônsul do Japão em São Paulo

Tomoko Takashima, espôsa do Cônsul em São Paulo.

Shizuya Kato, Vice-Cônsul do Japão em Belém.

Akiko Kato, espôsa do Vice-Cônsul em Belém.

Tuffik Mattar, Cônsul-Honorário da Jordânia no Rio de Janeiro.

Elizabete Oliveira Mattar, espôsa do Cônsul-Honorário no Rio de Janeiro.

Neftali Beltran Lara, Vice-Cônsul do México no Rio de Janeiro.

Ernani Pereira Botti, Cônsul-Honorário da Nicarágua em Pôrto Alegre.

Necésio Tostes Tavares, Cônsul-Honorário da Nicarágua em Juiz de Fora.

Onira Terra, Vice-Cônsul Honorário da Nicarágua em Pôrto Alegre.

Harald Sverre Slotfeldt, Vice-Cônsul da Noruega no Rio de Janeiro.

Solveig Slotfeldt, espôsa do Vice-Cônsul no Rio de Janeiro.

Jan Willen Van de Meene, Cônsul-Honorário dos Países-Baixos em Blumenau.

Tjark Asueer Merus, Cônsul-Geral dos Países-Baixos em São Paulo.

Jeanne Meurs, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Eduardo Moreno Diez, Cônsul-Honorário do Panamá em São Paulo.

Hermínio Jorge Mitre, Vice-Cônsul Honorário do Panamá no Rio de Janeiro.

Ricardo Julian Marecos Galeano, Vice-Cônsul do Paraguai no Rio de Janeiro.

Oldemar Saavedra Magne, Cônsul do Peru em São Paulo.

Piotr Glowacki, Cônsul-Geral da Polônia em Curitiba.

Irena Glowacki, espôsa do Cônsul-Geral em Curitiba.

Mieczyslaw Biernacki, Adido Consular da Polônia em Curitiba.

Hanna Biernacki, espôsa do Adido Consular em Curitiba.

Bronislaw Wyczynski, Cônsul da Polônia em S. Paulo.

Kasimiera Wyczynski, espôsa do Cônsul em S. Paulo.

Kazimierz Wojewoda, Adido Consular da Polônia em São Paulo.

Stanislawa Wojewoda, espôsa do Adido Consular da Polônia em São Paulo.

Josef Duda, Cônsul da Polônia em Pôrto Alegre.

Nadzieja Duda, espôsa do Cônsul da Polônia em Pôrto Alegre.

Manuel Joaquim Lopes de Sá Machado, Cônsul de Portugal na Bahia.

Augusto Rua Pinto Guedes, Vice-Cônsul de Portugal em São Paulo.

José Manuel Borges Gama Cornélio da Silva, Cônsul-Adjunto de Portugal em São Paulo.

Arlindo Barbosa da Cunha, Vice-Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro.

João Morais da Cunha Matos, Cônsul de Portugal em Salvador.

Ahmad A. Hammouda, Cônsul-Adjunto da República Árabe Unida em São Paulo.

Ahmad El Said Gad-Elhaj, Cônsul-Geral da República Árabe Unida em São Paulo.

Aleya Gad-Elhak, espôsa do Cônsul-Geral em São Paulo.

Juan Jaumandreu Sabriá, Cônsul-Honorário da República Dominicana em Brasília.

James Buchi, Vice-Cônsul Honorário da Suíça em Belo Horizonte.

Margot Edith Buchi, espôsa do Vice-Cônsul Honorário em Belo Horizonte.

Teresa Recavarren Aczel, filha do Senhor George Aczel Cônsul-Geral da Tailândia no Rio de Janeiro.

Ana Maria Recavarren Aczel, filha do Senhor George Aczel, Cônsul-Geral da Tailândia no Rio de Janeiro.

Alfredo Bastos, Cônsul-Honorário do Uruguai em Belo Horizonte.

Henrique Rafael Hernandez Gonzáles, Cônsul da Venezuela em Manaus.

Alberto Pérez Perazzo, Cônsul-Geral da Venezuela em São Paulo.

Antonio R. Diaz, Secretário do Serviço Consular da Venezuela no Rio de Janeiro.

Guillermo Tell Bustillos, Encarregado do Serviço Consular da Venezuela no Rio de Janeiro.

Blas A. Marsiglia, Encarregado do Serviço Consular da Venezuela no Rio de Janeiro.

Juana Guera de Marsiglia, espôsa do Encarregado do Serviço Consular no Rio de Janeiro.

Rafael G. Cisneros, Cônsul da Venezuela em Recife.

PROMOÇÃO COMERCIAL DO BRASIL NO EXTERIOR
ATRIBUIÇÕES CONSULARES

Dentro do objetivo de melhor aproveitar o serviço consular brasileiro nas suas atribuições específicas de promoção comercial — visando ao incremento das exportações e da importação de bens de capital indispensáveis ao nosso desenvolvimento — a Divisão Consular elaborou, em conjunto com a Divisão de Propaganda e Expansão Comercial, uma Circular às Repartições consulares sediadas em locais onde não existem SEPROS, na qual se lhes solicita o levantamento, no prazo de 60 dias, de dados econômicos relativos às respectivas jurisdições.

Os referidos dados, recebidos e analisados pelas Missões diplomáticas e pelos SEPROs, servirão de subsídio aos estudos gerais que lhes compete realizar sôbre o mercado do país onde têm sede, sobretudo no que respeita à colocação de produtos brasileiros.

Desta forma, foi solicitado às supracitadas Repartições consulares:

1º A fim de identificar a dimensão econômica do território sob sua jurisdição, providenciar o levantamento dos seguintes dados econômicos relevantes:

a) População — dados de 1963 e taxa de crescimento do último decênio;
b) Produto Nacional Bruto *per capita;* taxa real média de crescimento na última década;
c) Exportações, por período, em milhões de dólares; valôres globais a partir de 1960 e taxa de incremento anual médio no período; porcentagem da América Latina e do Brasil sôbre o total;
d) Importações, em milhões de dólares; valôres globais a partir de 1960; taxa de incremento anual médio no período; porcentagem da América Latina e do Brasil sôbre o total;
e) Valor da moeda; taxa cambial em relação ao dólar com todos os esclarecimentos sôbre o sistema cambial vigente;
f) Outros dados: custo de vida, etc.

2º Preparar relação de produtos brasileiros que têm possibilidades de mercado no território sob sua jurisdição, mediante levantamento dos seguintes dados:

a) Quadro estatístico dos principais produtos de importação com destaque dos produtos produzidos ou industrializados no Brasil;
b) Produtos importados do Brasil — sua participação, em cada um dos itens, no total da importação ao longo de um determinado período;
c) Efetuada a seleção. na pauta de importação, dos produtos produzidos ou produzíveis no Brasil, pesquisar os seguintes dados:
I — Preços CIF e FOB em dólares, tomando como referência os principais fornecedores;

II — Encargos aduaneiros vigentes com relação aos países principais fornecedores; tratamento que seria dispensado ao produto brasileiro;

III — Outros encargos e impostos internos; igualmente verificar o tratamento a que estaria sujeito o produto brasileiro em confronto com o dos principais fornecedores;

IV — Custo de fretes e seguro (sempre com relação aos principais fornecedores);

V — Condições de venda e comercialização; identificar as principais firmas importadoras e suas ligações com os grandes fornecedores;

VI — Preços ao consumidor.

3º Fazer relação das firmas importadoras interessadas em adquirir mercadorias brasileiras.

4º Estudar um plano de propaganda efetiva e eficaz dos produtos brasileiros que possam interessar os negociantes locais, levando em consideração:

a) O resultado dos estudos do item anterior, ou seja, a identificação do produto ou produtos brasileiros com possibilidades potenciais de deslocar fornecedores tradicionais, ou ampliar a sua participação;

b) O pêso relativo das despesas de propaganda com relação àqueles fornecedores tradicionais.

5º Elaborar um estudo sôbre as possibilidades de investimentos de capitais locais no Brasil.

IMPORTAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

O Ministério das Relações Exteriores, em colaboração com o Ministério da Fazenda, tem supervisionado a importação de automóveis sem cobertura cambial ou licença de importação.

A permissão para a entrada de bens no Brasil, especialmente a de automóveis, é precedida de uma consulta por parte da Repartição consular brasileira competente ao Itamaraty. Cabe à autoridade consular que fêz a consulta comprovar a propriedade do veículo mediante apresentação de fatura, bem como exigir a apresentação de prova do pa-

gamento de impôsto de renda (no caso dos brasileiros domiciliados no exterior), prova de capacidade financeira e, sempre que possível, de título de propriedade do veículo emitido há mais de 6 (seis) meses antes do embarque do interessado.

Apesar das medidas rigorosas adotadas pelo Itamaraty, a fim de impedir, na medida do possível, a entrada dos automóveis no Brasil, tendo em vista a proteção da nossa indústria automobilística, que, em futuro próximo, necessitará de mercado para as suas vendas, tem aumentado o número de veículos entrados no Brasil.

Ao autorizar às pessoas que transfiram domicílio para o Brasil a importação dos bens que lhes pertençam há mais de 6 meses, independentemente de licença e cobertura cambial, o Decreto 43.028, em seu inciso II do artigo 1º, dá margens à prática de fatais e irremediáveis fraudes. Cumpre ressaltar que, no caso específico da importação ilícita de automóveis, as burlas são inspiradas e estimuladas por lucro líquido superior a 8 milhões de cruzeiros, resultante da venda de cada veículo introduzido no Brasil de maneira irregular.

As fraudes referidas acima são, principalmente, as seguintes: a importação de automóvel do próprio indivíduo que falseia a transferência de domicílio para o Brasil; a importação de automóvel para outro indivíduo que não o que falseia a transferência de domicílio para o Brasil; a importação de automóvel para outro indivíduo que não o que, efetivamente, transfere o domicílio para o Brasil. Por êsses serviços, as pessoas que servem aos que se dedicam ao comércio ilegal de automóveis recebem, em média, oitocentos dólares e uma passagem de ida-e-volta, por via aérea, para o Brasil.

São inúmeras as fraudes do tipo das acima citadas, denunciadas pelos Consulados brasileiros nos Estados Unidos da América.

No entanto, enquanto continuar em vigor o Decreto 43.028, de 9 de janeiro de 1958, será impossível evitar que pessoas inescrupulosas, simulando transferência de domicílio para o Brasil, consigam importar ilegalmente automóveis para o nosso país. As condições atuais do nosso mercado automobilístico — notadamente, a presença, nêle, de uma indústria nacional em pleno desenvolvimento — estão a exigir a constituição de um Grupo de Trabalho para a elaboração,

seguida de proposição ao Congresso Nacional, de legislação mais adequada à defesa dos legítimos interêsses econômicos nacionais.

Em 1964, o Ministério das Relações Exteriores autorizou, através da Divisão Consular, a legalização dos documentos de embarque de 533 automóveis. Respondeu negativamente a 36 consultas sôbre o direito de importação de automóvel. As Repartições consulares de maior movimento, no setor de legalização de documentos de automóveis, foram as seguintes:

a) Consulado-Geral em Nova York: 122 autorizações e 6 negativas;

b) Consulado em Baltimore: 109 autorizações e 7 negativas;

c) Consulado em Boston: 33 autorizações e 3 negativas;

d) Consulado-Geral em Paris: 26 autorizações;

e) Consulado em Miami: 23 autorizações e 4 negativas;

f) Consulado-Geral em Antuérpia: 20 autorizações.

Os imigrantes importaram 53 automóveis (menos 35 do que no ano de 1963); os brasileiros que, domiciliados no exterior, disseram transferir seu domicílio para o Brasil, 123 (menos 69 do que em 1963); os diplomatas, 45 (mais 3 do que em 1963); os servidores civis de outros Ministérios, inclusive do Itamaraty, e funcionários autárquicos e de Companhias de economia mista 87 (mais 51 do que em 1963); funcionários brasileiros da ONU e da OEA amparados, respectivamente, pelas Circulares 13 e 8 do Ministério da Fazenda, 12, (mais 6 do que em 1963); os militares importaram 211 (mais 73 do que em 1963), divididos assim: Marinha — 97; Aeronáutica — 92 e Exército — 22.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS E EXPEDIÇÃO DE GUIAS PARA PAGAMENTO NA ALFÂNDEGA

Durante o ano de 1964 foram efetuados 21.821 reconhecimentos de firmas. Êste setor abrange: legalização de documentos expedidos no exterior e destinados a produzir

efeitos no Brasil; legalização de documentos expedidos no Brasil e que deverão produzir efeitos no exterior, e expedição de guias de recolhimento de emolumentos na Alfândega do Rio de Janeiro.

Consoante as normas estabelecidas, não podem ser reconhecidos os documentos passados no exterior e destinados a produzir efeitos no Brasil, sem que a firma da autoridade expedidora tenha sido autenticada em Repartição consular brasileira, salvo nos casos de ausência de representação brasileira no país.

As guias de recolhimento de emolumentos na Alfândega do Rio de Janeiro são extraídas para documentos expedidos no exterior e destinados a terem validade em território nacional, mas que não foram autenticados em Repartição consular. A expedição das mencionadas guias decorre, também, da concessão de visto em passaporte. Os emolumentos são cobrados de acôrdo com a nova Consolidação da Tabela de Emolumentos Consulares.

Em 1964, foram extraídas 248 guias, num total de Cr$ 1.968,00 ouro.

AFRETAMENTO

A Instrução nº 181, de 22 de abril de 1959, da Superintendência da Moeda e do Crédito, estabelece juntamente com o Decreto 47.255, de 12 de novembro do mesmo ano, disposições relativas à obrigatoriedade de transporte em navios de bandeira nacional, para melhor proteção às Companhias paraestatais, como o Lóide Brasileiro P. N. e Companhia de Navegação Costeira, e às Companhias de Economia Mista, como a Frota Nacional de Petroleiros, de mercadorias importadas com o benefício de quaisquer favores governamentais e de mercadorias adquiridas com financiamento total ou parcial de estabelecimentos oficiais de crédito, como sejam as importações de trigo, màquinas, petróleo, e seus derivados, etc...

Há exceção, entretanto, nos casos em que as emprêsas de navegação brasileiras declararem, prèviamente, por escrito, à Comissão de Marinha Mercante e ao competente órgão de contrôle do comércio exterior a impossibilidade de realizar o transporte.

O Ministério das Relações Exteriores, a SUMOC, o Banco do Brasil S. A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Comissão de Marinha Mercante estão encarregados, dentro das suas atribuições, de incentivar o aumento da participação da frota mercante brasileira no transporte de longo curso.

Para atender ao transporte das mercadorias importadas com benefício governamental, as Companhias brasileiras de navegação utilizaram nesse transporte, em 1964, além de navios de sua propriedade, um elevado número de unidades afretadas, procurando, dêsse modo, contrabalançar as deficiências da Marinha Mercante brasileira.

Assim sendo, foram afretados, por Companhias brasileiras, cêrca de 242 navios estrangeiros assim discriminados:

a) Lóide Brasileiro P. N. . ... 114 navios
b) FRONAPE .... 107 navios
c) Navegação Riograndense S.A. .... 8 navios
d) L. Figueiredo Navegação S.A. ... 7 navios
e) Cia. Brasileira de Navegação Intercontinental . ... 8 navios
f) Emprêsa de Navegação Caillet Ltda. 2 navios

A totalidade dos navios afretados pelas Companhias L. Figueiredo Navegação S.A. e Emprêsa de Navegação Caillet Ltda. e a grande maioria dos afretados pelo Lóide Brasileiro foram utilizados no transporte de trigo da Argentina e dos Estados Unidos para o Brasil.

Cumpre assinalar o esfôrço pioneiro da Navegação Riograndense S.A. que, com o afretamento de 8 navios estrangeiros, procura melhorar o escoamento de mercadorias provenientes dos países da costa leste da África e da Ásia, inclusive do Japão e destinadas ao Brasil e vice-versa.

Dos navios afretados pelas Companhias brasileiras de Navegação, 63 são de bandeira liberiana, 43 de americana, 40 de norueguesa e 34 de grega.

IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

O Decreto 47.225, de 12 de novembro de 1959, determina a obrigatoriedade do transporte em navios de bandei-

ra brasileira de mercadorias importadas sob qualquer benefício governamental. Entre essas mercadorias se destacam o petróleo e os seus derivados. Conseqüentemente, o referido transporte se efetuará em navios da Frota Nacional de Petroleiros ou nos por ela afretados.

Sòmente nos casos em que a FRONAPE declarar, por escrito, não dispor de transporte, será concedida licença para transporte em navios de outras bandeiras. Para atender ao transporte de produtos petrolíferos importados pela Petrobrás e outras Companhias, a FRONAPE utilizou, além dos navios de sua propriedade, 107 navios afretados.

O Consulado Honorário em Punto Fijo foi a Repartição consular que maior número de telegramas (58) recebeu, autorizando a legalização de documentos de embarque de produtos petrolíferos destinados ao Brasil, seguindo-se o Consulado-Geral em Houston com 49, o Consulado-Geral em Nova Orleans com 41, o Consulado Honorário em Puerto La Cruz com 23, a Embaixada em Caracas com 15, e outros.

Convém assinalar que diversos documentos sôbre importação de petróleo não são legalizados em Repartições consulares, sendo os mesmos legalizados, e pagos os respectivos emolumentos consulares, nas Alfândegas de destino. Êsse fato se deve à inexistência de Consulados ou Representação do Brasil nos países de origem da mercadoria.

A Petrobrás importou, nas condições acima referidas, apesar de estar isenta de emolumentos quando os produtos se destinam ao seu consumo, US$ 10,029.600.00 (FOB) de petróleo de Kuwait, US$ 13,680.000.00 da Arábia Saudita, US$ 22,086.875.00 da União Soviética e US$ 25,277.800 do Iraque.

Importou, ainda, pagando emolumentos nos Consulados brasileiros sitos nos países de origem, US$ 16,635.822,50 (FOB) de óleos lubrificantes básicos, US$ 7.111.318.00 de gasolina de aviação, US$ 6,171.265,40 de querosene para jato, US$ 2,617.100.00 de gasolina automotiva tipo «A» e US$ 6,878.250.00 de gás liquefeito de petróleo, todos êles destinados à revenda às diversas Companhias petrolíferas estabelecidas no território nacional.

CARTÕES AUTÓGRAFOS

A Divisão Consular remeteu às Repartições nacionais abaixo assinaladas, para fins de reconhecimento de firmas, 4.523 cartões autógrafos de 67 autoridades diplomáticas e consulares brasileiras.

À Diretoria das Rendas Aduaneiras do Ministério da Fazenda são enviados, continuamente, a fim de serem distribuídos entre as Alfândegas e Mesas de Renda brasileiras, 85 cartões autógrafos de cada autoridade diplomática e consular lotada no exterior.

Recebem, ainda, 1 cartão autógrafo as seguintes Repartições: Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras; Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York e Delegacia Fiscal do Terouro Nacional em São Paulo.

A Divisão Consular remeteu, a pedido, uma coleção completa de autógrafos do pessoal diplomático no estrangeiro, composta de 284 cartões, para a Direção Geral da Fazenda Nacional em Brasília e para a Alfândega de Pelotas.

FICHÁRIO DE LEGISLAÇÃO

Está em fase de elaboração, por funcionários da Divisão Consular, um fichário composto de leis, decretos, portarias, Circulares da Secretaria de Estado e, de maneira geral, de tôda regulamentação de interêsse da Divisão Consular e do Departamento Consular e de Imigração.

EXPEDIENTES AO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores enviou ao Ministério da Saúde 59 (cinqüenta e nove), expedientes, assim discriminados:

a) Quadros estatísticos dos casos de doenças epidêmicas e contagiosas — 17;

b) Proibição de venda de medicamentos nocivos à saúde — 24;

c) Epidemia de cólera — 2;

d) Epidemia de encefalite — 4;

e) surto de difteria — 1;

f) Surto de varíola — 1;

g) Surto de Febre hemorrágica na Argentina — 1;

h) Surto de Febre amarela — 1;

i) Invasão de insetos transmissores da «Doença de Chagas», ao sul da Califórnia — 1;

j) Plano indonésio de erradicação da malária 1;

k) Informações sôbre dados relacionados com a febre tifóide (ocorrida em Aberdeen) — 1;

l) Legado instituído em Nova York, a favor da «Associação Nacional contra o Câncer» ou «Serviço Nacional do Câncer» — 1;

m) FISI. Projeto de Assistência Técnica — 1;

n) Pedido de auxílio para a menor equatoriana Ana Vargas — 3.

Por intermédio da Divisão Consular, foi encaminhada ao Ministério da Saúde cópia da carta enviada pela espôsa do Presidente da Junta Militar do Govêrno do Equador ao Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Quito, na qual solicitava internação e operação gratuitas para a menor equatoriana Ana Vargas, de sete anos de idade, portadora de uma lesão congênita do coração, denominada «tetralogia de Fallot», no que foi prontamente atendida. Também, em colaboração com o Ministério da Aeronáutica, a Divisão Consular obteve passagem, pelo CAN, para o Brasil, para a menina, acompanhada de seu pai e de seu médico assistente.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO

O movimento de expedientes da Divisão Consular é, sem dúvida, dos maiores da Secretaria de Estado. No presente ano, êsse movimento cresceu significativamente, a despeito do reduzido número de funcionários da Divisão. Os

dados, abaixo relacionados, testemunham a intensidade e o crescimento do trabalho da Divisão Consular:

Telegramas recebidos	1.330
Telegramas expedidos	1.741
Cartas-telegramas recebidas	832
Cartas-telegramas expedidas	921
Despachos	498
Ofícios	739
Notas	591
Cartas	125
Memoranda	235
Circulares	63
Cartas Patentes	56
Exequatur	66
Guias de emolumentos	248
Reconhecimentos	21.821
Total	29.266

DIVISÃO DE PASSAPORTES

ATRIBUIÇÕES

São atribuições da Divisão de Passaportes a concessão e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais, tarefa que lhe incumbe de acôrdo com o Decreto nº 3345, de 30 de novembro de 1938, combinado com o Decreto nº 21106, de 10 de maio de 1946, e outras instruções internas do Ministério das Relações Exteriores. São-lhe atribuídas, ainda, mais as seguintes tarefas: a expedição de cartas solicitando vistos (diplomáticos, especiais e comuns) às Missões diplomáticas estrangeiras, para os portadores dos mencionados passaportes; a concessão e prorrogação de carteiras de identidade especiais para estrangeiros, expedidas em favor de estrangeiros entrados no Brasil com vistos diplomáticos ou oficiais, grátis, e que não figuram na Lista Diplomática — de acôrdo com o artigo 30, parágrafo 4º do Decreto 7967, de 18 de setembro de 1945; a concessão, ou a autorização às Missões diplomáticas brasileiras e Repartições consulares no exterior, de visto em passaportes estrangeiros, a saber vistos de trânsito, vistos temporários, vistos temporários especiais, vistos oficiais e vistos diplomáticos — nos têrmos do já citado, Decreto nº 7967, dos Decretos ns. 2526, de 5 de julho de 1955, e 38315, de 16 de dezembro de 1955, e da Circular nº 4014, de 24 de julho de 1961; a distribuição de cadernetas de passaportes, diplomáticos (vermelhos), especiais (azuis), comuns (verdes) e para estrangeiros (amarelos), aos Estados e ao Distrito Federal; o contrôle das concessões de passaportes comuns, expedidos pela Polícia do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios, e o contrôle da concessão e prorrogação de todos tipos de passaportes outorgados pelas Repartições consulares da carreira e pelas Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular; ainda incumbem à Divisão a apreciação dos casos de desembarque definitivo e parte do processo de permanência definitiva de es-

trangeiros, funções que desempenha em colaboração com o Serviço de Registro de Estrangeiros, do Departamento Estadual de Segurança Pública, com as Delegacias de Estrangeiros nos Estados, com a superintendência da Polícia Agrária, com a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e com o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Também em colaboração com a Divisão de Cooperação Intelectual (DCint), ocupa-se a Divisão de Passaportes em regulamentar a prorrogação de vistos para estudantes — convênio nas Escolas Superiores do Brasil.

Finalmente, em prosseguimento a trabalho de anos anteriores, contam-se ainda entre suas atribuições o estudo e preparo de textos dos acôrdos internacionais sôbre vistos.

As atividades da Divisão de Passaportes foram consideràvelmente afetadas, durante o ano de 1964, pela transformação política de 31 de março. O volume de trabalho aumentou de maneira sensível durante o segundo e terceiro trimestres do ano, culminando nos meses de abril a junho. Explica-se o fato pelo contrôle rígido estabelecido naqueles dois trimestres — e continuado, posteriormente, se bem que de maneira atenuada, considerando-se a volta do País à normalidade — quanto à concessão e prorrogação de todo e qualquer passaporte diplomático, especial e comum, pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares. Estas, durante o referido período, sòmente concediam e prorrogavam passaporte, após consulta prévia à Secretaria de Estado, havendo sido baixadas instruções, visando a impedir que aquêles documentos fôssem outorgados ou concedidos indevidamente. Também em relação à concessão de vistos temporários — já que os vistos permanentes estão sob a fiscalização direta da Divisão de Imigração, desde princípios de 1963 — a Divisão de Passaportes, agindo sempre de acôrdo com instruções recebidas do Departamento Consular e de Imigração, ao qual está subordinada, exerceu severo contrôle sôbre a entrada de alienígenas no Brasil, reforçando certas medidas já em prática, estabelecendo outras e suprimindo algumas, levando em conta a situação que atravessava o país.

A Divisão de Passaportes, agindo de acôrdo com instruções recebidas da Seção de Segurança Nacional do Ministério, prestou à Comissão de Inquérito, incumbida de apurar

irregularidades na Casa, a necessária cooperação, na esfera de sua competência, preparando *dossiers* sôbre brasileiros e estrangeiros cujas atividades interessavam à referida Comissão, além de quadros estatísticos relativos à concessão de passaportes especiais e diplomáticos e a pedidos de vistos a Missões diplomáticas estrangeiras, êstes últimos abrangendo o quinqüênio 1959-1963.

Concessão e prorrogação de carteiras de identidade especiais para estrangeiros

No tocante a concessão e prorrogação de carteiras de identidade especiais para estrangeiros, a Divisão, que no assunto procura orientar-se segundo as normas seguidas pelo Instituto Felix Pacheco, decidiu conceder carteiras para menores, filhos de portadores, por analogia com o referido Instituto que concede documento de identidade a menores de idade de 14 e 15 anos e até mesmo de 5 anos de idade, ou menos, quando necessário. Um problema tem surgido na concessão de carteiras de identidade para os naturais da Europa Oriental. Sucede que nos países do Leste europeu é desabonador para o cidadão tirar suas impressões digitais, formalidade lá exigida apenas dos delinqüentes. Negam-se, portanto, os membros não-diplomáticos daquelas Missões a preencher suas fichas datiloscópicas, invocando mesmo o princípio de reciprocidade.

A orientação da Divisão tem sido no sentido de não transigir, não expedindo as carteiras sem a aposição das impressões digitais, seguindo o Instituto Felix Pacheco, que introduziu, como uma melhoria no serviço de identificação, a exigência da ficha datiloscópica dos interessados, conforme o Decreto nº 4764 de 5 de fevereiro de 1903, combinado com o Decreto número 37008, de 8 de março de 1955.

Intercâmbio comercial com os países do Leste europeu

O Comércio com os países do Leste europeu manteve-se bastante estável durante o ano de 1964 e o número de vistos concedidos aos representantes de firmas estatais dêsses países, especialmente a Iugoslávia, Polônia e Tcheco-Eslováquia, conservou-se em nível bastante elevado, conforme se

verifica do quadro abaixo, relativo à concessão de vistos a êsses representantes. A título informativo, indicam-se ainda os vistos concedidos a cidadãos de outros países socialistas — (entre parêntesis os dados relativos a 1963):

Relação dos vistos concedidos a cidadãos de países socialistas em 1964

	1964	(1963)
República Democrática Alemã ...	220	(237)
Búlgaros	12	(12)
Chineses	12	(7)
Cubanos	150	(40)
Húngaros	148	(139)
Iugoslavos	80	(208)
Lituanos	10	(5)
Poloneses	134	(162)
Romenos	62	(39)
Russos	46	(29)
Apátridas	34	—
Tcheco-eslovacos	270	(197)
Total	1.178	(1.075)

Desembarque definitivo e legalização de permanência definitiva

A Divisão tem respondido às consultas da Superintendência da Política Agrária sôbre a conveniência de concessão de desembarque definitivo de estrangeiros que ingressaram no Brasil sem haverem obtido o visto consular regulamentar, via de regra, determinando que se efetive o impedimento do desembarque, de acôrdo com o que dispõem os artigos 24 e 37 do Decreto número 7967/45 e o parágrafo único do artigo 6º do Decreto número 49-621-B/60.

A Divisão de Passaportes recebeu também, durante o ano de 1964, grande número de solicitações por parte daquela Superintendência e do Departamento do Interior e Justiça no sentido de serem solicitados aos consulados e Missões diplomáticas informações sôbre os antecedentes político-penais de pessoas que entraram clandestinamente no Brasil e desejam legalizar sua situação ou que, tendo sido admitidas

com vistos temporários, pretendam permanecer no país. O pedido é transmitido e a resposta comunicada aos órgãos interessados. A Divisão limita sua atuação ao trânsito, nas duas direções, das solicitações e dos informes recebidos.

Entrada de estrangeiros no Brasil — últimas disposições

A Lei mais recente é a de nº 4.473, de 12 de novembro de 1964, publicada no Diário Oficial de 17 de novembro de 1964, que dispõe sôbre as atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional e dá outras providências. De acôrdo com o § 1º do artigo 4º, a dispensa de exigência de visto consular aos turistas cidadãos de países americanos, prevista pelo artigo 1º da Lei nº 2.256, de 1955, é estendida aos cidadãos de todos os países com os quais o Brasil mantenha relações diplomáticas e assegurem aos brasileiros facilidades idênticas. A medida em aprêço virá certamente incrementar o turismo no Brasil e facilitará, sobremodo, a vinda de alienígenas nessas condições para os festejos do IV Centenário da fundação do Rio de Janeiro, em 1965.

Acôrdo Brasil-Israel para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais

Durante o ano de 1964 a Divisão encaminhou e viu assinado um Acôrdo, entre o Brasil e Israel, para supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço dos dois países. O acôrdo foi assinado no Rio de Janeiro, por troca de notas datadas de 6 de março de 1964, havendo sido publicado no Diário Oficial de 2 de abril de 1964.

Outros acôrdos em estudo para a supressão de vistos e vistos múltiplos

A Divisão de Passaportes iniciou estudos para três novos acôrdos sôbre a supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, respectivamente com a Índia, Guatemala e Líbano. Com os Estados Unidos da América estão bem avançados os estudos para a conclusão de um acôrdo sôbre vistos de múltiplas entradas, a serem concedidos por períodos que vão de um a dois anos a titulares de passaportes americanos diplomáticos, oficiais e de serviço.

Circulares

Foram expedidas, durante o ano, circulares (entre outras) sôbre os seguintes assuntos:

a) extravio e roubo de passaportes brasileiros;
b) extravio e roubo de passaportes estrangeiros;
c) cancelamento de passaportes estrangeiros;
d) não concessão de vistos;
e) novos tipos de passaportes, passaportes de emergência ou certificados de identidade estrangeiros reconhecidos pelo Govêrno brasileiro;
f) concessão de passaportes diplomáticos, especiais e comuns brasileiros;
g) facilidades para a concessão de vistos de turismo a membros de Congressos estrangeiros.

Estatística

As atividades de rotina da Divisão de Passaportes, no período de 1º de janeiro a 11 de dezembro de 1964, expressam-se pelos seguintes dados (entre parêntesis, os dados relativos a 1963):

1. *Passaportes diplomáticos*

   a) concedidos: 624 (412)
   b) prorrogados: 145 (172)

2. *Passaportes especiais*

   a) concedidos: 2069 (2335)
   b) prorrogados: 591 (744)

3. *Cadernetas de Identidade Especiais*

   a) concedidas: 664 (428)
   b) prorrogadas: 536 (458)

4. *Cartas de pedido de visto*

   a) diplomáticos: 500 (584)
   b) especiais: 1386 (1763)
   c) comuns: 52 (48)

5. *Vistos em passaportes estrangeiros*

   a) diplomáticos: 65 (74)
   b) oficiais: 193 (192)

6. Anotações em passaportes estrangeiros: 119 (295).
7. Circulares: 16 (17).
8. *Passaportes remetidos às autoridades brasileiras*

   a) diplomáticos: 450 (300)
   b) especiais: 332 (100)
   c) para estrangeiros: 700 (1100)
   d) comuns: 54285 (43600)

9. *Correspondência*

   a) telegramas: 1402 (925)
   b) cartas-telegramas: 1543 (985)
   c) ofícios: 1011 (1245)
   d) cartas: 42 (93)
   e) memorandos: 88 (74)
   f) notas-verbais: 146 (41)

IMIGRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 51.716, de 15 de fevereiro de 1963, que veio regulamentar a Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, a Secretaria de Estado expediu às Missões Diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e às Repartições Consulares a Circular 5.000, de 17-1-64, fruto de demorada elaboração na Divisão de Imigração, e que consolida, num só texto, tôdas as normas legais em vigor sôbre a concessão de vistos permanentes.

A Circular consubstancia a política imigratória brasileira, posta em prática pelo Itamaraty, desde que passou à sua atribuição a seleção de imigrantes no exterior.

A Circular trouxe grandes inovações à prática empregada pelos Consulados na concessão de vistos permanentes, possibilitando, antes de tudo, a unificação do procedimento e dos critérios de seleção. Exigindo a remessa à Secretaria de Estado das 3.as vias das fichas consulares de qualificação, em todos os vistos permanentes concedidos, permitiu ainda um maior contrôle da aplicação de suas normas.

A Circular veio acarretar grande redução no volume dos fluxos migratórios, uma vez que se funda em critérios seletivos de ordem qualitativa. Só se habilitam à concessão do visto permanente os operários qualificados, técnicos especializados e profissionais liberais de nível superior, além de capitalistas que transferirem seus bens para o Brasil e dos agricultores que se puderam tornar proprietários agrícolas em território nacional. Por outro lado, podem também obter o visto, dentro do programa de reunião familiar, os parentes dentro de certos limites — dos imigrantes já estabelecidos no Brasil ou que acompanharem aquêles que tiverem obtido o visto mercê de suas qualidades econômico-profissionais.

Com relação a Portugal, em nome da tradicional amizade luso-brasileira, foi adotada uma atitude excepcional, já

que tinham sido os imigrantes portuguêses os mais atingidos, dado o seu maior número, pelas normas restritivas da Circular 5.000.

Como resultado da passagem do Ministro Milton Faria, Chefe do Departamento Consular e de Imigração, por Lisboa, quando regressava das Reuniões de Maio do CIME e do ACNUR em Genebra, estabeleceu-se um tratamento especial para os portuguêses, que consistiu no acréscimo de 26 profissões à lista das que habilitam à concessão de vistos permanentes (só para portuguêses até 45 anos de idade) e na ampliação dos limites de parentes com vista ao chamamento de familiares de portuguêses entrados no Brasil antes do advento da Circular 5.000/64.

A Circular acarretou, ainda, uma série considerável de expedientes trocados entre as Repartições Consulares e a Secretaria de Estado, relativos a consultas sôbre a sua adequada aplicação. Tais expedientes, reunidos em maço especial, darão ensejo a uma revisão da Circular — que já se inclui nos planos da Divisão para o próximo ano — buscando o aprimoramento do seu texto e a correção de pequenas imperfeições.

SERVIÇOS DE SELEÇÃO DE IMIGRANTES NA EUROPA E NO EXTREMO-ORIENTE

Em complemento ao Decreto 51716/63, foi elaborado na Divisão de Imigração um projeto criando os Serviços de Seleção de Imigrantes na Europa e no Extremo-Oriente, que se converteu no Decreto nº 53.611, de 26 de fevereiro de 1964. Estabeleceu o Decreto que os referidos serviços, partes autônomas, respectivamente, da Delegação do Brasil em Genebra e das Embaixadas em Tóquio, sejam chefiados por diplomatas de carreira, lotados nas respectivas Missões, ficando diretamente responsáveis perante a Secretaria de Estado. Cada Serviço pode ser assessorado por um máximo de três técnicos de imigração designados em comissão e demissíveis *ad nutum*.

O Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa já está em pleno funcionamento, chefiado pelo Secretário Tarcisio Marciano da Rocha, que conta com o serviço dos seguintes Assessôres Técnicos: Senhora Maura de Barros Carvalho Sebescen, Oficial de Administração, Nível 16, do Quadro

Permanente da SUPRA, lotada junto à Embaixada em Bruxelas; Doutor Afonso Ligório Pinheiro Jofily, Médico Sanitarista do Quadro do Pessoal do Ministério da Saúde, lotado junto ao Consulado em Roma; e o Senhor Jeremias Pinheiro Câmara Filho, Diretor Agregado, Padrão «L», do Quadro do Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, lotado junto à Delegação em Genebra.

O Serviço de Seleção de Imigrantes no Extremo-Oriente se acha, ainda, em fase de instalação, já tendo sido designados, como Assessôres Técnicos, o Doutor Joaquim Broxado, Médico Nível 18 B., do Quadro do Pessoal do Ministério da Saúde, que já assumiu suas funções junto à Embaixada em Tóquio; e o Doutor Sílvio Alvim de Lima, Médico, nível 18-B., do Quadro do Pessoal do Ministério da Saúde, que deverá servir junto ao Consulado-Geral em Cobe. A Divisão de Imigração está elaborando normas sôbre a atuação do Serviço de Seleção de Imigrantes no Extremo-Oriente, bem como vem articulando as providências para a pronta estruturação do aludido Serviço.

REUNIÕES DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS (CIME)

O Brasil compareceu à IX Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças, à XXIII Sessão do Comitê Executivo e à XXI Sessão do Conselho do Comitê Intergovernamental para as Migrações (CIME), do qual o Brasil é membro fundador.

Foi a seguinte a Delegação brasileira àquelas reuniões:

Chefe: Ministro Milton Faria, Chefe do DCI;

Delegado Substituto: Primeiro Secretário Eduardo Moreira Hosannah (sem ônus);

Delegado: Segundo Secretário Renato Madasi, Assistente do Chefe da DIM;

Assessôres: Secretário Tarcisio Marciano da Rocha, Chefe do Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa;

Secretário Virgílio Moretzsohn de Andrade.

Sessão do Comitê Executivo:

O Brasil participou como observador da XXIIIª Sessão do Comitê Executivo do CIME, realizada em Genebra, de 5 a 8 de maio de 1964.

A Delegação brasileira teve ocasião de intervir no exame do ponto 7 da agenda «Assistência para os Programas de Formação de Trabalhadores Latino-Americanos na Europa» para anunciar que apresentaria ao Conselho do CIME o projeto sôbre a formação de trabalhadores e técnicos brasileiros na Europa (Documento MC/653/Add. 1).

Reunião do Conselho:

A XXI.ª Reunião do Conselho do CIME realizou-se em Genebra, no «Palais des Nations», de 11 a 15 de maio de 1964.

Falando na sessão de abertura, o Ministro Milton Faria, Chefe da Delegação brasileira, fêz uma exposição de ordem geral sôbre a situação política, social e econômica do Brasil, com o fim de esclarecer dúvidas sôbre a publicação de notícias veiculadas na imprensa européia e que não refletiam a realidade brasileira de após-revolução. Explicou a Revolução de abril como sendo de cunho popular, apoiada pelo exército, e resultante da fidelidade do povo brasileiro aos princípios democráticos, ameaçados por uma tentativa de comunização. Tranqüilizou os Governos — membros do CIME, assegurando-lhes a intenção do Govêrno brasileiro de respeitar todos os compromissos internacionais assumidos.

No exame do Documento MC/C/SR/187 «Política e Programas do CIME», a Delegação brasileira interveio para tecer considerações sôbre o desinterêsse de alguns governos pelas migrações nacionais e a falta de entusiasmo da Administração do CIME em adaptar-se à novas formas de atividade.

No curso dos debates sôbre «Imigração para a América Latina», o Chefe da Delegação brasileira exortou a Administração do CIME a dedicar o máximo de seus esforços à emigração qualificada européia para a América Latina e a intensificar o programa de assistência técnica para o Brasil.

Em resposta às observações do Delegado brasileiro, o Diretor do CIME fêz referência aos projetos de treinamento e adaptação profissional, respectivamente em Ponta Grossa, Paraná e no Estado da Guanabara, ambos em plena execução, e, ainda, à estreita colaboração entre a Administração do CIME e as autoridades brasileiras em matéria de imigração.

Na apresentação do relatório financeiro sôbre o exercício de 1963, constatou-se que o CIME havia gasto 1 milhão de dólares a mais do que recebera sob a forma de contribuições, e a razão de tal fato era a insuficiência de contribuições globais além do aumento substancial do transporte dos refugiados. Os Governos-membros convidados a fazer contribuições adicionais, anunciaram cada qual sua parcela, tendo o Brasil destinado a soma de 30 mil dólares para a seção III do orçamento — «Assistência Técnica», quantia essa que reverterá em benefício do próprio país, de vez que será utilizada na consecussão dos projetos brasileiros em curso naquele organismo.

A Delegação brasileira apreseutou projeto de assistência do CIME para a elaboração de programas de formação de mão-de-obra brasileira na Europa. O Delegado brasileiro acrescentou que sua proposta era fundada em estudos objetivos, consoante as necessidades reais do país e que sua implementação acarretaria aumento no fluxo imigratório e contribuiria sobremaneira para o desenvolvimento industrial do Brasil.

O projeto, exposto no Documento MC/653/Add 1, foi apoiado pelas Delegações da Venezuela, Espanha, Equador, Bélgica e Argentina, tendo o Delegado americano sugerido ao Diretor do CIME estudar mais a fundo o projeto para uma solução satisfatória. O mencionado projeto foi transformado na Resolução nº 19, que autoriza o Diretor a estudá-lo minuciosamente em consulta com os Governos interessados e a informar o Conselho sôbre a maneira pela qual o CIME poderia colaborar na sua execução.

X SESSÃO DO SUBCOMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CIME

Participou o Brasil, ao lado das Delegações da Alemanha, Austrália, Espanha e Estados Unidos da América, da X Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME, realizada em Washington, de 8 a 12 de setembro de 1964.

O Govêrno brasileiro foi representado pelo Secretário Tarcísio Marciano da Rocha, Chefe do Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa, o qual, findos os trabalhos da Sessão, enviou minucioso relatório à Secretaria de Estado.

Os debates focalizaram a situação deficitária em que se encontra o CIME, e a necessidade de comprimir as despesas.

Todavia, os cortes orçamentários não chegaram a prejudicar a implementação dos projetos de interêsse do Govêrno brasileiro que figuram na Seção III relativa ao Orçamento.

Os principais cortes verificados afetavam o movimento de refugiados. O interêsse do Brasil está em eximir-se de encargos financeiros quanto aos refugiados «novos», isto é, os afro-asiáticos, que não se incluem no conceito de refugiados reconhecido pelo Govêrno brasileiro, nos têrmos do Art. 6º do Estatuto do ACNUR, e do Art. 1º da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

A Delegação americana deixou antever a possibilidade de efetuar estudos quanto à utilização de reserva não utilizada dos Estados Unidos pelo CIME no financiamento de projetos brasileiros de colonização e formação profissional.

O Brasil participou da XXIV Sessão do Comitê Executivo, da XXII Sessão do Conselho do CIME, realizadas no «Palais des Nations», Genebra, de 3 a 13 de novembro de 1964.

Foi a seguinte a Delegação brasileira:

Chefe: Embaixador Antonio Correia do Lago, Chefe da Delegação permanente em Genebra;

Subchefe: Ministro Mílton Faria, Chefe do Departamento Consular e de Imigração;

Delegado: Conselheiro Quintino Deseta, Chefe da Divisão de Imigração;

Assessor: Secretário Caio Mario Caffé Nascimento.

XXIV SESSÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

O Brasil estêve presentes a esta sessão como observador.

A Delegação brasileira pediu ao Comitê Executivo que recomendasse ao Conselho a inclusão, no orçamento de 1965, do projeto para estabelecimento de agricultores europeus e brasileiros na Várzea da Palma, no Médio São Francisco, de importantes conseqüências econômicas e sociais para o desenvolvimento regional da zona considerada. O custo do projeto é de US$ 80.000.00, soma já assegurada, graças ao apoio de um govêrno simpatizante. O Presidente do Comitê Executivo, após a opinião de vários delegados, recomendou ao Conselho autorizar o Diretor a incluir o projeto brasileiro no orçamento de 1965.

XXII SESSÃO DO CONSELHO DO CIME

A Delegação brasileira apoiou o nome do Senhor Peter Scott, da Inglaterra, para o pôsto de Vice-Presidente do Conselho, o qual foi eleito por unanimidade.

O Conselho aprovou o plano de colonização da Várzea da Palma, de extraordinária importância para o desenvolvimento da zona periférica ao nordeste, no Médio São Francisco. A Delegação dos Estados Unidos assumiu responsabilidade pelo total financiamento da elaboração do projeto técnico a que destinou a soma de US$ 80.000,00 dos quais US$60.000,00 no exercício de 1965. A realização do projeto da Várzea da Palma vem de encontro aos desejos do Govêrno Brasileiro de encontrar soluções urgentes para os problemas sócio-econômicos das regiões rurais do Brasil. O projeto terá efeitos múltiplos sôbre o desenvolvimento econômico de todo o vale do São Francisco, de vez que tem a vantagem de permitir a utilização dos recursos hidráulicos locais sem acarretar grandes despesas de capital que geralmente exigem projetos regionais desta índole.

Várzea da Palma se encontra na periferia do «Polígono das Sêcas» que se estende por 8 Estados; é uma região árida e de forte densidade demográfica, cujas condições naturais satisfazem às exigências de projeto agrícola semelhante.

As condições naturais de Várzea da Palma permitem a realização do projeto, sendo que a água para a irrigação será fornecida em abundância pelo Rio das Velhas. Por outro lado, o clima local convém a uma grande variedade de culturas, o que permite a instalação ali de uma coletividade mista, com trabalhadores nacionais e imigrantes qualificados.

Graças a sua situação geográfica no ponto de interseção das linhas de comunicações existentes ou projetadas, das quais Várzea da Palma seria o centro, a colônia será religada a vários mercados de consumo, podendo atender as demandas de produtos agrícolas de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, bem como da nova capital federal, Brasília. A barragem de Três Marias dista 150 km. da Várzea da Palma.

Ressalte-se, ainda, que a infra-estrutura essencial — usina de transformação de produtos agrícolas, hospitais, escolas, aeroportos e portos fluviais — já existem na cidade vizinha de Pirapora.

O projeto prevê as instalações em Várzea da Palma de 350 a 450 unidades agrícolas familiais de dimensão média, e sua estrutura econômica, seu rendimento, marcarão importante progresso na criação de um nôvo tipo de exploração agrícola, média indispensável ao crescimento da produção agrícola nacional.

Conseguiu, ainda, a Delegação brasileira, a reeleição do Brasil, para membro do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME, órgão de maior valia para discussão e financiamento de nossos projetos de assitência técnica e desenvolvimento, de vez que sem o apoio do Subcomitê, dificilmente são liberadas as verbas para prosseguimento e ampliação dos mencionados projetos.

Ao fim da sessão do Conselho, o Diretor do CIME, Senhor Bastian W. Haveman, ciente de que o Ministro Milton Faria assumiria, em 1965, novas funções, pronunciou expressivas palavras, enaltecendo a atuação do Chefe do DCI na realização da Política Imigratória Brasileira e na implementação de produtos de desenvolvimento econômico do Brasil, patrocinados pelo CIME.

O Delegado dos Estados Unidos, Senador Warren, prestou homenagem calorosa ao Ministro Faria, referindo-se à «excelente obra» por êle realizada na apresentação e consecussão dos projetos brasileiros e como mentor da política imigratória do Brasil.

O Presidente do Conselho, Senhor Aguilar Mawdeley, usou da palavra, como Delegado da Venezuela, e associou-se à merecida homenagem ao Ministro Faria, desejando-lhe muito êxito em sua carreira. Da mesma maneira procedeu o Delegado da Colômbia, Senhor Arango.

O Chefe da Delegação brasileira, Ministro Milton Faria, agradeceu ao Diretor do CIME, ao Presidente do Conselho e delegados pelas amáveis palavras pronunciadas a seu respeito e agradeceu o apoio da parte de todos os membros do CIME na resolução dos projetos brasileiros. Elogiou, ainda, os esforços empreendidos por aquêle organismo.

REUNIÕES DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR)

O Brasil compareceu à XI.ª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR, realizada em Genebra, de 18 a 23 de maio de 1964.

A Delegação brasileira foi a mesma que a designada para as reuniões do CIME, de maio.

A Delegação brasileira sustentou sua posição, firmada na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 28 de julho de 1951, de só reconhecer como refugiados os deslocados por fôrça dos acontecimentos desenrolados na Europa, antes de 1º de janeiro de 1951. Nossa atitude é, pois, contrária à tendência de certos países para ampliar a conceituação do têrmo, tornando-o extensivo aos refugiados «novos», isto é, os afro-asiáticos.

O Brasil compareceu à XXIIª Sessão do Comitê Executivo do ACNUR, realizada em Roma, de 22 a 30 de outubro de 1964. A Delegação brasileira foi a mesma que a designada para as reuniões do CIME, de outubro.

A posição do Brasil quanto ao assunto foi análoga à que teve oportunidade de sustentar em reuniões anteriores, isto é, a de não estender a conceituação do têrmo «refugiados» aos pró-asiáticos e a de que o movimento de refugiados não deve constituir para nosso país menor fator agravante de sua densidade demográfica, sem contrapartida de investimentos em forma de assistência técnica e financeira.

INSTRUÇÕES À DELEGAÇÃO BRASILEIRA Á XIX ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU — RELATÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. ITENS 30 E 49 DA AGENDA

Mais uma vez êste ano coube à Divisão de Imigração o preparo das instruções a serem seguidas pela Delegação à XIX Assembléia Geral da ONU, no tocante ao problema dos refugiados.

A posição brasileira é a mesma que vem sendo mantida nas reuniões anteriores: restringir a conceituação de «refugiados» aos deslocados em virtude dos acontecimentos desenrolados na Europa, antes de 1º de janeiro de 1951.

Esta atitude, contrária ao reconhecimento dos «novos» refugiados afro-asiáticos, em desacôrdo com a tendência de certos países, de considerá-los como tais, se justifica pelas condições demográficas do Brasil, que não favorecem o seu acolhimento em território nacional.

As instruções são no sentido de aprovar os relatórios a serem apreciados na Assembléia Geral, desde que não haja participação financeira da parte do Govêrno brasileiro. Os compromissos do Brasil se confinam às disposições constantes do Estatuto e da Convenção de 1951, relativas aos refugiados «antigos».

Levantamento do cadastro de mão-de-obra industrial

A finalidade do projeto é harmonizar a corrente imigratória com os interêsses nacionais e, para tal, realizar o levantamento das reais possibilidades do país em mão-de-obra especializada — técnicos e diplomatas com grau universitário. Nesse sentido a Divisão de Imigração, em cooperação com a Missão do CIME no Rio de Janeiro, elaborou no ano de 1964 um questionário que foi encaminhado às principais firmas industriais do país, a fim de que opinassem quais as profissões qualificadas mais úteis ao desenvolvimento sócio-econômico do Brasil.

O projeto visa a uma adequada programação e orientação do esfôrço brasileiro de industrialização, sobretudo nos setores onde há necessidade da criação de «know-how» eminentemente nacional. O levantamento deverá completar-se pela elaboração de uma classificação-padrão, uniforme, das ocupações qualificadas da indústria brasileira.

Com os resultados obtidos nessa pequisa das condições do mercado de trabalho nacional, tornou-se possível a elaboração de nova lista de profissões a que terão que atender os imigrantes para se qualificarem. O nôvo programa imigratório assim lançado apresenta 170 novas profissões.

Centro de Treinamento de Líderes Rurais

No dia 3 de fevereiro de 1964, foi inaugurado o Centro de Treinamento de Líderes Rurais, instalado na Colônia Agrícola de Holambra, em Campinas, no Estado de São Paulo. O referido Centro, aprovado pelo CIME em 1963, por iniciativa do Itamaraty, tem como finalidade ministrar conhecimentos técnicos e práticos de um sistema cooperativista agrícola moderno aos que pretendem trabalhar no desenvolvimento de comunidades rurais. Os candidatos ao curso são escolhidos na Federação dos Clubes Agrícolas de

São Paulo entre agricultores e filhos de agricultores com qualificações pessoais e suficientes antecedentes para se tornarem líderes rurais nas comunidades onde vivem.

Duas turmas de alunos brasileiros já se formaram pelo Centro durante o ano de 1964. Aos atos de formatura, a Divisão de Imigração se tem feito representar por seu chefe. Êsse empreendimento com excelentes resultados é fruto da conjugação de esforços entre o CIME, Departamento de Imigração do Estado de São Paulo, a Holambra, e o Departamento Consular e de Imigração do Itamaraty.

Após entendimentos com a Administração do CIME em Genebra, a Divisão de Imigração providenciou a edição do folheto «Brasil» destinado a candidatos à emigração para o Brasil. O referido folheto, editado em vários idiomas (espanhol, francês, inglês, alemão, holandês e italiano), tem duas edições: uma para o imigrante dirigido, financiado pelo CIME, e outra para o imigrante espontâneo, paga com a verba «material» do Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa. O folheto contém informações úteis sôbre o Brasil para o candidato à emigração, e seu texto, preparado pelo CIME, foi revisto, atualizado e aprovado pela Divisão de Imigração. Sua distribuição às Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior já foi iniciada pelo Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa.

ACÔRDOS DE MIGRAÇÃO

Brasil-Japão

Prosseguiram êste ano as medidas tendentes à efetiva execução do Acôrdo de Migração Brasil-Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960, e cujos instrumentos de ratificação foram trocados em Tóquio, a 29 de outubro de 1963.

A 6 de março do corrente ano, em solenidade realizada no Palácio Itamaraty, procedeu-se à instalação da Comissão Mista, instituída pelo Art. 43 do Acôrdo.

A Seção brasileira era então representada pelo Conselheiro Paulo Henrique de Paranaguá, Chefe da Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores, Doutor Alcino Teixeira de Mello e Professor David Felinto Caval-

canti, respectivamente, Assessor do Presidente da SUPRA para Assuntos de Migração e Chefe da Divisão de Migrações do Departamento de Colonização e Migrações Internas da mesma Superintendência.

A Seção japonêsa se constituia dos Senhores Seichi Shima, Conselheiro da Embaixada, Schichizo Tzuruga, Cônsul em São Paulo, e Yukichi Suzuki, representante da «JAMIC».

Usaram da palavra, na ocasião, o Embaixador do Japão, Senhor Keiichi Tatsuke, e o Ministro Milton Faria, Chefe do Departamento Consular e de Imigração, que traçou rápido histórico da imigração japonêsa no Brasil.

Posteroirmente, reivindicou o Itamaraty uma maior participação na Comissão Mista, uma vez que lhe incumbia, por fôrça da Lei Delegada nº 11, a seleção de imigrantes no exterior.

Essa reivindicação foi consagrada no Decreto do Senhor Presidente da República, de 9 de novembro de 1964, nomeando a seguinte Delegação para constituir a Seção brasileira na Comissão: Delegados: Conselheiro Quintino Deseta, Chefe da Divisão de Imigração, e Doutor Alcino Teixeira de Mello, Representante da SUPRA.

Com a extinção da SUPRA e entrada em vigor de nova legislação relativa ao Estatuto da terra e criação de novos órgãos incumbidos de dar execução à reforma agrária a Comissão Mista se reunirá tão pronto seja possível contar com a presença de um representante do órgão assim criado.

Brasil-Espanha

Foram trocados, em 10 de junho de 1964, os instrumentos de ratificação do Acôrdo de Migração Brasil-Espanha, assinado em Madrid, em 27 de dezembro de 1960. Em 7 de agôsto, foi instalada solenemente a Comissão Mista, prevista no Art. 53 do Acôrdo, com a presença do Embaixador Vasco Tristão da Cunha, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e do Senhor Jesus Romeo Corria, Ministro do Trabalho da Espanha, em visita ao Brasil na ocasião.

Por decreto do Senhor Presidente da República, de 14 de setembro de 1964, foi nomeada a seguinte Delegação para

compor a Seção brasileira na Comissão Mista: Chefe: Ministro Milton Faria, Chefe do Departamento Consular e de Imigração do Ministério das Relações Exteriores; Delegados: Doutor José Luciano de Nóbrega Filho, Diretor Geral do Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho; Conselheiro Quintino Deseta, Chefe da Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores; Senhora Maria da Glória de Souza Reis, Representante da SUPRA.

É a seguinte a composição da Seção Espanhola: Chefe: Senhor D. Luiz Viñals y de Font, Cônsul Geral da Espanha em São Paulo; Senhor D. José Maria Navarro Martin, Adido do Trabalho da Embaixada da Espanha; Senhor D. Manuel Garcia Moraleja, Cônsul Geral da Espanha no Rio de Janeiro.

Logo após a instalação, realizou-se a 1.ª Reunião, para a qual se estabeleceu a seguinte agenda:

1. A Circular 5.000, de 17 de janeiro de 1964, e sua aplicação em face do Acôrdo de Migração Brasil-Espanha;
2. Projeto de cooperação no plano da previdência social segundo o Inciso *d* do Art. 55 do Acôrdo;
3. Exame das possibilidades de cooperação no setor da assistência técnica, com vistas à formação e treinamento de mão-de-obra qualificada;
4. Exame das possibilidades de incremento da migração da mão-de-obra qualificada;
5. Regimento interno da Comissão Mista, segundo o Inciso e do Art. 55 do Acôrdo;
6. Exame das medidas indispensáveis à pronta implementação das cláusulas do Acôrdo;

Dessa reunião foi lavrada Ata final assinada pelos Chefes das Seções brasileira e espanhola, de que constam as primeiras medidas tendentes à melhor execução dos têrmos do Acôrdo, sobretudo no que tange a certos problemas relativos à reunião familiar e à concessão de facilidades aduaneiras aos imigrantes dirigidos espanhóis.

Em 16 de dezembro último, realizou-se a «2.ª reunião ordinária da Comissão Mista, durante a qual, entre outros assuntos, o Chefe da Seção brasileira deu a conhecer o teor do nôvo programa de imigração tendente a incrementar a imigração para o Brasil.

1. estabelecimento de um nôvo programa imigratório com 170 novas profissões para possibilitar a vinda para o Brasil de parentes mais afastados de imigrantes espanhóis, desde que exerçam uma das profissões constantes da nova lista.

2. ofício à Diretoria das Rendas Aduaneiras, solicitando o fiel cumprimento dos Arts. 9º e 10º do Acôrdo, que tratam de isenção de direitos alfandegários para os imigrantes dirigidos espanhóis.

Brasil-Itália

Foi aprovado pelo Congresso Nacional o texto do Acôrdo de Migração Brasil-Itália (Decreto-legislativo nº 101, de 18-XI-64), assinado em Roma a 9-XII-60.

A Divisão de Imigração está, juntamente com a Divisão de Atos Internacionais, ultimando as providências, no sentido de efetuar-se a troca dos instrumentos de ratificação do Acôrdo, e de realizar a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Itália. A Seção brasileira está assim constituída: Chefe: Ministro Milton Faria, Chefe do Departameno Consular e de Imigração; Delegados: Conselheiro Quintino Deseta, Chefe da Divisão de Imigração e Secretário Renato Madasi, Assistente do Chefe da Divisão de Imigração; Assessôres: Secretários Virgílio Moretzsohn de Andrade e Caio Mario Caffé Nascimento, funcionários da Divisão de Imigração.

ASSUNTOS JURÍDICOS

O Departamento de Assuntos Jurídicos, dentro do âmbito das atribuições específicas que lhe foram cometidas pela Lei nº 3.917/61, teve suas atividades sobremodo acrescidas no corrente ano. Muito concorreu para isso a mudança radical por que passou o país, em conseqüência do movimento de 31 de março passado.

Assim é que, além daquelas atribuições das quais normalmente está incumbido, foi o Departamento de Assuntos Jurídicos chamado a pronunciar-se freqüentes vêzes para implementar a ação da Justiça ou prestar-lhe esclarecimentos sôbre assuntos diversos, em vista da adoção de medidas tomadas nos vários escalões da administração pública, como decorrência do Ato Institucional. Não poucas vezes, de fato, prestou informações sôbre pessoas cuja situação jurídica era necessário configurar, em vista de haverem sido atingidas por aquêle Ato. Tal aconteceu em relação às Comissões de Inquérito, em processos resultantes das atividades dêsses órgãos. Colaborou, também, com a Justiça Militar, fornecendo-lhe dados e elementos necessários ao julgamento de estrangeiros cujos processos correram naquela Côrte.

O grande número de brasileiros, atingidos pelo Ato Institucional e que procuraram asilo diplomático e territorial nas Embaixadas estrangeiras ou países limítrofes, tiveram gestionadas no Departamento de Assuntos Jurídicos as diversas providências a êles atinentes, através da troca de notas àquelas Representações diplomáticas, comunicações e avisos ao Ministério da Justiça e expedição de salvo-condutos. Graças ao perfeito entrosamento com as autoridades nacionais e Missões estrangeiras, foi possível disciplinar a concessão dos salvo-condutos, para que os interessados pudessem deixar o país com segurança, elevando-se a 184 o número daqueles que já se beneficiaram dêsse instituto.

Vale ainda mencionar, sôbre o assunto, a contribuição do Departamento de Assuntos Jurídicos quando da estada,

nesta cidade, do Ministro do Exterior do Uruguai, Chanceler Zorilla de San Martin, para tratar da situação dos asilados territoriais em seu país, oportunidade em que ficou concertada a conduta das autoridades uruguaias, a fim de evitar que a presença dêsses asilados pudesse causar um arrefecimento nas relações entre ambos os paises. Coube então ao Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos não só tomar parte nessas conversações mas ainda nas gestões tendentes a resguardar os vitais interêsses da Revolução de 31 de março passado.

Recentemente, teve êste Departamento ensejo de prestar sua colaboração ao Ministério da Guerra, no tocante aos bolivianos que se internaram pelo Brasil por ocasião dos últimos acontecimentos em seu país.

No que tange às atividades normais do Departamento de Assuntos Jurídicos, vale ressaltar, entre outras, o elevado número de pareceres expedidos, num total de 98, bem como os memorandos em número de 103, sôbre assuntos diversos.

DIVISÃO JURÍDICA

A Divisão Jurídica desenvolveu, em 1964, atividade intensa e significativa, desincumbindo-se de tôdas as tarefas que lhe foram cometidas.

ÁREA JURÍDICA INTERNACIONAL

Cartas-rogatórias

A matéria, na aparência, pode dar origem a controvérsias, e exigir, conforme atestam os arquivos, providências especiais da Divisão Jurídica. Citaremos, a título de ilustração, o caso de uma reclamação feita pelo Govêrno britânico, junto à Embaixada do Brasil em Londres, contra a cobrança de custas judiciais para o cumprimento de uma carta-rogatória expedida pelas Justiças da Grã-Bretanha, cujo montante o «Foreign Office» julgara excessivo. Graças à intervenção direta da Divisão Jurídica junto ao Cartório do Estado da Guanabara, interessado na questão, obteve-se o próprio cancelamento do pagamento das custas.

Outros casos que envolvem conflito de normas processuais e divergênica de interpretações de atos internacionais constituem nova área de ação em que a Divisão Jurídica é chamada a atuar. Órgãos judiciários e Embaixadas estrangeiras têm recebido sua colaboração, além de esclarecimentos sôbre aspectos da doutrina e da prática seguidas pelo Govêrno brasileiro em matéria de Direito Internacional, bem como a respeito do direito substantivo e adjetivo do Brasil.

Nacionalidade brasileira

Conquanto o texto constitucional o defina e a lei ordinária o tenha regulado, o estatuto da nacionalidade permanece sujeito a conflito de leis. Incluem-se nesse capítulo os

casos de dupla nacionalidade, aquisição compulsória de nacionalidade (opção pela nacionalidade estrangeira), nacionalidade da mulher casada, etc., assuntos que exigem normalmente atenção dos serviços da Divisão. Cumpre, também, assinalar as falhas que, freqüentemente, se observam na documentação que deve instruir, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o processo da perda de nacionalidade brasileira. Tais lapsos determinam, em muitos casos, apreciações e estudos.

Finalmente, outras questões relacionadas com a nacionalidade derivam de circunstâncias especiais que obrigam paciente exame e interpretação dos textos legais aplicáveis à espécie. Cite-se, como exemplo, o caso de cidadãos brasileiros que prestam serviço militar ao Exército dos Estados Unidos da América, forçados pela alternativa de cumprir tal obrigação ou de abandonar o país. Sôbre o assunto, o parecer da Divisão seguiu a interpretação dada pela Consultoria Geral da República ao artigo 130 da Constituição Federal e que mereceu a aprovação do Chefe do Executivo.

Extradição

Os expedientes sôbre a matéria, antes de serem encaminhados à Justiça ou às Missões brasileiras, são examinados à luz da lei brasileira e dos tratados em vigor.

Expulsão

A expulsão de estrangeiros do território nacional exigiu providências por parte da Divisão Jurídica, inclusive a expedição de Circulares relativas a cada caso.

Outros Assuntos

Ainda no quadro de suas atribuições, a Divisão Jurídica prestou assistência jurídica no âmbito internacional, ao responder *inter alia* consultas vindas do exterior sôbre questões de adoção no direito brasileiro, validade de procurações, abertura de inventários.

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

Além de preparar os instrumentos dos atos internacionais de que o Brasil é parte e de acompanhar os trâmites de sua processualística, a Divisão de Atos Internacionais foi chamada a se manifestar sôbre aspectos jurídicos e formais de tratados e convenções, o que lhe deu orportunidade de estudar vários problemas atinentes ao Direito Constitucional brasileiro. Houve, assim, ocasião de se firmarem certos princípios e de se consolidarem outros dentro da linha tradicional que o Itamaraty vem adotando no que diz respeito aos aspectos jurídicos e formais dos atos internacionais.

Com referência à apreciação, pelo Congresso Nacional, dos tratados e convenções que, *ex vi* de dispositivos constitucionais, lhe são submetidos, cumpre assinalar o interêsse de ambas as Casas do Poder Legislativo, o que possibilitou a rápida aprovação de número elevado de atos internacionais, com evidente vantagem para a normalidade das relações internacionais do Brasil. Para tanto contribuiu o regime de urgência que vigora para a tramitação dos projetos de decretos legislativos de aprovação de tratados e convenções, bem como a efetiva colaboração do Serviço de Relações com o Congresso.

Internamente, a Divisão de Atos Internacionais preocupou-se sobretudo com a revisão e atualização de seus fichários, reorganizando-os e arquivando-os de modo mais prático, a fim de poder atender com mais presteza e proficiência as numerosas consultas que diàriamente lhe são dirigidas pelas diversas divisões da Casa e outros órgãos da Administração.

ATOS INTERNACIONAIS FIRMADOS EM 1964

Paraguai — Acôrdo relativo ao funcionamento do Colégio Experimental em Assunção.

Concluído em Assunção, por troca de notas, a 7 e 10 de janeiro de 1964.

Grécia — Prorrogação até 30 de julho de 1964, do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 1960.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 30 de janeiro de 1964.

Organização dos Estados Americanos — Acôrdo para o estabelecimento do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico Regional em Fortaleza.
Assinado em Washington, a 3 de fevereiro de 1964.

Diversos — Ajuste de complementação sôbre válvulas eletrônicas.
Assinado em Montevidéu, a 18 de fevereiro 1964.

Israel — Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 6 de março de 1964.

Dinamarca — Ajuste sôbre disposições aplicáveis no caso de abrogação do Ajuste de Pagamentos entre o «Banco do Brasil» e o «Danmarks Nationalbank».

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 25 de março de 1964.

Estados Unidos — Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas. Ajuste relativo à taxa de câmbio aplicável aos depósitos em cruzeiros.
Concluído no Rio de Janeiro, a 10 de abril 1964.

Itália — Acôrdo sôbre Co-produção Cinematográfica.
Concluído em Roma, por troca de notas, a 18 de abril de 1964.

Estados Unidos — Emenda ao Quinto Acôrdo de Produtos Agrícolas.
Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas a 15 de maio de 1964.

Argentina — Acôrdo relativo à cessão ao Estado da Guanabara de parte do terreno da Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro.

Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 16 de julho de 1964.

Grécia — Prorrogação até 30 de janeiro de 1965 do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 1960.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 30 de julho de 1964.

Rep. Fed. da Alemanha — Segundo Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação técnica.
Assinado no Rio de Janeiro, a 10 de agôsto de 1964.

Bolívia — Protocolo adicional ao Tratado sôbre ligação ferroviária de 1938.
Assinado em La Paz, a 23 de julho de 1964.

Espanha — Convênio de Cooperação Social.
Assinado no Rio de Janeiro, a 11 de agôsto de 1964.

Diversos — Acôrdo Internacional do Cacau.
Assinado no Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1964.

Senegal — Acôrdo Cultural.
Acôrdo Comercial.
Assinados em Brasília, a 23 de setembro de 1964.

Suíça — Acôrdo de consolidação da Dívida comercial brasileira.
Assinado no Rio de Janeiro, a 9 de outubro de 1964.

França — Acôrdo de consolidação da dívida comercial brasileira.
Assinado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro 1964.

Grã-Bretanha — Acôrdo de consolidação da dívida comercial brasileira.
Assinado no Rio de Janeiro, a 14 de outubro 1964.

Rep. Fed. da Alemanha — Acôrdo de consolidação de compromissos comerciais brasileiros.
Assinado no Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1964.

Itália — Protocolo adicional ao Acôrdo para a consolidação dos compromissos comerciais brasileiros de 3 de agôsto de 1962.
Assinado no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1964.

Costa Rica — Convênio de Intercâmbio Cultural.
Assinado em São José, a 19 de novembro de 1964.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS EM 1964

Bulgária — Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica. Sófia, 21 de abril de 1961.
Decreto nº 53.401 de 9 de janeiro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 14 de janeiro de 1964.

Países Baixos — Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1959.
Decreto nº 53.923 de 20 de maio de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 10 de junho de 1964.

Diversos — Convenção sôbre o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e Protocolo de emenda.
Decreto nº 53.939 de 1º de junho de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 2 de junho de 1964.

China — Acôrdo de Comércio — Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1962.
Decreto nº 53.971 de 19 de junho de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 22 de junho de 1964.

Espanha — Acôrdo de Migração, Madrid, 27 de dezembro de 1960.
Decreto nº 53.998 de 3 de julho de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 6 de julho de 1964.

República Federal da Alemanha — Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, Bonn, 30 de novembro de 1964.
Decreto nº 54.075, de 30 de julho de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 4 de agôsto de 1964.

República Federal da Alemanha — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos. Rio de Janeiro, 29 de agôsto de 1957.
Decreto nº 54.173, de 21 de agôsto de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 26 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção única sôbre entorpecentes, Nova York. 30 de março de 1961.
Decreto nº 54.216, de 27 de agôsto de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 1º de setembro de 1964.

Israel — Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, Recife, 10 de março de 1962.
Decreto nº 54.247, de 2 de setembro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 8 de setembro de 1964.

Diversos — Acôrdo que institui o Centro Latino-americano de Física. Rio de Janeiro. 26 de janeiro de 1962.
Decreto nº 54.289 de 16 de setembro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 18 de setembro de 1964.

Diversos — Convenção relativa à Troca Internacional de Publicações, Paris, 3 de dezembro de 1958.
Decreto nº 54.291 de 16 de outubro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1964.

Estados Unidos da América — Acôrdo para o estabelecimento da Missão Naval Norte-americana no Brasil, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1942.
Decreto nº 54.290 de 16 de setembro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 21 de setembro de 1964.

Organização Mundial de Saúde — Convênio Básico, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1954.
Decreto nº 54.366 de 1º de outubro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 6 de outubro de 1964.

França — Acôrdo de cooperação para emprêgo pacífico da energia nuclear, Rio de Janeiro — 2 de maio de 1962.
Decreto nº 54.496 de 16 de outubro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 21 de outubro de 1964.

Polônia — Acôrdo Cultural, Brasília, 19 de outubro de 1961.
Decreto nº 55.088 de 26 de novembro de 1964.
Publicado no Diário Oficial de 1º de dezembro de 1964.

ATOS INTERNACIONAIS APROVADOS EM 1964

Diversos — Convenção sôbre a Troca Internacional de Publicações.
Paris, 5 de dezembro de 1958.
Decreto legislativo nº 1, de 30 de março de 1964.

Diversos — Convenções da O.I.T. nº 115 — Proteção Contra as Radiações Ionizantes, 1960 e nº 116 — Revisão dos artigos finais, 1961.
Decreto legislativo nº 2, de 7 de abril de 1964.

Diversos — Acôrdo que institui o Centro Latino-americano de Física — Rio de Janeiro — 26 de março de 1962.
Decreto legislativo nº 3, de 7 de abril de 1964.

Israel — Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, Recife, 12 de março de 1962.
Decreto legislativo nº 4, de 7 de abril de 1964.

Diversos — Convenção única sôbre entorpecentes, Nova York, 30 de março de 1961.
Decreto legislativo nº 5, de 7 de abril de 1964.

República Federal da Alemanha — Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, Bonn, 30 de novembro de 1963.
Decreto legislativo nº 7, de 8 de maio de 1954.

Itália — Acôrdo Cultural — Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1958.
Decreto legislativo nº 8, de 3 de junho de 1964.

Bolívia — Convênio de Tráfico Fronteiriço, La Paz, 29 de março de 1958.
Decreto legislativo nº 11, de 9 de junho de 1964.

Japão — Convênio de Intercâmbio Cultural, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1961.
Decreto legislativo nº 12, de 18 de junho de 1964.

Estados Unidos da América — Tratado de Extradição e Protocolo Adicional, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1961 e 18 de junho de 1962.
Decreto legislativo nº 13, de 18 de junho de 1964.

Diversos — Protocolo de prorrogação do Acôrdo Internacional de Açúcar de 1958.
Londres, julho de 1963.
Decreto legislativo nº 14, de 19 de junho de 1964.

Colômbia — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, Bogotá, 25 de maio de 1958.
Decreto legislativo nº 15, de 25 de junho de 1958.

Diversos — Estatutos do Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais.
Decreto legislativo nº 16, de 1º de julho de 1964.

Portugal — Acôrdo de Turismo, Lisboa, 9 de agôsto de 1960.
Decreto legislativo nº 17, de 1º de julho de 1964.

Estados Unidos da América — Acôrdo para o estabelecimento de uma Missão Naval Norte-Americana, Brasil, 7 de maio de 1942.
Decreto legislativo nº 19, de 8 de julho de 1964.

Espanha — Acôrdo Cultural, Madrid. 25 de junho de 1960.
Decreto legislativo nº 20, de 17 de julho de 1964.

Diversos — Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) Quebec, 1945.
Decreto legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964.

Polônia — Acôrdo sôbre Comércio e Pagamentos, Rio de Janeiro, 19 de agôsto de 1960.
Decreto legislativo nº 22, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Atos firmados no XIV Congresso da União Postal Universal, Ottawa, 3 de outubro de 1957.
Decreto legislativo nº 23, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção sôbre a Organização e a Personalidade Jurídica da Repartição Hidrográfica Internacional, Paris, 24 de abril de 1959.
Decreto legislativo nº 25, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção para a proteção dos artistas intérpretes ou executantes dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão, Roma, 26 de outubro de 1961.
Decreto legislativo nº 26, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção da O.I.T. nº 113. Exame médico dos pescadores, Genebra, 1959.
Decreto legislativo nº 27, de 5 de agôsto de 1964.

Itália — Acôrdo sôbre serviço militar, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1958.
Decreto legislativo nº 28, de 5 de agôsto de 1964.

México — Convênio de Intercâmbio Cultural, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1960.

Decreto legislativo nº 29, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Tratado de proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água, Moscou, 5 de agôsto de 1964.

Decreto legislativo nº 30, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Protocolo de Negociações Tarifárias realizadas com Áustria, Austrália, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Japão e Suécia sôbre o Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) no período de novembro de 1960 a junho de 1961.
Decreto legislativo nº 32, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção da O.I.T. nº 110 — Trabalhadores em fazendas, Genebra, 1958.
Decreto legislativo nº 33, de 5 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenção sôbre Asilo Territorial, Caracas.
Decreto legislativo nº 34, de 12 de agôsto de 1964.

Bélgica — Acôrdo Cultural, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1960.
Decreto legislativo nº 38, de 12 de agôsto de 1964.

Colômbia — Acôrdo de intercâmbio Cultural, Bogotá, 29 de abril de 1963.
Decreto legislativo nº 41, de 27 de agôsto de 1964.

Bolívia — Convênio para o estabelecimento no Pôrto de Corumbá de um Entreposto de Depósito Franco, La Paz, 29 de março de 1958.
Decreto legislativo nº 42, de 27 de agôsto de 1964.

Argentina — Convênio de Amizade e Consulta, Uruguaiana, 21 de abril de 1961.
Decreto legislativo nº 44, de 27 de agôsto de 1964.

Diversos — Emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 1962.
Decreto legislativo nº 51, de 31 de agôsto de 1964.

Bolívia — Convênio de Trânsito Livre, La Paz, 29 de março 1958.
Decreto legislativo nº 52, de 31 de agôsto de 1964.

Argentina — Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita, Buenos Aires, 15 de novembro de 1961.
Decreto legislativo nº 53, de 31 de agôsto de 1964.

Diversos — Convenções para adoção de uma lei uniforme sôbre letras de câmbio e notas promissórias (Genebra, 1930) e cheques (Genebra, 1931) e respectivos protocolos.
Decreto legislativo nº 54, de 8 de setembro de 1964.

República Federal da Alemanha — Acôrdo sôbre privilégios aduaneiros de Consulados de carreira e seus funcionários, Bonn, 30 de novembro de 1963.
Decreto legislativo nº 57, de 8 de setembro de 1964.

Diversos — Protocolo de emenda ao Acôrdo relativo à Repressão da Circulação de Publicações Obscenas de 1910, Nova York, 4 de maio de 1949.
Decreto legislativo nº 58, de 9 de setembro de 1964.

Argentina — Tratado de Extradição, Buenos Aires, 15 de novembro de 1961.
Decreto legislativo nº 85, de 29 de setembro de 1964.

Diversos — Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, Washington, 15 de maio de 1949.
Decreto legislativo nº 99, de 9 de novembro de 1964.

Itália — Acôrdo de Migração, Roma, 7 de dezembro de 1960.
Decreto legislativo nº 101, de 18 de dezembro de 1964.

Diversos — Resoluções 1991, A e B, adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Emenda à Carta das Nações Unidas.
Decreto legislativo nº 102, de 18 de novembro de 1964.

Diversos — Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas, 18 de abril de 1961.
Decreto legislativo nº 103, de 18 de novembro de 1964.

Diversos — Convenção da O.I.T. nº 111. Discriminação em matéria de emprêgo e profissão, Genebra, 1958.
Decreto legislativo nº 104, de 21 de novembro de 1964.

Diversos — Protocolo de emenda às Convenções para a Repressão do Tráfico de Brancas, de 1904 a 1910, Nova York, 4 de maio de 1949.
Decreto legislativo nº 109, de 26 de novembro de 1964.

União Soviética — Acôrdo de Comércio e Pagamentos, Rio de Janeiro. 20 de abril de 1963.
Decreto legislativo nº 111, de 28 de novembro de 1964.

Diversos — Protocolo de emenda ao artigo 48 da Convenção da Aviação Civil Internacional de 1944, Roma, 1962.
Decreto legislativo nº 113, de 1º de dezembro de 1964.

Estados Unidos da América — Prorrogação do Acôrdo sôbre Serviços Técnicos Especiais, de 1953.
Decreto legislativo nº 115, de 2 de dezembro de 1964.

França — Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades a Peritos e Técnicos franceses no Brasil, Rio de Janeiro, 16 a 22 de janeiro de 1963.
Decreto legislativo nº 116, de 2 de dezembro de 1964.

Bolívia — Convênio para o estabelecimento em Pôrto Velho de um entreposto de depósito franco, La Paz, 29 de março de 1958.
Decreto legislativo nº 117, de 2 de dezembro de 1964.

Diversos — Acôrdo sôbre privilégios e imunidades da Associação Latino-americana de livre Comércio.
Decreto legislativo nº 118, de 2 de dezembro de 1964.

SERVIÇO DE DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Mesmo cumprindo a parte que lhe coube no plano geral de contenção de despesas orçamentárias, o Serviço de Demarcação de Fronteiras desempenhou laboriosa tarefa no atendimento dos compromissos internacionais programados para o ano de 1964. As atividades técnicas dos seus dois núcleos de trabalho — as 1.ª e 2.ª Divisões da Comissão Demarcadora de Limites — desenvolveram-se, particularmente, em elevado padrão de estudo e pesquisa de gabinete, em que se incluiu o planejamento e execução das operações de campo para o ano de 1965.

No que se refere aos trabalhos de demarcação pròpriamente ditos, a 1.ª Divisão, concentrada no setor norte de nossas áreas de limites, desempenhou relevantes atividades de campanha ao longo da região de fronteira com a Venezuela, abrangida pelo trecho da linha divisória que se estende do Salto Huá ao Cerro Cupi e a partir daí, no sentido geral do oeste-leste, sôbre o dorso divisor da cordilheira em que se eleva o Pico da Neblina. O acesso à região, em proximidade imediata, foi levado a efeito através do Rio Cauaburi, afluente do Rio Negro. As operações astronômicas e topográficas, concernentes ao cumprimento da missão, conduziram à determinação de posições geográficas de quatro pontos adequados para satisfação do objetivo técnico em vista e, com apoio nêles, à execução de caminhamentos topográficos de cêrca de trezentos e cinqüenta quilômetros, em cujo montante foi incluído o levantamento do curso do Rio Cauaburi. Em conseqüência, ficou definida a exata posição do Cerro Cupi, sôbre o qual levantou um marco de fronteira, caracterizando a passagem da linha de limites, cuja prossecução para oeste, sôbre o *divortium* aquarum, que aí se inicia em demanda da Serra Imeri, foi assinalada por mais um marco decorrente do levantamento das vertentes que caem, em território brasileiro, para o Canal Maturacá e Rio Cauaburí e, no território venezuelano, para o Rio Baria. O fla-

grante difícil acesso ao vertiginoso topo da serrania, sob efeito da inclemente e antecipada estação de copiosas chuvas, impediram que se consumasse, no período do desenvolvimento dos trabalhos, a escalada ao Pico da Neblina, apesar das multiplicadas e exaustivas incursões ao maciço. O registro das operações técnico-geográficas, então levadas à prática, constituiu, entretanto, cabedal de segura base para o reconhecimento das ditas operações, com início já marcado para janeiro de 1965, pela retomada do trabalho, através da expedição que seguiu destino em novembro de 1964.

As atividades de gabinete, concomitantemente com os trabalhos de campanha, cumpriram-se em todos os encargos técnicos de escritório atinentes à definição cartográfica da fronteira ùltimamente demarcada. Executaram-se, assim, no correr do ano, num total de trinta fôlhas, as cartas representativas da aludida fronteira, na escala de 1 para 50.000, sendo em número de dezoito os originais cartográficos desenhados e de doze as cópias aos mesmos correspondentes, seguindo-se, no momento, em preparação, as demais cópias que completarão a reprodução daqueles originais. O desenvolvimento da fronteira abrangida na representação cartográfica acima mencionada tem cêrca de duzentos quilômetros. Paralelamente aos trabalhos técnicos cumpridos, tôdas as demais atividades, de ordem administrativa, foram realizadas em fiel observância da boa e normal manutenção de todos os serviços.

Quanto à IIª Divisão da Comissão de Limites, a cujo empreendimento cabe a demarcação com os países confinantes situados ao Sul da linha equatorial, as atividades demarcatórias do ano de 1964, na fronteira Brasil-Bolívia, processaram-se em obediência ao programa estabelecido na 16.ª Conferência da Comissão Mista, realizada a 3 de agôsto de 1963, bem como ao programa adicional acordado a 2 de setembro do mesmo ano pelos Delegados Demarcadores dos dois países, programa êste aprovado pelas Chefias das Comissões Brasileira e Boliviana.

Com a execução dos serviços do corrente ano, ficaram completos os trabalhos de campo e os cálculos referentes aos trechos da fronteira sêca definidos pelos marcos principais: Rio Paraguai — Baía Negra — Taquaral e Arroio Conceição, alguns dêles iniciados na campanha de 1963.

Foi também estudada e projetada a continuação da caracterização da geodésica Mandioré-Cáceres, prevista no programa da 16.ª Conferência.

De modo sumário, podem ainda ser citados os seguintes trabalhos de relêvo:

Setor Baía Negra-Taquaral

a) medida, cálculo e compensação de uma poligonal entre o marco principal Baía Negra e o pilar 34-6;

b) projeto e construção de 6 marcos secundários e de 9 marcos de alinhamento entre o marco Baía Negra e o pilar 34-6;

c) projeto e construção de 1 marco secundário e de 3 marcos de alinhamento, sôbre o morro do Jacadigo, entre os pilares 34-6 e 37-a, locados por alinhamento direto;

d) projeto e construção de 2 marcos secundários e de 4 marcos de alinhamento, entre o pilar 37-a e o marco principal Taquaral, locados por alinhamento direto.

Setor Taquaral-Arroio Conceição

a) acabamento do revestimento dos marcos principais do Arroio Conceição e Taquaral e de três marcos secundários construídos na campanha de 1959.

b) demolição dos marcos intermediários construídos em 1908, visto terem sido substituídos, por se encontrarem em mau estado e para melhor caracterização da linha, pelos três marcos secundários acima citados.

— *Determinação de pontos de apoio* para restituição e reambulação de fotografias aéreas nos setores mencionados.

— *Cálculo das coordenadas de todos os marcos* construídos nos Setores «Rio Paraguai-Baía — Negra, Baía Negra — Taquaral e Taquaral-Arroio Conceição», durante as campanhas de 1959, 1963 e 1964, tendo sido tomadas como origem as coordenadas transportadas de Pillar Conceição, determinadas em 1953.

CERIMONIAL

Ocioso seria realçar o aumento crescente do número de visitantes oficiais que procuram o Brasil, à medida em que a Nação se desenvolve, incrementando o interêsse dos povos e dos governantes estrangeiros que se deixam atrair pelas singulares soluções que o Brasil encontra para seus problemas. Tal interêsse, aliado à importância política e econômica conquistada pela Nação, a reclamar o cultivo de sua amizade por parte das demais potências, explica, com os percalços de uma simplificação exagerada, o aumento das visitas oficiais recebidas pelo Govêrno brasileiro no ano de 1964.

Assim, tivemos em maio, pela primeira vez em nossa História, a presença de um Chefe de Estado alemão no Brasil, solidificando laços de uma amizade tradicional e apresentando aspectos do mais vivo interêsse recíproco, tanto no plano político, quanto no econômico. Sua Excelência o Doutor Heinrich Lübke chegou ao Brasil no dia 7 de maio, tendo partido no dia 14, após visitar Brasília, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Na parte social do longo programa cumprido por Sua Excelência, em companhia da Senhora Lübke e de uma comitiva oficial de dezenove pessoas, tem especial relêvo o banquete, seguido de recepção, que lhe foi oferecido por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, no Palácio do Planalto.

No dia 4 de maio, a inesperada notícia do súbito falecimento de Sua Excelência Reverendíssima o Monsenhor Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Filipe, Núncio Apostólico, enlutava os círculos oficiais e eclesiásticos, bem como o Corpo Diplomático, do qual o ilustre extinto era o Decano. Possuidor de dotes invulgares, Monsenhor Lombardi desfrutava de grande número de amigos e admiradores, que lhe tributaram, tendo à frente o Govêrno brasileiro, as mais tocantes homenagens. O Ministro de Estado proferiu sentida alocução no adro da Igreja da Candelária, logo após a prestação das honras fúnebres militares a Sua Excelência Reverendíssima. No interior do templo,

ainda por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, celebrou o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Missa de corpo presente. Em seguida, seis Arcebispos rezaram as solenes exéquias do saudoso diplomata. Removido o féretro para a Capela Abacial de Nossa Senhora do Monte-Serrat do Mosteiro de São Bento, foi exposto à visitação pública e, à noite, conduzido a Roma pela Alitália, acompanhado por diplomata especialmente designado pelo Ministro de Estado, para representá-lo nas cerimônias que tiveram lugar naquela capital.

No mês de agôsto, ocorreu a visita de Sua Excelência o Senhor Miguel Angel Zavala Ortiz, Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina. Do programa constaram visitas ao Rio de Janeiro e a Brasília, banquete oferecido pelo Ministro de Estado, almôço em Brocoió, oferecido pelo Governador do Estado da Guanabara, assinatura do Acôrdo de Cooperação Cinematográfica, e outras funções que o súbito desaparecimento do Doutor Eugenio Blanco, Ministro da Economia da Argentina, elidiu, precipitando o retôrno do Ministro Zavala Ortiz a Buenos Aires.

Pouco depois, em setembro, desembarcava no Rio de Janeiro, para uma permanência de quatro dias, Sua Excelência o Senhor Alejandro Zorrilla de San Martin, Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai. A exigüidade do tempo disponível bem como o excepcional interêsse político que cercou as reuniões de trabalho não foram de molde a permitir um programa de atividades externas mais dilatadas. Ainda assim, houve banquete no Palácio Itamaraty, que o ilustre hóspede retribuiu nos salões do Copacabana Palace.

A morte de Sua Majestade o Rei Paulo, dos Helenos, do mesmo modo que a de Suas Excelências os Senhores Dimitar Ganev, Presidente do Presidium da Assembléia Nacional da República Popular da Bulgária e Aleksander Zawadski, Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polônia, provocaram manifestações de pesar de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e do Ministro de Estado, havendo sido decretado luto oficial de três dias pelo falecimento dos referidos estadistas.

Finalmente, dois Chefes de Estado, cujo idioma nacional é o francês, tiveram oportunidade de sentir o aprêço a

que seus respectivos países fazem jus no Brasil, ao virem, na condição de hóspedes oficiais do Govêrno, trazer o testemunho de sua estima e interêsse pela Nação brasileira. O primeiro dêles, Sua Excelência o Senhor Léopold Sédar Senghor, Presidente da República do Senegal, poeta e professor, foi presença pioneira de governante africano entre nós. Demorou-se mais de seis dias no Brasil, acompanhado por uma comitiva oficial de sete pessoas, tendo visitado Salvador, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, sempre alvo de carinhosas manifestações populares. Em Brasília, foi homenageado por Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Pouco antes de completado um mês da data de sua partida, no dia 13 de outubro, chegava ao Cais dos Marinheiros, no Ministério da Marinha, acompanhado de uma comitiva oficial de doze pessoas, Sua Excelência o Senhor Presidente da República Francesa, General Charles de Gaulle. Figura das mais populares de nossa época, herói da Segunda Guerra Mundial, Chefe de Estado discutido por todos, admirado por muitos, recebeu do povo brasileiro e das altas autoridades do país calorosas demonstrações, logo reproduzidas na imprensa mundial. O minudente programa de sua visita, exaustivamente elaborado pelo Cerimonial, em colaboração com autoridades militares e a Embaixada da França, foi integralmente cumprido nos três dias em que visitou Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, tendo os membros do Grupo de Trabalho encarregados dos preparativos de recepção do General de Gaulle recebido a recompensa de seus esforços na forma altamente sensibilizadora de um memorando, que, por determinação expressa do Ministro de Estado, foi incluído em seus respectivos maços pessoais.

Antes de passar-se ao exame, em detalhe, sob forma enumerativa, das demais realizações dos diversos setores de que cuida o Cerimonial, convém ainda lembrar as visitas oficiais de Suas Excelências os Senhores Ahmed Balafrej, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Patrick Solomon, Ministro dos Negócios Externos de Trinidad e Tobago, bem como de Sua Excelência o Conde de Mayalde, Alcaide de Madrid.

CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica do Itamaraty continua desempenhando, normalmente, suas funções.

Além de respostas diretas a consultas que lhe são feitas, emitiu pareceres dados pelos Consultores Jurídicos (Professor Haroldo Valladão e Dr. Amilcar Falcão, êste ultimo também para o DAJ), acêrca de algumas questões de caráter confidencial e secreto, além de outras de natureza ostensiva adiante indicadas:

RELAÇÃO DOS PARECERES

— Acôrdo econômico entre o Brasil e a República Federal da Alemanha — Cláusulas de sub-rogação e de arbitramento internacional.

— Inconstitucionalidade da nova Lei 4.404, de 14-9-64, admitindo a opção pela nacionalidade brasileira «para todos os efeitos» por parte de *menores estrangeiros*, residentes no país, filhos de *pais estrangeiros*, naturalizados brasileiros e aqui domiciliados. — A lei ordinária não pode criar novos casos de brasileiros natos, *alterando* o *art.* 129, II da Constituição Federal, para ali incluir o caso de filhos menores de pais estrangeiros, de *pais que não eram brasileiros* ao tempo do nascimento dos mesmos filhos — Inaplicabilidade da Lei 4.404 que deverá ser revogada.

— Acôrdo de Comércio e Pagamento entre o Brasil e a Polônia, de 19 de março de 1960, Decreto Legislativo nº 22, de 5-8-1964 —, Contrato entre a CPCAN, pessoa jurídica brasileira com autonomia administrativa e financeira, Lei 3860, art. 2º e a CEKOP, uma companhia polonesa, autônoma, para o comércio exterior. — Aplicação das Cláusulas I do Acôrdo, e 3ª, *a*, do contrato, que fazem depender a validade (existência) e entrada em vigor do mesmo, da «respectiva legislação sôbre comércio exterior», e da «emissão

pelas autoridades brasileiras competentes das necessárias permissões, licenças e registros» — A jurisprudência da Côrte de Arbitragem da Câmara de Comércio Exterior da Polônia e da Comissão de Arbitragem para o comércio da U.R.S.S. considera implícitas tais cláusulas, considerando motivo de *fôrça maior* para o não-cumprimento do contrato pelas suas emprêsas autônomas de comércio exterior qualquer decisão ou decreto do Govêrno da Polônia ou da U.R.S.S.que impeça a execução do contrato — Negociações aconselháveis — Cláusula de arbitragem, defeituosa, e tentativa, se houver divergência, de «um acôrdo por meio de negociações diretas».

— Ação ordinária movida contra a União por Ivanildo Campos Bezerra Cavalcanti.

— Questões pendentes com a Grã-Bretanha. Caso de São Paulo Railway.

— Representantes brasileiros à reunião do Grupo Concultivo sôbre Fôlha de Coca.

— Reclamação da Tcheco-Eslováquia sôbre violação do terreno destinado à sede de sua Missão em Brasília.

— Sentença em Mandado de Segurança, em favor de Maria Vesentini e outros Oficiais de Chancelaria. Gratificação de representação.

— Acôrdo (multilateral) sôbre Privilégios e Imunidades da O.E.A.. Pareceres de Comissões do Senado Federal. Reservas aos Artigos 9º, letra *b*, e 10º, letra *b*.

— Contagem de tempo de disponibilidade para efeito de antiguidade de classe. João Baptista da Silva Telles Soares de Pinna.

— Acôrdo Brasil-República Federal da Alemanha, sôbre fomento e garantia de investimentos privados.

— Pagamento de gratificação de representação a Oficiais de Chancelaria. Mandado de Segurança.

— Questão pendente entre a Petrolexport, de Bucareste, e a Cia. Wetzel Industrial, de Joinville, Santa Catarina.

— Reclamação da Bolsista peruna Nelda G. Espinoza de Negri.

— Passaporte diplomático. Leticia Bello de Oliveira Castro.

— Adicional de família. Aplicação do art. 21 da Lei número 4069/62 e do art. 30 da Lei nº 4345/64.

— Modificação dos Estatutos do Centro de Realismo Social da Universidade «Pro Deo».

— Reintegração do ex-Auxiliar de Consulado, padrão N. — Raul Ribeiro da Silva.

— Compra de imóvel no Rio de Janeiro pelo Govêrno dos Estados Unidos da América.

— Prorrogação de passaporte diplomático. Leticia Bello de Oliveira Castro.

— Adicional de família. Embaixador Lucillo Hadock Lobo. Art. 50 da Lei nº 3917, de 14-8-61.

— Lei nº 4415, de 24 de setembro de 1964. Quadro de Acesso.

— Assessôres do M.I.C. junto aos SEPROS. Direitos face ao art. 23 da lei nº 4069, de 1962.

— Aposentadoria compulsória dos Ministros de Assuntos Comerciais. Lei nº 4415, de 24 de setembro de 1964. Máximo Sciolette.

— Esclarecimentos sôbre a lei nº 4331, de 1º de junho de 1964. Aquisição de lotes em Brasília.

GABINETE EM BRASÍLIA

Ao Serviço do Expediente incumbiu zelar pelo bom funcionamento do setor administrativo do Itamaraty em Brasília.

Por intermédio do *Setor de Orçamento*, o Serviço do Expediente acompanhou, junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Fazenda, os processos de interêsse do Itamaraty, não só de pedidos de créditos especiais, — como os relativos à participação do Brasil na Terceira Sessão do Concílio Ecumênico e à visita do Presidente Charles De Gaulle ao Brasil, — e antecipação de créditos, — como o referente ao consêrto e modernização de instalações elétricas do Itamaraty, — mas também de pedidos de suplementação de créditos e eventuais redistribuições à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. Cumpre ainda salientar o acompanhamento, entre outros, dos processos de adiantamentos das dotações consignadas aos seguintes órgãos: Comissão encarregada da Transferência da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e do Corpo Diplomático para Brasília; Grupo de Trabalho para a elaboração e Impressão do Livro «Brasil»; Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil; Serviço Técnico de Análise e Planejamento; Comissão Nacional de Assistência Técnica; Subcomissão Nacional de Alcoolismo e Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes; Instituto Rio Branco; Comissão Brasileira Demarcadora de Limites; 1.ª e 2.ª Divisões, inclusive liberação de parcela da dotação incluída no Plano de Contenção de Despesas; Fundo das Nações Unidas para a Infância, Fundo Especial das Nações Unidas, Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia. Procedeu-se igualmente a estreita ligação com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) por ocasião da apresentação da Proposta Orçamentária do Itamaraty para o exercício de 1965, cuja elaboração obedeceu à nova nomenclatura e normas adotadas, determinando a formulação de consultas pelo Serviço de Expediente do Gabinete em Brasília àquele Departamen-

to. Ainda através do Setor de Orçamento diligenciou-se, após a publicação da Lei de Meios para o exercício de 1965, no sentido de ser imediatamente publicado pela Imprensa Nacional o Orçamento Analítico do Ministério das Relações Exteriores. Foram também entregues ao Tribunal de Contas, em tempo hábil, para aprovação, as tabelas de distribuição e redistribuição de créditos orçamentários do Itamaraty para o exercício de 1965, ao Tesouro Nacional e ao Departamento Federal de Compras assim como à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Por intermédio do *Setor Pessoal*, o Serviço do Expediente manteve contacto diário com a Imprensa Nacional, e com o Palácio do Planalto, no sentido de favorecer a pronta publicação de atos de movimentação do pessoal diplomático no exterior, bem como atos de administração interna e rotina burocrática do Itamaraty. Assim, foram preparadas, para publicação pela Imprensa Nacional, 62 guias relativas a expedientes do Senhor Chefe da Divisão do Pessoal, 65 guias relativas a expedientes do Instituto Rio Branco, 133 guias relativas a expedientes diversos recebidos da Secretaria de Estado e encaminhados diretamente por êste Gabinete à Imprensa Nacional e 105 guias relativas a expedientes encaminhados à Imprensa através do Palácio do Planalto, num total geral de 365 guias de publicação.

Por outro lado, o Setor Pessoal providenciou ainda o preparo das fichas financeiras dos funcionários lotados neste Gabinete, em estreita colaboração com a Divisão do Pessoal na Secretaria de Estado, e o encaminhamento das fôlhas de pagamento do Quadro do Pessoal, Parte Permanente, assim como o registro de créditos junto às seções subordinadas à Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional.

O mesmo setor providenciou ainda o encaminhamento regular de atos relativos aos funcionários lotados neste Gabinete, abrangendo ainda duas atividades subsidiárias: o serviço de assistência social e os serviços auxiliares da administração. Através do primeiro, forneceu-se assistência odontológica e farmacêutica ao pessoal de portaria e de garage, e a seus familiares, na forma da legislação em vigor, tendo sido igualmente fornecidas refeições diárias ao pessoal de garage. Através do segundo, empenhou-se o serviço de Expediente em manter em perfeito funcionamento e com bom

aspecto os veículos dêste Gabinete, não só os de representação como os de expedição e transporte de pessoal. Para essa finalidade, parcela apreciável da dotação dêste Gabinete foi utilizada no consêrto, reforma e pintura dos mencionados veículos, na aquisição de peças e accessórios imprescindíveis para a sua conveniente utilização e em consertos nas instalações elétricas dos mesmos.

Por intermédio do *Setor de Comunicações*, o Serviço de Expediente manteve contacto diário com a Secretaria de Estado, não só através de malas de correspondência, mediante expedição de 380 e recebimento de 392, mas também através do serviço de telex, somando-se, ao total, 44 telegramas confidenciais, 929 ostensivos e 5 secretos, expedidos, e 85 confidenciais, 2 reservados, 289 ostensivos e 35 secretos, recebidos, num total geral de 978 telegramas expedidos e 411 recebidos. Foi protocolada a entrada de 2.269 documentos, enviando-se ao Rio os originais endereçados à Secretaria de Estado, ou de seu interêsse, e procedendo-se ao arquivamento das cópias dos mesmos. Procedeu-se igualmente à classificação e arquivamento de tôdas as cópias de Brasília das CTs e telegramas expedidos pela Secretaria de Estado e recebidos do exterior, assim como cópias de ofícios e circulares, instruções e textos de serviço. O serviço de expedição registrou um total de 117 unidades de correspondência diversa enviada ao Congresso, Presidência da República, Ministérios e outros órgãos sediados em Brasília.

Por intermédio do *Setor Material*, o Serviço de Expediente dedicou-se à Administração e manutenção, em condições condignas, da sede do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, empregando parte de sua dotação na aquisição de material de consumo de limpeza, de expediente, e na liquidação de despesas miúdas de pronto pagamento.

A aplicação das dotações financeiras do Gabinete em Brasília, movimentadas pelo Serviço do Expediente, foi objeto de 8 prestações de contas do exercício passado, encaminhadas periòdicamente ao Departamento de Admnistração, motivo por que deixa de ser analisada no presente relatório.

ORGÃOS DO ITAMARATY SEDIADOS EM BRASÍLIA

Em 1964 estiveram em funcionamento regular na capital da República os seguintes Órgãos do Ministério das Relações Exteiores:

— Gabinete do Ministro de Estado (Brasília)
— Serviço de Relações com o Congresso
— Serviço de Expediente
— Setor de Passaportes
— Comissão de Transferência.

O presente relatório abrange as atividades dos referidos Órgãos, exceção feita do Serviço de Relações com o Congresso e da Comissão de Transferência, objetos de relato específico.

Em agôsto de 1964 um incêndio de grandes proporções destruiu completamente as instalações do Itamaraty em Brasília. Ocupavam estas todo o segundo piso do bloco de nº 11 da Esplanada dos Ministérios. Não obstante a extensão e a gravidade do sinistro, os serviços afetos aos Órgãos do Ministério das Relações Exteriores sediados em Brasília não sofreram qualquer solução de continuidade. Deveu-se isso, em grande parte, ao desprendimento, à dedicação e ao espírito de iniciativa de todos os funcionários e servidores aqui lotados, e à colaboração da Comissão de Transferência que — exclusão feita de qualquer outra ajuda financeira — possibilitou, através da utilização de recursos que lhe são próprios, a realização dessa verdadeira proeza.

Assim é que, tomadas imediatamente as medidas de segurança que se impunham, cuidou o Gabinete em Brasília de transferir-se, com os demais Órgãos, para dependências alugadas no Hotel Nacional. Lá funcionou até serem completadas as instalações atuais localizadas no 7º piso do prédio que abriga a sede do Ministério da Marinha. As comunica ções com a Secretaria de Estado, na Guanabara, em nenhum momento foram afetadas. Além de dar ciência imediata dos novos números de telefones, à Divisão de Comunicaçes

adotou-se, desde as primeiras horas, a providência de destacar criptólogas-teletipistas para receber e transmitir mensagens, permanentemente, na própria Central de Telex em Brasília.

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO — BRASÍLIA

Além de assessorar diretamente o Ministro de Estado em seus períodos de permanência na Capital, estêve a cargo do Gabinete em Brasília assegurar, durante o ano todo e de maneira ininterrupta, a ligação entre o Itamaraty e a Presidência da República.

Durante o ano de 1964, Brasília recebeu a visita de numerosas personalidades estrangeiras em viagens oficiais ao Brasil. Dentre essas, por seu maior relêvo, devem ser mencionadas as seguintes: os Presidentes da República da Alemanha, do Senegal e da França; os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, do Uruguai e de Trinidad-Tobago; o Ministro sem Pasta do Marrocos, o Ministro do Trabalho da Espanha, o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Prefeito de Madrid.

Em tôdas essas ocasiões o Gabinete em Brasília colaborou ativamente com as divisões competentes da Secretaria de Estado, e, em especial, com o Cerimonial, na parte de elaboração de programas em Brasília, contactos com os serviços de segurança, transportes, organização das recepções, etc., e com a Divisão de Informações, na parte referente a organização de conferências de imprensa, expedição de credenciais para jornalistas, publicidade das visitas e assuntos correlatos. Os funcionários diplomáticos e administrativos foram colocados à disposição das comitivas dos ilustres visitantes.

O Gabinete em Brasília colaborou também, constantemente, com o Cerimonial do Palácio do Planalto na apresentação de credenciais de cêrca de (20) vinte Chefes de Missão.

SETOR DE PASSAPORTES

No ano de 1964 o *Setor de Passaportes* do Gabinete em Brasília expediu (281) duzentos e oitenta e um passaportes diplomáticos e (58) cinqüenta e oito passaportes especiais, totalizando, assim, (339) trezentas e trinta e nove unidades. No mesmo período foram prorrogados, por intermédio daquele setor, (24) vinte e quatro passaportes diplomáticos e (14) quatorze especiais.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO NACIONAL

Durante a Sessão Legislativa de 1964 acentuou-se sobremodo o acercamento entre o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso que, da mesma forma que o Itamaraty, está muito empenhado em estreitar suas relações conosco.

Assim, o Ministro de Estado foi convocado pela Câmara dos Deputados, valendo-se da oportunidade para reiterar mais uma vez o desejo e o interêsse do Itamaraty em manter um íntimo contato entre as duas instituições. Nêsse intuito foram sempre atendidos com a máxima presteza todos os requerimentos formulados por ambas as casas do Congresso Nacional.

Com o apoio das lideranças da Câmara e do Senado e de alguns parlamentares diretamente interessados no assunto, *foram examinados e aprovados 52 Acôrdos Internacionais*, número nunca antes registrado e que adquire ainda maior significação, ao lembrarmos que no ano de 1964 apenas 5 novos tratados foram encaminhados ao exame do Congresso, tendo os demais instrumentos internacionais sido submetidos antes de abril de 1964 e, conseqüentemente não se beneficiando dos novos prazos previstos pelo Ato Institucional.

Dado o interêsse do Congresso e do Itamaraty, é possível agora prever que, em meados da legislatura de 1965, fiquem os Acôrdos Internacionais absolutamente em dia, justa aspiração do Ministério das Relações Exteriores que desejou sempre atualizar o seu diálogo com o Congresso Nacional.

No decurso de 1964 *foram submetidos ao Senado e por êle aprovados os nomes de 32 Chefes de Missão Diplomática*. Êste movimento diplomático é, igualmente, o mais numeroso jamais ocorrido no Congreso.

Dentre as numerosas leis promulgadas pelo Congresso, incluem-se diversas de interêsse direto do Itamaraty. Entre

outras foi votada a Lei nº 3.917, que reforma o Ministério das Relações Exteriores; a Lei nº 4.331 que autoriza os Governos estrangeiros a adquirirem terrenos no Distrito Federal e, também, a Lei nº 4.473 que dispõe sôbre a entrada de estrangeiros em território nacional. Finalmente cumpre destacar que o Orçamento do Ministério das Relações Exteriores foi aprovado com apenas uma única emenda, inspirada pela Divisão do Orçamento.